

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

Ana Júlia Corrêa Ferreira

Ideologia curupira nas Américas:
circulação de ideias fascistas e antissemitas entre Brasil e Uruguai nos anos 1930

Juiz de Fora

2024

Ana Júlia Corrêa Ferreira

Ideologia curupira nas Américas:
circulação de ideias fascistas e antissemitas entre Brasil e Uruguai nos anos 1930

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferreira, Ana Júlia Corrêa.

Ideologia curupira nas Américas : circulação de ideias fascistas e antissemitas entre Brasil e Uruguai nos anos 1930 / Ana Júlia Corrêa Ferreira. -- 2025.

225 p. : il.

Orientador: Leandro Pereira Gonçalves

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. Fascismo. 2. Antissemitismo Moderno. 3. Integralismo. 4. Revisionismo. 5. Uruguai. I. Gonçalves, Leandro Pereira, orient. II. Título.

ANA JÚLIA CORRÊA FERREIRA

Ideologia curupira nas Américas: circulação de ideias fascistas e antisemitas entre Brasil e Uruguai nos anos 1930

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Aprovada em 27/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Camilo López Burian

Universidad de la República

Prof. Dr. Gerardo Caetano Hargain

Universidad de la República

Prof. Dr. Vinícius Aurélio Liebel

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 10/02/2025.



Documento assinado eletronicamente por Leandro Pereira Gonçalves, Professor(a), em 27/02/2025, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Vinícius Liebel, Usuário Externo, em 04/03/2025, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Camilo Lopes Burlan, Usuário Externo, em 11/04/2025, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Gerardo Costano Herguin, Usuário Externo, em 13/05/2025, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-UFJF (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 2238697 e o código CRC 3118A967.

Para Lulu

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa é fruto de um longo trabalho que se iniciou ainda na graduação em História, quando escolhi pesquisar o tema do integralismo. Desde então, várias pessoas contribuíram para que o trabalho ganhasse a forma presente. Assim, dedico meus agradecimentos àqueles que tornaram essa pesquisa possível, seja pelos subsídios teóricos, seja pelo carinho, conforto e amizade dos últimos anos – que são tão, ou mais, importantes que os primeiros.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou a pesquisa ao longo dos últimos dois anos, possibilitando sua execução.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, que acolheu essa pesquisa; e, especialmente, ao Laboratório de História Política e Social (LAHPS-UFJF), cujo acervo de fontes digitais foi disponibilizado para realização desta investigação.

Ao meu orientador, Leandro Pereira Gonçalves, que me auxiliou na construção desta pesquisa desde à graduação, sempre respeitando e incentivando minha autonomia enquanto pesquisadora. Agradeço ainda por todas as oportunidades acadêmicas as quais me apresentou, especialmente durante a iniciação científica, quando me sugeriu o trabalho com as fontes uruguaias, o que possibilitou o enriquecimento desta investigação.

Ao professor Luiz Antonio da Silva Peixoto, do departamento de Filosofia, um agradecimento especial pela enorme contribuição teórica e, sobretudo, pelo carinho e atenção que me foram concedidos. As aulas de Filosofia Política, Estética e Seminários de Textos Filosóficos ministradas pelo Luiz me abriram as portas da teoria crítica – o farol que iluminou o desenvolvimento teórico-metodológico desta pesquisa. Apresentados a mim pelo Luiz, Adorno, Marcuse e Postone estão presentes nesta pesquisa, mas suas marcas na minha formação intelectual são muito mais profundas.

Aos professores Alexandre Magno Teixeira de Carvalho, do departamento de Psicologia, e Gilberto Felisberto Vasconcellos, do departamento de Ciências Sociais, cujas aulas também contribuíram imensamente para o desenvolvimento de um olhar crítico em relação à ciência.

Aos professores Vinícius Aurélio Liebel e Gerardo Caetano Hargain, que compuseram minha banca de qualificação, tecendo comentários e sugestões que iluminaram a conclusão desta pesquisa. Agradeço também ao professor Camilo López Burian, que, durante sua breve estadia no Brasil em 2024, demonstrou grande interesse em colaborar com o desenvolvimento

da pesquisa, compartilhando comigo bibliografia e fontes que foram essenciais para a conclusão da pesquisa.

À Larissa Frazão, minha parceira desde o ingresso no curso de mestrado, com quem compartilhei minhas dúvidas, angústias e reflexões sobre o tema. Juntas, fizemos viagens para pesquisar em acervos documentais no Brasil e no Uruguai, apresentações em congressos acadêmicos, escrita de artigos, além de várias horas de orientação particular via áudios de whatsapp. Essa amizade e parceria transformaram o curso de mestrado em um processo muito mais divertido, como o histórico dia em que visitamos toda a cidade de Porto Alegre com o inconfundível professor Hégio Trindade – a quem também agradeço a oportunidade e toda atenção que nos foi concedida.

À Caroline Oliveira e Letícia Cruz, minhas amigas e companheiras na Representação Discente do PPGH-UFJF, que compartilharam comigo o doce e o amargo da vida acadêmica. Obrigada por acolherem minhas frustrações e me colocarem para cima sempre que precisei.

Aos meu companheiro, Pablo Alazraqui, cuja contribuição para essa pesquisa é imensurável. Para além de todo amor e apoio pessoal que são de muitos anos, sem nossas conversas sobre marxismo, psicanálise, teoria crítica, crítica do valor e tantos outros assuntos, essa pesquisa seria impossível. Graças a ele conheci autores fundamentais para minha formação intelectual, inclusive os professores Luiz Antonio, Alexandre e Gilberto; além de amigos da teoria crítica que levarei para vida – Gabriel Ferreira, Jonathan Wilmer e Ygor Bittencourt – e cuja contribuição para esse trabalho também merece um agradecimento especial. Também devo a ele os momentos de descontração da pressão da vida acadêmica, que foram talvez ainda mais importantes para essa pesquisa do que todos os outros.

Por fim, agradeço à minha família que me apoiou durante toda a realização desta pesquisa, mas cujo incentivo ao meu desenvolvimento intelectual vem de muito antes. Ao meu bisavô Jelcy, que sempre me inspirou pela poesia e pela política, e permanece vivo em minhas lembranças, todos os dias. À minha profundamente amada tia Lulu, que foi minha primeira amiga na infância, minha companheira de leitura ao longo de toda a vida, e que também está comigo todos os dias. Aos meus avós, cuja biblioteca foi o primeiro lugar onde me senti acolhida na infância. Um agradecimento especial à minha mãe, que plantou em mim o desejo pelos livros, trilhando o caminho da minha autonomia, e também por ter realizado a revisão deste trabalho, que fico muito feliz em compartilhar com ela; e ao meu pai, que sempre acreditou em mim, desde quando, ainda adolescente, decidi abruptamente fazer faculdade de História, e continuou me apoiando de todas as maneiras possíveis ao longo do curso de mestrado, sendo, sobretudo, um grande amigo para mim!

“Se você for patinar/No gelo fino da vida moderna/Arrastando atrás de si o olhar silencioso/De um milhão de olhos encharcados/Não se surpreenda se uma rachadura no gelo/Aparecer sobre os seus pés (Waters, 1979).

“Nunca a história foi tomada menos a sério do que hoje em dia, quando é orientada em primeiro lugar à conservação e ao cultivo do legado, quando as revoluções significam ‘ruídos’, ‘perturbações’ das leis naturais e quando a decisão acerca da felicidade e a dignidade humanas é atribuída às forças naturais do ‘sangue’ e da ‘terra’” (Marcuse, 1997, p. 66).

“O que é o fascismo, no fundo, senão o produto direto da carência do socialismo? Por trás do fascismo, a sombra do socialismo não cessa de estar presente. [...] O Estado totalitário é um monstro que oscila. Dele nos livraremos para sempre se fizermos triunfar sua antítese: a república dos conselhos de trabalhadores” (Guérin, 2021, p. 20 – 23).

RESUMO

A chegada das ideias fascistas e antissemitas no Brasil e no Uruguai corresponde ao período de modernização capitalista nos dois países, marcado pela reorganização do bloco dominante no sentido de conciliar os interesses contraditórios da burguesia urbana emergente e das oligarquias rurais, assim como pela adequação político-econômica ao novo modelo de acumulação de capital do imperialismo. Nos anos 1920, essas ideias foram incorporadas na intelectualidade brasileira e uruguaia em meio ao desenvolvimento do modernismo, que trouxe à tona a questão da dependência estrutural. A partir da corrente modernista Verde-Amarelo se desenvolveu o núcleo do nacionalismo orgânico que, nos anos 1930, legitimou a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB) como movimento fascista e autenticamente nacionalista, sendo que a característica marcante deste discurso era a aversão ao estrangeiro. Nesse contexto, o discurso antissemita foi largamente utilizado pela AIB como forma de propaganda política, especialmente por Gustavo Barroso, apesar das polêmicas ao redor do antissemitismo entre a direção do movimento. Em 1935, em meio à organização do grupo revisionista no Uruguai, Adolfo Agorio foi apresentado ao integralismo em viagem à Alemanha, fato que impactou profundamente a gênese do revisionismo uruguaio. Nesse sentido, a proposta desta pesquisa é analisar o diálogo entre os intelectuais integralistas e revisionistas, buscando compreender o significado particular atribuído às ideias fascistas e antissemitas no Brasil e no Uruguai.

Palavras-chave: Fascismo; Antissemitismo Moderno; Integralismo; Revisionismo; Uruguai.

RESUMEN

La llegada de las ideas fascistas y antisemitas en Brasil y Uruguay corresponde al período de modernización capitalista en ambos países, marcado por la reorganización del bloque dominante con el fin de conciliar los intereses contradictorios de la burguesía urbana emergente y de las oligarquías rurales, así como por la adecuación político-económica al nuevo modelo de acumulación de capital del imperialismo. En la década de 1920, estas ideas fueron incorporadas en la intelectualidad brasileña y uruguaya en el contexto del desarrollo del modernismo, que sacó a la luz la cuestión de la dependencia estructural. A partir de la corriente modernista Verde-Amarelo se desarrolló el núcleo del nacionalismo orgánico que, en los años 1930, legitimó la fundación de la Ação Integralista Brasileira (AIB) como un movimiento fascista y auténticamente nacionalista, siendo la característica destacada de este discurso la aversión al extranjero. En este contexto, el discurso antisemita fue ampliamente utilizado por la AIB como una forma de propaganda política, especialmente por Gustavo Barroso, a pesar de las polémicas en torno al antisemitismo dentro de la dirección del movimiento. En 1935, en medio de la organización del grupo revisionista en Uruguay, Adolfo Agorio fue presentado al integralismo en un viaje a Alemania, hecho que impactó profundamente la génesis del revisionismo uruguayo. En este sentido, la propuesta de esta investigación es analizar el diálogo entre los intelectuales integralistas y revisionistas, buscando comprender el significado particular atribuido a las ideas fascistas y antisemitas en Brasil y Uruguay.

Palabras-clave: Fascismo; Antisemitismo Moderno; Integralismo; Revisionismo; Uruguay.

ABSTRACT

The arrival of fascist and anti-Semitic ideas in Brazil and Uruguay corresponds to the period of capitalist modernization in both countries, marked by the reorganization of the dominant bloc to reconcile the contradictory interests of the emerging urban bourgeoisie and rural oligarchies, as well as the political-economic adaptation to the new model of capital accumulation under imperialism. In the 1920s, these ideas were incorporated into the intellectual circles of Brazil and Uruguay amid the development of modernism, which highlighted the issue of structural dependency. From the Verde-Amarelo modernist movement, the core of organic nationalism developed, which in the 1930s legitimized the founding of the Brazilian Integralist Action (AIB) as a fascist and authentically nationalist movement, with its defining characteristic being its aversion to the foreigner. In this context, the anti-Semitic discourse was widely used by the AIB as a form of political propaganda, especially by Gustavo Barroso, despite controversies surrounding anti-Semitism within the movement's leadership. In 1935, amidst the organization of the revisionist group in Uruguay, Adolfo Agorio was introduced to integralism during a trip to Germany, an event that deeply impacted the genesis of Uruguayan revisionism. In this sense, the aim of this research is to analyze the dialogue between integralist and revisionist intellectuals, seeking to understand the specific meaning attributed to fascist and anti-Semitic ideas in Brazil and Uruguay.

Key-words: Fascism; Modern Anti-Semitism; Integralism; Revisionism; Uruguay.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – América Invertida, de Joaquin Torres Garcia	76
Figura 2 – Graf Zeppelin sobrevoando o Rio de Janeiro em 1930	113
Figura 3 – Banquete aos representantes da imprensa sul-americana	113
Figura 4 – Adolfo Agorio com jornalistas brasileiros em Munique	118
Figura 5 – Zepelim Hindenburg sobrevoando Nova Iorque em 1937	166
Figura 6 – Capa do jornal <i>O Aço Verde</i> (nº 11), de São Paulo (SP)	169
Figura 7 – Capa da revista <i>Sigma</i> (nº 1), de Niterói (RJ)	170
Figura 8 – Capa do jornal <i>Província da Guanabara</i> (nº 5), do Rio de Janeiro (RJ)	170
Figura 9 – Capa do jornal <i>A Razão</i> (nº 5), de Curitiba (PR)	171
Figura 10 – Capa do jornal <i>Anauê!</i> (nº 4), de Belo Horizonte (MG)	172
Figura 11 – Capa da revista <i>Anauê!</i> (nº 20), de circulação nacional	173
Figura 12 – Capa do <i>Jornal de Polícia</i> , do Rio de Janeiro (RJ)	174
Figura 13 – Capa da edição nº 7 da revista <i>Corporaciones</i>	190
Figura 14 – Primeira página da edição nº 7 da revista <i>Corporaciones</i>	191
Figura 15 – Charge publicada na edição nº 9 do jornal <i>Fragua</i>	197
Figura 16 – Imagem na capa da edição nº 5 do jornal <i>Fragua</i>	198
Figura 17 – Coluna “ <i>El peligro en numeros</i> ” na edição nº 9, do jornal <i>Fragua</i>	200

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Textos de Adolfo Agorio sobre a Alemanha publicados em <i>La Mañana</i>	116
Tabela 2 – Textos integralistas publicados na revista <i>Corporaciones</i>	121
Tabela 3 – Textos publicados na coluna “Judaísmo Internacional”	183
Tabela 4 – Colunas antisemitas do jornal <i>Fragua</i> frequentemente publicadas	199

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A VIAGEM DAS IDEIAS FASCISTAS E ANTISSEMITAS PARA O BRASIL E O URUGUAI	36
2.1	Panorama da dependência e modernização no Brasil e Uruguai	36
2.2	Ideias fascistas e antissemitas no Brasil e no Uruguai no início do século XX ..	52
2.3	O modernismo e a busca das raízes nacionais	67
3	A FORMAÇÃO DA REDE TRANSNACIONAL ENTRE BRASIL E URUGUAI	78
3.1	A inserção do fascismo na disputa pela hegemonia brasileira – gênese do integralismo	79
3.1.1	A disputa ao redor do antissemitismo na Ação Integralista Brasileira	90
3.2	A organização do campo revisionista no Uruguai	104
3.3	O encontro do revisionismo com o integralismo na Alemanha	117
3.4	O diálogo entre revisionistas e integralistas	121
4	ANTISSEMITISMO E PROPAGANDA FASCISTA NO BRASIL E NO URUGUAI	136
4.1	O antissemitismo moderno e o fascismo	136
4.2	A especificidade do antissemitismo moderno na América do Sul	152
4.3	A propaganda fascista e a teoria da conspiração do “judaísmo internacional”	158
4.4	A propaganda fascista no Brasil e no Uruguai	165
4.4.1	A imprensa integralista	167
4.4.2	A imprensa revisionista	188
4.5	Considerações sobre o antissemitismo moderno no contexto do capitalismo dependente	203
5	CONCLUSÃO	211
	REFERÊNCIAS	215

1 INTRODUÇÃO

O objeto desta investigação é a circulação de ideias fascistas e antissemitas entre Brasil e Uruguai na década de 1930, mais especificamente o diálogo entre os intelectuais integralistas brasileiros e revisionistas uruguaios. O objetivo é compreender os significados particulares atribuídos às ideias fascistas e antissemitas em ambos os países, partindo do pressuposto que os intelectuais sul-americanos, no processo de apropriação dessas ideias, buscaram respostas a perguntas distintas daquelas feitas por seus pares europeus. O contexto cultural próprio do capitalismo dependente afetou decisivamente a apropriação destas ideias, conferindo-lhes um sentido distinto daquele próprio do fascismo europeu. Com isso, não se pretende afirmar a completa originalidade do integralismo brasileiro e do revisionismo uruguaio em relação ao fascismo europeu. Ao contrário, ambos os movimentos tomaram de empréstimo grande parte das exterioridades típicas do fascismo de forma quase mimética, sobretudo por seu poder de mobilização de massas nos anos 1930.

Ainda assim, apesar do conteúdo mimético, há um significado particular das ideias fascistas e antissemitas neste cenário; assim como, a incorporação do liberalismo nos dois países também foi condicionada pelas características específicas destes contextos históricos. Como argumenta Robert Schwarz (2014) em sua análise sobre a literatura brasileira, o fato de as ideias liberais clássicas, aqui, terem sido adotadas como o modelo teórico-político para uma sociedade ainda escravista acentuou as contradições próprias do liberalismo, assim como impôs-lhe características originais.¹ Ou, nas palavras de Sérgio Buarque de Hollanda (2014, p. 92), as contradições que se evidenciaram em virtude da “ambição de vestir um país ainda preso à economia escravocrata com os trajes modernos de uma grande democracia burguesa”. Isso explica os elementos autoritários latentes em toda a história do pensamento liberal brasileiro.² A proposta da pesquisa é investigar a circulação de ideias fascistas e antissemitas entre Brasil e Uruguai a partir das conclusões de Schwarz acerca das “ideias fora do lugar”, considerando que o contexto de capitalismo dependente era estruturalmente o mesmo em ambos os países.³

¹ “É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão” (Schwarz, 2000, p. 12).

² Também no Uruguai a apropriação do liberalismo clássico foi mesclada aos elementos autoritários. Para mais, consultar *El liberalismo conservador* (Caetano, 2021).

³ Aqui, compreende-se a definição marxista do capitalismo como modo de produção, fundamentalmente marcado pela generalização da forma-mercadoria e, portanto, pela transformação da própria capacidade de trabalhar em

A investigação visa compreender como o contexto particular do Brasil e do Uruguai, fundamentalmente marcado pela condição de capitalismo dependente,⁴ afetou a circulação e apropriação das ideias fascistas e antisemitas, buscando seus significados específicos em ambos os países, e partindo do diálogo entre os intelectuais integralistas e revisionistas como um momento privilegiado no movimento de circulação dessas ideias na América do Sul. Antes, contudo, são necessários alguns esclarecimentos de caráter teórico-metodológico.

Primeiramente, essa pesquisa se insere no campo da história intelectual, mas, considerando que o pressuposto da história intelectual é sua relação indissociável com o conjunto da história política, econômica, cultural e social.⁵ Isso não significa apreender imediata e diretamente a realidade objetiva a partir da linguagem, ideias e conceitos; mas justamente refletir acerca da coincidência/contradição entre estes polos. Aqui, parte-se da premissa marxista da determinação da consciência pelo ser social: “O sistema de produção dos meios materiais de existência condiciona todo o processo da vida social, política e intelectual em geral” (Marx in Fromm, 1979, p. 187).⁶ Isto é, no processo de produção da vida social, homens e mulheres se encontram imersos em relações definidas, necessárias, que independem da sua vontade: as relações de produção. “O agregado dessas relações de produção constitui a estrutura

uma mercadoria, para ser “comprada e vendida no mercado como qualquer outro objeto de troca” (Dobb, 1981, p. 17). A consolidação do capitalismo na Europa ao longo do século XIX foi possibilitada pela longa acumulação primitiva realizada nos quatro séculos anteriores, tanto no interior do continente europeu por meio da expropriação dos camponeses e o estabelecimento da propriedade privada, quanto nos demais continentes do globo por meio da colonização europeia. Como resultado, o capitalismo se consolidou como modo de produção hegemônico globalmente na modernidade através de um processo de desenvolvimento desigual e combinado, marcado pela mistura de “formas avançadas e atrasadas nas formações incorporadas ao mercado mundial” (Katz, 2020, p. 63). Consultar os capítulos 24 e 25 d’*O Capital* (Marx, 2017).

⁴ Enquanto corrente intelectual, a Teoria Marxista da Dependência foi fundada como crítica aos estudos clássicos sobre o subdesenvolvimento latino-americano, sobretudo os realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) nos anos 1960, que, como argumenta Rui Mauro Marini, não eram capazes de explicar as origens do que caracterizavam como “subdesenvolvimento”. “Em Dialética da Dependência” (1973), Marini “defende que a dependência é um produto do desenvolvimento desigual da lei do valor, no sistema capitalista mundial, promovendo uma relação hierárquica entre países do centro e da periferia, que é definido com base nos diferentes níveis de produtividade do trabalho, promovendo o desenvolvimento de determinadas nações mediante o subdesenvolvimento de outras” (Paz, 2023, p. 4). Nesse sentido, para a Teoria Marxista da Dependência, “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (Marini, 2013, p. 47). Consultar Marini 2000; Marini, 2013; Bamber, 2013; Frank, 1991; Oliveira, 2013. Sobre a atualidade das contribuições desta corrente teórica, consultar Seabra, 2019; Paz, 2023; Katz, 2020.

⁵ As abordagens mais recentes da história intelectual, em geral, estão atentas ao intercâmbio com outros campos, especialmente a histórica política. Para Reinhart Koselleck (2006, p. 113), por exemplo, ainda que a história conceitual possua seu próprio aparato metodológico, ela não é um fim em si mesma; ao contrário, “o fim último da história dos conceitos é [...] exatamente por meio do processo de alteração das questões semasiológicas e onomasiológicas [...] a história material”. Na mesma linha, Pierre Rosanvallon (1995, p. 16) propõe a história conceitual do político: “Ela é história política na medida em que a esfera do político é o lugar da articulação do social e de sua representação. Ela é história conceitual porque é ao redor de conceitos [...] que se amarram e se comprovam a inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação”.

⁶ A citação refere-se ao prefácio da obra *Contribuição à crítica da economia política*. Aqui, como referência, utiliza-se a coletânea de Erich Fromm, *O conceito marxista do homem*, que inclui este e outros textos de Marx. Consultar Fromm, 1979.

econômica da sociedade, o verdadeiro alicerce sobre o qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social” (Marx in Fromm, 1979, p. 187). Contudo, essa correspondência não é de forma alguma direta, mas contraditória: a consciência, portanto, “tem de ser explicada a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre forças produtivas sociais e as relações de produção” (Ibid., p. 188).

Marilena Chauí (2012, p. 71) expõe a questão da seguinte maneira:

A consciência [...] estará indissolavelmente ligada às condições materiais de produção da existência, das formas de intercâmbio e de cooperação, e as ideias nascem da atividade material. Isso não significa, porém, que os homens representem nessas ideias a realidade de suas condições materiais, mas, ao contrário, representam o modo como essa realidade lhes *aparece* na experiência imediata. Por esse motivo, as ideias tendem a ser uma representação invertida do processo real, colocando como origem ou como causa aquilo que é efeito ou consequência, e vice-versa [Grifo no original].⁷

Essas contradições são derivadas do fenômeno da alienação. Para Hegel, a história do homem é a história de sua alienação; ou seja, ao mesmo tempo em que é a história da criação humana, também é a história do estranhamento humano em relação à própria criação. Aqui, estranhamento refere-se ao fato de os homens não compreenderem os objetos do mundo como sua própria criação.⁸ A alienação, em Hegel, é fruto da grande dificuldade humana em “superar a percepção imediata, para ir além da estreiteza do horizonte do empirismo, no qual a multiplicidade das árvores (cada uma com sua singularidade) nos impede de enxergar o todo da floresta” (Konder, 2020, p. 35). Marx recupera o conceito hegeliano de alienação a partir da

⁷ A questão da ideologia é fundamental para a análise de Marx justamente por que seu interesse é, partindo das aparências da sociedade capitalista, buscar sua essência enquanto forma de organização social. A crítica da ideologia, portanto, é central para a análise histórica da sociedade, assumindo, como Marx (2017), que se a aparência e a essência das coisas coincidissem, toda a ciência seria desnecessária. Marx incorpora da dialética hegeliana as distinções entre imediato/mediato, abstrato/concreto, aparência/ser.

⁸ Para a filosofia, “objeto” não significa coisas ou bens; mas uma realidade material externa ao sujeito. A tradição filosófica racionalista, consagrada em Kant, identifica “sujeito” e “objeto” como dimensões separadas, sendo o objeto em si impenetrável ao sujeito – denominado por Kant como “a coisa em si”, ou “númeno”. Disso se conclui que o conhecimento não é objetivo, mas subjetivo; ou seja, não é possível conhecer a verdade dos objetos, somente aquilo que a Razão humana constrói teoricamente sobre os objetos. Em contrapartida, para Hegel, “sujeito” e “objeto” configuram categorias de “determinação reflexiva”, isto é, pressupõem-se mutuamente. O sujeito constitui o objeto na mesma medida em que o objeto constitui o sujeito. Para Hegel, a alienação é tanto a criação do homem no mundo em forma de objetos, como o estranhamento do sujeito em relação à sua criação, entendendo-a como autônoma, independentemente de sua atividade criadora. Seguindo a estrutura dialética do pensamento hegeliano, a criação humana é a tese, a alienação é a antítese, sendo possível, portanto, a superação dialética a partir do reconhecimento do sujeito em sua objetivação – o que, para Hegel, se realizaria no Estado enquanto comunidade ética. Marx era herdeiro da tradição dialética hegeliana, mas criticou duramente o idealismo do pensamento de Hegel. Em relação ao conceito de alienação, Marx recupera a dimensão do estranhamento, denunciando que, na realidade histórica da Alemanha, o Estado não promovia a suprassunção das contradições da vida social, mas operava como a própria consumação da alienação. “O Estado, construção dos homens, resultado da atividade concreta deles, era transformado por Hegel numa chave – formal – pela qual se abria a porta para a compreensão do sentido do movimento dos seres humanos” (Konder, 2020, p. 37).

concepção materialista-histórica, atribuindo sua origem à divisão social do trabalho.⁹ A dificuldade dos homens e mulheres em realizar o que Hegel denomina como “esforço do conceito” é, para Marx, o resultado da ideologia.

A alienação (ou “alheamento”) significa, para Marx, que o homem não se vivencia como agente ativo de seu controle sobre o mundo, mas que o mundo (a natureza, os outros, e ele mesmo) permanece alheio ou estranho a ele. *Eles ficam acima e contra ele como objetos, malgrado possam ser objetos por ele mesmo criados.* Alienar-se é, em última instância, vivenciar o mundo e a si mesmo passivamente, receptivamente, como o sujeito separado do objeto. [...] Para Marx, o processo de alienação manifesta-se no trabalho e na divisão do trabalho. O trabalho é, para ele, o relacionamento ativo do homem com a natureza, a criação de um mundo novo, a criação do próprio homem. [...] Com a expansão da propriedade privada e da divisão do trabalho, todavia, o trabalho perde sua característica de expressão do poder do homem; *o trabalho e seus produtos assumem uma existência à parte do homem, de sua vontade e de seu planejamento*” (Fromm, 1979, p. 50-53) [Grifo da autora].

O conceito marxista de ideologia está intimamente relacionado ao fenômeno da alienação. A crítica de Marx à filosofia do direito de Hegel é materialista justamente porque atribui a origem de uma construção teórica distorcida à uma “situação histórica ensejadora de distorções” (Konder, 2020, p. 38).¹⁰ Em outras palavras, se a ideologia dominante de uma época apresenta conteúdos distorcidos, como argumentam Marx e Engels (2007), isso é reflexo de uma distorção anterior, na própria vida material dos homens. A origem desta inversão no pensamento é a divisão social do trabalho, que separa a consciência da práxis.

A divisão do trabalho só se torna realmente a divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. *A partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente,* representar algo realmente sem representar algo real - a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc., “puras” (Marx, Engels, 2007, p. 35-36) [Grifo da autora].

Na sociedade capitalista, a ideologia assume a forma histórica do fetiche da mercadoria: “o fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma ‘objetividade fantasmagórica’ que [...] oculta todo o traço de sua essência fundamental: a

⁹ “A matéria de que fala Marx é a matéria social, isto é, relações sociais entendidas como relações de produção, ou seja, como o modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições materiais de existência e o modo como pensam e interpretam essas relações. A matéria do materialismo histórico-dialético são os homens produzindo, em condições determinadas, seu modo de se reproduzirem como homens” (Chauí, 2012, p. 60).

¹⁰ “Da concepção hegeliana, Marx conserva o conceito de dialética como movimento interno de produção da realidade cujo motor é a contradição. Porém, Marx demonstra que a contradição não é do Espírito consigo mesmo, entre sua face subjetiva e sua face objetiva, entre sua exteriorização em obras e sua interiorização em ideias: a contradição se estabelece entre homens reais em condições históricas e sociais reais e chama-se *luta de classes*” (Ibid., p. 54)

relação entre os homens” (Lukács, 2003, p. 194). Em outras palavras, no capitalismo, “as mercadorias parecem ter vida própria, dão a impressão de se moverem por si mesmas [...] Difundem-se por toda a parte e com insistência as imagens de uma objetividade ilusória, que encobre e mascara a presença da subjetividade, quer dizer, disfarça a realidade das iniciativas contraditórias e das motivações contrastantes de seres humanos divididos” (Konder, p. 54). Aqui, é necessário cautela contra uma noção espontânea da ideologia, ou demasiadamente apegada aos conteúdos “verdadeiros” ou “falsos” da ideologia. Verdadeiros ou falsos, tais conteúdos são tão mais ideológicos na medida em que são funcionais a relações de dominação social de forma intrinsecamente não transparente: “para ser eficaz, a lógica da legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta” (Zizek, 1996, p. 14).¹¹

Outros aspectos sobre a ideologia serão abordados ao longo da dissertação pois trata-se de uma categoria crucial à história intelectual do ponto de vista marxista. Por ora, cabe ressaltar a definição dialética de Zizek (1996, p. 15) das dimensões da ideologia: em-si/para-si/em-si-para-si.¹² A abordagem dialética, fundada nas antinomias, isto é, na ideia de que cada polo da contradição é inerente ao seu oposto, é consciente do fato que “o próprio gesto de sair da ideologia puxa-nos de volta para ela”. Por isso, a crítica da ideologia não propõe um conteúdo não ideológico em oposição ao ideológico: a própria afirmação de um conteúdo pretensamente não ideológico é pura ideologia. Ao contrário, a crítica da ideologia é imanente, ou seja, sua possibilidade está contida no interior da própria ideologia.¹³ Nesse sentido, a proposta da

¹¹ “Ou seja, o que devemos sempre ter em mente é que, para Marx, a consciência mitológica primordial da sociedade pré-classes de que brotaram as ideologias posteriores [...] ainda não é ideologia propriamente dita, embora (ou melhor, exatamente porque) seja imediatamente vivida, e embora seja obviamente errônea e “ilusória” [...]; a ideologia propriamente dita só emerge com a divisão do trabalho e a cisão das classes, quando as ideias “erradas” perdem seu caráter “imediatamente” e são “elaboradas” pelos intelectuais, a fim de servir (para legitimá-las) às relações de dominação existente - em suma, somente quando a divisão entre Senhor e Escravo conjuga-se com a divisão do próprio trabalho em trabalho intelectual e físico” (Zizek 1996, p. 24).

¹² Seguindo o modelo da dialética hegeliana, Zizek (1996) define a ideologia a partir de três dimensões. A ideologia em-si se refere à noção de doutrina cujo interesse é legitimar alguma relação de poder não transparente. A ideologia para-si se refere à sua externalização na forma dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), tal como entendido por Althusser, isto é, os próprios mecanismos que geram a ideologia. Por fim, a ideologia em-si-para-si é concebida como “a rede elusiva de pressupostos e atitudes implícitos, quase-“espontâneos”, que formam um momento irreduzível da reprodução de práticas “não-ideológicas” (p. 20). Sobre esta última dimensão da ideologia, Zizek exemplifica com a noção marxista de “fetiche da mercadoria”: ela “designa, não uma teoria (burguesa) da economia política, mas uma série de pressupostos que determinam a estrutura da própria prática econômica ‘real’ das trocas do mercado” (p. 21). Para mais, consultar o capítulo *O espectro da ideologia* (Ibid.).

¹³ “Aqui, porém, devemos tomar cuidado para evitar a última armadilha que nos faz deslizar para a ideologia, sob a aparência de estar saindo dela. Ou seja, quando denunciemos como ideológica a própria tentativa de traçar uma linha demarcatória entre a ideologia e a realidade efetiva, isso parece impor, inevitavelmente, a conclusão que a única postura não ideológica consiste em renunciar à noção mesma de uma realidade extra-ideológica, e em aceitar que tudo com que lidamos são ficções simbólicas, com uma pluralidade de universos discursivos, e nunca com a “realidade” – mas essa solução “pós-moderna”, rápida e astuta, é a ideologia por excelência. Tudo depende de persistirmos nesta posição impossível: embora nenhuma linha demarcatória clara separe a ideologia da realidade, devemos, ainda assim, sustentar a tensão que mantém viva a crítica da ideologia. Talvez, seguindo Kant, possamos chamar esse impasse de “antinomia da razão crítico-ideológica”: a ideologia não é tudo; é possível assumir um

história intelectual na ótica marxista, se aproxima do que Postone (2014, p. 55) classifica como teoria histórica da subjetividade, argumentando que “as possibilidades de distanciamento crítico e heterogeneidade são geradas socialmente a partir do interior da estrutura do próprio capitalismo”.¹⁴

A história intelectual, em abordagem marxista, refere-se em grande parte à crítica da ideologia “em-si”; ou seja, “a noção imanente da ideologia como doutrina, conjunto de ideias, crenças, conceitos e assim por diante, destinada a nos convencer de sua ‘veracidade’, mas, na verdade, servindo a algum inconfesso interesse particular do poder”, sendo que seu objetivo é “discernir a tendenciosidade não reconhecida do texto oficial, através de suas rupturas, lacunas e lapsos” (Zizek, 1996, p. 15). É nesse sentido que Quentin Skinner (2017) considera que a história intelectual deva ser escrita como história das ideologias,¹⁵ em seu processo de formação e mutação: essa leitura permite iluminar o papel político dos fatores intelectuais, estabelecendo as conexões ente o mundo da ideologia e da ação política (Jasmin, Feres Júnior, 2006, p. 17).

Embora Skinner não seja um historiador marxista, nem compartilhe completamente da noção marxista de ideologia, suas proposições tampouco negam o marxismo. Na realidade, suas críticas à História das Ideias, acusada de criadora de mitologias históricas, coincidem com uma concepção materialista-histórica da cultura.¹⁶ Para Skinner, (2017, p. 367), o verdadeiro

lugar que nos permite manter a distância em relação a ela, mas esse lugar de onde se pode denunciar a ideologia tem que permanecer vazio, não pode ser ocupado por nenhuma realidade positivamente determinada; no momento em que cedemos a essa tentação, voltamos à ideologia” (Ibid., p. 22-23).

¹⁴ “Essa teoria da constituição social da subjetividade (inclusive a subjetividade crítica do seu próprio contexto) se opõe à noção implicitamente funcionalista de que só é socialmente formada a consciência que afirma ou perpetua a ordem existente. Ela se opõe também à noção dissimuladamente associada à primeira de que a possibilidade de consciência crítica, de oposição ou revolucionária deva estar ontológica ou transcendentalmente enraizada em elementos da vida social supostamente não capitalistas. [...] Ver o capitalismo como contraditório nesses termos permite uma crítica social que é autorreflexivamente consistente e que compreende a si mesma como referência ao seu contexto” (Postone, 2014, p. 55).

¹⁵ Para Marx e Engels (2007), a ideologia não tem história, o que não significa afirmar sua existência transcendental e a-histórica; mas justamente o oposto. A ideologia não existe enquanto um espírito transcendental para além da história – suas transformações não dependem de si própria, mas da “transformação das relações sociais e, portanto, das relações econômicas e políticas” (Chauí, 2012, p. 137). A proposta de Skinner de “história das ideologias” é coincidente com a concepção marxista pois também parte do pressuposto que as ideias não são universais e transcendentais, cujos significados são os mesmos em qualquer tempo histórico. Justamente por isso a História das Ideias, nos moldes de Paul A. Lovejoy, é alvo das críticas de Skinner: ao abstrair dos contextos particulares nos quais as ideias foram produzidas, perde-se de vista sua articulação política, sua função enquanto ideologia. Em outras palavras, a história intelectual (cultural) não existe em separado do conjunto da história econômica, social e política. Assim, a ideologia não possui uma trajetória autônoma: sua história é a própria história dos homens e mulheres em suas relações sociais reais.

¹⁶ Segundo Marcelo Jasmin e João Feres Júnior (2006), um dos principais objetivos do esforço intelectual de Skinner é “promover uma total revisão das abordagens mais influentes do estudo da história do pensamento político que, segundo o autor, incorrem no erro frequente de projetar expectativas do presente sobre o estudo de autores do passado, produzindo interpretações que não correspondem ao que esses autores de fato pretenderam comunicar através de seus escritos. Skinner chama essas variantes, que segundo ele incorrem em falácia metodológica, de mitologias da história do pensamento” (p. 14-15). Skinner aborda detalhadamente as mitologias

significado de uma obra de teoria política só pode ser compreendido em face ao debate intelectual no qual estava inserida. Isso porque o campo do pensamento, das ideologias, não está à margem da vida social e política. Como já argumentava Marx, a ideologia é resultado da realidade histórica, das relações sociais históricas que os homens e mulheres reais estabelecem entre si. Assim, os intelectuais, em sua produção teórica, não buscam responder a perguntas universais, muito embora suas formulações possam assumir a forma da universalidade.¹⁷ Cabe ao historiador crítico justamente identificar em tais formulações a intervenção política “de atores particulares, em resposta a conflitos também particulares, em contextos políticos específicos e no interior de linguagens próprias ao tempo de sua formulação” (Jasmin, 2005, p. 28).

As conclusões de Skinner derivam da teoria dos atos de fala de John Austin, para quem “a análise da sentença cede lugar à análise do ato de fala, do uso da linguagem em um determinado contexto, com uma determinada finalidade e de acordo com certas normas e convenções” (Jasmin, 2005, p. 28). Assim, sua proposta para história intelectual desloca o objeto da análise “do conteúdo abstrato da doutrina para a ação ou performance do autor num jogo de linguagem historicamente dado” (Jasmin, 2005, p. 28). Colocando em diálogo as concepções de Skinner e a crítica da ideologia marxista, entende-se que o objeto da história intelectual é justamente “uma tensão não refletida entre o conteúdo enunciado explicitamente no texto e seus pressupostos pragmáticos” (Zizek, p. 16).

Para Skinner, cabe à história intelectual a reconstrução do contexto linguístico de maneira que seja possível iluminar os sentidos de determinada obra política. Aqui, é necessária uma delimitação cautelosa da linguagem, evitando a naturalização desta categoria. Do ponto de vista materialista histórico, a linguagem é uma relação histórica e socialmente determinada, é produto da história humana. Assumir a linguagem como auto evidente, como uma realidade existente para além da ação humana, é uma forma de alienação no sentido hegeliano do termo.

que identifica nas correntes tradicionais da história intelectual no artigo *Significado e interpretação na História das Ideias*.

¹⁷ As ideias da classe dominante, operando como ideologia, assumem sempre a forma da universalidade, em busca de ocultar o fato de serem, na realidade, as ideias específicas de uma classe, e não de toda a sociedade. Sobre isso, Chauí (2012, p. 108-109) apresenta como exemplo a revolução burguesa na Europa: “a burguesia, ao elaborar as ideias de igualdade e de liberdade como essência do homem, faz com que se coloquem ao seu lado como aliados todos os membros da sociedade feudal submetidos ao poder da nobreza, que encarnava o princípio da desigualdade e da servidão. Para poder ser o representante de toda a sociedade contra uma classe particular que está no poder, a nova classe emergente precisa dar às suas ideias a maior universalidade possível, fazendo com que apareça como verdadeiras e justas para o maior número possível de membros da sociedade. Precisa apresentar tais ideias como as únicas racionais e as únicas válidas para todos. Ou seja, a classe ascendente não pode aparecer como uma classe particular contra outra classe particular, mas precisa aparecer como representante de toda a sociedade, dos interesses de todos contra os interesses da classe particular dominante. E consegue aparecer assim universalizada graças às ideias que defende como universal”.

Dentre as inúmeras formas de alienação, a mais frequente ocorre na linguagem. [...] A palavra “amor” é tomada como símbolo do fato amor, mas assim que é pronunciada ela tende a assumir vida própria tornando-se uma realidade. Fico na ilusão que pronunciar a palavra equivale a ter a experiência, e em breve digo a palavra sem nada sentir, exceto o pensamento do amor expresso pela palavra. *A alienação da linguagem demonstra toda a complexidade da alienação.* A linguagem é uma das mais preciosas conquistas humanas; evitar a alienação deixando de falar seria tolice - contudo, é mister ter sempre em conta o perigo da palavra falada tender a substituir a experiência vivida. O mesmo aplica-se a todas as outras realizações do homem: ideias, arte, qualquer espécie de objetos criados pelo homem. Eles são criações do homem, ajudas valiosas para a vida; no entanto, cada uma é também uma armadilha, uma tentação para confundir a vida com coisas, experiência com artefatos, sentimento com capitulação e submissão (Fromm, p. 51-52) [Grifo da autora].

Certamente, o contexto linguístico, isto é, o “estado da língua, no seu léxico e na sintaxe, os utensílios e a linguagem científica disponíveis, e também esse suporte sensível do pensamento que é o sistema de percepções” (Chartier, 2002, p. 37), é essencial para a leitura dos sentidos das ideias políticas de forma a evitar os anacronismos.¹⁸ Mas, aqui, a linguagem já é entendida como cultura e, portanto, como produção humana em determinadas condições históricas. O contexto histórico, social e político, é, portanto, a base do contexto linguístico, e não o contrário. Assim, esta pesquisa propõe o diálogo entre as concepções sobre história intelectual de Skinner com a crítica da ideologia, buscando identificar os significados particulares que os intelectuais atribuíram às ideias em determinados contextos históricos, entendendo que estes significados encontram suporte objetivo na própria realidade. Cabe ao historiador, identificar de que maneira estes dois polos se relacionam no contexto de sua investigação.

¹⁸ A noção de “contexto linguístico”, de Skinner, se aproxima da noção de “utilização mental” de Lucien Febvre, entendida como o complexo de traços filosóficos, psicológicos e estéticos de um período. Há uma relação entre as proposições de Febvre e Skinner sobre o campo da história intelectual. Para o primeiro, a tarefa dos historiadores do movimento intelectual é reagir perante os escritos que, em sua época, dela se reclamam, buscando “reencontrar a originalidade irreduzível a qualquer definição a priori, de cada sistema de pensamento, na sua complexidade e nas suas mudanças” (Chartier, 2000, p. 33). A partir daí, Febvre critica a História das Ideias por seu universo de abstrações, onde o pensamento surge ilimitado, sem qualquer dependência; além de isolar as ideias do conjunto das manifestações culturais de sua época. Para ele, o essencial era “mostrar que uma catedral gótica, o mercado central de Ypres... e uma dessas grandes catedrais de ideias como as que Etienne Gilson nos descreve em seu livro – são filhos de um mesmo tempo. Irmãos criados no mesmo lar” (Ibid, p. 35). Embora Skinner não esteja tão preocupado em encontrar a relação entre estas diversas manifestações e um certo “espírito do tempo”, assim como Febvre compreende que as ideias de um tempo representam (tentativas de) respostas às perguntas daquele tempo, e dependem dos instrumentos materiais e conceituais disponíveis à sua época. Nas palavras de Skinner (2017, p. 397): “Qualquer afirmação é inevitavelmente a materialização de uma intenção particular e, portanto, é específica para seu contexto ao ponto que seria simplista tentar transcendê-lo. A conclusão não é somente que os textos clássicos dizem respeito a suas próprias perguntas e não as nossas; é também que [...] não existem problemas perenes em filosofia. Existem somente respostas individuais a perguntas individuais e, potencialmente, existem tantas questões quanto questionadores”. Para mais sobre a história intelectual dentro do grupo dos Annales, consultar o capítulo *História intelectual e histórias das mentalidades: uma dupla reavaliação* (Ibid).

Um ponto central das proposições de Skinner é iluminar as intenções dos autores em seus atos de fala, isto é, a performance de seus discursos no debate intelectual e político em que estavam inseridos. O sentido de um ato de fala só pode ser alcançado por meio da análise do conteúdo e da performance do discurso, ou seja, os efeitos que o autor procurou causar a partir de seu discurso. Para esta pesquisa, recuperar as intenções dos autores no desenvolvimento de seu pensamento político é essencial, mas, com a ressalva, que as verdadeiras intenções dos autores, em grande parte, permanecem inconscientes aos próprios autores. Para Freud (2010), os conteúdos da consciência humana são, em cada caso particular, representações por substituição dos conteúdos do inconsciente, o verdadeiro motor do aparelho psíquico: as pulsões libidinais são administradas na consciência por meio de representações que mascaram sua verdadeira natureza libidinal.¹⁹ Ou seja, embora as intenções conscientes dos autores sejam de primeira importância, elas constituem apenas uma parte da totalidade das intenções daquele sujeito.²⁰ Feito esse adendo, corrobora-se com Skinner:

Uma dessas considerações é que não se pode afirmar, a respeito de nenhum agente, que tenham dito ou feito algo que jamais poderiam aceitar como uma descrição acertada daquilo que fizeram ou pretenderam dizer. Esta autoridade especial dos agentes sobre suas intenções não exclui a possibilidade de que um observador esteja em posição de oferecer uma explicação mais completa ou convincente de que os seus próprios agentes sobre suas ações. (A psicanálise está fundada sobre essa possibilidade). Mas isso exclui a possibilidade de que uma explicação sobre o comportamento de um agente possa sobreviver à demonstração de que esta depende do uso de critérios de descrição e classificação que não estavam disponíveis para o agente. Pois, se um enunciado ou qualquer ação foi realizado por um agente de maneira intencional, e possui um significado para o mesmo, qualquer explicação plausível sobre o que o agente pretende deve, necessariamente, recair sobre, e utilizar-se da, gama de descrições que esse agente poderia, em princípio, ter utilizado para descrever e classificar o que ele ou ela estavam dizendo ou fazendo. Caso contrário, a explicação resultante, ainda que convincente, não será uma explicação sobre o enunciado ou ação do agente (Skinner, 2017, p. 384).

¹⁹ A existência do inconsciente é o argumento central de toda a teoria psicanalítica freudiana e, portanto, está presente ao longo de toda a obra de Freud. Especificamente sobre o tema, consultar o texto *O inconsciente*, de 1915 (Freud, 2010, p. 99-150).

²⁰ Febvre também se posiciona contrariamente à tradição da história do campo intelectual que postula uma relação consciente e transparente entre as intenções dos autores e seus produtos, além de não atribuir a criação intelectual unicamente à capacidade de invenção individual. Febvre entende uma espécie de “espírito do tempo” que se manifesta na cultura, independentemente da vontade dos autores. É a partir desta noção que se explicam as convergências identificadas nas várias produções culturais de uma época. A ideia de um “espírito do tempo” é original de Hegel e, portanto, também influencia o marxismo. Porém, a apropriação materialista de Hegel por Marx o conduz a considerar este “espírito do tempo” como ideologia (no sentido em-si-para-si, de Zizek). Se existe um espírito do tempo que se materializa nas obras culturais da sociedade humana, este espírito do tempo só pode ser o reflexo (contraditório) das próprias relações humanas em uma determinada época histórica. Em ambos os casos, contudo, entende-se que as intenções conscientes dos autores constituem apenas parte da totalidade de suas motivações.

Assim, a principal contribuição de Skinner para a história intelectual é a crítica à História das Ideias que pressupõe a existência de um conjunto de questões universais às quais os diferentes autores, em diferentes momentos da história, tentam responder; e que, por isso, abstrai dos argumentos particulares de cada autor, o contexto de seu aparecimento, apresentando-os tão somente como contribuições destes autores para supostos debates perenes (Ibid.).²¹ Nesse sentido, a atividade intelectual, o ato do pensamento, é entendido como “uma atividade de esforço, não um mero manuseio de um caleidoscópio de imagens mentais” (Ibid., p. 386). Skinner argumenta que ao pensarmos sobre o mundo a nossa volta “nos engajamos em uma luta contra palavras e significados muitas vezes intolerável; ultrapassamos os limites de nossa inteligência, nos confundimos e descobrimos, frequentemente, que as tentativas de sintetizar nossas perspectivas revelam, ao menos tanto desordens conceituais quanto doutrinas coerentes” (Skinner, 2017, p. 386).

Essa descrição conduz à reflexão sobre o próprio conceito de intelectual. Segundo Gramsci (2024), todos os homens e mulheres são intelectuais: “Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (p. 53-54) [Grifos no original]. Apesar disso, na sociedade capitalista, nem todos os homens cumprem a função de intelectuais em seu ofício – o pressuposto do capitalismo é justamente a separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Enquanto classe social, o que diferencia os intelectuais não é propriamente sua atividade, sua técnica, mas a forma de interação desta atividade com o conjunto total das relações sociais.²² Assim, os intelectuais não configuram uma classe autônoma, dotada de características próprias, mas pertencem a uma classe social e sua produção está diretamente ligada à forma como este se posiciona diante deste fato.²³ A produção intelectual, portanto, opera como “um espaço em que se desenvolve a disputa pela hegemonia” (Martins, 2011, p. 134).

²¹ Nas palavras de Skinner (2017, p. 397): “Qualquer afirmação é inevitavelmente a materialização de uma intenção particular e, portanto, é específica para seu contexto ao ponto que seria simplista tentar transcendê-lo. A conclusão não é somente que os textos clássicos dizem respeito a suas próprias perguntas e não as nossas; é também que [...] não existem problemas perenes em filosofia. Existem somente respostas individuais a perguntas individuais e, potencialmente, existem tantas questões quanto questionadores”.

²² “Quais os limites ‘máximos’ da acepção de ‘intelectual’? É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, das atividades de outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que a personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais. Na verdade, o operário ou o proletário, por exemplo, não se caracterizam especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais [...]” (Gramsci, 2024, p. 18).

²³ A determinação da consciência pelo ser social não constitui um processo automático, sendo central, portanto, a atitude do sujeito perante as contradições que lhe aparecem na realidade social. Sobre isso, Lukács (2015) argumenta: “A burguesia possui somente a aparência de uma existência humana. Entre aparência e realidade,

Aqui, há a aproximação entre os conceitos de hegemonia e ideologia, muito embora não sejam sinônimos. A hegemonia é a ideologia dominante de um determinado período histórico, que corresponde à sua classe dominante. Para Gramsci (2024, p. 21), os intelectuais são os mediadores da classe dominante no exercício de funções subalternas da hegemonia, cumprindo o papel de buscar estabelecer o “consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e função no mundo da produção”, assim como, compõem o “aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’ [...] nos quais desaparece o consenso espontâneo”. Na sociedade capitalista, a produção dos intelectuais burgueses, sob formas variadas, está relacionada, portanto, à “necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe” (Gramsci, 2024, p. 15).

A partir desta concepção acerca da ideologia e do trabalho intelectual, o objetivo é compreender a particularidade dos intelectuais sul-americanos considerando seus contextos históricos específicos, estruturalmente marcados pela formação do capitalismo dependente. Voltando a Robert Schwarz (2000, p. 31), entende-se que a matéria do autor é “historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência”. Logo, a particularidade da produção intelectual e literária brasileira, mas também de outros países de formação histórica dependente, conduz a reflexão sobre a própria situação de dependência que impôs a reprodução das ideias europeias “sempre em sentido impróprio” (Ibid., p. 29). Ao longo da dissertação, a posição particular dos intelectuais sul-americanos será abordada com mais ênfase, considerando ser este um elemento central para os objetivos da pesquisa.

Justamente por considerar que as ideias carregam em si o processo histórico que as constitui, sendo que esse processo é permeado por contradições, esta pesquisa não parte de nenhuma definição pré-concebida sobre o conjunto de ideias que pretende analisar. Pelo contrário, uma possível definição dessas ideias e seus sentidos históricos só pode surgir como resultado da pesquisa. Atualmente, um grande número de historiadores, sociólogos e cientistas políticos se concentra na conceituação de um “mínimo fascista” nos moldes de um tipo ideal weberiano, buscando uma explicação lógica e concisa sobre o fascismo enquanto um

portanto, deve surgir em cada indivíduo da classe burguesa uma viva contradição; depende então, em grande parte, do próprio indivíduo se ele deixará que essa contradição adormeça, por efeito de narcóticos ideológicos que sua classe continuamente ministra, ou se ela permanecerá viva nele e o conduzirá a romper inteira ou, pelo menos, parcialmente os véus enganadores da ideologia burguesa. Na esmagadora maioria dos casos, naturalmente, será a consciência burguesa de classe que levará a melhor. *Aqui também seu domínio não é automático, não é isento de contrastes, não se afirma sempre sem luta*” [Grifo da autora].

fenômeno.²⁴ Esse tipo de abordagem corre o risco de se aproximar das mitologias históricas típicas da História das Ideias na medida em que reúne, sob uma mesma explicação genérica, distintas experiências históricas. Isso não significa que não existam semelhanças entre as experiências de tipo fascista. Certamente existem, e são significativas. Mas a busca incessante por um “mínimo fascista”, isto é, uma característica universalmente compartilhada por todas as experiências fascistas da história, pode ofuscar justamente a característica histórica dos casos individuais, aquilo que os torna específicos. Nada daquilo que é universal pode explicar o particular, muito embora um não possa ser compreendido sem o outro. Assim, esta pesquisa emprega “fascismo” e “antisemitismo” como conceitos apenas na medida em que eles refletem os próprios contextos históricos de formação. E por isso mesmo não estão livre de contradição.

Os limites de uma abordagem com base em um tipo ideal weberiano são ainda mais graves quando se trata de analisar experiências sul-americanas pois, aqui, há uma condição estrutural que caracteriza a posição particular do continente na divisão internacional do trabalho: a dependência. Um dos argumentos centrais desta pesquisa é que a dependência atravessa toda a formação social dos países sul-americanos e, por isso, aqui, as ideias importadas assumem um significado particular, próprio das contradições da periferia do capitalismo.²⁵

Cabe destacar a crítica de Paxton ao “fascismo genérico”. Embora não seja marxista, o autor sintetiza de forma bastante clara os limites das abordagens genéricas, que tendem a focar em um certo conjunto de ideias e características programáticas para delimitar a “natureza do fascismo”. Sobre isso Paxton (1998, p. 7) afirma:

²⁴ Atualmente um dos mais destacados historiadores sobre o fascismo é o britânico Roger Griffin. Em certa medida ele inaugura a tendência atual da aplicação de um conceito genérico de fascismo, argumentando que este representa “um gênero de ideologia política cujo núcleo mítico, em suas várias permutações, é uma forma palingenética do populismo ultranacionalista” (Griffin, 1993, s.p.). Ou seja, para ele, a característica mais definitiva do fascismo é o recurso ao mito da regeneração nacional atrelado à mobilização de certos aspectos da cultura popular. Embora a obra de Griffin seja particularmente interessante ao tratar do modernismo fascista, os limites da aplicação desse conceito genérico de fascismo, especialmente aos casos sul-americanos, enfraquecem a contribuição de Griffin para os propósitos desta pesquisa. Para um panorama das principais obras do autor sobre o tema, consultar Griffin, 1993, 2015, 2018. No Brasil, Rafael Athaides (2014) se destaca com o argumento sobre a aplicabilidade do conceito de “fascismo genérico” para os casos sul-americanos.

²⁵ Griffin desenvolve uma breve reflexão sobre a aplicação do conceito genérico de fascismo para além dos típicos casos europeus no artigo *Decentering Comparative Fascist Studies* (2015), no qual chega a argumentar que o crescimento de estudos sobre os “fascismos periféricos” pode contribuir em muito para a elaboração mais bem acabada do conceito. Contudo, as categorias “centro” e “periferia” são reificadas na análise de Griffin, abstraindo da crítica marxista que funda as próprias categorias. A divisão internacional do trabalho típica do capitalismo moderno não é identificada como a base material que separa os países em “centro” e “periferia”, o que justificaria, portanto, o uso dessas categorias. Apesar de Griffin distinguir os fascismos europeus dos fascismos periféricos, ambos são abarcados pelo mesmo quadro explicativos, desconsiderando, assim, exatamente a característica histórica que torna os movimentos fascistas da periferia do capitalismo específicos em relação aqueles do centro do capitalismo.

Os programas são tão facilmente sacrificados em razão da prática fascista que, em certo ponto, eu estava tentado a reduzir o papel da ideologia no fascismo ao simples funcionalismo: os fascistas propõem qualquer coisa que serve para atrair a multidão, solidificar a massa de seguidores, ou reafirmar cúmplices da elite. Isso seria uma grosseira simplificação. As ideias contam no fascismo, mas devemos precisar exatamente quando e onde elas contam. [...] No início sua promessa radical de uma renovação espiritual e cultural, restaurando a comunidade nacional, ajuda os fascistas a recrutarem um amplo e variado público, incluindo alguns respeitáveis intelectuais. [...] Mas apenas distanciando-se destes primeiros elementos programáticos radicais que ameaçavam os conservadores que certos movimentos fascistas foram capazes de exercer poder. [...] As contradições que obscurecem toda a leitura dos textos fascistas podem ser resolvidas, portanto, apenas através do estudo das escolhas feitas pelos fascistas em suas ações diárias [Tradução livre].

Por essas razões, esta pesquisa não parte de uma teoria pré-determinada sobre a natureza do fascismo, mas pretende uma crítica do fascismo a partir do marxismo. Nesse sentido, não importa tanto uma caracterização formal dos movimentos que constituem seu objeto de estudo, mas a análise do processo em suas próprias contradições. Por ora, cabe uma breve delimitação histórica das ideias fascistas e antissemitas, partindo da dialética materialista-histórica.²⁶

Segundo Marcuse (1997, p. 47), as ideias que, na década de 1920, confluíram no fascismo surgiram na disputa filosófica e científico-metodológica com o racionalismo, o individualismo e o materialismo – concepções típicas da filosofia ocidental do século XIX. Daí nasceu o realismo heroico-popular, uma nova visão de mundo que pretendia dar conta de certas contradições aparentes do liberalismo – o último entendido abstratamente como “as ideias de 1789”, o humanismo e o pacifismo, o intelectualismo ocidental, o individualismo egoísta, a exposição da nação às disputas de interesses de determinados grupos sociais, igualização abstrata, sistema partidário, hipertrofia da economia, tecnicismo e materialismo desagregadores; ou seja, “liberal é o inimigo político, independentemente de sua posição, e enquanto tal ele é representante do ‘mal’” (Ibid, p. 51).²⁷

Embora a tradição antissemita na Europa seja muito anterior ao surgimento do fascismo, a partir de meados do século XIX, ela se misturou com o realismo heroico-popular. Sternhell (1994) considera que a primeira síntese fascista foi realizada justamente pela extrema-direita

²⁶ A análise de Nicolas Poulantzas sobre o fascismo também constitui uma das bases da argumentação proposta nesta pesquisa, muito embora não haja referências diretas ao autor ao longo do texto. Isso se justifica com base na convergência entre seus argumentos e de outros autores marxista referenciados na pesquisa, como Marcuse e Postone. Para aprofundamento, consultar o livro *Fascismo e Ditadura* (Poulantzas, 1978).

²⁷ Cabe destacar que a delimitação do inimigo político a partir desta abstração é um dos traços irracionistas mais evidentes do fascismo. Como aponta Marcuse (1977, p. 51), a dimensão histórica está completamente ausente: “De modo algum as ideias de 1789 sempre foram a bandeira do liberalismo: ao contrário, foram por ele até mesmo combatidas. O liberalismo foi um dos pilares mais vigorosos da exigência por uma nação forte; as causas do pacifismo e do internacionalismo nem sempre foram as suas, e com muita frequência ele tolerou pesada intervenções do Estado na economia. O restante é uma ‘visão de mundo’ vaga, cuja correspondência com o liberalismo é discutível”.

francesa, notadamente antissemita. Maurice Barrès, o primeiro a utilizar o termo nacional-socialismo, atribuiu um papel fundamental ao antissemitismo moderno na ação política, considerado como “o melhor meio para integrar o proletariado à comunhão nacional, providenciando o terreno ideal no qual as divisões sociais poderiam ser superadas e a nação inteira mobilizada, e, portanto, transformou a simples xenofobia e o sentimento antijudaico em conceitos políticos de primeira magnitude” (Sternhell, 1973, p. 52) [Tradução livre]. O conceito de nação enquanto uma força política, portanto, estava intimamente relacionado ao antissemitismo.²⁸

Para Postone (2021, p. 42), a ascensão do darwinismo social e das teorias orgânicas do Estado, que deram o suporte intelectual para o desenvolvimento do fascismo, estava relacionada às transformações ideológicas a partir da consolidação do capitalismo industrial, quando a visão mecanicista hegemônica na filosofia dos séculos XVII e XVIII foi suplantada pela compreensão da sociedade e da história em termos biológicos. Vale destacar, porém, o íntimo vínculo entre tais teorias organicistas e a tradição racionalista e universalista dominante na filosofia europeia até então. No próprio núcleo do sistema liberal, e suas representações ideológicas, é possível localizar uma explicação da sociedade que retrocede à uma suposta natureza harmonizadora para desviar a atenção de uma ordem social contraditória, assim como faz o fascismo ao apelar ao sangue e à raça (Marcuse, 1997, p. 56). Esse bio-historicismo serviu efetivamente como legitimação do imperialismo europeu na virada do século XIX para o século XX; assim como o liberalismo clássico fora a forma predominante da ideologia nos primórdios do capitalismo. Ou seja, “para justificar a dominação de um pequeno grupo de homens sobre a multidão [...] o exercício do poder político por governantes aos quais os governados se submetem; a detenção dos meios de produção por uns poucos para os quais o grosso da população trabalha” (Châtelet, 2000, p. 263).

Um dos pioneiros dessa vertente foi o francês Arthur de Gobineau. Em *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853), o autor argumentava que o “percentual de civilização é proporcional ao percentual de sangue ariano na população em questão” (Ibid., p. 266). Nesta perspectiva, a miscigenação era entendida como a causa da degenerescência racial da humanidade, processo tão mais agravado frente ao fato que a expansão colonial “aumentava as oportunidades de intercuro sexual entre raças e povos” (Cruz, 2004, p. 72). A mistura entre as

²⁸ Maurice Barrès foi um escritor francês, considerado, ao lado de Charles Maurras, como um dos pilares do nacionalismo orgânico na França na virada do século XIX. Influenciado por Edmund Burke e Hippolyte Taine, Barrès entendia a nação como uma entidade orgânica fundada a partir de uma relação comum com a terra, a história e as tradições. Para mais sobre o antissemitismo na obra de Maurice Barrès, consultar o artigo *National Socialism and Antisemitism: The Case of Maurice Barrès* (Sternhell, 1973).

raças ditas superiores e as ditas inferiores era, portanto, considerada como o elemento decisivo na instabilidade política e econômica de certos países, nomeadamente aqueles que anteriormente foram posses coloniais.

Na Inglaterra, seguindo o desenvolvimento de uma corrente identificada como darwinismo social – muito embora as contribuições de Lamarck sobre a origem das espécies tenham sido mais influentes que as de Darwin para este grupo²⁹ – destacam-se Herbert Spencer, quem primeiro utilizou a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, em 1864; e Walter Bagehot, que toma de empréstimo a noção progressista da história humana, dividindo-a em etapas, sendo a Europa, o centro do progresso.³⁰ Já na década de 1880, o estadunidense William Sumner consolidou a definição de civilização como a sobrevivência dos mais aptos, bem como seu contrário: a manutenção dos menos aptos corresponde à anti-civilização. Entendendo a competição como uma lei da natureza, Sumner argumentava que qualquer interferência por parte do Estado acabaria por “minar radicalmente a civilização”. Segundo esta lógica, ele chegou a afirmar que “os milionários [...] são um produto da seleção natural” (Williams, 2011, p. 121).

Não coincidentemente essas teorias foram desenvolvidas no momento de gênese do imperialismo – as décadas de 1860 e 1870 na Inglaterra – e popularizaram-se nos anos subsequentes, especialmente com o projeto neocolonial da virada do século, a expressão política do imperialismo (Lênin, 2021).³¹ Com base nisso, Raymond Williams (2011, p. 121) argumenta:

²⁹ “É bastante significativo que por todo esse processo – passando por Spencer até Bagehot, Sumner e outros – a principal herança genética assumida como biológica é a de Lamarck, e não de Darwin: em outros termos, a herança física de características adquiridas ao invés do tipo de variação na adaptação ao meio em que Darwin confiava. Spencer continuou a acreditar em Lamarck muito depois de Darwin, e o conceito de herança física deu aos ideólogos do darwinismo social, nesse sentido, uma oportunidade particularmente afortunada para alterar uma modalidade de competição absolutamente aberta quando o assunto fosse a preservação da propriedade familiar. [...] Mas, se tivermos uma noção lamarckiana da herança física, então podemos racionalizar a família e a propriedade familiar como precisamente a continuação do que podemos ver como a melhor e mais forte espécie” (Williams, 2011, p. 121-122).

³⁰ “Primitivo ou preliminar: o estágio militar no qual as relações humanas são basicamente as do conflito armado. Há então um estágio civilizado em que ele pensava estar vivendo, um estágio de ordem no qual o conflito é resolvido pelo debate. Bagehot realmente acreditava que nas sociedades humanas havia uma competição intrínseca: não exatamente de todos contra todos, de indivíduo contra indivíduo, mas uma competição intrínseca pela melhor forma de sociedade. Uma noção de como uma sociedade deveria ser teve de competir com todas as outras noções e, de certo modo, o que emergiu como uma noção constitucional de qualquer Estado particular foi a noção superior. Mas só poderia ser assim, contudo, em um período de discussão ordenada, distinto de um período de conflito militar no qual uma ideia superior poderia ser destruída por um inimigo fisicamente superior. A Europa, por ser uma área central de conflito entre Estados fundados sobre noções e ideias diversas de política social e de religião, era também o centro do progresso” (Williams, 2011, p. 120).

³¹ “Para a Inglaterra, o período de enorme intensificação das conquistas coloniais corresponde aos anos 1860 a 1890 e é muito considerável nos últimos vinte anos do século XIX. Para a França e Alemanha, corresponde exatamente a estes vinte anos. Vimos antes que o período de desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista [...] vai de 1860 a 1870. Estamos vendo agora que, exatamente depois desse período, começa a enorme ‘ascensão’ das conquistas coloniais, que agrava até um grau extraordinário a luta pela partilha territorial do mundo. Não há dúvida, portanto, de que a passagem do capitalismo ao patamar do capitalismo monopolista, ao capital

Não surpreende que Sumner quase de imediato ecoado por John D. Rockefeller, que disse que o crescimento de um grande negócio é meramente a sobrevivência do mais apto, e fez uma analogia de certa beleza com uma nova roseira florescendo que teve de ter seus botões menores arrancados antes de atingir a perfeição. *Os processos de monopólio industrial que estavam ocorrendo naquele tempo poderiam ser racionalizados como produtos dos melhores florescimentos ou do próximo estágio da espécie social* [Grifo da autora].

Os limites do liberalismo clássico, profundamente racionalista, foram postos em xeque com a transição para o imperialismo. Foi a partir da racionalização do direito e da empresa, segundo Weber, que o capitalismo se expandiu enormemente durante sua época liberal. Essa racionalização é essencialmente privada: “vincula-se à práxis racional do sujeito econômico individual ou a uma multiplicidade de sujeitos econômicos individuais” (Marcuse, 1997, p. 60). Como teoria social, o liberalismo postula que essa racionalização (privada) resulta na “racionalidade da práxis liberal como um todo e no todo” (Idem). Porém, o todo (a sociedade) está sempre abstraído da crítica racional. A harmonia entre os interesses privados e os interesses gerais da sociedade é dada como um pressuposto: ela seria produto “*por si própria* do livre desenvolvimento da práxis privada; por princípio ela não é submetida à crítica, por princípio não faz parte do projeto racional da práxis” (Idem) [Grifo no original]. Ou seja, apesar da base racionalista, o liberalismo já apresentava fortes traços irracionais na medida em que o funcionamento da sociedade como um todo dependia de um elemento externo à própria crítica racional.³² A práxis liberal era entendida como uma característica humana essencial, primordial, natural.³³

financeiro, está conectada ao agravamento da luta pela partilha do mundo” (Lenin, 2021, p. 102-103). Mais adiante em sua obra, ele acrescenta: “A política colonial e o imperialismo existiam já antes do mais recente patamar em que se encontra o capitalismo e até antes do capitalismo. [...] Mas as considerações “gerais” sobre o imperialismo que esquecem ou relegam a segundo plano as diferenças radicais entre as formações econômico-sociais convertem-se inevitavelmente em banalidades vazias [...]. Mesmo a política colonial capitalista dos estágios anteriores do capitalismo é essencialmente diferente da política colonial do capital financeiro. A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes proprietários. [...] A posse de colônias é a única coisa que dá plenas garantias ao sucesso do monopólio contra todas as contingências da luta com o oponente, mesmo quando procura se defender com uma lei que implante o monopólio estatal” (Ibid., p. 107-108).

³² “O todo social, por força de sua caracterização como tal, converte-se, de realidade efetiva independente e primária frente aos indivíduos, em um valor independente e primário: o todo, enquanto todo, é o verdadeiro e autêntico. Não se cogita perguntar se, antes de mais nada, qualquer todo não precisaria comprovar para os indivíduos até que ponto conserva os potenciais e as necessidades dos mesmos. Na medida em que, em vez de se situar no fim, o todo se desloca ao início, seria interrompido o caminho da crítica teórica e prática que conduz a ele. O todo seria mistificado programaticamente: ele ‘não pode ser tocado pelas mãos, nem visto pelos olhos externos. Há necessidade de concentração e de profundidade de espírito para discerni-lo com os olhos interiores’. Na teoria política *o povo* (*Volk*) funciona como instância de representação real desse todo, como uma unidade e um todo que são essencialmente ‘natural-orgânicos’, pre-existindo [sic] a qualquer diferenciação da sociedade em classes, grupos de interesse etc.” (Marcuse, 1997, p. 50) [Grifo no original].

³³ “O liberalismo enxerga por trás das forças e relações econômicas da sociedade capitalista leis ‘naturais’, que se revelarão em toda sua naturalidade saneadora desde que se permita seu desenvolvimento livre e sem interferência

Na virada para o século XX, a promessa de harmonia e felicidade geral do liberalismo se revelou flagrantemente insustentável com as sucessivas crises econômicas e graves ameaças de guerra no continente europeu. Nesse momento, na tentativa de justificar a harmonia e coerência do todo social, os intelectuais burgueses recorreram às forças irracionais, o sangue e a raça,³⁴ ao passo que mantiveram intocada a estrutura social típica do liberalismo, a dizer, “a liberdade do sujeito econômico individual em dispor da propriedade privada e a garantia jurídico-estatal dessa liberdade de disposição” (Marcuse, 1997, p. 52). Nesse sentido, as teorias bio-historicistas apreenderam momentos decisivos da interpretação liberal da sociedade, reinterpretando-os e desenvolvendo-os conforme às mudanças nas condições econômico-sociais. A partir de então, a razão liberal foi funcionalizada em nome do sangue, da raça e da terra, convertendo-se, ao fim e ao cabo, no irracionalismo típico do realismo heroico-popular.³⁵ Segundo Marcuse (Ibid, p. 61), os fundamentos econômico-sociais que correspondem à transição do racionalismo liberal ao irracionalismo totalitário repousam “na mudança da sociedade capitalista do capitalismo mercantil e industrial, edificado sobre a livre concorrência dos empresários individuais e autônomos, ao moderno capitalismo monopolista, em que as relações de produção modificadas [...] exigem um Estado forte, mobilizador de todos os meios de poder”.

O racismo científico e a noção evolucionista da história foram elementos comuns entre todas essas teorias, que assumiam a superioridade da raça originária na Europa frente às demais. Para Hippolyte Taine, a raça era o fator determinante na produção da cultura: supostamente, os arianos eram orientados pelo belo e pelo sublime, concebendo o modelo social ideal para conquistar a ternura e o entusiasmo da humanidade. Em contrapartida, para o autor, as raças semíticas careciam de metafísica e, por isso, seu espírito era tenso, reduzido à paixão e à ação, incapazes de refletir (Châtelet, 2000, p. 264). Pretensamente científicas, essas teorias serviram como legitimação ideológica do projeto neocolonial na África e Ásia, alimentando a narrativa

artificial. [...] Existe uma ‘natureza das coisas’ que independentemente da intervenção e do poder dos homens é caracterizada por suas próprias leis, característica que sempre se recompõe apesar de todas as interferências” (Ibid, p. 55).

³⁴ “Ergue-se [...] o sangue contra o entendimento formal, a raça contra o finalismo racional, a honra contra o lucro, o compromisso da ordem contra o arbítrio disfarçado de ‘liberdade’, a totalidade orgânica contra a dissolução individualista, a disposição à luta contra a segurança burguesa, a política contra o primado da economia, o Estado contra a sociedade, o povo contra o homem isolado e a massa” (Krieck in Marcuse, 1997, p. 47).

³⁵ “Mediante a privatização da razão, a edificação racional da sociedade é privada de seu objetivo final (do mesmo modo que, no irracionalismo, é privada de sua diretriz inicial mediante a funcionalização da razão). [...] A estrutura e a ordem do todo em última análise são abandonadas a forças irracionais: a uma ‘harmonia’ acidental, a um ‘equilíbrio natural’. Por isso o racionalismo liberal perde a capacidade de sustentação tão logo a ‘harmonia’ geral se torne progressivamente implausível com o agravamento dos contrastes sociais e das crises econômicas” (Ibid, p. 60).

do “fardo do homem branco”. Dito de outra forma, por se considerarem biologicamente superiores, os europeus tinham não somente o direito, mas o dever de colonizar as terras onde ainda imperava a selvageria, levando-lhes as luzes do progresso.³⁶ O que a ideologia do progresso deixava inconfesso, nessas proposições, era justamente o processo histórico real, ou seja, a violência da (neo)colonização. Nas palavras de Benjamin (2020, p. 117): “Não há um documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie. E assim como a cultura não está livre de barbárie, assim também ocorre com o processo de sua transmissão, na qual ela é passada adiante”.

No final do século XIX, houve o encontro definitivo entre essas teorias bio-historicistas e uma forma popular de antissemitismo. A França foi o palco dessa união, especialmente após o caso Dreyfuss, quando muitos intelectuais e lideranças políticas se destacaram pelo violento antissemitismo, como Maurice Barrès. Muitos dos autores mencionados anteriormente, seguindo a tradição conservadora,³⁷ criticavam duramente a Revolução Francesa e a modernização resultante deste processo, como Hippolyte Taine. O antissemitismo foi rapidamente incorporado à essa herança intelectual por obra de diversos autores. Edouard Drumont, por exemplo, em sua famosa obra *A França judaica* (1885), “pretende demonstrar que os judeus introduziram o capitalismo na França por causa de sua qualidade racial” (Châtelet, 2000, p. 243). Para Drumont, o ariano era agricultor, monge e soldado; enquanto o judeu era negociante por natureza, com vocação para “tudo o que for oportunidade de enganar seu semelhante” (Idem). Igualmente, Charles Maurras, uma das figuras mais influentes na formação da *Action Française* (AF), responsabilizava os judeus pelo processo revolucionário, argumentando, portanto, que “a Revolução procede na França de um esforço Estrangeiro” (Châtelet, 2000, p. 243). Assim, ganhou força, primeiramente em território francês, uma corrente conservadora contrarrevolucionária, intimamente ligada ao antissemitismo.

³⁶ É válido destacar o parentesco dessas teorias progressistas e racistas com a ideologia patriótica estadunidense, fundamental na conformação da identidade nacional no país. A ideia do homem virtuoso e forte cujo dever é espalhar a civilização e a democracia para o resto do mundo foi utilizada como justificativa ideológica em diversos momentos da história dos Estados Unidos, como a expansão para o Oeste e as inúmeras intervenções em países na América Latina e Oriente Médio. Sobre isso, Raymond Williams (2011, p. 164) argumenta: “Há uma variante interessante disso na teoria norte-americana de que um híbrido ainda mais vigoroso da raça anglo-saxã acabou por estabelecer-se nos Estados Unidos, e chegará o seu momento. A teoria geral dos arianos como uma raça com esses atributos tornou-se intensamente popular, e em um acometimento natural de auto-defesa, alguém reinventou os celtas. Pois se acompanharmos a lógica do argumento grosseiro da força pela competição, então chegamos ao imperialismo e às teorias racistas, embora possa haver escolhas diversas quanto à raça mais favorecida de acordo com o local de onde vivemos”.

³⁷ Aqui, entende-se o pensamento conservador como “expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: *o tempo e espaço da configuração da sociedade burguesa*” (Escorsim Netto, 2011, p. 41), fundamentalmente marcadas pelo interesse das antigas classes dominantes – clero e nobreza – em manter seu poder político e econômico frente à modernização capitalista.

Segundo Postone (2021, p. 33), o antissemitismo moderno emergiu na Europa no final do século XIX, incorporando “formas anteriores de antissemitismo, as quais tinham sido uma parte integrante da civilização ocidental durante séculos”. Embora todas as manifestações de antissemitismo compartilhem a atribuição de um enorme poder aos judeus,³⁸ em sua forma moderna, “o que caracteriza o poder imputado aos judeus [...] é o fato de ele ser misteriosamente intangível, abstrato e universal” (Idem). Aqui, o poder supostamente exercido pelos judeus sobre todo o conjunto da sociedade não se manifesta diretamente, mas por meio de suportes externos, como a política e a cultura.

Uma vez que o poder dos judeus, tal como concebido pela imaginação antissemita moderna, não é limitado concretamente, não é “enraizado”, presume-se que ele é de uma imensidão desconcertante e extremamente difícil de comprovar. Considera-se que está por trás dos fenômenos, mas não é idêntico aos mesmos. *A sua fonte é portanto considerada oculta - conspiratória*. Os judeus representam uma conspiração internacional extremamente poderosa e intangível (Ibid., p. 33-34) [Grifo da autora].

O antissemitismo moderno assumiu, portanto, a forma particular da teoria da conspiração. Para Postone, seu surgimento está relacionado à crise da cultura tradicional (de tradição monárquica e religiosa) que se desenrolou a partir da rápida modernização e o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa. Não à toa, para a *Action Française*, “o único antídoto concebido para sanar a mácula provocada pela democracia estaria no retorno das elites nobiliárquicas ao controle dos rumos políticos nacionais” (Cazetta, 2012, p. 11). A teoria da conspiração antissemita lançou a ideia de que a vida nunca mais seria a mesma após o desastre da modernização “e quaisquer que [fossem] sua posição, seu status e seus privilégios [seriam] retirados” (Liebel, 2017, p. 52). Por essa razão, ela foi extremamente apelativa aos setores conservadores, ligados à aristocracia e à Igreja, que buscavam manter sua influência na conformação da sociedade moderna, assim como à classe média – temendo sua proletarização – e às massas do lumpemproletariado – ou seja, “todos os inúmeros seres humanos cujo capital financeiro levou ao desespero e ao frenesi” (Trotsky, 2019, p. 56). Ao longo da dissertação, outros aspectos da história da teoria da conspiração antissemita serão apresentados com mais detalhes.

A partir deste referencial teórico, pretende-se investigar o principal objeto desta pesquisa: o diálogo entre os intelectuais integralistas e revisionistas no contexto da circulação

³⁸ “Aquilo que é comum a todas as formas de antissemitismo é o grau de poder atribuído aos judeus: o poder para matar Deus, para desencadear a peste bubônica e, mais recentemente, para introduzir o socialismo e o capitalismo. O pensamento antissemita é fortemente maniqueísta, com os judeus desempenhando o papel de filho das trevas” (Postone, 2021, p. 33).

de ideias fascistas e antissemitas na América Latina. A pesquisa de Vitor Raoni Marques (2014) contorna este objeto, focando especificamente na imprensa dos movimentos brasileiro e uruguaio. A proposta desta dissertação é aprofundar a investigação no que se refere à circulação de ideias e seus sentidos particulares nestes movimentos. De acordo com Marques, Gustavo Barroso foi o principal articulador deste diálogo – e a análise de fontes desta pesquisa confirma essa hipótese com documentos para além da imprensa. Entre 1935 e 1936, foram publicados onze textos sobre o integralismo brasileiro na recém-fundada revista uruguaia *Corporaciones*, sendo oito de autoria de Barroso, um de Plínio Salgado, um documento oficial da Ação Integralista Brasileira (AIB), e um artigo do uruguaio Adolfo Agorio sobre os intelectuais integralistas.

A princípio, a presença massiva de Barroso na revista uruguaia justificou a investigação sobre o antissemitismo, entendido, até então, como a ponte para o diálogo entre os grupos. A análise das fontes demonstrou que o antissemitismo propriamente dito não cumpriu essa função de maneira tão clara, considerando que, apesar do discurso antissemita ter sido amplamente utilizado como meio de propaganda política, especialmente pelos grupos revisionistas, ele foi silenciado no debate entre os intelectuais – seja na revista *Corporaciones*, seja na revista *Panorama*, ambas destinadas aos intelectuais dos movimentos revisionista e integralista, respectivamente. A constatação deste fato conduziu a pesquisa, portanto, à investigação da articulação do discurso antissemita como forma de propaganda política, assim como da tensão entre o conteúdo intelectual e o conteúdo propagandístico. Isso não quer dizer que o antissemitismo assume, aqui, um papel secundário; pelo contrário. No decorrer da pesquisa, verificou-se íntima relação entre a visão de mundo típica do fascismo e a forma do antissemitismo moderno, de maneira que não é surpreendente constatar o apelo da propaganda antissemita aos movimentos fascistas em seus momentos de maior radicalização.

Sobre o integralismo brasileiro, há uma grande produção historiográfica, produzida, sobretudo, nas duas décadas passadas. As pesquisas clássicas sobre o tema foram realizadas no âmbito das Ciências Sociais – Hélio Trindade (2016), José Chasin (1978), Marilena Chauí (1978), Gilberto Vasconcellos (1979) – mas, recentemente, a AIB se tornou um objeto de grande interesse dos historiadores. Sobretudo nos últimos anos, muitos autores se concentraram no papel dos intelectuais no movimento, como Luiz Mário Ferreira Costa (2015), Pedro Ivo Tanagino (2018) e Gabriela Ramos Pacheco (2021); além das relações que o movimento estabeleceu com outros movimentos fascistas, como as pesquisas de Leandro Pereira Gonçalves

(2018), João Fábio Bertonha (2024) e Daniela Moraes de Almeida (2014).³⁹ Especificamente sobre o antissemitismo no interior da AIB, destacam-se os trabalhos de Antonio Rago Filho (1989), Marcos Chor Maio, (1992), Roney Cytrynowicz (1992), Luiz Mário Ferreira Costa (2009), Newton Colombo de Deus Vieira (2012) e David Costa Rehem (2011).

Comparativamente, ainda são poucas as pesquisas acerca do revisionismo uruguaio, embora haja grande interesse da historiografia pela história do conservadorismo no Uruguai. Muitos artigos de importantes autores tangenciam os movimentos revisionistas, como os de autoria de Clara Aldrighi (2000), Miguel Feldman (2000), Ernesto Bohoslavsky e Magdalena Broquetas (2020), Valerio Giannattasio (2023), Juan Andrés Bresciano (2023), Cecilia Pérez Mondino (2023), Fernando Adrover (2023) e Ana María Rodríguez Ayaçaguer (2023); além das pesquisas de María Magdalena Camou sobre o nazismo no Uruguai (1988, 2023). Especificamente sobre o revisionismo, a única pesquisa de fôlego é de Alfredo Alpini (2015), cujas conclusões são o ponto de partida desta pesquisa.

Por fim, os capítulos desta dissertação estão organizados conforme a seguinte estrutura. O primeiro capítulo está focado na formação de três intelectuais – Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Adolfo Agorio⁴⁰ –, no contexto da chegada das ideias fascistas e antissemitas na América do Sul, bem como da apropriação do modernismo enquanto vanguarda artística no continente. Assim, investiga-se a rede de sociabilidade que permitiu a circulação e incorporação destas ideias por estes intelectuais, assim como seus papéis na conformação inicial dos movimentos integralista e revisionista. O segundo capítulo está centrado na formação da rede transnacional entre Brasil e Uruguai nos anos 1930 através destes grupos, buscando compreender as influências mútuas, bem como o significado particular atribuído às ideias fascistas e antissemitas nestes contextos. Finalmente, o último capítulo é dedicado especificamente à propaganda antissemita, procurando compreender os usos políticos da representação do judeu enquanto personificação “do domínio intangível, destrutivo, imensamente poderoso e internacional do capital como forma social alienada” (Postone, 2021, p. 45). A análise recai sobre a articulação de representações aparentemente antagônicas – o

³⁹ Para uma exposição completa da historiografia do integralismo, consultar o artigo *Un ensayo bibliográfico sobre el integralismo brasileño* (Gonçalves, 2017).

⁴⁰ Considerando a disponibilidade de fontes e a viabilidade da execução da pesquisa durante o curso de mestrado, a seleção destes autores foi baseada em sua importância para a formação dos movimentos brasileiro e uruguaio, e presença no diálogo entre os grupos. Priorizou-se a investigação de dois autores brasileiros considerando a especificidade do caso integralista e sua influência no movimento uruguaio, o que justifica uma leitura mais ampla dos textos integralistas. Plínio Salgado foi escolhido por ser o principal intelectual do integralismo; Gustavo Barroso, por ser o principal intelectual integralista publicado na *Corporaciones*; e Adolfo Agorio, por ser o principal nome do revisionismo uruguaio.

agitador comunista e o banqueiro capitalista – na figura do judeu, em contraposição à ideia de nacionalidade.

A pesquisa não pretende esgotar a discussão dos temas abordados, mas iniciar uma reflexão acerca da especificidade do fascismo enquanto fenômeno transnacional na América Latina, buscando colaborar com o florescimento do campo de estudos sobre as direitas no continente.

2 A VIAGEM DAS IDEIAS FASCISTAS E ANTISSEMITAS PARA O BRASIL E O URUGUAI

No Brasil e no Uruguai, os movimentos de inspiração fascista surgiram nos anos 1930 após um longo período de circulação e enraizamento das ideias conservadoras e contrarrevolucionárias entre setores da elite econômica e política – o mesmo conjunto de ideias que, na Europa, desembocou no fascismo nos anos 1920. O contexto particular de ambos os países, fundamentalmente marcados pela dependência estrutural (Marini, 2000), condicionou a apropriação destas ideias: os autores brasileiros e uruguaios buscaram no fascismo respostas para perguntas específicas sobre a economia política de seus próprios países. O objetivo deste capítulo é traçar o contexto histórico e cultural do Brasil e do Uruguai no início do século XX, especialmente nos anos 1920, buscando iluminar as intenções políticas dos autores envolvidos no processo de circulação das ideias fascistas e antisemitas nestes países, assim como os significados particulares que atribuíram a essas ideias.

2.1 Panorama da dependência e modernização no Brasil e Uruguai

Dadas as particularidades, Brasil e Uruguai compartilham uma formação histórica dependente, isto é, foram integrados ao mercado mundial de maneira forçada por meio da colonização europeia, resultando no estabelecimento de economias de caráter heteronômico, determinadas pelo influxo externo (Marini, 2000; Bambirra, 2013). A transição para o capitalismo industrial nos dois países também guarda semelhanças: nas primeiras décadas do século XX, a ordem burguesa emergente se misturou à ordem colonial precedente, marcando a passagem de uma *“formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora”* (Ibid, p. 78) [Grifos no original]. A situação colonial foi o pressuposto histórico da situação de dependência, que se desenvolveu a partir da subordinação das elites locais “no marco das independências formais das nações latino-americanas” (Castelo, Brettas, Rocamora, 2023, p. 4). Doravante, se desenrolou um processo de modernização do modo de produção agroexportador, visando sua adequação ao novo modelo produtivo do capitalismo industrial – sendo que a partir de meados de 1870, já se evidenciava a tendência monopolista do grande capital. Nesse sentido, a formação do capitalismo dependente no continente foi parte integral da consolidação do imperialismo europeu e estadunidense.

Segundo Lenin (2021), a dominação imperialista nos países da periferia do capitalismo se realiza essencialmente por meio da exportação de capital – diferentemente do período colonial, quando o essencial era a exportação de mercadorias. O imperialismo constitui a fase monopolista do capitalismo industrial, marcada pela concentração da produção em um reduzido número de empresas, intimamente ligadas aos bancos, cujo novo papel na vida econômica é decisivo para a aplicação lucrativa do capital.⁴¹ O enorme contingente de capital excedente nos principais países capitalistas – acumulado ao longo de cerca de três décadas, de quando data a gênese do imperialismo⁴² – na virada do século, foi escoado para os países periféricos, ainda atrasados do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, onde, portanto, a margem de lucro era bastante elevada dado que “os capitais [eram] escassos, o preço da terra e os salários [eram] relativamente baixos e as matérias-primas [eram] baratas” (Ibid, p. 86).

A dominação imperialista, portanto, é indireta, realizada através da exportação do capital – sem a necessidade de ocupação territorial direta, muito embora a dominação física violenta tenha sido uma prática bastante comum em países africanos e asiáticos.⁴³ O capital europeu – mais tarde, também estadunidense – chegava aos países periféricos do capitalismo em forma de investimentos cuja contrapartida mais comum era o compromisso do “gasto de parte dele na compra de produtos do país credor, sobretudo armamentos, barcos etc.” (Ibid, p.

⁴¹ “Ao movimentar contas-correntes de vários capitalistas, é como se o banco realizasse uma operação puramente técnica, exclusivamente auxiliar. Mas quando essa operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições – mediante relações bancárias, contas-correntes e outras operações financeiras – primeiramente de conhecer com exatidão a condição dos negócios de diferentes capitalistas e, depois, de controlá-los, exercer influência sobre eles por meio de ampliação ou restrição de crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de determinar inteiramente o seu destino, determinar a sua renda, privá-los de capital ou dar-lhes a possibilidade de aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções” (Lenin, 2021, p. 56).

⁴² Lenin (Ibid, p. 41) data o desenvolvimento do capitalismo na Europa da seguinte maneira: as décadas de 1860 e 1870 constituem o “patamar superior, culminante do desenvolvimento da livre concorrência”, quando os monopólios eram apenas “germes imperceptíveis” na vida econômica; após a crise de 1873, há um longo período de desenvolvimento dos cartéis, porém ainda de forma marginal, representavam “um fenômeno passageiro”; por fim, na última década do século XIX e, especialmente, a partir da crise de 1900 a 1903, “os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transforma em imperialismo”. Não coincidentemente, data do princípio do século XX, o enorme avanço da exportação de capital. Segundo Lenin (Ibid, p. 87), em 1872, a Inglaterra possuía 15 bilhões de francos investidos em países estrangeiros; já em 1914, entre 75 e 100 bilhões. Comparativamente, antes do início da Grande Guerra, a França possuía cerca de 60 bilhões, e a Alemanha, 44 bilhões de francos investidos em países estrangeiros.

⁴³ A dominação imperialista se realiza em diferentes níveis de dependência: desde a completa sujeição administrativa, caracterizando uma condição colonial, como foi o caso da maior parte das nações africanas na primeira metade do século XX, até a subordinação das classes dominantes locais de países formalmente independentes, como foi o caso dos países capitalistas dependentes da América Latina. “O capital financeiro é uma força tão grande, pode se dizer, tão decisiva em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e de fato subordina, mesmo os Estados que contam com uma independência política mais completa [...]. Mas, evidentemente, a subordinação mais lucrativa e “cômoda” para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos subordinados” (Ibid, p. 107).

89). O desenvolvimento do capitalismo nestes países foi propiciado pela exportação de capital do centro e, como consequência, esteve sempre vinculado aos interesses do último.⁴⁴

Sobre a América do Sul, Lenin cita alguns exemplos retirados da própria literatura burguesa, demonstrando que, apesar de formalmente independentes, os principais países do continente “na prática, estão emaranhados nas teias da ‘dependência’ financeira e diplomática” (Lenin, 2021, p. 110) [Grifo da autora].

Num relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo (Brasil) diz-se: “A construção das ferrovias brasileiras realiza-se, na maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães; esses países, com operações financeiras relacionadas à construção de ferrovias, reservam-se as encomendas de materiais de construção ferroviária” (Ibid, p. 89).

Os capitalistas estadunidenses, por sua vez, invejam os ingleses e os alemães: “Na América do Sul”, lamentavam em 1915, “cinco bancos alemães têm quarenta sucursais e cinco ingleses têm setenta sucursais. [...] A Inglaterra e a Alemanha, no decorrer dos últimos 25 anos, investiram aproximadamente 4 bilhões de dólares na Argentina, no Brasil e no Uruguai; como resultado, beneficiam-se de 46% de todo o comércio desses três países”. (Ibid, p. 90) [Grifo da autora].

Internamente, a modernização capitalista no Brasil e no Uruguai resultou na introdução de relações tipicamente capitalistas (assalariadas) nos setores agroexportadores, além da incorporação de tecnologias industriais, de transporte e comunicação que tornavam mais produtivo o trabalho no campo. Os excedentes destes setores também foram responsáveis pelo financiamento da expansão industrial nacional, estabelecendo uma situação de compromisso entre a aristocracia rural e a burguesia urbana emergente, cujos interesses revelaram-se contraditórios ao longo da industrialização e da crise da economia agroexportadora. Essa situação de compromisso é descrita como cooperação antagônica – conceito originalmente formulado por August Thalheimer, e recuperado por Ruy Mauro Marini, com intuito de ressaltar as contradições subjacentes à esta aliança: “cooperação no sentido de manter a ordem estabelecida e eliminar qualquer tipo de sublevação popular-revolucionária; aspecto antagônico por conta das lutas internas pela hegemonia no bloco dominante composto por distintas classes proprietárias” (Castelo, Brettas, Rocamora, 2023, p. 9).

No Brasil, a cooperação antagônica remonta à Primeira República, acentuando-se após a Revolução de 1930, com o aprofundamento da industrialização e o acirramento das contradições também em relação aos países do centro capitalista – visto que a consolidação da

⁴⁴ “A exportação de capital tem influência sobre o desenvolvimento do capitalismo nos países aos quais ela se direciona, acelerando-o extraordinariamente. Se, por isso, a referida exportação pode, até determinado grau, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso só pode ocorrer à custa da expansão e do aprofundamento do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo” (Ibid, p. 88).

indústria nacional, por vezes, representava interesses divergentes aos das burguesias imperialistas, mas com a qual a primeira estava comprometida pois seus capitais eram necessários na forma de investimentos. Para Marini (2013), a revolução burguesa no Brasil correspondeu ao processo particular de ascensão da burguesia industrial em meio à disputa com as oligarquias agrárias e classes subalternas, sendo a Revolução de 1930 um momento marcante deste processo, mas que não constituiu sua totalidade. Entre 1930 e 1937, houve intensa disputa entre as frações do bloco dominante e o fracasso das alternativas propostas nestes anos “possibilitou a hegemonia da burguesia industrial sob a forma de regime ditatorial” (Castelo, Brettas, Rocamora, 2023, p. 11).

No Uruguai, a harmonização de interesses antagônicos também foi a base da transição para o capitalismo industrial – condição que se tornou tão mais necessária com a aprovação da Constituição de 1917, que confirmou a divisão do Executivo entre a presidência e o *Consejo Nacional de Administración*, um conselho composto por nove membros, responsável pelos ministérios da economia, educação e política social. Nas primeiras décadas do século XX, o batllismo liderou um processo de modernização radical, de forte influência republicana, que, devido ao seu caráter mais avançado, ia de encontro aos interesses dos setores latifundiários. Em contrapartida, os últimos se organizaram em associações independentes, especialmente a *Federación Rural*, visando influenciar as correntes dos principais partidos uruguaios – Partido Colorado e Partido Nacional – em oposição ao batllismo. Gerardo Caetano (1992) classifica o intervalo entre 1916 e 1929 como uma república conservadora, baseada em uma política de compromissos e constantes tensões no interior do bloco dominante, o que se refletiu na fragmentação interna do Partido Colorado. Assim, “houve a construção da república social própria do Estado moderno, mas sob formas de governo de tipo oligárquico e excludente” (Bértola, 2000, p. 176) [Tradução livre].

O processo de modernização era do interesse dos latifundiários, desde que este se desenrolasse sob sua orientação, mantendo certos privilégios legais tradicionais. Justamente com este intuito nasceu a *Asociación Rural del Uruguay*, em 1871, nos primórdios da modernização uruguaia. A hegemonia dos latifundiários no bloco dominante perdurou até o início do século XX, quando José Battle y Ordoñez chegou à presidência do Uruguai, em 1903, com o propósito de acelerar e reorientar o processo de modernização e industrialização.⁴⁵ Muito

⁴⁵ Em 1903, José Battle y Ordoñez assumiu a presidência do Uruguai, intensificando a modernização do Estado e a industrialização do país. A partir de então, o *batllismo* se tornou a vertente dominante no Partido Colorado; entre 1907 e 1911, Claudio Williman, herdeiro do batllismo, foi presidente, enquanto Battle viajava pela Europa, estudando os novos modelos políticos do continente. Em 1911, Battle assumiu novamente a presidência, permanecendo até 1915, quando começou a se desenvolver, no interior do Partido Colorado, uma cisão

embora o batllismo não tenha rompido com o modelo produtivo agroexportador, as correntes mais avançadas dentro do Partido Colorado condenavam o predomínio do latifúndio, apostando na produção industrial e agrícola baseada na pequena e média propriedade.⁴⁶

Em ambos os países, os anos 1920 foram um marco fundamental para a industrialização. No Uruguai, houve a expansão massiva da indústria frigorífica, estimulando a produção agropecuária em larga escala e permitindo o acesso a novos mercados.⁴⁷ A inauguração do Frigorífico Nacional, em 1928, é exemplar da situação de cooperação antagônica descrita anteriormente: foi uma cooperativa de fazendeiros apoiada pelo Estado e comandada por representantes do governo, da *Federación Rural* e da *Asociación Rural*. Já no Brasil, a produção

conservadora. Em 1915, Feliciano Viera (Colorado) foi eleito presidente, rompendo com o batllismo e fundando o vierismo em 1919. Ainda neste ano, Baltasar Brum (Colorado) foi eleito presidente, permanecendo no cargo até 1923. Seu sucessor foi José Serrato (Colorado), que permaneceu no cargo até 1927. Entre 1927 e 1931, Juan Campisteguy (Colorado) exerceu a presidência do país, consolidando a influência riverista no Partido Colorado. Em 1931, Gabriel Terra (Colorado) assumiu a presidência do Uruguai após ter sido eleito. Em março de 1933, os setores conservadores do Partido Colorado e do Partido Nacional articularam, com apoio militar, um golpe de Estado que manteve Terra na presidência, mas suspendeu a validade da Constituição de 1917 e acabou com o *Consejo Nacional de Administración*. Terra permaneceu na presidência do governo ditatorial até 1938, quando coordenou o processo de transição democrática. Em 1938, Alfredo Baldomir (Colorado), que havia participado ativamente da organização do golpe de 1933, foi eleito presidente do Uruguai, exercendo o cargo até 1943.

⁴⁶ Apesar do projeto modernizante e republicano mais radical, a política batllista não foi totalmente contrária aos latifundiários; ao contrário, não apenas se manteve o mesmo modelo agroexportador, como também houve um impulso em sua produtividade dada à incorporação de novas tecnologias e incentivos fiscais do governo. Contudo, internamente ao batllismo, existiam correntes mais avançadas, cujas propostas – como a substituição do modelo de produção baseado no latifúndio para a pequena propriedade – foram rechaçadas pelos ruralistas. O Partido Nacional, tradicionalmente ligado aos interesses ruralistas mais conservadores, sempre se apresentou como oposição ao reformismo batllista. A partir de 1913, o batllismo sofreu um desgaste por conta de movimentações políticas no Congresso, lideradas por Pedro Manini Rios – que, embora do Partido Colorado, representava uma ala oposta ao batllismo. A partir de então, começaram a se organizar dentro do Partido Colorado dissidências conservadoras aliadas aos interesses ruralistas, em diálogo com setores conservadores do Partido Nacional. A fundação da *Federación Rural*, em 1915, marcou definitivamente o intercâmbio entre as direitas conservadores de ambos os partidos tradicionais. Segundo Moraes (in Broquetas, Caetano, 2023, p. 119), “foi precisamente neste contexto que certos setores rurais gestaram um discurso e forma de ação coletiva, que lançaram as bases do ruralismo conservador, um espaço impreciso porém efetivo de oposição aos diversos reformismos que depois de 1916 marcou a história política uruguaia [...] [A Federação Rural] foi chamada a cumprir um importante papel na construção do capitalismo e da sociedade civil” [Tradução livre]. Para mais sobre a oposição entre os batllistas avançados e os ruralistas, consultar o capítulo *La fragua del ruralismo conservador* (Moraes in Broquetas, Caetano, 2023). Com a aprovação da Constituição e do novo modelo de distribuição de poderes – que fora proposto por Batlle em seu último mandato – se tornou urgente ao batllismo conciliar interesses com os setores conservadores caso desejasse manter a hegemonia no interior do partido. Em 1925, por exemplo, por conta de divergências nos votos do Partido Colorado, Alberto Luis Herrera, líder do Partido Nacional e uma das principais figuras do ruralismo conservador, foi eleito presidente do *Consejo Nacional de Administración*.

⁴⁷ “O primeiro batllismo não alterou o padrão de produção capitalista agrário consolidado no último quarto do século XIX. Este se caracterizou pelo predomínio da pecuária extensiva submetida às fortes flutuações sazonais, com baixa absorção de mão de obra, caráter artesanal do processo de trabalho e uma dinâmica tecnológica que ainda conseguia aumentos da produtividade, fruto de melhorias no manejo e no cruzamento de raças. Na segunda década do século, a indústria frigorífica emerge com força, concentrando a demanda de gado, estimulando a transformação moderada da produção pecuária, introduzindo a produção industrial em larga escala e com grande concentração de mão de obra, integrando os fazendeiros aos processos urbanos de transformação industrial, afirmando os vínculos com o mercado europeu. Como assinalado acertadamente, o frigorífico não resultou em uma revolução da produção agropecuária, mas na adaptação de uma estrutura conservadora de propriedade e produção pecuária para um mercado demandante de carnes de melhor qualidade” (Bértola, 2000, p. 173) [Tradução livre].

industrial ganhou forte impulso nos anos 1920, concentrando-se sobretudo em São Paulo – acompanhada de uma intensa urbanização.⁴⁸

Como consequência destes processos de modernização, e fruto da necessidade de setores do bloco dominante em consolidar uma cultura política liberal, republicana e nacionalista, em ambos os países, foi criado um vasto aparelho institucional ligado ao mundo das letras, como imprensa, academias, museus e institutos de pesquisa – que foram justamente os espaços de sociabilidade e formação intelectual de figuras importantes para esta pesquisa, nomeadamente Gustavo Barroso e Adolfo Agorio. Ademais, nos dois países, os anos 1920 foram marcados pelas celebrações do Centenário da Independência. No Brasil, as reformas urbanas no Rio de Janeiro fizeram parte dos festejos, com a construção dos prédios da Academia Brasileira de Letras (ABL) e do Museu Histórico Nacional (MHN) – instituições às quais Gustavo Barroso pertenceu nos anos 1920. Igualmente, no Uruguai, o batllismo buscou promover o nacionalismo de inspiração liberal e republicana por meio da imprensa oficial (Caetano, 2010) – com destaque para o jornal *El Día*, do qual Adolfo Agorio foi redator no início de sua carreira política – e da inauguração de importantes monumentos culturais, como a homenagem a José Artigas, considerado o herói da independência uruguaia, na *Plaza Independencia* (1923), a *Rambla Sur* (1923-1930), o *Palacio Legislativo* (1925) e o *Estadio Centenario* (1930) – palco da vitória da seleção uruguaia de futebol na primeira edição da Copa do Mundo, em 1930.

O rápido e intenso processo de modernização resultou, em ambos os países, em uma tensão entre o modo de vida tradicional – intimamente ligado ao trabalho no campo, com forte influência da Igreja na definição dos papéis sociais – e o modo de vida industrial, urbano e secular. No Brasil, os episódios ligados à Revolta da Vacina (1904) ilustram claramente esse conflito. A estrutura da capital federal brasileira no início dos anos 1900 ainda seguia os moldes coloniais, não comportando a ocupação urbana propiciada pela modernização, o que tornou a cidade centro de constantes epidemias, como de febre amarela, peste bubônica e varíola. Um dos objetivos do governo federal e municipal com as reformas era controlar – ou, ao menos, deslocar do centro da cidade – estes focos de doenças e, portanto, foram aliadas à campanha de vacinação obrigatória.⁴⁹ O projeto de reformas foi levado à cabo de maneira absolutamente

⁴⁸ “Assim, por mais ortodoxos que tivessem sido nossos governos, e em que pese a concentração da produção industrial em 1925 e 1926, ela cresceu a média anual de 6,6% entre 1920 e 1928. Confirmam o excelente desempenho industrial, as importações de bens de capital para a indústria: em todos os anos de 1923 a 1928, para o conjunto do Brasil, elas foram bem maiores do que as da primeira década do século XX, e as de São Paulo cresceram ainda mais” (Cano, 2012, p. 82). Para mais sobre, consultar Cano, 2012.

⁴⁹ O outro principal objetivo do governo com as reformas do Rio de Janeiro foi o embelezamento da cidade, visando torná-la mais parecida com as modernas capitais europeias, especialmente Paris. O projeto das reformas

autoritária, desabrigando um enorme contingente da população urbana de trabalhadores, em grande parte filhos de, ou eles mesmos, antigos escravizados, que moravam nos cortiços localizados no centro da cidade. Paralelamente, a arbitrariedade da campanha de vacinação provocou um choque com os costumes populares, considerando que o mecanismo da vacinação não era compreendido por grande parte da população, que, fortemente influenciada pelos valores religiosos, também via com certa desconfiança moral os procedimentos de aplicação da vacina, especialmente em mulheres e crianças.⁵⁰ A intensificação da campanha de vacinação obrigatória culminou na explosão de uma série de revoltas populares no Rio de Janeiro, em dezembro de 1902 – que foram duramente reprimidas, com inúmeras prisões e o estabelecimento do estado de sítio, com vistas à continuidade dos processos modernizadores (Sevcenko, 1993).

Sobre o cenário do Rio de Janeiro neste momento, Luiz Antonio Simas escreve:

Em certo momento crucial para o Rio, aquele da transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre e entre a Monarquia e a República, a cidade encarou os pobres como elementos das “classes perigosas” (a expressão foi largamente utilizada em documentos oficiais do período) que maculavam, do ponto de vista da ocupação e reordenação do espaço urbano, o sonho da cidade moderna e cosmopolita. Ao mesmo tempo, era dessas “classes perigosas” que saíam os trabalhadores urbanos que sustentavam – ao realizar o trabalho braçal que as elites não cogitavam fazer – a viabilidade desse mesmo sonho: operários, empregadas domésticas, seguranças, porteiros, soldados, policiais, feirantes, jornaleiros, mecânicos, coveiros, floristas, caçadores de rato (Simas, 2021, p. 13).

No início do século XX, a República criminalizava a cultura popular. A onda dos donos do poder era modernizar o Rio de Janeiro em padrões europeus, adotando Paris, a capital francesa, como modelo de conduta e urbanidade. A cidade, fundada um dia para expulsar franceses, resolveu ser francesa para esconder que era profundamente africana e lusitana (Ibid, p. 102).

No Brasil e no Uruguai, o cenário da modernização capitalista correspondeu ao que Marcos Barreira (in Postone, 2021, p. 21) classifica como “*processo material-concreto de abstratificação das relações sociais*”, promovendo uma “*ampla desestruturação dos contextos sociais tradicionais e um desenraizamento dos indivíduos em relação aos antigos papéis sociais*” [Grifo da autora]. Nas palavras de Weber (2004), a modernização representou o desencantamento do mundo: a colonização da esfera econômica sobre as demais esferas da vida social, eliminando o caráter pessoal das relações sociais. Para Marx (2020), o capitalismo se

urbanas se baseou na destruição dos cortiços ocupados pela população pobre – cujas condições sanitárias precárias facilitavam imensamente a circulação de doenças contagiosas – e na construção de teatros, bibliotecas, museus e instituições do Estado com arquitetura moderna.

⁵⁰ Cabe destacar que, no começo do século XX, mesmo a classe médica brasileira ainda via com desconfiança os estudos sobre bacteriologia e as propostas de vacinação no combate de certas doenças. Para mais sobre, consultar o artigo *Os médicos e a revolta da vacina* (Carreta, 2009).

tornou hegemônico a partir da universalização da forma-mercadoria – ou seja, quando essa se transformou na forma universal de afirmação do caráter social do trabalho. Embora aparente ser um objeto trivial, a mercadoria constitui uma intrincada relação social, dependente de um conjunto de demais relações sociais necessárias. Uma mercadoria só pode expressar seu valor em outra mercadoria cujo valor de uso é necessariamente distinto do seu, de maneira que o valor de uso da última se transforma no suporte do valor da primeira – sendo que o conteúdo do valor é o trabalho abstrato. Assim, a venda de horas de trabalho, relação básica e necessária da produção capitalista, transforma o produto do trabalho e a própria capacidade de trabalhar em mercadorias. É desta relação complexa que surge o fetiche da mercadoria.

De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma. [...] *O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho*, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existentes à margem dos produtores. [...] Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não guardam, ao contrário, absolutamente nenhuma relação com sua natureza física e com as relações materiais que derivam desta última. *É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas*. [...] Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge, como a análise anterior já mostrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias (Marx, 2020, p. 147-148) [Grifo da autora].

A imposição do capitalismo como forma de organização social dependeu da universalização da forma-mercadoria e, logo, da expansão do fetiche que lhe é intrínseco. Assim, na sociedade capitalista, as relações sociais de trabalho assumem a aparência de uma relação entre coisas – o sujeito do trabalho está alienado do produto do trabalho e, por isso, este lhe aparece como algo independente de sua própria atividade criadora. Nas palavras de Marx:

Essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor só se realiza na prática quando a troca já conquistou um alcance e importância suficientes para que se produzam coisas úteis destinadas à troca e, portanto, o caráter de valor das coisas passou a ser considerado no próprio ato de sua produção. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores assumem, de fato, um duplo caráter social. Por um lado, como trabalhos úteis determinados, eles têm de satisfazer uma determinada necessidade social e, desse modo, conservar a si mesmos como elos do trabalho total, do sistema natural-espontâneo da divisão social do trabalho. Por outro lado, eles só satisfazem as múltiplas necessidades dos produtores na medida em que cada trabalho privado e útil particular é permutável por qualquer outro tipo de trabalho privado e útil, ou seja, na medida em que equivale ao outro. A igualdade *toto coelo* [plena] dos diferentes trabalhos só pode consistir numa abstração de sua desigualdade real, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho humano abstrato (Ibid, p. 148-149) [Grifo no original].

Aquilo que Barreira define como processo de abstratificação das relações humanas consistiu, portanto, na imposição da forma-mercadoria como objetivação necessária do produto do trabalho e a prevalência do fetiche da mercadoria (e do dinheiro) em todas as esferas da vida social. O fato de, cada vez mais, as relações sociais assumirem a forma de relações entre coisas. Esse era o cenário do desencantamento do mundo: a expansão de uma racionalidade econômica quantificadora que envolvia os indivíduos em uma “jaula de ferro”, presos às burocracias de uma vida social crescentemente racionalizada na figura do Estado. Na modernidade, como denunciou Nietzsche, Deus está morto: a religião já não ocupava o papel de narrativa que conferia sentido à vida em comunidade.

Nas palavras de Marx, na modernidade, “o dinheiro humilha todos os deuses do homem – e os transforma em mercadoria. O dinheiro é o valor universal de todas as coisas, constituído em função de si mesmo” (Marx, 2010, p. 58). A dinâmica da sociedade capitalista implica o movimento aparentemente autônomo do dinheiro, ignorando o fato de seu conteúdo de valor não ser inerente a ele mesmo, mas oriundo do trabalho. O mundo aparece, então, como uma “imensa fantasmagoria” (Chauí, 2021, p. 65): “o intercâmbio entre qualidades humanas [...] é substituído pelo intercâmbio abstrato de dinheiro por mercadoria”, e o próprio ser humano se transforma em um “mero apêndice vivo do mecanismo morto” (Löwy, 1990, p. 44-45).

Que é uma mercadoria? Trabalho humano concentrado e não pago. Por depender da forma da propriedade privada capitalista, que separa o trabalhador dos meios, instrumentos e condições da produção, a mercadoria é uma realidade social. No entanto, o trabalhador e os demais membros da sociedade capitalista não percebem que a mercadoria, por ser produto do trabalho, exprime relações sociais determinadas. Percebem a mercadoria como uma coisa dotada de valor (utilidade) e de valor de troca (preço). Ela é percebida e consumida como uma simples coisa. [...] E como o dinheiro também é uma mercadoria (aquela mercadoria que serve para estabelecer um equivalente social geral para todas as outras mercadorias), tem início uma relação fantástica das mercadorias umas com as outras [...] As coisas-mercadorias começam, pois, a relacionarem-se umas com as outras como se fossem sujeitos sociais dotados de vida própria [...] E os homens-mercadorias aparecem como coisas [...] A mercadoria passa a ter vida própria, indo da fábrica à loja, da loja à casa, como se caminhasse sobre seus próprios pés. [...] Como, então, aparecem as relações sociais do trabalho? Como relações materiais entre sujeitos humanos e como relações sociais entre coisas. E Marx afirma que as relações sociais aparecem tais como efetivamente são. Que significa dizer que a aparência social é a própria realidade social? *Significa mostrar que no modo de produção capitalista os homens realmente são transformados em coisas e as coisas são realmente transformadas em “gente”* (Chauí, 2012, p. 63-65) [Grifo da autora].

Segundo Postone (2021, p. 33), o antissemitismo moderno surgiu na Europa no final do século XIX justamente fruto da tensão entre as formas tradicionais e moderna de socialização, decorrente do avanço da modernidade capitalista. “O seu surgimento pressupôs formas anteriores de antissemitismo, as quais tinham sido uma parte integrante da civilização cristã

ocidental durante séculos. Aquilo que é comum a todas as formas de antissemitismo é o grau de poder atribuído aos judeus: o poder para matar Deus, para desencadear a peste bubônica e, mais recentemente, para introduzir o capitalismo e o socialismo”. O que distingue o antissemitismo moderno são justamente as qualidades atribuídas aos judeus, bem como sua estrutura narrativa e visão de mundo abrangente e conspiratória. Embora a associação entre os judeus e o dinheiro fosse antiga na cultura europeia, há uma transformação qualitativa na forma moderna do antissemitismo. Como descreve Postone:

se trata de uma forma de pensamento na qual o rápido desenvolvimento do capitalismo industrial, com todas as suas ramificações sociais, é personificado e identificado com o judeu. Os judeus já não são considerados meramente os possuidores do dinheiro, como sucedia no antissemitismo tradicional, mas antes responsabilizados pelas crises econômicas e identificados com o espectro da reestruturação e desarticulação sociais que resultam de uma rápida industrialização: urbanização explosiva, declínio das classes e estratos sociais tradicionais, surgimento de um grande proletariado cada vez mais organizado e assim por diante. Em outras palavras, *a dominação abstrata do capital, a qual - particularmente com a rápida industrialização - apanhou as pessoas em uma rede de forças dinâmicas que elas não podiam compreender, passou a ser percebida como o domínio do Judaísmo Internacional* (Ibid, p. 35-6) [Grifo da autora].

Uma característica fundamental do antissemitismo moderno, portanto, é a crítica romântica ao capitalismo, “ligada à valorização do concreto, da natureza, da sensibilidade, da comunidade, por oposição ao universalismo abstrato da forma-mercadoria” (Barreira in Postone, 2021, p. 22). Isso explica a íntima relação entre o discurso antissemita e o pensamento conservador, como será abordado com mais detalhes no último capítulo. No discurso antissemita moderno, esse aspecto anticapitalista romântico se apresenta como uma revolta contra a modernidade – vista a partir de seus aspectos culturais e formais. Para Barreira (Ibid, p. 20), o surgimento do antissemitismo moderno indica uma tensão entre formas de socialização antigas e moderna; a dizer, na modernidade capitalista, as relações sociais entre os indivíduos são mediadas pela forma-mercadoria, especialmente o dinheiro, enquanto em formas de organização social anteriores ao capitalismo, a troca de coisas úteis no mercado ocupava um espaço marginal no interior da sociedade, não sendo a troca a própria finalidade da produção e, logo, a sociedade não estava organizada a partir desta forma.

No Uruguai, o antissemitismo moderno passou a ser divulgado a partir de meados de 1870 pela Igreja Católica como resposta ao processo de consolidação do Estado Nacional em bases seculares e modernas. Aldrighi (2000, p. 135) argumenta que, nesse momento, o discurso antissemita uruguaio possuía um caráter puramente reflexo, haja vista que não havia qualquer comunidade judaica consolidada no país. Se na Europa, os judeus foram identificados com a

modernidade capitalista em grande parte porque a laicização do Estado possibilitou sua ascensão social; no Uruguai, as elites católicas reproduziram o discurso antissemita como reação à modernização do Estado a despeito dos judeus representarem uma parcela insignificante da população, em termos de influência política – e isso explica a natureza mimética de seu conteúdo. Em comparação ao Brasil, no Uruguai, a Igreja nunca exerceu uma influência tão significativa, embora não seja possível ignorar sua penetração na sociedade civil por meio de diversas paróquias e instituições destinadas ao leigos católicos, como a *Unión Católica del Uruguay* (1889), que congregava várias organizações do laicato – *Círculo Católico Obrero*, *Sociedad San Vicente de Paul*, *Sociedad Católica de Enseñanza Libre*, *Club Católico*, *Academia Literaria del Uruguay*, *Instituto Pedagógico* e *Liceo Universitario* (Aldrighi, 2000).

De acordo com Aldrighi (Ibid, p. 135), sob o vicariato de Jacinto Vera, a Igreja Católica uruguaia estreitou os laços com a Europa, fazendo ecoar, no país, o discurso corrente do catolicismo europeu – o qual se caracterizou pela presença do antissemitismo como elemento harmonizador em virtude de seus fins políticos. Em outras palavras, neste contexto, o discurso antissemita foi utilizado como “instrumento de simples compreensão e aceitação por estar vinculado a uma tradição milenar, por setores do catolicismo intransigente em sua polêmica contra o Estado laico” [Tradução livre]. O principal veículo de difusão do antissemitismo foi *El Mensajero del Pueblo* – periódico fundado em 1871, sob direção de Rafael Yéregui. As matérias do jornal eram majoritariamente importadas na França, com enfoque na luta contra o laicismo, o liberalismo e o racionalismo – entendidos como elementos do processo de liberalização dos costumes. Outro periódico importante nesse sentido foi *El Bien Público*, em cujas páginas se lia em meados de 1897: “Esse povo judeu deveria ser apagado do mapa das nações civilizadas. Anda povo maldito! Por todas as partes onde o pavor e a desolação e os execráveis deicidas começam a andar pela superfície da terra, levando estampado em sua frente o nefando crime, o horrendo deicídio” (apud Ibid, p. 137) [Tradução livre].⁵¹

Para Aldrighi (Ibid, p. 138), a origem do discurso antissemita destes periódicos era o pensamento católico contrarrevolucionário da Restauração e seus desenvolvimentos antimodernistas no século XIX, marcado pela polêmica antiprotestante e antissemita. A primeira pois a Reforma era identificada como a causa inicial da Revolução Francesa; e a última pois a emancipação política dos judeus, possibilitada pela Revolução, era entendida como uma ameaça de descristianização. Na virada para o século XX, o mito do deicídio, elemento

⁵¹ “Ese pueblo judío había de ser borrado del mapa de las naciones civilizadas. ¡Anda pueblo maldito! Por todas las partes donde el pavor y la desolación y los execrables deicidas comienzan a andar prófugos por la faz de la tierra, llevando estampado sobre su frente el nefando crimen, el horrendo deicidio”.

conformador do imaginário antissemita cristão desde a Idade Média, cedeu lugar ao mito da conspiração judaica. A identificação dos judeus com a ameaça comunista e o parasitismo dos Estados nacionais também é datada deste período, o que é um indício das transformações de significado do antissemitismo neste contexto – os judeus eram representações dos processos típicos da modernidade capitalista. Em 1880, *El Bien* publicou:

A influência perniciosa que a nosso entender os judeus exerceram em todos os tempos entre os cristãos, é mais sensível e deplorável desde que os apóstolos irreflexivos das liberdades sem avareza de uma raça que se burla de sua própria fé, que escarnece seu próprio santuário, e para quem não há pátria, nem humanidade, a não ser ali onde se realiza o refinamento de um *materialismo sórdido* (apud Aldrighi, 2000, p. 138) [Tradução livre, grifo da autora].⁵²

Desde sua gênese na Europa, o discurso antissemita moderno e o racismo compartilhavam vários elementos – tanto na forma quanto no conteúdo. No Uruguai, com a transformação do país em uma república independente ainda em 1825, houve um forte incentivo à imigração, o que reverberou na construção da identidade nacional no início do século XX pois o batllismo apresentava o país como aberto aos estrangeiros.⁵³ Contudo, para os católicos conservadores e setores da elite ruralista, os únicos imigrantes desejáveis eram aqueles de origem latino-mediterrânea, especialmente os espanhóis, dado os laços históricos entre Uruguai e Espanha; já os chineses, por exemplo, eram vistos como uma raça mole e degenerada.⁵⁴ Como argumenta Aldrighi (Ibid, p. 147):

⁵² “La influencia perniciosa a nuestro entender que los judíos ejercieron en todos los tiempos entre los cristianos, es más sensible y deplorable desde que los apóstoles irreflexivos de las libertades sin avaricia de una raza que se burla de su propia fe, que escarnece su propio santuario, y para quien no hay patria ni humanidad, sino allí donde se realiza el refinamiento de un materialismo sórdido”.

⁵³ O batllismo procurou construir no Uruguai um Estado iluminista, racional e moderno, aberto às diversas correntes migratórias que poderiam contribuir com o desenvolvimento nacional. Durante os governos batllistas, a política imigratória era bastante simples: aos estrangeiros, era solicitada apenas a emissão de sua cidadania uruguaia, o que lhe permitia trabalhar, votar e se associar em partidos políticos. Aldrighi (2000, p. 149-150) argumenta que “certamente esse conceito nitidamente político do Estado nacional se fundiu também com o sentimento patriótico. Mas se tratava de um patriotismo da Constituição e das instituições, que considerava secundariamente ou prescindia às origens étnicas, nacionais, culturais ou religiosas do cidadão. Universalismo, racionalismo político e igualitarismo de matriz francesa – iluminista ou revolucionária – inspiravam a ideia de pátria como entidade surgida de um ato voluntário e consciente, que se unia aos homens em um Estado nacional com o propósito de ser governada por leis ‘justas’ [...] e de participar do governo da coisa pública [...]. O batllismo reivindicará permanentemente, como elemento essencial da identidade nacional, o caráter de país constituído étnica e culturalmente pela aluvião migratória. Em polêmica com Luis Alberto de Herrera e outros parlamentares blancos, *El Día* [periódico batllista] afirmou em 1916: ‘As ideias não têm nacionalidade; a razão não se aprecia por sua procedência geográfica, a liberdade não se monopoliza em um idioma’ [Tradução livre].

⁵⁴ Em meados de 1880, *El Bien*, que já reproduzia o discurso antissemita, polemizou com o jornal *El Porvenir de Salto*, que incentivava a imigração chinesa em vista de sua disposição ao trabalho e às artes. O primeiro respondeu alegando que os chineses eram uma “raça mole e degenerada, refratária da civilização moderna” (Ibid, p. 146) [Tradução livre].

Por trás da exigência da semelhança racial e cultural do imigrante existia uma concepção organicista da nação, sustentada pela elite católica e mais tarde – com diferentes matizes – por integrantes da direção do Partido Nacional nas primeiras décadas do Novecentos. Essa visão que derivava da “escola” alemã influenciada pelo pensamento de Herder, considerava a nacionalidade determinada em primeiro plano por fenômenos inconscientes, involuntários ou biológicos: origem comum, raça, idioma, religião, costumes e tradições. Ao longo do século XX essa teoria foi revelando seus elementos de ambiguidade adjacentes, apresentando desenvolvimentos de caráter racista, tal como se apresentaram o nacionalismo integral francês e alemão [Tradução livre].

A secularização da política uruguaia se intensificou mais nas primeiras décadas do século passado até a aprovação da Constituição de 1919, que sancionou a separação definitiva entre o Estado e a Igreja e declarou a igualdade jurídica entre todos os cidadãos. Para os setores católicos e conservadores, o projeto de construção de um Estado moderno, republicano e laico do batllismo representava “uma tentativa de uniformização da sociedade, de desprezo e até sufocamento da diversidade cultural, de subordinação a um Estado cujas pretensões hegemônicas substituíram espetacularmente as da Igreja” (Aldrighi, 2000, p. 152) [Tradução livre]. Com isso, houve um prolongado período de mobilização destes setores com base no discurso de “coletividade perseguida [...], contribuindo para estreitar vínculos entre os devotos e a hierarquia e dar tons incendiários ao fervor religioso” (Idem). A partir do século XX, o antissemitismo se tornou o principal elemento de mobilização entre os católicos conservadores à medida que a polêmica com os protestantes assumiu um tom mais amigável. Nos periódicos destes grupos, a França era retratada como o núcleo do qual emanavam todos os males da modernidade: o Estado liberal era visto como uma ameaça à cultura tradicional da Igreja e a exportação deste modelo para os demais países ocidentais era ainda mais prejudicial considerando sua total inadequação aos contextos nacionais. Em 1906, no primeiro mandato presidencial de Battle, *El Bien* publicou:

Uma voz que corre entre nós: dissesse que se pretende imitar ao exemplo da França. E, na verdade, na França, antes de nós, se expulsaram os crucifixos de todos os estabelecimentos públicos; e na hora presente, em parte alguma quicá, a tirania e intransigência do anticristianismo jacobino é mais insolente que neste povo, que se chama nação cristianíssima. Pode dizer-se que ali renovaram-se as vergonhas e as tristezas da Paixão de Cristo; *o bloco judaico-maçônico pede*, como a turba nos dias de Pilatos e Herodes, *a morte de Jesus Cristo, a morte de sua Igreja a título da liberdade de salvação do povo* (apud Idem) [Tradução livre, grifo da autora].

No Brasil, o discurso do antissemitismo não foi divulgado de forma significativa até meados dos anos 1920. Contudo, desde o final do Oitocentos, o racismo científico e as teorias eugênicas, cuja relação com a conformação do antissemitismo moderno foi direta, circulavam na imprensa e especialmente nas universidades: o professor João Vieira de Araújo foi o

responsável pela introdução da eugenia na Faculdade de Direito de Recife e, posteriormente, sua divulgação no Rio de Janeiro, “demarcando uma maior permeabilidade das teorias europeias em consonância com um movimento reformador de especialização científica daquela instituição [Faculdade Nacional de Direito]” (Goés, 2015, p. 171). Paralelamente, inspirado nas teorias de Cesare Lombroso, Nina Rodrigues se tornou o principal expoente do racismo científico no país, orientando o desenvolvimento de várias políticas públicas no começo do século que representaram o legado da escravidão no pós-abolição.⁵⁵ Neste momento, o sanitarismo, a eugenia e o racismo estavam fortemente entrelaçados, como se tornou evidente no episódio das reformas urbanas do Rio de Janeiro.

O médico e sanitarista Belisário Penna,⁵⁶ um dos principais líderes do movimento em prol do saneamento no Brasil, denunciava que os “dilemas nacionais” não seriam resolvidos enquanto as autoridades públicas nada fizessem para combater as endemias e epidemias que assolavam a população. Essas campanhas pelo saneamento teriam uma ampla repercussão no meio médico, político e intelectual brasileiro, convertendo importantes intelectuais ao credo sanitarista, como Monteiro Lobato, Alberto Torres, Arthur Neiva, Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto e Gilberto Freyre. [...] Talvez o exemplo de maior recorrência para ilustrar esse momento da história da ciência e da saúde pública no Brasil seja mesmo a afirmação de Monteiro Lobato: “o jeca não é assim, está assim” [...]. Pronunciada em 1918, essa sentença se tornaria célebre entre os brasileiros, uma vez que em anos anteriores o próprio escritor paulista havia estigmatizado o homem do interior como “inferior e parasitário”, um ser “incapaz de progresso e civilização”. [...] A afirmação do escritor paulista expressava o alívio de parte significativa das elites brasileiras, pois agora a ciência, através das práticas higiênicas e da medicina moderna, indicava que o Brasil não estaria condenado à eterna inferioridade (Souza, 2012, p. 5).

Na realidade, o racismo estava presente no Brasil desde muito antes, considerando que um dos pressupostos da escravização era a condenação do outro não apenas como diferente, mas inferior e, portanto, passível de escravização. Mas, no século XIX, tentou-se comprovar cientificamente a inferioridade de certas raças, o que possibilitou a legitimação da desigualdade prática entre os cidadãos. A partir da metade do século, em meio a transição entre os modos de produção escravista e assalariado, foram tomadas medidas visando a manutenção da estrutura racista e classista da sociedade brasileira, cuja validação provinha do racismo científico e do

⁵⁵ “Tal como a tese original [de Lombroso], Nina Rodrigues vincula, via teoria do atavismo que comprova a primitividade do negro, sua inferioridade racial e seu desenvolvimento cerebral incompleto, não apenas pelos instintos selvagens, mas pelo padrão moralizante que identifica, une e constitui uma sociedade, para expor que essa condição seria uma causa de inimizabilidade, excluindo a responsabilidade penal que somente poderia ser imputada [aos] indivíduos, ou melhor, aos cidadãos de fato, que compartilhassem dos mesmos conceitos de crime e pena que a raça evoluída alcançou naquele momento” (Goés, 2015, p. 176).

⁵⁶ Nos anos 1930, Belisário Penna ingressou na Ação Integralista Brasileira, publicando livros e textos na imprensa sobre eugenia e sanitarismo. Em 1932, o mesmo publicou um artigo na revista *Hierarchia*, quando estabeleceu sua relação com Plínio Salgado, que também contribuiu com a revista neste ano. Para mais sobre os contatos de Penna e Salgado, consultar Carvalho, 2019.

darwinismo social. Segundo Góes (2015, p. 142), a Lei de Terras de 1850, por exemplo, além de ter garantido a propriedade privada da terra (que, doravante, só poderia ser adquirida por meio da compra), também cumpriu um papel importante para “o progresso do desenvolvimento racial do país, sendo concebida como um projeto embrionário de branqueamento da nação”. Com a abolição da escravidão, o racismo se transformou no instrumento legal de perpetuação da dominação classista, fortemente aliado às políticas sanitárias e modernizantes.⁵⁷

Nos anos 1920, quando a comunidade judaica no Brasil era considerável, houve a aproximação do racismo, da eugenia e do antissemitismo. Até a virada para o século XX, o contingente de judeus no Brasil era cerca de 300 pessoas. Nesse momento, o governo republicano incentivou a imigração de judeus oriundos especialmente do leste europeu, visando sua instalação nas colônias agrícolas do sul do país – o que também contribuiria com o projeto de embranquecimento da população. Contudo, justamente o oposto aconteceu: os judeus se estabeleceram majoritariamente nas cidades, mantendo seus hábitos e costumes particulares e, assim, não contribuíram para a “‘europeização’ da cultura nacional, o grande ideal das elites enveredadas na teoria do branqueamento” (Cruz, 2009, p. 228). A partir de então, também levando em consideração a proeminência do antissemitismo no cenário internacional, as elites brasileiras voltaram sua atenção ao dito “problema judeu” e o discurso antissemita gradativamente se espalhou.

Tanto no Brasil quanto no Uruguai, os círculos católicos foram os principais espaços de circulação de ideias contrarrevolucionárias e antissemitas, assumindo uma visão anticapitalista romântica e conservadora acerca da modernização, na qual os judeus (ou socialistas, ou liberais) eram personificações da própria modernidade. Essa leitura partia de uma concepção orgânica da realidade social tal qual do corporativismo, que se desenvolveu na Europa, paralelamente ao antissemitismo moderno e intimamente ligado ao catolicismo. Por ora, cabe destacar que um ponto de encontro entre os dois parece ter sido justamente o anticapitalismo romântico,

⁵⁷ “O Brasil imperial – e, logo a seguir, o jovem Brasil republicano – negou aos negros não apenas a posse de qualquer pedaço de terra para viver ou cultivar, mas a possibilidade de sua aquisição, de escolas, de assistência social, de hospitais, enfim, dos mínimos meios necessários à subsistência, restando à discriminação, a repressão e uma humilhação que seria tanto severa quanto a ex-condição de escravo, posto que, sua inferioridade, não cessara com a abolição. Inicia-se, assim, entre cortiços e zungus, o processo de favelização das grandes cidades, a modernização das senzalas agora a céu aberto, espaços ignorados pelos brancos, tornando-se o “lugar do negro”, transformando os morros em quilombos urbanos mantidos longe dos olhos civilizados por um racismo institucionalizado [...]. Nos espaços públicos, [...] o negro era visto com suspeitas que ainda orientam as agências formais de controle social, que não demonstram nenhum receio com as abordagens aos ‘elementos suspeitos’ que desorganizam os espaços pré-definidos, os novos (velhos) grilhões que também se modificaram, mas que não foram extintos pela Lei Áurea, [...] Uma zona de exclusão, pobreza e violência que o Estado não apenas ignorou, mas promoveu com fins higienistas, até agora, quando após o total descaso e ignorância histórica, sobe as vielas “sorrindo” impondo a “pacificação”, demonstrando que o único direito dessa gente é ser violentada” (Goés, 2015, p. 149-150).

rememorando o antigo sistema de corporações medievais – agora, adaptado ao cenário de combate às mazelas da modernização capitalista.

A modernização capitalista na Europa criava tamanha desigualdade que até a Igreja Católica foi obrigada a pronunciar-se sobre a questão social. O papa Leão XIII (1873-1903), na encíclica *Rerum Novarum* (1891), criticava os excessos do liberalismo econômico (em particular a usura, os grandes lucros e as grandes fortunas) e lamentava a miséria e a superexploração dos trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, atacava o socialismo e os sindicatos, exortando a classe trabalhadora a não entrar em greve e revitaliza as corporações artesanais como forma de enfrentar os abusos do capitalismo (Loureiro, 2005, p. 31).

No Uruguai, o corporativismo foi incorporado pelas elites ruralistas no intuito de incrementar a representação de seus interesses no Executivo e no Legislativo. Em 1928, inspirado no corporativismo italiano, entendido como o verdadeiro aspecto revolucionário do fascismo, Andrés Bóveda fundou o *Partido Agrario* cujas propostas visavam manter, em meio à modernização do Estado, o modelo econômico agroexportador baseado no grande latifúndio.⁵⁸ Bóveda morou na Itália por 16 anos e presenciou a tomada de poder dos fascistas, sendo um importante intermediário das ideias fascistas entre os países através de sua atuação como correspondente italiano no jornal uruguaio *El Siglo*, no qual publicou em 1922: “A origem do Fascismo italiano constitui um destes fenômenos na vida da Nação que tem algo de milagroso e incrível. Nasceu nas horas mais escuras e dolorosas da vida italiana [...] Em seus primeiros tempos não teve preconceitos políticos, no sentido de que dele podiam participar todos aqueles que tivessem um só amor, a Pátria, um só interesse, a Liberdade, um só inimigo, o bolchevismo” (Bóveda, *El Siglo*, dezembro de 1922 apud Caetano, 1987, p. 116).⁵⁹

Nos anos 1930, o corporativismo influenciou o debate político em torno da Constituição – apesar da resistência de diferentes setores, alguns aspectos foram incorporados no governo Terra. Igualmente no Brasil, foram apresentadas propostas de representação corporativa para a Constituinte de 1934 e, durante o Estado Novo, um tipo de corporativismo social foi assimilado pelo governo.⁶⁰ Aqui, a principal ressonância do corporativismo fascista no governo Vargas foi

⁵⁸ Entre as propostas do partido, estavam: aquisição de terras por parte do Estado com intuito de oferecê-las à produção agrícola a preços e condições favoráveis; combate ao imposto sobre o latifúndio; e a criação de um *Banco Agrícola Colonizador*.

⁵⁹ “El origen del Fascismo italiano constituye uno de esos fenómenos en la vida de la Nación que tiene algo de milagroso y de increíble. Nació en las horas más oscuras y más dolorosas de la vida italiana. [...] En sus primeros tiempos no tuvo preconceptos políticos, en el sentido que en él podían participar todos aquellos que tuviesen un solo amor, la Patria, un solo interés, la Libertad, un solo enemigo, el bolchevismo”.

⁶⁰ Sobre a influência do corporativismo no debate em torno da Constituição do Uruguai de 1934, consultar o artigo *Fascismo, corporativismo y la derecha política en el Uruguay (1928-1940)* (Alpini, 2022); sobre a influência do corporativismo na Constituição do Brasil de 1934, consultar o artigo *Contexto político e crítica a democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934* (Cepêda, 2009).

a regulamentação das leis trabalhistas inspirada na *Carta del Lavoro*.⁶¹ Sobre isso, cabe destacar o comentário de Oliveira, que aponta para o papel do corporativismo no contexto de uma sociedade capitalista dependente em pleno processo de modernização:

Uma indagação pertinente sobre o tema da legislação trabalhista é a de por que ela se inspira nas formas jurídicas do direito corporativista italiano. Esse problema tem sido abordado apenas do ângulo do caráter do Estado brasileiro na época: autoritário mas ao mesmo tempo de transição entre a hegemonia de uma classe – a dos proprietários rurais – e a de outra – a burguesia industrial. Um aspecto não estudado é o de sua adequação como *uma ponte, uma junção entre as formas pré-capitalistas de certos setores da economia – particularmente a agricultura – e o setor emergente da indústria*. Nesta hipótese, *o direito corporativista é a forma adequada para promover a complementariedade entre os dois setores*, desfazendo ao unificar a possível dualidade que poderia formar no encontro do “arcaico” com o “novo”; essa dualidade, no que respeita à formação dos salários urbanos, particularmente na indústria, poderia realmente pôr em risco a viabilidade da empresa nascente (Oliveira, 2018, p. 38) [Grifos da autora].

O tema do corporativismo e sua relação com o fascismo e o antissemitismo moderno não compreende o escopo desta pesquisa, sendo estes apenas comentários pontuais com base na análise de bibliografia. Ainda cabe uma investigação mais aprofundada sobre o assunto, especialmente pensando nas particularidades do continente sul-americano, composto por economias de caráter dependente. Por ora, se destaca como, na Europa e na América do Sul, o corporativismo se apresentou como alternativa à construção da hegemonia em países marcados pela política de cooperação antagônica, ou seja, onde o processo de modernização capitalista se desenvolveu mesclando muitos aspectos da ordem precedente.

2.2 Ideias fascistas e antissemitas no Brasil e no Uruguai no início do século XX

Este foi o contexto de formação dos intelectuais estudados nesta pesquisa – os brasileiros, Gustavo Barroso e Plínio Salgado, e o uruguaio, Adolfo Agorio. Já nas primeiras obras de Barroso, é possível notar uma forte influência do darwinismo social – o que demonstra a relação entre os pressupostos do racismo científico e o desenvolvimento do discurso

⁶¹ “O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em ‘exército de reserva’. Essa conversão de enormes contingentes populacionais em ‘exército de reserva’, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista da acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista igualava reduzindo – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. [...] a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um denominador comum de todas as categorias, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a” (Oliveira, 2018, p. 38-39).

antisemita nos anos 1930. Seus dois primeiros livros – “Terra do Sol” (1912) e “Heróis e Bandidos” (1917) – podem ser classificados, nos termos de Antonio Candido (2006, p. 121), como conto sertanejo, um gênero amplamente difundido na literatura brasileira dos primeiros anos do século XX, que “ilustra bem a posição desta fase que procurava, na sua vocação cosmopolita, um meio de encarar com olhos europeus as nossas realidades mais típicas”. Essa geração de escritores foi fortemente influenciada pela publicação de “Os Sertões” (1912) e pelo crescimento dos estudos etnográficos e do folclore.

O núcleo central de “Terra do Sol” é a descrição da cultura sertaneja do Ceará. Para Barroso, “a identidade cearense está fundamentada nas dificuldades do meio devido ao clima, que gera secas recorrentes” (Freire, 2019, p. 2). O sertanejo era visto como inculto e ignorante em razão de seu modo de vida simples, suas crenças e danças, sobretudo aquelas ligadas à herança africana; era somente com a chegada da seca que ele demonstrava toda a sua força. Assim como na obra de Euclides da Cunha, aqui, a determinação do homem pelo meio era fundamental, especialmente no que se refere ao poder criador da seca. Nas palavras de Barroso (apud Idem): “Enfim, um dia o gado começa a cair de fome, de sede e de fadiga. É a época mais terrível: *é quando o nortista mostra sua energia inflexível* [...] E daí, não seja, talvez, paradoxo o dizer – que *a seca é um fator de progresso*, porque forma e molda uma raça de fortes” [Grifo da autora]. É evidente a inspiração em Cunha (2019, p. 158), que, uma década antes, definira o sertanejo como um Hércules-Quasímodo: sua aparência de fraco escondia o “aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade”, que surgia no encontro com a seca.⁶²

Ao mesmo tempo que Barroso considerava a seca como “um fator de progresso”, ele entendia que o sertanejo era constituído, por excelência, da mistura do indígena com o português – “as velhas histórias fantásticas da Europa se vão identificando com o meio que as recebe e se integralizando na rudeza do povo que as transmite” (apud Freire, 2019, p. 10). A herança cultural cearense que Barroso reivindicava tinha como referência a Europa – mas não a Europa moderna dos séculos XIX e XX, e sim aquela dos séculos XVI e XVII, ou seja, a Europa do período da colonização das Américas. A apologia do homem sertanejo na obra de Barroso ilustra sua relação com binômio civilização/barbárie, assim como sua visão sobre a história nacional: o sertanejo era considerado a “rocha viva da nossa nacionalidade” apenas na medida em que representava a mistura da cultura europeia com o solo brasileiro – ignorando o

⁶² Barroso cita Cunha no livro quando diz que, apesar de tudo, o sertanejo sempre trazia um sorriso no rosto, o que era um “sinal de imenso vigor da raça do Norte que o grande Euclides da Cunha chamou – ‘rocha viva da nossa nacionalidade’” (apud Freire, 2019, p. 5).

papel dos povos africanos na conformação histórica do Brasil. Daí resulta uma abordagem etnocêntrica que naturaliza os laços de dependência históricos entre o Brasil e a Europa: “a história jamais é interpretada à luz dos determinantes sociais e econômicos, mas sim em função de um acontecer ‘natural-orgânico’” (Vasconcellos, 1979, p. 27).

A partir de uma idealização da história e do homem nacional, Barroso considera a tradição sertaneja como síntese da nacionalidade, que deveria ser preservada frente ao progresso da modernidade, com seu típico estilo de vida urbano e industrial. O folclore deveria ser defendido em oposição ao cosmopolitismo moderno que o corrompia. Como escreveu Barroso:

A gente sertaneja ficou na alma, no sentir, o que ela era quando os portugueses fundaram as primeiras vilas do sertão, no tempo das bandeiras aventureiras. As poesias amorosas do sertão, as suas glosas e mores tem um saber seiscentista. Hoje, o sertanejo deturpa-os. Mas ainda neles se notam os traços da antiga cultura. Vê-se que foram criados por gente de certa instrução, certamente alunos ou professores dos velhos seminários sertanejos (apud Ibid, p. 10).

Essa posição conflituosa frente ao dilema civilização/barbárie também é bastante evidente em “Heróis e Bandidos”, segundo livro publicado por Barroso, aos 29 anos. A principal referência do livro foi “Facundo” (1845), do escritor argentino Domingo Faustino Sarmiento.⁶³ Influenciado pela literatura romântica, o autor argentino enxergava as cidades como o lócus da civilização e do progresso, em oposição ao campo, onde imperava a barbárie: “ele argumenta que a sociedade renascentista só foi capaz de alcançar um nível respeitável de cultura quando o centro do poder político e militar mudou do campo para as cidades” (Mader, 2008, p. 265). A imagem de uma sociedade civilizada e esclarecida estava associada ao contexto urbano moderno, que seguindo a tradição europeia, estabeleceu instituições políticas mais ou menos impessoais; ao passo que o campo era representado como espaço de selvageria, um deserto impenetrável, onde reinava o paternalismo dos caudilhos.

Mas a obra de Sarmiento caminhava no limite de uma contradição: as cidades eram os locais da civilização, mas também eram “europeizadas, com suas elites cultas e letradas, enquanto aquela parte [das Américas] que geralmente marcava a sua especificidade e diferença em relação à Europa era atrasada, semi-selvagem, violenta” (Idem). Assim, ao mesmo tempo

⁶³ O título original do livro era “*Civilización i barbarie. Vida de Juan Facundo Quiroja, aspecto físico, costumbres i hábitos de la República Argentina*”. A obra é considerada uma das mais importantes da literatura latino-americana de não ficção, sendo um “tratado de costumes” ao mesmo tempo em que fazia parte “da disputa que o próprio Sarmiento, como membro do Partido Unitário e exilado no Chile, mantém com Juan Manuel de Rosas, o caudilho do Partido Federal da província de Buenos Aires e principal liderança política da Argentina entre 1829 e 1852” (Ferrerias, 2003, p. 168). O livro conta a história Juan Facundo Quiroja, um militar gaúcho que residia na Argentina provincial nas décadas de 1820 e 1830. Sarmiento identifica Facundo com Rosas – ambos caudilhos que representam o barbarismo típico da vida no interior rural da Argentina.

em que os caudilhos eram as figuras mais autênticas na história da Argentina, essa autenticidade era dada graças à sua característica brutal e bárbara, cuja origem era “a luta do homem isolado com a natureza selvagem, do racional com o bruto” (Mader, 2008, p. 266).⁶⁴ Para Sarmiento, o objetivo era a civilização moderna, sendo o caudilho um obstáculo. Já na obra de Barroso, a tensão civilização/barbárie aparece de maneira distinta, considerando que, para ele, a cultura moderna, reivindicada por Sarmiento, era uma ameaça à verdadeira cultura nacional, sertaneja. Nesse sentido, Barroso assumia uma postura crítica romântica em face da modernidade: o modo de vida do sertanejo era valorizado em comparação às ambiguidades da cultura moderna urbana, mas ele entendia que o homem do campo vivia “primitivamente como os povos que demoram no mesmo estágio da civilização” (apud Ferreras, 2003, p. 171).

Logo, tanto Sarmiento quanto Barroso identificavam o campo com a barbárie e os modos de vida tradicionais (primitivos), sendo que esses eram justamente seu traço distintivo em relação a Europa. Mas, se para o primeiro, esses modos de vida deveriam ser superados em direção à cultura moderna, para o último, esses deveriam ser conservados em contraposição à cultura moderna. Contudo, a visão romântica de Barroso sobre a cultura sertaneja não anunciava o fato dela mesma ter sido fruto de um contexto histórico fundamentalmente marcado pela violenta colonização europeia – já que o autor entendia uma relação harmônica entre portugueses e sertanejos. Nesse sentido, já nas primeiras obras de Barroso, percebe-se aquilo que Vasconcellos (1979, p. 54) define como uma característica central do integralismo: a dialética do amor/ódio em relação a Europa, uma espécie de eurocentrismo disfarçado. Dito de outra forma: “Copiam dela [Europa] sua ideologia, mas amam perdidamente o Brasil; mas são amantes de coração europocêntrico: eles amam e odeiam a barbárie”.

Esse tipo de apropriação contraditória das formas literárias europeias foi marcado por um contexto intelectual no qual a conservação das formas foi seguida do esvaziamento do conteúdo: “uma literatura para a qual o mundo exterior existia no sentido mais banal da palavra, e que por isso mesmo se instalou num certo oficialismo graças, em parte, à ação estabilizadora da Academia Brasileira” (Candido, 2006, p. 126). A forma, importada da Europa e reproduzida acriticamente, não correspondia ao conteúdo nacional. Foi esse cenário cultural que marcou a formação intelectual de Barroso, assim como sua inserção no mundo das letras, que coincidiu justamente com “o desenvolvimento das burocracias intelectuais: a grande imprensa, os

⁶⁴ “De qualquer forma, ambos foram fascinados e fortemente atraídos por esta cultura rural, sendo que viam no cangaço e na barbárie as fontes daquilo que era mais autêntico da região, do nacional, o que devia ser autenticamente americano e diferente da alta civilização europeia” (Ferreras, 2003, p. 176).

aparelhos políticos (assembleias locais e nacionais), os aparelhos partidários (os partidos republicanos)” (Maio, 1992, p. 72).

Desde quando se mudara para o Rio de Janeiro, em 1910, a fim de concluir seus estudos em Direito, Barroso procurou se inserir nos principais círculos acadêmicos cariocas, o que efetivamente se realizou após sua graduação, graças à “certa intimidade com literatos como Coelho Neto,⁶⁵ famoso escritor à época do conto sertanejo e proeminente membro da Academia Brasileira de Letras (Maio, 1992, p. 70-71). Paralelamente, iniciou sua carreira política em 1912, filiando-se ao Partido Republicano Conservador (PCR) e foi eleito deputado federal em 1915, com apoio do governo estadual e de Pinheiro Machado, “importante líder oligárquico gaúcho da República Velha [...] e que tinha amizade com Barroso desde 1912” (Ibid, p. 72).⁶⁶ Na política e no mundo das letras, Barroso estava inserido numa rede de sociabilidade que lhe permitiu ingressar mais facilmente nos círculos considerados de alta cultura. Ao mesmo tempo em que o autor cearense integrava os espaços daquilo que era considerado, à época, o seio da “civilização brasileira” – o Rio de Janeiro em pleno auge das reformas urbanas e institucionais – empenhava um discurso contrário à modernidade e a civilização na medida em que estava engajado no projeto das elites oligárquicas de “restauração do país baseado na redefinição das ‘bases da nacionalidade’” (Prado, 2010, p. 17).

Essa rede de contatos de Barroso foi, em grande parte, construída durante sua atividade jornalística no Rio de Janeiro. Desde quando morava em Fortaleza, ele já contribuía com jornais cariocas, como *O Malho*,⁶⁷ *O Tico-Tico*⁶⁸ e *Careta*,⁶⁹ com os quais também contribuíram grandes

⁶⁵ Coelho Neto foi um importante cronista brasileiro do começo do século XX, dedicado especialmente ao gênero do conto sertanejo. Na época, foi eleito, em votação popular realizada pelo jornal *O Malho*, o “Príncipe dos Prosadores Brasileiros”.

⁶⁶ A relação entre Barroso e Pinheiro Machado era bastante pessoal: o último chegou a ser padrinho de casamento do primeiro com Antonieta Labourien, realizado em 1915.

⁶⁷ Revista ilustrada fundada em 1902 por Crispim do Amaral. Era publicada semanalmente e ficou conhecida por suas charges e caricaturas que ironizavam a política nacional, especialmente a Câmara dos Deputados. Logo em seus primeiros anos, a revista consagrou autores da chama “geração boêmia” carioca, como Olavo Bilac. No contexto da Revolução de 1930, colocou-se em oposição à Aliança Liberal, o que resultou em seu esfacelamento após a vitória do grupo de Vargas. Para mais, consultar o verbete *O Malho*, disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbeta-tematico/malho-o>.

⁶⁸ Revista ilustrada, voltada ao público infantil, fundada por Luís Bartolomeu de Sousa e Silva. A revista fazia parte da Sociedade O Malho, com frequência mensal. Em seus primeiros anos, a maior parte das histórias em quadrinhos publicadas eram inspiradas diretamente nos enredos, personagens e publicações do gênero francesas, alemães e estadunidenses. A partir da Primeira Guerra Mundial, o ilustrador Luís Gomes Moreira passou a criar histórias mais próximas a realidade brasileira, com os personagens Chiquinho e Jagunço. A revista contou com a colaboração de importantes autores, como Monteiro Lobato, Olavo Bilac, Martins Fontes e Casimiro de Abreu. Para mais, consultar o verbete *O Tico-Tico*, disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbeta-tematico/tico-tico-o>.

⁶⁹ Revista ilustrada fundada em 1908 por Jorge Schmidt. Inicialmente foi projetada para ser concorrente da revista *O Malho* e “defendia a proposta de ser uma revista irreverente e singularmente crítica em relação à política e à sociedade carioca de seu tempo” (Garcia, 2015, p. 31).

nomes da literatura brasileira, como Monteiro Lobato e Olavo Bilac. Em 1916, já na capital federal, se tornou diretor da famosa revista *Fon-Fon*,⁷⁰ ao mesmo tempo em que seguia sua carreira política. Em 1922, Barroso foi consagrado como o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, com ajuda do então presidente Epitácio Pessoa. A respeito de sua atuação no museu, cabe ressaltar a consonância das exposições com a interpretação historicista encabeçada por Adolfo de Varnhagem que valorizava imensamente a figura do colonizador cuja “superioridade em relação às demais raças que habitam o país” foi responsável pela sobreposição da “civilização em relação à barbárie” (Oliveira, 2008, p. 168).⁷¹

Partindo dessa perspectiva, as exposições do MHN passaram a ser organizadas por Gustavo Barroso a partir da utilização de objetos considerados como provas fiéis de acontecimentos ou “personalidades” da nossa história, onde os “grandes homens” tinham sua memória imortalizada nas galerias do Museu. Esse modo de expor caracterizou durante algum tempo as exposições dos museus históricos no Brasil, onde membros da elite burguesa e aristocrática eram legitimados como os principais sujeitos sociais (Idem).

Em meados dos anos 1920, com o avanço da modernização, a literatura aliada ao projeto restaurador das elites oligárquicas se concentrou na ênfase do “valor natural do homem rústico e da paisagem humanizada; como que se retoma[va] o traçado didático do regionalismo otimista do Romantismo, cheio de exotismos e quase sempre alheio ao drama real das populações rurais em extrema penúria” (Prado, 2010, p. 19). Por outro lado, a literatura regional era crescentemente subordinada à literatura urbana através da “proliferação de academias pelos estados”, que divulgavam as “normas civilizadas do bom estilo para oradores, conferencistas e escritores” (Idem). Como argumenta Prado:

Se pensarmos que o contexto dessas ideias abrange também a exacerbação nacionalista que, desde o final do Império, vinha exagerando os males que adviriam do isolamento do Brasil em relação às jovens republicanas-latino americanas, a pretexto de retomar aqui o exemplo do sistema federado dos Estados Unidos, não será difícil compreender porque as direções do projeto literário convergirão para a ideologia do “nativismo totalista”, cuja função preponderante, como se sabe, era abafar a crise da desigualdade no plano interno, desviando as atenções da nação para a suposta importância de seu papel na luta que as oligarquias do continente habilmente forjavam como forma de compensar a dependência político-cultural. Assim, *ao mesmo tempo em que se assiste ao abandono das populações oprimidas no interior do país, testemunha-se também a tendência do projeto restaurador para dissociar os*

⁷⁰ Revista ilustrada, de frequência semanal, fundada, em 1907, por Jorge Schimdt, o mesmo criador das revistas *Careta* e *Kosmos*. Em 1915, Sérgio Silva se tornou o proprietário e diretor da revista. Até os anos 1930, foi um importante periódico de sátira política e crônica social; doravante, publicou conteúdos voltados ao público feminino, como modelos de comportamento, beleza, culinária e moda. O último número da revista foi publicado em agosto de 1958.

⁷¹ Francisco Adolfo de Varnhagen foi militar e historiador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), reconhecido pela obra “História Geral do Brasil”, publicada em dois volumes, entre 1854 e 1857. Barroso também pertenceu ao IHGB.

meios de expressão literária da força temática latente na insubmissão desses grupos marginalizados (Idem) [Grifo da autora].

Nesse sentido, a trajetória de Barroso representou a integração entre o mundo das letras e a política realizada pelo projeto restaurador das elites oligárquicas – o que explica a harmonização da defesa da cultura sertaneja como eminentemente nacional e as formas importadas, sejam literárias, sejam políticas. Sua atuação como diretor do MHN parece ter sido decisiva para seu ingresso na Academia Brasileira de Letras em 1923, pois em duas ocasiões anteriores, ele fora negado na instituição.⁷² A partir de então, sua obra ganhou enorme projeção nacional e alguma projeção internacional.⁷³ Autores conservadores como Alceu Amoroso Lima, diretor do Centro Dom Vital, escreveu sobre um dos livros de Barroso, “A Ronda dos Séculos” (1933): “podemos encarecer francamente a arte sadia e vibrante, colorida e quente, autônoma e variada desses contos magníficos” (*Os quarenta livros de Gustavo Barroso*, p. 245).

Este contato é particularmente relevante considerando que o Centro foi um dos principais núcleos de difusão das ideias fascistas e antisemitas no Brasil dos anos 1920, sendo um espaço de sociabilidade crucial na formação de muitos intelectuais integralistas, incluindo Plínio Salgado. É possível que os primeiros contatos entre Salgado e Barroso tenham sido por intermédio do Centro. Este foi fundado em 1922 por Jackson de Figueiredo e procurava ser um “espaço de articulação do laicato católico com vistas a reverter o longo processo de perda de poder da Igreja no cenário político” (Beired, 2007, p. 128) – o que se relacionava diretamente com a crítica às consequências da modernização e secularização do Estado. Figueiredo atuou como diretor da revista *A Ordem* (1921) através da qual introduziu as ideias de Louis de Bonald, Joseph de Maistre, Maurice Barrès e Charles Maurras na intelectualidade católica, combatendo

⁷² Barroso ingressou na ABL em 1923, aos 35 anos, ocupando a cadeira 19. Até 1959, ele exerceu os cargos de tesoureiro, primeiro e segundo secretário-geral, e presidente da instituição – nos anos de 1932, 1933, 1949 e 1950 respectivamente. Para mais, consultar a biografia de Gustavo Barroso no site da ABL, disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/gustavobarroso/biografia>.

⁷³ Em 1921, Barroso publicou o texto “*Mosquita Muerta*” no periódico argentino *La Novela Semanal* e recebeu o seguinte elogio dos editores: “Aqui se oferece aos nossos leitores uma pintura eloquente do fenômeno terrível dentre todos, da seca do Ceará. E suas brilhantes qualidades de escritor revelam em toda a sua força, já descrevendo a beleza, já emocionando... Com esse trabalho, Gustavo Barroso incorpora-se à brilhante falange de escritores que mantem seu prestígio intelectual na América Latina” [Tradução livre]. Em 1924, ele publicou novamente neste periódico – agora, o texto “*En el tempo de los zares*”. Outros periódicos argentinos também comentaram as obras de Barroso, como *El Diario*, sobre o livro “Tradições Militares” (1918). O jornal londrino *Morning Post* publicou o seguinte comentário acerca da tradução inglesa do livro “Mapirunga” (1924): “Nenhuma antologia de contos modernos pode, se quiser manter uma reputação, ignorar essa joia, polida em sua arte, e ainda assim tão distante das formas aparadas da Bond-street ou da Rue de la Paix” [Tradução livre]. Entre os escritores brasileiros que comentaram a obra de Barroso, destacamos Rui Barbosa – que escreveu sobre “Terra do Sol”: “O sol e as terras do Norte se refletem com o encanto da verdade nas páginas de Terra do Sol, onde o talento da pintura literária tem rasgos de colorido e da vida que muito honram o jovem escritor” – Afrânio Peixoto e Sérgio Buarque de Hollanda – que comentou a obra “Fausto” (1920). Essas informações foram encontradas no documento intitulado “Os quarenta livros de Gustavo Barroso”, disponível no arquivo DELFOS-PUCRS, localizado em Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil).

constantemente em seus textos “a ameaça do protestantismo, da maçonaria, dos judeus que controlam o capitalismo internacional” (Trindade, 2016, p. 70). Após sua morte prematura, Alceu Amoroso Lima assumiu a direção do Centro em 1928, mesmo ano no qual foi a fundado o Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria Nova – berço da Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIBP), movimento cristão em defesa da restauração monárquica no Brasil, fundado em 1932.

Estes foram dois importantes focos de circulação de ideias contrarrevolucionárias, especialmente vindas da *Action Française* (AF) e do Integralismo Lusitano (IL). A formação intelectual de Plínio Salgado foi profundamente marcada pela influência destas duas correntes – não por acaso, existem alguns paralelos entre a AIPB e AIB, haja vista que são originárias da mesma matriz intelectual, a dizer, o conservadorismo contrarrevolucionário europeu, fundado na oposição à cultura liberal moderna (Gonçalves, 2018, p. 90).⁷⁴ É significativo notar que as ideias antissemitas fizeram parte da primeira formação de Salgado por meio do Centro, ao passo que Gustavo Barroso foi introduzido ao discurso antissemita apenas nos anos 1930 através da AIB – o que corrobora com a hipótese que o integralismo, desde sua gênese, compartilhava pressupostos lógicos com o antissemitismo moderno. O que aproximava as primeiras obras de Barroso do Centro era a defesa da cultura tradicional, fortemente marcada pela religião como definidora dos papéis sociais, em oposição ao cosmopolitismo da cultura moderna e urbana.

São possíveis alguns paralelos entre a trajetória de Gustavo Barroso e Adolfo Agorio. A começar pelo fato de ambos terem nascido no mesmo ano, 1888: o uruguaio, em setembro e o brasileiro, em novembro. A origem social dos dois também é comparável. Barroso provinha de um “tradicional clã rural em pleno declínio material”, de passado prestigioso, e envolvido nos principais acontecimentos da política cearense entre 1840 e 1880 (Maio, 1992, p. 68). Agorio era filho de dois uruguaios de origem basca, pertencentes à classe média intelectual urbana. Ambos tiveram acesso à educação formal, além de outros incentivos à formação intelectual desde a juventude;⁷⁵ e iniciaram suas carreiras por meio da publicação na imprensa periódica.

⁷⁴ “Em Jackson de Figueiredo encontrou bases de sustentação no desenvolvimento do pensamento cristão para o desenvolvimento nacional. Através da teoria proposta por Figueiredo, notam-se algumas das bases do pensamento doutrinário de Salgado e o conhecimento oficial do pensamento conservador português, através do IL. Temáticas como o antiliberalismo e o valor cristão como base e justificativa de um poder autoritário passavam a ser desenvolvidas numa discussão pautada nos grupos conservadores radicais europeus, notadamente a *Action française* e o integralismo de Portugal. Compreendia a Revolução Francesa de 1789 como causadora dos males da sociedade, principalmente no terreno do cristianismo, por isso a luta intensa e categórica contra os movimentos liberais” (Gonçalves, 2018, p. 56).

⁷⁵ Barroso relatou que sua família chegou a pressioná-lo para cursar Direito, quando ele desejava seguir carreira militar: “Na minha casa há a mania, a superstição do doutor. Causa herdada do tempo antigo como os móveis de jacarandá, os bules de prata do Porto e as terrinas de louça da Índia. [...] O longo convívio em Pernambuco, [...] com o barão de Catuama, nosso parente, diretor da Faculdade de Direito, *fizera com que minhas tias olhassem o*

Ainda na adolescência Agorio publicou algumas notas em *La Tribuna Popular*; após se mudar para Buenos Aires, onde estudou na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, publicou em *El Oriental* e *El Estudiante* – sendo que alguns de seus textos foram elogiados por José Enrique Rodó, considerado o autor uruguaio de maior influência sobre a geração de escritores de Agorio.⁷⁶

Logo após regressar ao Uruguai, Agorio se filiou às fileiras batllistas do Partido Colorado, o que lhe possibilitou uma circulação considerável entre a intelectualidade uruguiaia. Segundo Alpini (2015, p. 62), a geração de intelectuais que iniciou sua carreira entre meados de 1915 e 1920 tendeu à profissionalização graças ao respaldo social de uma classe média emergente e, sobretudo, ao incentivo do batllismo – que dispunha de meios burocráticos, diplomáticos e periodísticos que garantiram aos escritores a possibilidade de se sustentarem economicamente. O jornal *El Día* foi um exemplo flagrante da profissionalização da elite intelectual incentivada pelo batllismo. Em virtude de sua filiação ao Partido Colorado, Agorio ingressou na redação do jornal em 1914, assinando textos sob o pseudônimo de Jacob. Esse foi um momento essencial para sua inserção nos círculos da dita alta cultura. Segundo Alpini (Ibid, p. 61), foi quando conheceu o poeta anarquista Leoncio Lasso de la Vega, a quem dedicou um estudo biográfico décadas mais tarde.⁷⁷ Nesse momento, Agorio publicou nos periódicos uruguaiois *La Razón*, *El Liberal* e *El Terruño*; além de alguns jornais argentinos, como *La Nación*, através do qual conheceu Leopoldo Lugones e Alfredo Palacios.

Acerca de sua colaboração para *El Terruño*, são relevantes alguns comentários. Primeiramente, tratava-se de uma revista dedicada à literatura nativista, cuja estética enfatizava o modo de vida rural. O título do periódico já antecipa seu conteúdo: em espanhol, “*terruño*” significa terra ou país natal; e seus sinônimos são: “*patria*”, “*país*” e “*cuna*” – sendo que o último pode ser traduzido para o português como “lugar em que se nasceu”, ou “berço” (RAE).⁷⁸ O subtítulo era “*Revista Campesina*”, que poderia ser traduzido para o português como “revista caipira”. Foram encontrados dois textos de Agorio para a revista, um de janeiro e outro de julho de 1918, que revelam a preocupação do autor com os temas do nacionalismo e da valorização

canudo de bacharel como o centro da glória. Quando eu revelava minhas tendências militares, era um Deus nos acuda de protestos” (apud Maio, 1992, 69) [Grifo da autora].

⁷⁶ Também pertenciam a esta geração Dardo Regules, Gustavo Gallinal, Alberto Zum Felde, Antonio M Grompone, Emilio Oribe, Clmemente Estable, Horacio Maldonado e Alberto Lasplaces (Alpini, 2015, p. 62).

⁷⁷ Foi um médico e poeta espanhol, que residiu no Uruguai nos primeiros anos do século XX. Participou de concentrações anarquistas e socialistas no país, sendo defensor da retomada do batllismo nos anos 1910. Em 1957, Agorio publicou o livro “*Leoncio Lasso de la Vega y la ronda del diablo*”.

⁷⁸ Consultar o dicionário da Real Academia Espanhola. Disponível em: <https://dle.rae.es/>.

da cultura tradicional, vinculada ao campo, desde o entreguerras.⁷⁹ Esse fato é importante pois a campanha antissemita dos anos 1930, no Uruguai, da qual Agorio foi uma importante referência, vinculou a defesa da cultura nacional – idealizada na figura do gaúcho, do campo – contra uma dita ameaça judaica e suas forças materialistas dissolventes. Os redatores da revista foram responsáveis pela criação do Monumento ao Gaúcho em 1927.

Em um pequeno texto para a revista, datado de junho de 1918, Agorio escreveu, evocando o gaúcho como verdadeiro homem nacional em meio a cultura moderna, que buscava se distanciar dessas figuras caudilhescas:

Na febre de nossa idade contemporânea, o gaúcho aparece como um mito longínquo da ideologia criolla. Mas ainda perdido nas brumas do passado, sua figura áspera e fecunda, gravita sobre as fontes de nossa civilização. Cultivar sua memória é evocar a própria história da democracia rioplatense, é enobrecer a base viva da nacionalidade. *Os gaúchos formaram o músculo dos primeiros exércitos da nacionalidade e criaram a organização de nossas repúblicas sobre a viva e primitiva alma criolla, o heroísmo anônimo de quem sacrificou tudo, sua vida e sua fazenda, para fundar a arquitetura moral da América.* Falta ainda para nós um monumento que consagre tanta beleza desaparecida, tanto sacrifício obscuro, o eterno padecimento sem esperança das legiões de centauros que abriram com seus ferros afiados o caminho para nosso destino (Para El Terruño, *El Terruño*, junho de 1918, capa) [Tradução livre, grifo da autora].^{80 81}

O paralelo entre a obra de Agorio e Barroso é bastante evidente no que se refere à defesa da cultura nacional tradicional frente à modernidade: para o primeiro, o gaúcho era a alma do homem uruguaio, para o último, o sertanejo era a alma do homem brasileiro. Em ambos os casos, a construção de um imaginário idealizado destas figuras se relacionava com a defesa dos interesses das elites ruralistas que buscavam orientar o processo de modernização nos dois países – no caso brasileiro, essas elites rapidamente articularam uma coligação de forças que possibilitou a manutenção de sua influência durante a Primeira República; já no caso uruguaio, o projeto de reformas radicais do batllismo provocou maiores tensões com os setores ruralistas e conservadores, de maneira que, a partir de 1915, estes se organizaram em associações não-

⁷⁹ Arquivo digital Anáforas. Disponível em: <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/41015>.

⁸⁰ “En la fiebre de nuestra edad contemporánea, el gaucho aparece como un lejano mito de la ideología criolla. Pero aún perdido entre las brumas del pasado, su figura áspera y fecunda gravita sobre las fuentes de nuestra civilización. Cultivar su recuerdo es evocar la historia misma de las democracias rioplatenses, es ennoblecer la base viviente de la nacionalidad. Los gauchos formaron el músculo de los primeros ejércitos libertadores y crearon la organización de nuestras repúblicas sobre las virtudes primitivas del alma criolla, el heroísmo anónimo de quienes lo sacrificaron todo, su vida y su hacienda, para fundar la arquitectura moral de América. Falta todavía entre nosotros el monumento que consagre tanta belleza desaparecida, tanto sacrificio obscuro, el eterno padecimiento sin esperanza de las legiones de centauros que abrieron con sus hierros tajantes el sendero de nuestro destino”.

⁸¹ Todas as citações presentes nesta dissertação foram reescritas conforme as normas ortográficas atuais da língua portuguesa, buscando melhor fluidez e padronização do texto.

partidárias, como a *Federación Rural*, com vistas a influenciar as tendências internas do Partido Colorado em oposição ao batllismo. Esse foi o contexto da virada política de Agorio em direção aos grupos mais conservadores, que se consolidou após a guerra.

Após o início da Primeira Guerra, Agorio publicou alguns textos em defesa da Tríplice Entente, com especial destaque para o valor da cultura francesa no Ocidente. Durante o conflito, ele publicou uma sequência de três livros que lhe conferiu grande prestígio entre a intelectualidade francesa – *La Fragua* (1915), *Fuerza y Derecho* (1916) e *La Sombra de Europa* (1917). Nessa época, também colaborou com a publicação francesa *L'Eclair de París*, sendo elogiado pelo ex-presidente do conselho de ministros da França, J. Caillaux, quem escreveu o prólogo do primeiro livro desta trilogia: “Ah, meu querido senhor Agorio! [...] É um filho intelectual da França. Não é somente um latino que sabe empreender e apreciar a cultura francesa. Há penetrado na alma desta França que, segundo a forte expressão de Gambetta, é a alma das ideias gerais do mundo” (Alpini, 2015, p. 62) [Tradução livre].⁸² Em 1917, por sua contribuição para a cultura francesa, Agorio foi eleito membro da *Societés de Gens de Lettres*, na qual apenas ele e Guillermo Valencia⁸³ eram representantes da América Latina.

Em conjunto, os três livros representam o desencanto de Agorio com o mundo a partir da guerra. Na primeira obra, o conflito europeu foi apresentado como a luta entre a democracia francesa e o militarismo alemão, sendo que a França representava a materialização dos valores iluministas e, portanto, a guerra era a disputa pela expansão de tais valores fundamentais. Já na última obra, o autor assumiu uma visão mais pessimista: o poder redentor da ciência foi veementemente negado pois esta havia sido a principal aliada da guerra. Segundo Alpini (Ibid, p. 63), a experiência da guerra levou Agorio a conclusão da ineficácia da ciência e dos valores iluministas em solucionar o conflito de maneira menos violenta. Assim, o espiritualismo ganha força a partir da análise da decadência do mundo moderno, o que evoca a necessidade de um renascimento moral, interior – assim como, o espírito do sacrifício também foi mobilizado pelos grupos que deram origem ao fascismo na Europa. A influência destes autores nas percepções

⁸² “Ah, mi querido señor Agorio! (...) Sois un hijo intelectual de Francia. No sois solamente un latino que sabe emprender y apreciar la cultura francesa. Habéis penetrado el alma de esta Francia que, según la fuerte expresión de Gambetta, es la odriza de las ideas generales del mundo”.

⁸³ Poeta e político colombiano, considerado um dos nomes fundamentais da geração modernista no país, ao lado de José Asunción Silva. Oriundo de família conservadora, ingressou desde muito cedo no mundo da política e atuou como diplomata na França, Alemanha, Suíça, Brasil, Chile e Peru. Sua trajetória política pode ser dividida em três etapas: a primeira, de tendência parnasiana; a segunda, alinha ao simbolismo francês, com influência de Baudelaire, Verlaine e Mallarmé, autores que Valencia traduziu para o espanhol; e a terceira, marcada pela influência modernista de Rubén Darío. Para mais, consultar Fernández; Tamaro, 2004. Disponível em: https://www.biografiasyvidas.com/biografia/v/valencia_guillermo.htm.

políticas de Agorio é evidente e se explica pela grande circulação do mesmo nos círculos culturais europeus dada sua atuação no *Consejo Directivo de Correos y Telégrafos*.

As grandes batalhas ganham a alma. Ao redor do perigo, do perigo desejado e temido ao mesmo tempo, *desse perigo que D'Annunzio assinalou como o eixo da vida sublime*, florescem as paixões mais puras, as paixões mais altruístas posto que o contato com a morte se pode aceitar como uma extirpação fugaz do egoísmo e como um renascimento do sacrifício. *O drama europeu nos demonstra como a grandeza de toda a obra material está subordinada ao espírito* (Agorio, 1916, p. 98-99) [Tradução livre, grifo da autora].⁸⁴

É relevante notar que o espiritualismo foi um ponto central tanto na formação do revisionismo uruguaio quanto do integralismo brasileiro. Por espiritualismo, entende-se “a ideia de que as relações sociais são determinadas pelos fatos morais” (Vasconcellos, 1979, p. 23). Para os integralistas, ancorados em uma leitura de base psicologizante, a razão para o combate ao comunismo não era propriamente seu programa político contrário à forma de organização social capitalista, mas o fato de os comunistas subordinarem o espírito à matéria. A mesma lógica espiritualista está presente nos textos de Agorio do período da guerra – o próprio subtítulo de “*Fuerza y Derecho*”, “*aspectos morales de la gran guerra*”, o revela.

Essa forma retórica é bastante evidente em uma passagem do livro na qual ele atribui o fracasso da Comuna de Paris à falta de espírito militar entre os comunardos. Agorio escreveu: “A eles teria bastado cair em massa sobre Versalhes para que o triunfo fosse completo. Uma vertigem de preocupações abstratas, escrúpulos de sentimentalismo e humanidade, cortaram as asas de ação” (Agorio, 1916, p. 45) [Tradução livre].⁸⁵ A interpretação da obra de Marx também segue essa leitura psicologizante: o marxismo estaria associado à cultura alemã, naturalmente militarista, ao passo que a cultura francesa estaria fundada nos princípios democráticos. Ele escreveu:

Os juízos de Carlos Marx sobre a Comuna constituíram por acaso um dos capítulos mais cativantes da história do proletariado. Carlos Marx era um verdadeiro espírito disciplinado, sereno e analítico. Era um verdadeiro alemão. Vivia em Londres, na mais profunda miséria, quando escreveu seu *Capital*, esse livro terrível, verdadeiro corrosivo das velhas concepções históricas [...] Carlos Marx dirigia seus disparos ao velho idealismo dos socialistas franceses que consistia em deslocar à Alemanha o eixo do movimento operário universal. Por trás de sua máscara de internacionalista, Carlos Marx era um aliado do pangermanismo. Esse oculto sentimento anti-francês, estava

⁸⁴ “Las grandes batallas las gana el alma. Al redor del peligro, del peligro deseado y temido al mismo tiempo, de ese peligro que D'Annunzio señala como el eje de la vida sublime, florecen las pasiones más puras, las pasiones altruístas puesto que el contacto con la muerte se puede aceptar como una extirpación fugaz del egoísmo y como un renacimiento del sacrificio. El drama europeo nos demuestra que la grandeza de toda obra material está subordinada al espíritu”.

⁸⁵ “Les hubiera bastado caer en masa sobre Versalles para que el triunfo fuese completo. Un vértigo de preocupaciones abstractas, escrúpulos de sentimentalismo y de humanidad, cortaron las alas de la acción”.

inspirado em uma ilusão científica, fechado a todas as influências morais, uma ilusão científica, uma ilusão feita de ingenuidade e pedantismo (Ibid, p. 53-54) [Tradução livre].⁸⁶

Dessa maneira, Agorio esvaziava o objeto de sua análise de qualquer sentido objetivo e histórico. A crítica destinada ao marxismo não se referia a qualquer aspecto teórico ou factual da obra do escritor alemão, ou mesmo às suas implicações políticas no movimento europeu, mas tão somente ao fato de Marx supostamente estar aliado ao pangermanismo e, logo, antifrancês. Quando, na realidade, Marx foi um duro crítico do governo alemão e, por isso, chegou a ser expulso a Alemanha, em 1845. Aqui, cabe destacar a semelhança entre os escritos de Agorio e Plínio Salgado em relação a obra marxista e os movimentos inspirados por ela:

Para Plínio Salgado, a consciência de classe do proletariado nasce do ressentimento, ou do mau exemplo oferecido pelo “materialismo burguês”. As raízes objetivas dos antagonismos entre capital e trabalho assalariado são substituídos pelos fatores de ordem moral. É a falta de cultura que leva o operário a aderir ao comunismo. O psicologismo integralista acaba convertendo a história num jogo astuto, malabarismo de esperteza: se os operários russos fossem mais sabidos, se eles não tivessem sido ludibriados pelos marxistas, a revolução de 17 jamais teria se realizado. [...] [O socialismo] não passa de um “fenômeno puramente psicológico”, ele faz parte das “psicoses maníaco-depressivas”. A profilaxia mais eficaz, no caso, seria “conquistar as almas”. Somente assim se conseguiria descartar do “perigo comunista” e realizar a meta integralista: a “revolução interior” (Vasconcellos, 1979, p. 24).

Em “*Fuerza y Derecho*”, de Agorio, há uma referência a Mussolini – no momento de publicação do livro, ele ainda era diretor do periódico italiano *Avanti*. O capítulo de Agorio dedicado ao marxismo – cuja hipótese era o fato de que Marx, apesar do discurso internacionalista, defenderia a suplantação do movimento operário francês pelo alemão – foi elaborado com base nas traduções de Mussolini de algumas cartas de Marx. O contato tão precoce de Agorio com Mussolini demonstra, novamente, sua inserção em uma rede transnacional de circulação de ideias fascistas antes do final da guerra.

Apesar de tudo, na mesma época, Carlos Marx, que se encontrava em Londres, abria o coração ao seu amigo Federico Engels. Como vamos ver, as ideias que Marx confia ao seu amigo em intimidade são completamente opostas as ideias destinadas ao público. Benito Mussolini socialista italiano, antigo diretor de *Avanti*, traduziu para o idioma de seu país toda a correspondência trocada entre Marx e Engels. *As cartas se referem a guerra franco-prussiana e a Comuna de Paris e possuem hoje toda a força*

⁸⁶ “Los juicios de Carlos Marx sobre la Comuna constituyen acaso uno de los capítulos más cautivantes en la historia del proletariado. Carlos Marx era un espíritu disciplinado, sereno, analítico. Era un verdadero alemán. Vivía en Londres, en la más profunda miseria, cuando forjó su *Capital*, ese libro terrible, verdadero corrosivo de las viejas concepciones históricas [...] Carlos Marx dirigía sus disparos contra el viejo idealismo de los socialistas franceses, ya que su propósito consistía en desplazar hacia Alemania el eje del movimiento obrero universal. Bajo su máscara de internacionalista, Carlos Marx era aliado del pangermanismo. Este oculto sentimiento antifrancés estaba inspirado en una ilusión científica, cerrada a todas las influencias morales, una ilusión hecha de ingenuidad y de pedantería”.

majestosa de uma revelação, todo o misterioso encanto do pensamento ignorado que brota de repente a luz (Agorio, 1916, p. 57) [Tradução livre, grifo da autora].⁸⁷

A frase destacada acima demonstra ainda um apelo psicológico semelhante à teoria da conspiração antissemita – e também da propaganda fascista. Agorio denuncia uma suposta verdade, mantida em segredo até então, e que, uma vez revelada, ressignificaria a história. Essa abordagem de base psicológica é o que estrutura a teoria da conspiração do “judaísmo internacional”: os movimentos da história, em sua complexidade dialética e histórica, são reduzidos a fatos morais justificados a partir da desigualdade cultural das raças, tão simples quanto a narrativa de uma conspiração secreta, muito antiga, organizada pelos judeus, com vistas a destruir os valores da civilização cristã, e que opera nos bastidores das grandes transformações da modernidade.

É possível imaginar que Agorio conhecesse os escritos de George Sorel, considerando sua familiaridade com a literatura francesa e sua leitura do jornal *Avanti* – pois justamente neste momento o periódico, originalmente ligado ao movimento socialista, passou a defender a intervenção na guerra, o que resultou num intenso conflito no interior do movimento e a consequente expulsão de Mussolini do Partido Socialista Italiano (PSI). Em 1917, Agorio citou diretamente Gabriele d’Annunzio, poeta futurista italiano, considerado um dos precursores intelectuais do fascismo. Dele, Agorio absorveu a glorificação da coragem e do sacrifício, e o poder regenerador da morte. Assim, supõe-se que a entrada de Agorio nos círculos intelectuais europeus tenha sido intermediada por seus contatos na França, onde sua obra era prestigiosa; durante a guerra, ele se aproximou das principais correntes que desembocaram no fascismo nos anos 1920. Em 1923, ele publicou “*Ataraxia*”, obra que marcou definitivamente sua separação em relação ao batllismo.

Se, em 1915, ele defendera a aliança com a França, considerada a mãe dos ideais democráticos, agora, a democracia era representada como obra do hedonismo do demônio – o grande pecado desta forma de governo era estimular nos povos a ideia de que eles governam a si mesmos. Agorio identificava as massas como geneticamente ingratas, incapazes de compreender os valores mais nobres e, portanto, uma minoria deveria dominá-las. A defesa de que a origem da decomposição dos valores morais era o critério quantitativo da democracia

⁸⁷ “A pesar de todo, en esa misma época, Carlos Marx, que se encontraba en Londres, abría el corazón a su amigo Federico Engels. Como vamos a verlo, las ideas que Marx confía en la intimidad del amigo son completamente opuestas a las ideas destinadas al público. Benito Mussolini socialista italiano, antiguo director del *Avanti*, ha traducido al idioma de su país gran parte del voluminoso e interesante epistolar que contiene toda la correspondencia cambiada entre Marx y Engels. Las cartas que se refieren a la guerra franco-prusiana y a la Comuna, poseen hoy toda la fuerza majestuosa de una revelación, todo el misterioso encanto del pensamiento ignorado que brota de repente a la luz”.

tinha como base uma visão da realidade inspirada no darwinismo social: “A espécie forja nos ditadores as defesas naturais contra esse culto excessivo do rebanho que converte os espíritos superiores em células mortas de um todo inorgânico” (Agorio, 1923, p. 110) [Tradução livre].⁸⁸

Em 1925, Agorio viajou para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para escrever um livro sobre suas impressões do país, publicado pouco tempo depois, em Buenos Aires, com o título “*Bajo la mirada de Lenin*”. É importante ressaltar que, no momento da viagem do uruguaio, havia uma intensa disputa no interior do movimento comunista soviético, que se acentuara após a morte de Lenin no ano anterior. Ademais, o país havia recém-saído de uma guerra civil brutal, na qual as grandes potências imperialistas se voltaram contra a URSS. Assim, quando Agorio visitou o país, este sofria um processo de burocratização de seus aparelhos de poder, marcado pela centralização das tomadas de decisão no partido – e não mais nos soviets, como ocorrera no período revolucionário. Essa ressalva é importante pois a leitura de Agorio desconsidera o processo histórico de formação da URSS em suas contradições específicas, traçando uma linha de continuidade direta entre a Revolução Bolchevique e todos os acontecimentos posteriores.⁸⁹

Para Alpini (2015, p. 64), muito embora Agorio tenha feito elogios a URSS, essa obra é perfeitamente compatível com o restante de suas obras. Aquilo que impressionou mais o uruguaio foi a disciplina e o comprometimento dos soviéticos em relação ao Partido Bolchevique, cujo contraste com os partidos burgueses era marcante. Agorio entendia que ser comunista impunha sacrifícios aos indivíduos, o que, por si só, era um sinal de grandeza espiritual. Nesse sentido, o que tornava Lenin uma figura digna de nota na história era justamente o fato de ser ele um ditador exemplar, capaz de dominar as multidões.

Adiante e atrás do denso embate do fervor eslavo que vai se encolhendo à sombra do ídolo. Uma multidão de camponeses e de trabalhadores arrastados penosamente sobre o pavimento das botas de couro enrugado. Cabeças descobertas, frentes absortas em uma imensa preocupação interior. Crianças olhando atônitas, adolescentes pálidos e rostos barbudos. A mesma ideia no ar, o mesmo pensamento nos olhos, a mesma palavra nos lábios: Lenin... Lenin... [...] E Lenin está ali. Se pode ver, se pode sentir. Enquanto dorme, parece que vigia. A fantasia engrandece ainda mais sua frente luminosa, prolongada pela calvície, sua boca sorri misteriosamente por baixo da barba, suas pálpebras semicerradas que parecem se mover com as oscilações de luz e de onde as linhas sutis dos olhos jorram sombras. Os camponeses, os operários, os soldados do Exército vermelho, imóveis no fundo da Câmara, não são mais que os

⁸⁸ "La especie forja en los dictadores las defensas naturales contra ese culto excesivo del rebaño que convierte a los espíritus superiores en células muertas de un todo inorgánico".

⁸⁹ A tese da continuidade entre o bolchevismo e o stalinismo foi recuperada entre uma historiografia revisionista nas décadas finais do século XX, que buscava “demonstrar que o projeto comunista é intrinsecamente autoritário e ditatorial” (Monteiro in Calil, Melo, Sena Júnior, 2017, p. 225). Para mais sobre, consultar o capítulo *Revolução Russa e o revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da “tese da continuidade” entre o bolchevismo e o stalinismo* (Idem).

espectros traçados do carbono sobre os muros. (Agorio, 1925, p. 6-8) [Tradução livre].⁹⁰

Tanto Adolfo Agorio quanto Gustavo Barroso e Plínio Salgado, em sua formação intelectual, foram interpelados pelo conjunto de ideias do qual se originou o fascismo paralelamente ao seu desenvolvimento enquanto movimento político na Europa. Assim, nos anos 1920, influenciados pelo debate acerca das raízes nacionais levantado pelo modernismo latino-americano, esses autores iniciaram um longo processo de articulação da forma fascista ao conteúdo nacionalista.

2.3 O modernismo e a busca das raízes nacionais

O modernismo marcou o contexto de apropriação interpretativa das ideias fascistas na América do Sul; assim como, na Europa, o futurismo se transformou na estética do fascismo italiano. Contudo, é necessário lembrar as diferenças estruturais entre os continentes – o fato de a formação histórica do primeiro, profundamente marcada pela colonização europeia, ter desaguado, no início do século XX, na constituição de formas de capitalismo dependente; enquanto o segundo, no mesmo período, ter vivenciado o auge das tensões imperialistas. O “processo colonial, que se desenvolveu nos três primeiros séculos da vida brasileira [...] condicionou, como nenhum outro, a totalidade de nossas reações de ordem intelectual” (Bosi, 1999, p. 13). Assim, os significados atribuídos à modernidade – às ideias fascistas e antisemitas – nestes contextos foram bastante distintos, diretamente ligados às realidades históricas particulares. Aqui, tem-se como referência alguns autores brasileiros cuja interpretação da história da literatura nacional parte da teoria marxista da dependência. Guardadas as especificidades nacionais, argumenta-se que suas conclusões podem ser estendidas ao Uruguai considerando que ambos os países compartilham uma formação histórica colonial/dependente, sendo esse o ponto central da argumentação dos autores que são mobilizados nesta pesquisa.

Robert Schwarz (2000, p. 30) argumenta que, no Brasil, as ideias parecem estar “fora do centro, em relação ao seu uso europeu”, sendo que a explicação histórica deste fenômeno

⁹⁰ “A delante y atrás la oleada densa del fervor eslavo que va a arrodillarse a la sombra del ídolo. Una muchedumbre de campesinos y de obrero arrastrando penosamente sobre el pavimento las botas de cuero arrugado. Cabezas descubiertas, frentes absortas en una inmensa preocupación interior. Niños de mirar atónito, adolescentes pálidos y rostros barbudos. La misma idea en el aire, el mismo pensamiento en los ojos, la misma palabra en los labios: Lenin... Lenin... [...] Y Lenin está allí. Se le ve, se le siente. Mientras duerme, parece que vigila. La fantasía agranda aún más su frente luminosa, prolongada por la calvicie, su boca que sonríe misteriosamente bajo la barba, sus párpados entornados que parecen moverse con las oscilaciones de luz y donde las líneas sutiles de los ojos arrojan chorros de sombra. Los campesinos, los obreros, los soldados de guardia roja, inmóviles en el fondo de la cámara, no son más que espectros trazados al carbón sobre los muros”.

envolve “as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital”. As formas de ideologia não são radicalmente distintas, mas “é diferente o modo pelo qual elas – sendo afetadas de ponta a ponta pela heteronomia do capitalismo no Brasil – relacionam-se com a estrutura social” (Vasconcellos, 1979, p. 171). Nesse sentido, entende-se que para uma pesquisa sobre a história intelectual na América do Sul não basta buscar “o laço entre as representações mentais e a realidade social do país” pois, dessa maneira, perde-se de vista “o peso do influxo externo, que é determinante numa economia duplamente articulada” (Ibid, p. 173).

A famosa formulação de que a ideologia de uma sociedade é sempre a da classe dominante continua ainda válida; deve-se agregar, no entanto, outro elemento de vez que a burguesia, numa economia heteronômica, é dominada e dominante. No plano superestrutural, isso significa, como diz Florestan Fernandes, que a “ideologia de uma sociedade subdesenvolvida [do ponto de vista das relações capitalistas] é a ideologia de uma sociedade hegemônica. Nós importamos da Europa não apenas as instituições mas também a ideologia, não só as estruturas sociais, como *também as maneiras de explicá-las*” (Idem) [Grifos do original].

Com base nisso, Antonio Candido (2006) argumenta que o desenvolvimento da literatura brasileira pode ser explicado através da dialética localismo/cosmopolitismo – a tensão entre os impulsos nacionais e a importação da cultura europeia. Em termos metodológicos, cabe ressaltar:

Pode-se chamar dialético a este processo porque ele tem realmente consistido numa integração progressiva da experiência literária e espiritual, por meio da *tensão entre o dado local (que se apresenta como substância da expressão) e os moldes herdados da tradição europeia (que se apresentam como forma de expressão)*. A nossa literatura, tomado o termo tanto no sentido restrito quanto amplo, tem, sob este aspecto, consistido numa superação constante de obstáculos, entre os quais o sentimento de inferioridade que um país novo, tropical e largamente mestiçado desenvolve em face de velhos países de composição étnica estabilizada, com uma civilização elaborada em condições geográficas bastante diferentes. *O intelectual brasileiro, procurando identificar-se a esta civilização, se encontra, todavia, ante particularidades de meio, raça e história nem sempre correspondentes aos padrões europeus que a educação lhe propõe, e que por vezes se elevam em face deles como elementos divergentes, aberrantes* (Candido, 2006, p. 117-118) [Grifo da autora].

Para Candido, o romantismo e o modernismo foram os momentos de maior equilíbrio entre as tendências interna e externa. No início do século XX, a literatura brasileira estava marcada pela permanência de formas importadas arcaicas: “Uma literatura satisfeita, sem angústia formal, sem rebelião nem abismos. Sua única mágoa é não parecer de todo europeia; seu esforço mais tenaz é conseguir pela cópia o equilíbrio e a harmonia, ou seja, o academicismo” (Ibid, p. 120). Não por acaso, o intervalo entre 1900 e 1925 marcou o período de funcionamento mais bem ajustado da ABL. Em relação ao conto sertanejo, gênero ao qual

Barroso foi adepto, assim como outros importantes autores da época, Candido argumenta que a busca por uma elegância mediterrânea contaminou a exploração dos temas regionais.

Gênero artificial e pretensioso, criando um sentimento subalterno fácil de condescendência em relação ao próprio país, a pretexto de amor da terra, ilustra bem a posição dessa fase que procura, na sua vocação cosmopolita, um meio de encarar com olhos europeus as nossas realidades mais típicas. Esse meio foi o “conto sertanejo”, que tratou o homem rural do ângulo pitoresco, sentimental e jocoso, favorecendo a seu respeito ideias-feitas perigosas do ponto de vista social quanto, sobretudo, estético. É a banalidade dessorada de Catulo da Paixão Cearense, a ingenuidade de Gornélio Pires, o pretensioso exotismo de Valdomiro Silveira ou do Coelho Neto de Sertão; é toda a aluvião sertaneja que desabou sobre o país entre 1900 e 1930 e ainda perdura na subliteratura e no rádio (Candido, 2006, p. 121) [Grifo da autora].

Diante deste contexto, no Brasil, o modernismo dos anos 1920 inaugurou “um novo momento na dialética do universal e do particular, inscrevendo-se neste com força e até arrogância, por meio das armas tomadas a princípio do arsenal daquele” (Ibid, p. 126). Aqui, não se pretende apresentar o modernismo como um movimento homogêneo; mas, ao contrário, como um momento específico no desenvolvimento da literatura brasileira no qual a busca pelas raízes nacionais trouxe à tona a questão da dependência estrutural, e cujas conclusões variaram largamente entre os diferentes grupos modernistas. Em linhas gerais, esta geração se centrou no questionamento do destino do homem brasileiro, no culto do pitoresco nacional e na conformação de um estilo artístico que, ciente de sua herança europeia, buscou exprimir os dilemas particulares de sua sociedade. Nesse sentido, alguns intelectuais modernistas apreenderam uma contradição essencial da cultura brasileira: o fato de “sermos um povo latino, de herança cultural europeia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas [...] ameríndias e africanas” (Ibid, 127).

Se, até então, essa ambiguidade fora elaborada a partir da idealização – o indígena era europeizado nas virtudes e nos costumes, a mestiçagem era ignorada como tema literário, e a paisagem era amaneirada – as correntes modernistas mais avançadas reinterpretaram as supostas deficiências nacionais como superioridades: “o primitivismo é agora fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura” (Idem). Esse aspecto é especialmente ressaltado entre os modernistas agrupados em torno do “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” (1924) e do “Manifesto Antropófago” (1928). Para Vasconcellos (1979, p. 156), o nacionalismo destes intelectuais assumiu a forma da crítica ao binômio academicismo/bacharelismo – ou seja, “a construção de uma literatura autônoma, ou o empenho de descolonizar nossa intelectualidade,

passa pela mediação da crítica ao bacharelismo, o qual não faz senão exercer e perpetuar [...] a dominação colonialista”.⁹¹

Por outro lado, no seio do modernismo, também se desenvolveram tendências espiritualistas, especialmente influenciadas pela filosofia de Farias Brito e do apostolado católico de Jackson de Figueiredo e Amoroso Lima, sendo o Verde-Amarelo a mais famosa. Segundo Prado (2010), a origem ideológica dessa tendência modernista remonta o projeto das minorias ilustradas do início da República cujo objetivo da restauração do país se realizou através da redefinição das bases da nacionalidade, aliada à difusão de um “ideário do redescobrimento” – marcado pela tentativa de superar o “atraso” brasileiro por meio de uma retórica tendenciosa e, pela restauração da ideologia libertária do Romantismo, que assumiu a forma “do mito do novo homem do Novo Mundo, elevado a símbolo renovado da cultura e da tradição europeia no espaço promissor da pátria redescoberta e capaz, portanto, de encarnar o progresso” (Ibid, p. 17). Já em 1900, o “Manifesto Naturista”, de Elísio de Carvalho, apontava para a necessidade de uma revolução de ordem moral que marcasse a “transição do velho para o novo século” (Ibid, p. 37). Carvalho foi fortemente influenciado pela reação francesa à literatura de vanguarda da virada do século e, assim, foi responsável por transpor para o ideário renovador dos movimentos brasileiros deste período, “a própria matriz da reação conservadora francesa, alimentando [...] o prestígio intelectual de setores reacionários mais arraigados” (Ibid, p. 38).

Nos anos 1920, Graça Aranha foi um dos principais intermediários entre as vanguardas europeias e os intelectuais brasileiros. Como Carvalho – que identificava o traço fundamental do brasileiro como a fusão entre “o heroísmo de nossa alma latina e a opulência da terra” (Ibid, p. 127) –, Aranha entendia que o espírito/mente dos brasileiros sofria uma atração mágica por parte da natureza, da qual resultava a predominância da imaginação frente a inteligência. Para Prado (Ibid, p. 130), esse é o germe autoritário que foi transmitido para uma parcela da geração modernista pós-1922, que instaurou “como palavra de ordem a necessidade de disciplinar nossa subjetividade, acreditando ser possível conciliá-la com a seiva fecundante com a que a força imponderável do meio físico iluminava nosso destino”.

O contato de Plínio Salgado com essas correntes modernistas se deu através das revistas *Novíssima*, *Revista Nova* (Ibid, p. 269-270) e *Festa* (Gonçalves, 2012, p. 156) – além de outros

⁹¹ A obra “Macunaíma” (1928), de Mário de Andrade, tornou-se símbolo do movimento modernista antropófago justamente porque agrupou “lendas de índios, ditados populares, obscenidades, estereótipos desenvolvidos na sátira popular, atitudes em face do europeu, mostrando como a cada valor aceito na tradição acadêmica e oficial, correspondia, na tradição popular, um valor recalçado que precisava adquirir estado de literatura” (Candido, 2006, p. 157-128).

periódicos ligados ao grupo modernista de Graça Aranha. Daí, ele absorveu tanto o desprezo pela linguagem como meio de expressão estético,⁹² quanto a ideia de formação de uma raça cósmica, em harmonia com a natureza e seus impulsos primitivos, avessa aos modelos estrangeiros que não condizem com a alma nacional selvagem. Nesse contexto, o interior era identificado como verdadeiramente brasileiro, ao passo que o litoral estaria infestado de estrangeirismos do mundo moderno ocidental. O grande problema da cultura nacional, portanto, residia na transplantação por si mesma da cultura europeia, o que resultou numa “visão laudatória e grandiloquente da cultura brasileira” (Vasconcellos, 1979, p. 150). Ademais, a figura do “homem brasileiro” era representada de maneira abstrata, convertendo-se num fetiche cuja “presença cancela as contradições de classe” (Ibid, p. 61).

[Plínio Salgado] Utilizava elementos mitológicos e lendas para levar à sociedade uma imagem apaziguadora, quando caminhava em direção aos aspectos reacionários. Foi justamente nessa ótica mitológica e metafórica que a principal obra do verdeamarelismo foi divulgada: O curupira e o carão. Plínio Salgado colocava a vitória do Curupira sobre o Carão e: “anunciava o verdeamarelismo como a melhor alternativa entre o extremismo de Mário e o perfil heresiarca de Oswald, na medida em que se propunha a defesa viva da alma e da paisagem da pátria” (Gonçalves, 2012, p. 153).

À título de comparação, cabe destacar o comentário de Vasconcellos acerca das diferenças entre as correntes modernistas ligadas ao Verde-Amarelo e a Antropofagia:

Não adianta mostrar somente as diferentes imagens sobre a realidade brasileira que se depreendem das duas correntes literárias modernistas. É preciso mostrar também os diferentes usos que elas fazem da linguagem, ou seja, a diferente ordenação formal, linguística, que já é, ela mesma, uma maneira de ver a sociedade. Um simples levantamento lexical do discurso verdeamarelo ou integralista atesta, facilmente, a preferência pelos signos “pátria”, “tradição”, “sentimento”, “nação”. Fato sintomático: do manifesto de Oswald de Andrade, o signo “pátria” arreda-se por completo. Ora, tal signo não está apenas comprometido com o uso grandiloquente da linguagem; ele indica o teor afirmativo e ufanista do verdeamarelismo, cujo objetivo - conforme se pode ler em O Curupira e o Carão - não era senão preservar a “alma e a paisagem da pátria”. Em termos retóricos, Pau-Brasil, o meteoro verbal do modernismo está repleto de lances exíguos de linguagem, funda-se na figura de litotes; o verdeamarelismo, de cunho reverberativo, traz a marca da linguagem passadista (Vasconcellos, 1979, p. 150).

Em comum, ambas as correntes tematizam a questão da afirmação nacional a partir da relação conflituosa com a Europa. Mas, como argumenta, mais uma vez, Vasconcellos:

⁹² “Na ala direita do modernismo, como junto aos camisas-verdes, a razão é tida como sinônimo de estrangeirismo e vem associada à pura deformação; domínio do arbítrio, ela acaba por engendrar em nosso país a formação de estereótipos e preconceitos. Essa tendência é inseparável da ideia sobre a irredutível singularidade do país: ‘Os teóricos é que estragam tudo, copiam tudo, importam fórmulas sociais e estatais de outros climas. Esquecidos de que o Brasil é um processo humano, social, geográfico e político absolutamente diverso em tudo e por tudo’” (Vasconcellos, 1979, p. 126).

De tudo isso pode-se afirmar: *o miolo da ideologia conservadora no modernismo é a visão equivocada da dependência cultural*. Essa é vista de modo superficial: apenas os efeitos miméticos de nossa produção intelectual. Nunca se chega a apanhar seu fundamento histórico-social: a dominação imperialista e o caráter estruturalmente heteronômico da produção econômica. A busca verdeamarela de um Brasil autêntico, no meio de um Brasil espúrio, enlameado de traços “forasteiros”, ou a mania integralista de enaltecer aquilo que nos é próprio, apartado daquilo que nos é alheio, assim como a oposição às “ideias exóticas” do mundo ocidental – desemboca num mesmo ancoradouro: a incapacidade ideológica de compreender a unidade contraditória da sociedade brasileira, da qual fazem parte a um só tempo o desenvolvimento econômico desigual e os conteúdos culturais assíncronos e assimétricos (Vasconcellos, 1979, p. 127) [Grifo da autora].

Ao contrário da Antropofagia cuja proposta estética era a síntese; o Verde-Amarelo propunha uma ruptura total com a cultura europeia como pré-condição para a elaboração de uma cultura verdadeiramente brasileira. Em 1926, Salgado escreveu: “A nossa formação espiritual brasileira tem por base a completa destruição dos ídolos europeus e o despertar das energias adormecidas no recesso do sangue e da alma do Brasil” (apud Trindade, 2016, p. 82). Contudo, como argumenta Vasconcellos, a característica desta ruptura era justamente uma espécie de fantasmagoria: a abstração do conteúdo objetivo do processo histórico-social da formação do Brasil enquanto país subalterno na dinâmica do mercado mundial. A projeção utópica de uma nação fechada em si e isolada do Ocidente estava baseada justamente em uma análise da realidade histórica na qual estavam apagadas as relações de dominação entre os Estados no sistema capitalista global, especialmente em sua fase imperialista.⁹³

Para tanto, era necessário a construção de uma narrativa mitológica sobre a nacionalidade, na qual a valorização do “índio” como força espiritual verdadeiramente nacional perpassava uma visão resignada sobre o passado colonial, que eliminava o conflito por meio da

⁹³ Cabe destacar o comentário de Vasconcellos (1979, p. 154) acerca das diferenças entre o modernismo VerdeAmarelo e a Antropofagia: “Fiel à preocupação, própria da fase heroica, de construir uma literatura que não fosse cópia da europeia, o manifesto Pau-Brasil tematiza – o mesmo se daria com os verdeamarelos – a questão de nossa heteronomia cultural. Mas com uma outra perspectiva, é claro. Tanto estética como política. Ao invés do puro nacionalismo, de que se tornou comum falar, o que nele prevalece é [...] *a crítica ao binômio academicismo/bacharelismo*. E aí vem à tona sua primeira diferença fundamental em relação ao manifesto verdeamarelo: *esse praticamente emudeceu no que se refere a esse comportamento linguístico das camadas cultas*. Tal ideia pode ser comprovada estatisticamente. Basta rastrear, no texto de Pau-Brasil, as expressões que remetem àquele binômio. [...] Claro: há uma plataforma nacionalista em Pau-Brasil. [...] *Nele não aparece, entretanto, o desejo verdeamarelo de cortar os laços com a cultura universal. Sua linguagem, a própria tessitura linguística do manifesto, deixa entrever a necessidade da importação estética*. O empenho nacionalista em exportar a poesia (daí a escolha do nome Pau-Brasil) é indissociável da lógica da cultura ornamental das camadas cultas; portanto, como uma prática de linguagem alheia à realidade do país. Não se pode alcançar a autonomia literária sem a destruição do comportamento verborrágico, parece afirmar seu nacionalismo. A crítica oswaldiana do ornato verbal, do falar difícil, não deve ser entendida apenas como reação ao formalismo delirante a que se chegou na época do parnasianismo. É mais que isso: estratégia que toca no aspecto ideológico arraigado na cultura brasileira, cujo caráter classista salta aos olhos. [...] A linguagem reverberativa das camadas cultas não surge senão como um traço ideológico, resultante do modo particular de que se revestiu a dominação de classes entre nós” [Grifo da autora].

conciliação entre dominantes e dominados. Evocando o “espírito tupi”, o verde-amarelismo pretendia uma revolução espiritual, partindo da aceitação da realidade social tal como estava posta. Constava no “Manifesto Verde-Amarelo”:

Os tupis desceram para serem absorvidos. Para se diluírem no sangue da gente nova. Para viver subjetivamente e transformar numa prodigiosa força a bondade do brasileiro e o seu grande sentimento de humanidade. [...] Toda a história desta raça corresponde (desde o reinol Martim Afonso, ao nacionalista “verdeamarelo” José Bonifácio) a um lento desaparecer das formas objetivas e a um crescente aparecimento de forças subjetivas nacionais. O tupi significa ausência de preconceitos. [...] O jesuíta pensou que havia conquistado o tupi, e o tupi é que havia conquistado para si a religião do jesuíta. O português julgou que o tupi deixaria de existir; e o português transformou-se, e ergueu-se com fisionomia de nação contra a nova metrópole: porque o tupi venceu dentro da alma e do sangue português. [...] Entre todas as raças que formam o Brasil, a autóctone foi a única que desapareceu objetivamente. Em uma população de 34 milhões não contamos meio milhão de selvagens. Entretanto, é a única das raças que exerce subjetivamente sobre todas as outras a ação destruidora de traços caracterizantes; é a única que evita o florescimento de nacionalismo exóticos; é a raça transformadora das raças, e isso porque não declara guerra, porque não oferece nenhuma das outras o elemento vitalizante da resistência (Manifesto Nnenhaçu Verde-Amarelo in Telles, 2022, p. 533 – 536).

A posição verde-amarela ilustra o dilema de uma parcela conservadora da elite intelectual brasileira em meados dos anos 1920. A modernização capitalista no Brasil resultou na profunda desestruturação dos modos de vida tradicionais, trazendo à tona o tema do abandono das populações do interior do país pela República: o completo desconhecimento do “Brasil profundo” pela classe política, herdeira das correntes europeias, foi apontado por vários intelectuais conservadores como uma das principais causas dos problemas nacionais. Assim, os intelectuais conservadores criticavam a Primeira República sob a justificativa da impossibilidade de adequação do liberalismo – e outras teorias estrangeiras – ao contexto brasileiro, de maneira que fosse necessário a elaboração de doutrinas políticas especificamente brasileiras. Igualmente, a arte necessitava se libertar dos paradigmas europeus para se autoafirmar como cultura nacional. Ao mesmo tempo, esse discurso nacionalista orgânico convivía com a exaltação da civilização ocidental clássica, especialmente da história de Portugal. Essa contradição esteve presente não apenas na fase verde-amarela dos escritos de Salgado, mas ao longo de todo o desenvolvimento da doutrina integralista, especialmente pois o Integralismo Lusitano forneceu a inspiração das bases teóricas do integralismo brasileiro (Gonçalves, 2018, p. 56). Em 1936, Salgado escreveu: “A história do Brasil, logicamente, como continuidade da vida de uma das mais cavalheirescas nações europeias, não começa com o Descobrimento em

1500; mas, na realidade, tem o seu princípio na própria fundação da nacionalidade portuguesa” (Salgado, 1981, p. 29).⁹⁴

Sobre o modernismo uruguaio são válidas algumas considerações. No arquivo digital uruguaio *Anáforas*, está disponível um documento que demonstra um contato direto entre Agorio e o futurismo italiano. Trata-se de um poema, datado de novembro de 1926, originalmente escrito em francês e intitulado “*Réponse a Marinetti*”. Não foram encontradas informações sobre o contexto de publicação do texto, mas é possível imaginar que Agorio e Marinetti se conheceram eventualmente, considerando a inserção do uruguaio em importantes círculos culturais na Europa; e sobretudo porque o poema se inicia com os seguintes versos: “Obrigado, querido Marinetti/Por sua mensagem”. E mais a frente, afirma novamente: “Motorista/Estou encantado/De saber que sou futurista/Já que você disse/Deve ser verdade” (Agorio, 1926) [Tradução livre].⁹⁵

O poema também pode ser interpretado como uma metáfora ilustrativa do potencial inovador que Agorio identificava no futurismo italiano. Um dos pontos mais significativos do poema é exatamente a reprodução elementos característicos do “Manifesto Futurista”, como na passagem abaixo:

E agora começo
A entender
Que há mais ritmo
Na minha idade
Que em uma vaca holandesa
Jorrando queijo
Que em toda a Grécia
De velhos gagás Clássicos.
E que as lâmpadas elétricas
E a cor violenta
Dos bondes
Estrangulam Velásquez
Há mais beleza
No ruído
De uma motocicleta
Fazendo tratatch... tratatch...
Que em todas as fugas
De Bach
(Idem) [Tradução livre].⁹⁶

⁹⁴ Para uma análise mais detalhada dos escritos de Salgado durante sua fase modernista, consultar o segundo capítulo da tese *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português* (Gonçalves, 2012).

⁹⁵ “Gracias, querido Marinetti/Por tu mensaje”; “Motorista/Estoy encantado/De saberme Futurista. /Ya que usted lo dice/Debe ser verdad”.

⁹⁶ “Y ahora comienzo/A entender/Que hay más ritmo/A mi edad /Que en una vaca holandesa/Chorreante de queso/Que en toda Grecia/De viejos gagas /Clásicos. /Y que las lámparas eléctricas/Y el color violento/De los tranvías/Estrangulan a Velásquez. /Hay más belleza/En el ruido/De una motocicleta/Haciendo tratatch... tratatch.../Que en todas las fugas/De Bach”. O poema relembra algumas passagens do “Manifesto Futurista”, de Marinetti, como: “Nós declaramos que o esplendor do mundo se enriqueceu com uma beleza nova: a beleza da

No poema de Agorio, assim como no Manifesto italiano, o moderno era valorizado frente ao clássico: os barulhos da vida urbana e industrial representavam a beleza da modernidade assim como Bach fora a trilha sonora da Europa setecentista.⁹⁷ Percebe-se, ainda, a ressonância das ideias de Sorel acerca da incompatibilidade entre o mundo moderno e a cultura burguesa clássica. Se, no século XVII, Velásquez fora considerado um gênio da pintura dada sua imensa habilidade em retratar jogos de luz e sombra em suas telas, no século XX, a iluminação de uma lâmpada elétrica era vista como a arte em seu estado pleno pois representava o potencial criador da tecnologia moderna.

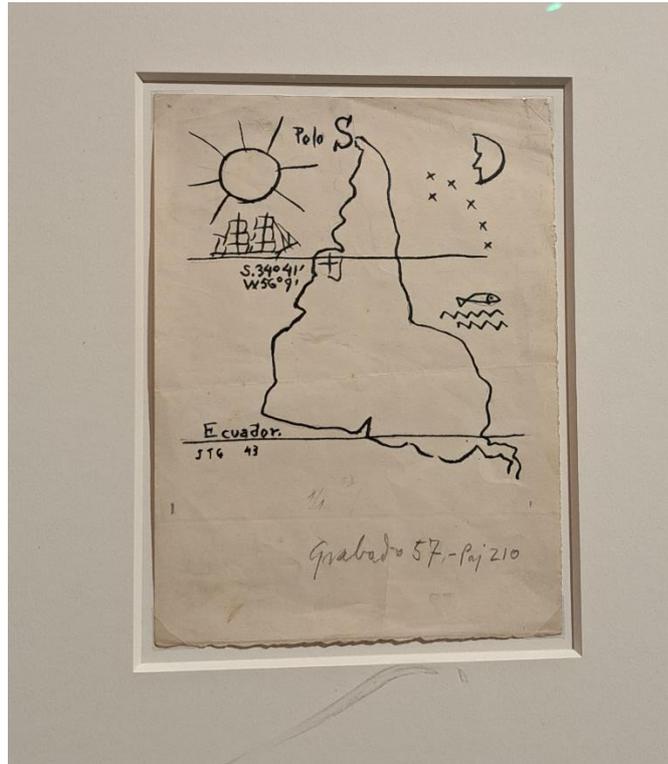
A apologia da vida moderna deste poema contrasta com os textos da juventude de Agorio no qual a ênfase recaía sobre a valorização da cultura gaúcha tradicional frente à modernidade. Da mesma forma, nos anos 1930, os revisionistas também incorporaram o discurso anti-cosmopolita em defesa de uma suposta cultura nacional orgânica. Assim, entende-se que o poema acima representa o impacto imediato do futurismo nas percepções políticas e estéticas de Agorio, tendo sido essa influência mais bem digerida ao longo dos anos seguintes, a ponto de compatibilizar a forma modernista ao conteúdo do discurso nacionalista anti-moderno.

No Uruguai, o modernismo se desenvolveu sobretudo nos anos 1930 e, assim como no caso brasileiro, também trouxe à tona a questão da dependência estrutural. Nesse ponto, a obra mais significativa foi o desenho “América Invertida”, de Joaquín Torres Garcia, que retornou ao Uruguai nesta década após realizar sua formação artística na Europa e nos Estados Unidos. O propósito do desenho foi a subversão das formas europeias, atribuindo-lhes um significado nacional próprio: a cartografia que outrora fora utilizada como uma ferramenta crucial na empreitada colonizadora, agora, estava à serviço da afirmação nacional em seus próprios termos, recuperando o legado dos povos ameríndios que habitavam o continente antes da chegada dos colonizadores europeus. Por essa razão Garcia afirmou sobre o quadro: “Nós temos ideia de nossa verdadeira posição, nos vemos não como o resto do mundo gostaria de nos ver” (Capelato, 2005, p. 262).

velocidade. Um automóvel de corrida com seu cofre adornado de grossos tubos como serpentes de fôlego explosivo... um automóvel rugidor, que parece correr sobre a metralha, é mais belo que a Vitória de Samotrácia. [...] Nós queremos demolir os museus, as bibliotecas, combater o moralismo, o feminismo e todas as covardias oportunistas e utilitárias” (Marinetti, Manifesto do Futurismo apud Telles, 2022, p. 168-169).

⁹⁷ No poema, Agorio se refere às fugas de Bach. Na música a clássica, fuga é um estilo de composição contrapontista, polifônica e imitativa cuja origem é a arte barroca. Johann Sebastian Bach foi o principal expoente deste tipo de composição no século XVIII.

Figura 1 – América Invertida, de Joaquin Torres Garcia



Fonte: Acervo Pessoal

Portanto, o modernismo marcou o contexto – linguístico e artístico – no qual se realizou a primeira apropriação das ideias que convergiram no fascismo europeu dos anos 1930. A busca pelas raízes nacionais que orientou o desenvolvimento do modernismo latino-americano foi o que permitiu aos intelectuais tematizarem a questão da dependência estrutural – o que, no Brasil e no Uruguai, assumiu a forma da denúncia da distância entre o campo e a cidade, levando a diferentes conclusões. Assim, quando Agorio e Salgado encontraram as ideias fascistas propriamente ditas nos anos 1930, o significado que atribuíram a elas estava intimamente ligado ao diagnóstico que ambos haviam elaborado sobre seus respectivos países na década anterior. Ademais, esse momento também marcou o estabelecimento de um vocabulário comum entre os grupos fascistas na Europa que, posteriormente, sustentou o discurso integralista e revisionista.

Por fim, ainda cabe uma análise aprofundada sobre a influência do modernismo na obra de Barroso. Em 1924, Graça Aranha apresentou um projeto de modernização da ABL, criticando muitos aspectos da produção da instituição. O projeto foi rejeitado, levando ao pedido de desligamento de Aranha da Academia. Pode-se imaginar o impacto do documento de Aranha nos demais membros, incluindo Barroso, que acabara de ser aceito na instituição. Por ora, cabe destacar um paralelo inicial entre os escritos de Salgado e Barroso, o primeiro já sob

influência do modernismo. A obra de Salgado, “O Esperado” (1931) “gira em torno de um projeto de lei prejudicial aos interesses do Brasil em discussão no Legislativo e que daria a um truste inglês o controle sobre a venda do café brasileiro. O projeto é apoiado por um senador da República que deve manipular a máquina pública, fazendo-a passar no Congresso” (Trindade, 2016, p. 97). Anos mais tarde, Barroso publicou “Brasil, colônia de banqueiros” (1936) cuja denúncia central era justamente a dominação do Brasil pelos banqueiros internacionais judeus, sobretudo ingleses, responsabilizando os políticos republicanos pela condição de subalternidade do país pois, por incompetência e agindo em prol de interesses individuais, eles haviam entregado o Brasil às mãos dos banqueiros internacionais.⁹⁸

⁹⁸ Vale mencionar que em *O Estrangeiro*, primeiro romance de Salgado, ainda em 1926, “surgem referências ao judeu como tendo ‘garras de vampiro e olhar vulturino’” (Bertonha, 2016, p. 43).

3 A FORMAÇÃO DA REDE TRANSNACIONAL ENTRE BRASIL E URUGUAI

No Brasil e no Uruguai, os movimentos de inspiração fascista se desenvolveram ao longo dos anos 1930: o integralismo surgiu já em 1932, e os grupos revisionistas a partir de 1935. Ambos foram criados após a viagem de seus principais intelectuais, Plínio Salgado e Adolfo Agorio, à Europa – quando a inspiração do fascismo foi articulada ao processo de amadurecimento do nacionalismo orgânico dos anos 1920. No caso brasileiro, as principais influências do integralismo foram a *Action Française*, o Integralismo Lusitano e o fascismo italiano (Gonçalves, 2012). Já no caso uruguaio, além do movimento francês, italiano, do falangismo e do nazismo (Alpini, 2015), o integralismo brasileiro foi uma das principais referências no desenvolvimento do campo revisionista. A projeção nacional da AIB em meados de 1935 possibilitou o encontro de Adolfo Agorio com as obras integralistas justamente quando ele iniciava a organização de um movimento intelectual e político de inspiração fascista no Uruguai.

O objetivo deste capítulo é analisar a formação da rede transnacional de circulação de ideias fascistas e antissemitas entre Brasil e Uruguai em meados dos anos 1930 – processo que foi interpelado pelas redes intelectuais transnacionais entre América do Sul e Europa já existentes –, que corresponde ao próprio processo de formação do revisionismo uruguaio enquanto campo político relevante nacionalmente. Assim, entende-se que, na América do Sul, o fascismo foi um fenômeno transnacional específico:⁹⁹ as influências europeias foram incorporadas buscando responder aos problemas particulares deste contexto – o que Finchelstein (2010) classifica como processo de apropriação interpretativa¹⁰⁰ – e, por essa razão, os diálogos transnacionais entre os movimentos de inspiração fascista no continente foram tão importantes (Gonçalves in Ariño, Sanz, Saz, 2024). Em contato com as experiências fascistas em contexto de capitalismo dependente, os intelectuais integralistas e revisionistas buscaram um caminho para afirmar a autenticidade americana de seus movimentos e, assim, legitimar um discurso pretensamente desvinculado do fascismo europeu. Este capítulo ainda pretende discutir a disputa ao redor do antissemitismo no interior da Ação Integralista Brasileira, introduzindo o tema do próximo capítulo.

⁹⁹ Sobre o fascismo enquanto um movimento transnacional, consultar; Finchelstein, 2010; Bohoslavsky, Broquetas, 2020; Galimi, Gori, 2020; Pinto, 2021; Gonçalves, Grecco, 2022; Ariño, Sanz, Saz, 2024.

¹⁰⁰ “Interpretative appropriation was central to this reception. I show how nationalists developed an original appropriation of fascism, which they understood as a generic version of their own political movement. In other words, they saw European fascism as an example and not as a prefabricated model that simply needed to be assembled” (Finchelstein, 2010, p. 11).

3.1 A inserção do fascismo na disputa pela hegemonia brasileira – gênese do integralismo

Os anos 1930 foram o auge da circulação de ideias fascistas e antissemitas na América do Sul. Para Hitler e Mussolini, o continente era particularmente estratégico considerando seus interesses imperialistas, a busca de aliados em um contexto de guerra iminente e a crescente influência dos Estados Unidos na região através da política da boa-vizinhança e da difusão do pan-americanismo.¹⁰¹ A ofensiva dos fascistas em direção ao continente se deu através de acordos comerciais, com a presença crescente sobretudo dos capitais alemães nas economias brasileira e uruguaia.¹⁰² No Brasil e no Uruguai, os governos de Vargas e Terra foram não apenas favoráveis aos acordos com países fascistas, mas também procuraram manter relações de amizade diplomática com esses, favorecendo, assim, a circulação e o enraizamento das ideias fascistas e antissemitas nos dois países.

Em boletim oficial, publicado após a realização de um convênio comercial entre Uruguai e Alemanha em fevereiro de 1933, o governo de Gabriel Terra anunciou: “[...] chegado o tramite constitucional prévio, diante do Conselho Nacional de Administração, se firmou no dia 30 no Ministério de Relações o Tratado de Arbitragem e Conciliação entre Uruguai e Alemanha, pacto transcendental por seus significados e seus alcances morais” (apud Gomes, 2013, p. 23). Sob a ditadura Terra, a Alemanha se tornou um dos primeiros parceiros comerciais do país, além das numerosas demonstrações de respeito mútuo. Em 1938, por exemplo, Hitler condecorou com *Águia de Ouro* os ministros uruguaio de Obras Públicas e de Relações

¹⁰¹ “Mas nenhum dos líderes acreditava que as Américas poderiam ser ignoradas. Göring assinalou que os Estados Unidos eram centrais para a opinião mundial, particularmente no hemisfério ocidental. Com sorte, ele [Mussolini] disse que Roosevelt não seria reeleito e ‘as coisas poderiam ficar muito diferentes’. Assim como no Mediterrâneo, os nazistas queriam que Mussolini acreditasse que eles reconheciam a América Latina como uma área de influência italiana. Göring disse para Mussolini que ‘por meio de suas boas conexões com a América do Sul, a Itália certamente seria bem-sucedida em contrabalancear a influência estadunidense naquele continente” (Finchelstein, 2010, p. 16) [Tradução livre]. Ainda segundo Finchelstein (Ibid, p. 80), a Itália fascista possuía grandes ambições imperialistas para a Argentina. Ao longo dos anos 1920 e 1930, importantes jornalistas, escritores, cientistas, diplomatas e políticos italianos viajaram entre os países, dentre eles o presidente do Senado italiano Luigi Federzoni, que alegava a convergência de interesses entre Itália e Argentina com base na defesa contra o comunismo. Para mais sobre, consultar Bertonha, Athaides, 2021; Bertonha, 2023.

¹⁰² A orientação da política externa alemã para a América do Sul neste período seguia o lema “comprar de quem nos compra”. Brasil e Uruguai, buscando diversificar seus parceiros comerciais para amenizar o peso do capital inglês em suas economias, estabeleceram vários acordos com a Alemanha no início do século XX. “Acordos deste tipo foram assinados com oito nações latino-americanas, inclusive o Uruguai, marcando a expansão do governo alemão a novas zonas de influência. Os volumes de importação e exportação começaram a crescer (estavam muito baixos desde a crise de 1929) e alcançaram seu máximo em 1938. Durante o período anterior à guerra, a Alemanha conseguiu parcialmente seus objetivos, convertendo-se num temido rival dos Estados Unidos, particularmente na região sul do continente onde aquele, pela competitividade de sua produção interna com a proveniente da região, não sucedia ainda em garantir a completa hegemonia. No Brasil e no Chile, por exemplo, a Alemanha passou a ocupar o primeiro lugar como provedor de produtos industrializados” (Camou, 1988, p. 6) [Tradução livre].

Exteriores, Martin Echegoyen e José Espalter, respectivamente. Pouco antes, em 1937, o governo uruguaio estabelecera um consórcio com uma empresa alemã para a construção da represa Rio Negro, com ajuda financeira do governo nazista, o que possibilitou o rebaixamento do preço total da obra, além de condições de pagamento facilitadas.

Igualmente, o governo uruguaio prezou por uma relação harmônica com a Itália, inclusive dado o apreço pessoal de Terra pelo país europeu, onde já havia atuado como diplomata. Em boletim oficial, ele declarou:

O desejo de meu governo é estreitar ainda mais os laços que felizmente unem as duas Nações, não somente no domínio espiritual, no qual o gênio da Itália, desde remotos tempos, tem suscitado a admiração de outros povos, mas também no terreno econômico, comercial, valendo-se dos importantes meios de trabalho e da perseverança que vosso país há posto à serviço das relações com nosso Continente. Nesse sentido, podeis contar, desde já, com minha cooperação e, conhecendo vossos dignos antecedentes, estou certo de orientar nossos comuns esforços em direção a um mesmo ideal (apud Gomes, 2013, p. 23) [Tradução livre].¹⁰³

No mesmo período, o Brasil se tornou o principal parceiro sul-americano da Alemanha, exportando principalmente algodão, café e borracha, além das comunicações aéreas. Em 1937 e 1938, também foram estabelecidos acordos militares com a Gestapo, “visando coordenar medidas anticomunistas” (Gomes, 2021, p. 92-93). Vargas procurou uma posição pragmática na diplomacia internacional: marcadamente anticomunista, manteve fortes relações tanto com a Alemanha quanto com os EUA, o que veio a ser uma preocupação cada vez mais latente para o último a partir de 1935. Também foram mantidas as relações com a Itália de Mussolini, apoiando o país na ocasião da invasão da Etiópia. Cabe destacar que o governo Vargas monitorou as atividades nazistas e integralistas no Brasil por meio do serviço secreto, mas não houve ações institucionais de combate a atuação desses movimentos.

Assim, nos dois países, a rede de circulação de ideias fascistas e antisemitas, que já vinha sendo construída desde os anos 1920, se consolidou na década de 1930. O brasileiro Plínio Salgado foi um dos principais agentes deste movimento de ideias, tendo viajado para a Europa em 1930, ocasião na qual visitou a Itália e conheceu pessoalmente o *Duce*. A viagem foi financiada pelo banqueiro paulista Alfredo Egydio de Souza Aranha,¹⁰⁴ grande admirador

¹⁰³ “El deseo de mi Gobierno es estrechar aún más los lazos que felizmente unen a las dos Naciones, no solamente en el dominio espiritual, en el cual el genio de Italia, desde remotos tiempos, ha suscitado la admiración de los otros pueblos, sino también en el terreno económico y comercial, valiéndose de los importantes medios del trabajo y la perseverancia de vuestro país ha puesto al servicio de las relaciones con nuestro Continente. En este sentido, podéis contar, desde ahora, con mi cooperación y, conociendo vuestros dignos antecedentes, estoy seguro de orientar nuestros comunes esfuerzos hacia un mismo ideal”.

¹⁰⁴ Nascido em 1894, em uma família de antigos fazendeiros e banqueiros, foi um advogado, empresário e banqueiro. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1915 e, alguns anos depois, foi eleito deputado

de Salgado desde sua atuação no Partido Republicano Paulista (PRP) (Gonçalves, 2018, p. 67). Esse momento foi crucial no desenvolvimento político de Salgado: já desacreditado da política liberal, e sob o impacto do modernismo conservador, foi à Europa buscando inspirar uma nova forma de ação política adequada à modernidade brasileira. Quando questionado por Menotti del Picchia e Mário Graciotti sobre suas expectativas em relação à viagem, ele respondeu: “Voltarei para fazer nossa revolução” (Salgado apud Trindade, 2016, p. 110).¹⁰⁵

O contato de Salgado com o fascismo reforçou sua descrença na democracia liberal e no sufrágio universal: a centralização do poder no Estado em bases corporativistas foi um dos aspectos que mais lhe impressionou, corroborando com sua crítica ao governo republicano brasileiro, que julgava abrir o caminho para as ideias comunistas e desagregadoras ao estimular o regionalismo por meio do sistema federativo.¹⁰⁶ Embora Plínio admitisse que o fascismo não era um modelo perfeitamente adequado ao Brasil, foi com base nele que acrescentou os elementos fundamentais que conformaram o integralismo como um movimento fascista nos anos posteriores. Nesse contexto, o corporativismo se destacou como uma alternativa para a amenização dos conflitos de classe emergentes com a modernização.¹⁰⁷ Ele escreveu em correspondência aos amigos enquanto ainda estava na Itália:

O fascismo não é propriamente uma ditadura (como está sendo o governo da Rússia enquanto não chega à prática pura do Estado Marxista), e sim um regime. *Penso que o Ministério das Corporações é a máquina mais preciosa. O trabalho é perfeitamente organizado. O Capital é admiravelmente bem controlado [...] Volto para o Brasil disposto a organizar as forças intelectuais esparsas, coordená-las, dando-lhes uma*

estadual, servindo três mandatos. Aranha conheceu Salgado nessa época por conta da filiação de ambos ao Partido Republicano Paulista. Durante a existência da AIB, Aranha foi um importante colaborador financeiro do movimento. Em 1935, assumiu o controle da Companhia Ítalo-Brasileira de Seguros gerais. Nos anos 1940, fundou o Banco Central de Crédito, “que se destacou no cenário nacional pela austeridade na condução dos negócios bancários” (Itaú Unibanco). Em 1959, o Banco Central de Crédito, após fusões e aquisições de outras casas bancárias, se tornou o Itaú Unibanco. Nos anos 1920, conheceu Plínio Salgado no Partido Republicano Paulista, e logo o convidou para trabalhar em seu escritório de advocacia. Segundo relatos de antigos dirigentes integralistas, o apoio financeiro de Souza Aranha foi fundamental para a fundação e existência da AIB, tendo custeado grande parte das atividades políticas de Salgado nos anos 1930 (Gonçalves, 2012, p. 122).

¹⁰⁵ “A ideia dessa ‘revolução’, embora não tenha surgido durante a viagem, desenvolve-se no contato com os países que visita, como demonstram os testemunhos e cartas da época. Ele próprio confessa o efeito que lhe causa a ‘renovação política da Turquia’, o ‘fascismo da Itália’, a ‘leitura de uma ampla literatura comunista que circulava em Paris’, o ‘estudo da social-democracia da Alemanha’, a ‘anarquia dos espíritos na Espanha’, a ‘nova ordem em Portugal’ e as reflexões sobre o ‘imperialismo inglês no Egito’. Todo esse conjunto de experiências serve para lhe confirmar a “morte de uma civilização e o advento de uma nova etapa humana” (Trindade, 2016, p. 110).

¹⁰⁶ “A sedução em torno do regime fascista e a crítica à democracia que era associada ao liberalismo e anticomunismo foram elementos que o moveram nessa euforia em torno da política italiana. [...] O discurso autoritário, antiliberal, antidemocrático, anticomunista, baseado em uma estrutura nacionalista, na concepção cristã conservadora e radical, estava enraizado nele naquele momento em que enxergou na Itália modelos e expressões de reflexo para o desenvolvimento de uma nova concepção de Brasil” (Gonçalves, 2012, p. 201).

¹⁰⁷ Em correspondência ao jornalista Ribeiro Couto, datada de junho de 1930, Salgado escreveu: “Esta grande Itália acorda todos os dias com o entusiasmos das ruas. Este povo sabe cantar e sabe crer. A praça pública é a ara da comunhão nacional. Precisamos fazer do Brasil um povo assim. Que saiba cantar. Que saiba colocar acima dos interesses de classes, os interesses da Pátria” (Salgado apud Idem).

direção, iniciando um apostolado (Salgado apud Trindade, 2016, p. 111) [Grifo da autora].

Em outra correspondência datada deste período, Salgado conta como o encontro com Mussolini lhe fez concluir a necessidade de um movimento de ideias inspirado no fascismo no Brasil, uma espécie de vanguarda intelectual que fosse capaz de conduzir o povo a uma finalidade histórica, impondo sobre a América do Sul a hegemonia brasileira. Ele escreveu: “da Itália, saí com programa de ação. [...] Levá-lo-ei ao Brasil. Volto cheio de entusiasmo para trabalhar pela Pátria” (Salgado apud Trindade, 2016, p. 111-112). Quando regressou ao continente americano, Salgado se empenhou na organização do que considerava serem forças intelectuais dispersas, buscando disputar os rumos abertos com a Revolução de 1930, que se desenrolara enquanto ele estava na Europa. Como argumenta Trindade (2016, p. 117), seu objetivo era evitar que a Revolução se deixasse “envolver pelo conteúdo doutrinário da Aliança Liberal (AL), que lhe havia servido de bandeira eleitoral e cuja reivindicação lógica seria a convocação da Assembleia Constituinte”. Nesse momento, Salgado não escondia a referência ao fascismo como inspiração para um novo movimento brasileiro. Ainda em 1930, cerca de um mês após a viagem, escreveu para o jornal *O Paiz*: “Nós éramos o Brasil-Novo que ia falar à Itália ressuscitada no esplendor de uma juventude de primavera. A doutrina corrente entre os moços da nossa Pátria coincidia, nas suas linhas gerais, com os largos lineamentos da ideia fascista” (Salgado apud Gonçalves, 2012, p. 199).¹⁰⁸

Logo após Vargas assumir o Governo Provisório, em novembro de 1930, se aprofundou a disputa entre os dois blocos de força que compunham a Aliança Liberal – as oligarquias dissidentes e a ala tenentista. Os primeiros acordaram pela convocação imediata da Assembleia Constituinte, enquanto os últimos, “pressionavam pela continuidade da ditadura e pela adoção de uma agenda de caráter mais reformista e antioligárquico” (Ribeiro, 2023, p. 10). Buscando consolidar sua posição com o apoio das massas, os tenentes criaram as Legiões Revolucionárias, que “deveriam ser organizadas em cada estado como organizações políticas e paramilitares com objetivo de dar conteúdo, organização e unidade aos princípios da Revolução de Outubro” (Idem). O fascismo se incorporou definitivamente à política brasileira justamente a partir desta fissura na hegemonia do bloco dominante, agrupando um setor da burguesia

¹⁰⁸ Em outro correspondência de Ribeiro Couto, também datada de 1930, Salgado escreveu que apesar das diferenças, “as direções gerais do fascismo coincidem com o pensamento político dominante na nova geração brasileira”. Sobre as distinções, ele escreveu: “Não que ele [Mussolini] me insinuasse as suas doutrinas, mas pela admiração que lhe causou a exposição que lhe fiz da marcha evolutiva das ideias novas no Brasil, desde Alberto Torres. Tornei-lhe evidente a diferença entre os fenômenos italiano e brasileiro, do ponto de vista geográfico, histórico, econômico, social, e até do que poderemos chamar a mesologia institucional, dentro da qual gravitamos” (Salgado apud Gonçalves, 2012, p. 204).

urbana paulista e carioca comprometida com os interesses dos latifundiários, assim como um grupo radical de militares. Em Minas Gerais, Francisco Campos,¹⁰⁹ que veio a ser ministro do governo Vargas, fundou a Legião Revolucionária em fevereiro de 1931; e em abril, Plínio Salgado lançou o “Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo”.

Por intermédio de Alfredo Egydio de Souza Aranha, Salgado entrou em contato com jovens estudantes de Direito no Rio de Janeiro, próximos a Oswaldo Aranha, importante tenente da AL. Em 1930, logo após a derrota eleitoral da AL, os estudantes cariocas do Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos (Caju) lançaram a *Revista de Estudos Jurídicos*, em cujas páginas “criticavam o sistema de governo e as instituições adoradas desde a Constituição de 1891, as quais teriam sido fruto da mimetização do liberalismo europeu pelas elites políticas e intelectuais” (Ribeiro, 2023, p. 6).¹¹⁰ Os cajuanos estavam inclinados com o pensamento contrarrevolucionário de matriz francesa, e “por uma vertente católica mais aberta, que aceitava as configurações da sociedade moderna e propunha o corporativismo como forma de organização social e política moderna” (Idem). San Tiago Dantas, um dos mais proeminentes membros do Caju, foi designado por Oswaldo Aranha a redigir o “Manifesto da Legião Revolucionária Fluminense”, junto de Lourival Fontes. Ainda no final de 1930, Oswaldo Aranha e Alfredo Egydio de Souza Aranha organizaram o encontro de Salgado com San Tiago Dantas, que foram designados como diretores do jornal *A Razão*, a ser fundado em São Paulo por Alfredo.

A reunião seguinte ocorreu alguns dias depois nos escritórios do jornal *A Noite*, juntando-se àquele grupo o professor Raul Bittencourt (tenente coronel das tropas revolucionárias de 1930) e Octávio de Faria. Na ocasião, ‘houve a exibição aberta de mais literatura fascista e de retratos de Mussolini’ (Flynn, 1979: 91). Aranha indicou Bittencourt para a secretária-geral da Legião Revolucionária do Distrito Federal e, para a chefia nacional, o capitão Frederico Cristiano Buys, jovem oficial de tendências fascistas que havia participado do Levante do Forte de Copacabana (Ribeiro, 2023, p. 12).

Em junho de 1931, foi fundado o periódico *A Razão*, no qual Salgado publicou a coluna intitulada “Nota Política”, buscando influenciar setores da elite paulista contra o liberalismo

¹⁰⁹ Foi um advogado, professor, jurista e político, responsável pela redação da Constituição Brasileira de 1937 e do Ato Institucional nº 1, logo após o golpe de 1964. Para mais, consultar sua biografia no site do Atlas Histórico do Brasil (FGV-CPDOC). Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/1005>.

¹¹⁰ Vinícius de Moraes também integrou o Caju, apesar de não ser um dos membros mais ativos e militante. Assim, e também por intermédio de Octavio de Faria, que o poeta conheceu o integralismo, tendo participado brevemente de reuniões do grupo em formação. Anos depois, ele declarou sobre seu envolvimento com o integralismo: “Não era tão católico, não, mas era um cara muito mistificado, não só pela formação, mas também pelo grupo que orientava, sobretudo o Octavio de Faria. Eram todos caras de direita, muitos haviam aderido ao integralismo. Não sei como consegui me safar disso” (Moraes apud Gonçalves, Caldeira Neto, 2020, p. 42).

político. Durante esse período, ele consolidou sua rede de contatos no Rio de Janeiro, onde publicou em algumas revistas, como a *Hierachia*, para a qual também contribuíram intelectuais importantes para a conformação do integralismo, como Hélio Viana, Olbiano de Mello, Madeira de Freitas, Antônio Galloti e Belisário Penna.¹¹¹ Entre 1931 e 1932, a revista foi um grande veículo para a circulação das ideias fascistas na capital federal. Além do título, “provavelmente copiado do órgão oficial do fascismo italiano” (Trindade, 2016, p. 137), inúmeros textos elogiosos à experiência fascista, não escondem a filiação dos editores e escritores.¹¹²

Em março de 1932, Salgado publicou na revista o artigo “Como eu vi o fascismo”, no qual a alusão à revolução espiritual que o fascismo supostamente promovera na nação italiana foi mobilizada para legitimar a necessidade, no Brasil, de um Estado autoritário que orientasse o mesmo movimento contra o liberalismo. Nessa época, seus textos para a “Nota Política” criticavam a convocação da Assembleia Constituinte, alegando que primeiro era necessário a formação de um movimento de ideias nacionalistas, capaz de discutir um projeto de nação. Indiretamente, a referência à ditadura fascista justificava, assim, a continuidade do Governo Provisório de maneira que fosse possível construir, de maneira essencialmente não democrática, um consenso orgânico entre as elites em torno de um projeto nacional. O texto para a *Hierarchia* estava sob a influência direta da propaganda fascista que pregava a ideia da “Nova Itália”. Salgado exaltava a harmonia entre as forças materiais, intelectuais e espirituais promovida pela revolução fascista, evidenciando sua leitura da realidade social a partir do embate entre materialismo e espiritualismo – aspecto tão caro a obra de Gustavo Barroso alguns anos depois, o que mais uma vez demonstra a íntima relação entre suas visões de mundo, de maneira que o antissemitismo não pode ser considerado apenas como um elemento secundário do integralismo, mas cuja visão de mundo espiritualista e irracional era a própria base do integralismo (como movimento fascista).

Quem apreciar o panorama do mundo, verificará *que toda a angústia presente provém de uma concepção unilateral da existência da finalidade dos povos*, que arrancou do Estado sua autoridade objetivando a criação de um novo Estado mecânico. O Estado, antes da Revolução Francesa, era uma concepção essencialmente espiritual e totalitário; depois desta Revolução, passou a ser uma concepção intelectual da qual se destacou o sentido econômico; tornando-a fragmentária; e processando-se o desenvolvimento desse sentido econômico, fora da ação do Estado, ele vai criar o Estado anti-espiritual e anti-intelectual, por consequência, representativo de, apenas

¹¹¹ Ademais, colaboraram com a revista alguns autores ligados à Ação Imperial Patrianovista Brasileira e líderes católicos – Sebastião Pagano, Alceu Amoroso Lima, Sobral Pinto e Leonel Franca.

¹¹² Trindade cita alguns destaques, como “O Ditador Supremo”, “Mussolini e a Nova Itália”, “O Fascismo e o Estado Corporativo”, “A Itália Nova”, “A Crise do Fascismo”; “Democracia e Corporativismo”; “Hitler e o Fascismo Alemão”; “Década do Fascismo”; “O Estado na Concepção Fascista e na Doutrina Católica”; “O Problema da Nova Organização no Brasil”; “O Sindicato e o Estado Fascista”.

uma das faces do ser humano. E, sendo este considerado uma peça do mecanismo social, o Estado se torna a usina geradora dos movimentos mecânicos. O ente humano caminha para a subordinação a um ritmo metálico, feito de insensibilidades e de ausências de aspirações morais. *O que estamos presenciando hoje é o espírito de Roma se levantando, com o seu eterno senso de equilíbrio e de simetria, a sua capacidade de totalização dos elementos individuais e sociais, de concepção de mundo sob um critério integral onde não há choques nem tendências dissociativas.* Roma fascista, tão caluniada pelos demagogos ébrios da cocaína libertária, constitui atualmente a suprema garantia da liberdade (Salgado, *Hierarchia*, 1932, p. 203) [Grifo da autora].

Apesar da exaltação da “revolução fascista”, o texto de Salgado seguia uma visão conservadora romântica acerca da modernidade, rememorando um passado no qual o Estado exercia um papel totalitário, englobando em si todas as esferas de sociabilidade da vida humana. O Estado ao qual ele se referia eram as monarquias absolutistas, em profunda aliança com a Igreja Católica, que governavam a Europa até meados do século XVIII. Nesse contexto, a religião ocupava o espaço de mito fundador da sociedade, a partir do qual eram atribuídos os papéis sociais dos indivíduos em comunidade – o rei exercia autoridade soberana sobre os demais pois era herdeiro direto de Adão, e, assim, o poder era seu direito divino; e todos os demais membros da comunidade – clérigos, camponeses, comerciantes – também ocupavam os seus devidos lugares, como súditos do rei. Portanto, a construção da subjetividade dos indivíduos estava intimamente ligada às noções religiosas, sustentadas pelo respeito ao princípio de autoridade – que, como demonstra a psicanálise, remete ao poder paterno.

Mais do que isso, nestas sociedades pré-capitalistas, as relações de dominação se expressavam de maneira direta: o Estado era, de fato, a encarnação da monarquia, do poder divino do rei; não existiam balizas formais que limitassem o poder do rei. O Estado exercia um poder totalitário sobre a sociedade na medida em que controlava diretamente tanto a produção material, quanto o aparato jurídico; e o catolicismo, enquanto religião oficial, realizava o papel da ideologia, fornecendo a coesão necessária da comunidade ao justificar a desigualdade prática entre seus membros como natural e divina. Isso Salgado nomeou como Estado baseado em uma “concepção essencialmente espiritual e totalitária”.

Por outro lado, na modernidade, o Estado se converteu apenas em um instrumental formal de legitimação do poder. As revoluções burguesas na Europa tinham por objetivo eliminar as barreiras jurídicas que legitimavam a desigualdade prática entre os membros da sociedade: a burguesia emergente já era detentora de poder econômico, mas não tinha acesso pleno ao poder político pois este estava concentrado nas mãos dos monarcas. No caso da Revolução Francesa, em razão dos laços estruturais entre a monarquia e a Igreja, a modernização do Estado resultou em um intenso processo de secularização: agora, a ciência da

Razão era a orientação do Estado. Na prática, o Estado se converteu em um aparelho burocrático destinado a operar da maneira eficiente o funcionamento da produção capitalista. Isso Salgado nomeou como Estado puramente econômico, anti-espiritual e anti-intelectual.

Nesse sentido, quando ele exalta a “revolução fascista”, o faz rememorando uma forma de organização social passada, pré-moderna (em certo sentido, pré-capitalista). Embora o fascismo europeu tenha assumido esse discurso bastante reacionário, rememorando formas passadas de sociedade, seu impulso ao fazê-lo era em direção ao futuro. Trotski (2019, p. 95) argumenta que o “Estado totalitário, sujeitando todos os aspectos da vida econômica, política e cultural ao capital financeiro é o instrumento para a criação de um [...] império imperialista, o domínio dos continentes, o domínio de todo o mundo”. Na mesma linha, Postone (2021, p. 44) indica que o discurso anticapitalista (contra a modernidade) do fascismo “apenas parece ser um olhar saudosista em relação ao passado”, mas como “expressão do fetiche do capital” legitimou a tentativa de uma espécie de revolução burguesa nos países europeus que ingressaram tardiamente na corrida imperialista. Ou seja, o fascismo reabilitou o Estado totalitário como forma de governo da burguesia na Europa.

Assim, surge a pergunta: como, a partir da leitura da experiência fascista na Europa, Salgado elaborou seu diagnóstico sobre a política brasileira, considerando que, aqui, o cenário era estruturalmente distinto da Europa? Em outras palavras, como adaptar um conjunto de ideias que nasceu como forma de legitimação do Estado imperialista a um país submetido ao imperialismo? Como mencionado, no Brasil, o fascismo se inseriu no debate político como alternativa à construção da hegemonia burguesa em contraposição ao liberalismo. Os limites da forma de liberalismo autoritário comandado pelas oligarquias se evidenciaram a partir da crise da Primeira República, e, com a Revolução de 1930, se abriu uma disputa pelo controle do bloco dominante. Sugere-se a hipótese que, nesse contexto, o fascismo foi uma aposta de uma ala conservadora da elite brasileira que pretendia sedimentar a aliança entre as classes dominantes – burguesia urbana e latifundiários – cuja dinâmica de interesses antagônicos precisava ser controlada harmonicamente em nome de um projeto nacional comum. O Estado totalitário em bases corporativas cumpriria essa função. Assim, quando Salgado fazia alusão à revolução fascista sua intenção era inspirar entre as elites brasileiras a articulação de amplo movimento direcionado à construção do consenso da hegemonia das classes dominantes “sob um critério integral onde não há choques nem tendências dissociativas”.

Ainda no texto para a *Hierarchia*, ele escreveu:

Lembro-me bem das palavras da minha despedida. Mussolini lera no meu olhar meu grande amor pelo Brasil. Augurou-me os mais completos triunfos à mocidade do meu país. E concitando-me a não esmorecer no entusiasmo e na fé pelo futuro do Brasil, *pediu-me que fizesse justiça à sua Itália. Aqui estou, fazendo essa justiça. E eu a faço, afirmando contra todos os falsos preconceitos fanáticos liberais*, que a Itália que eu vi merece todo o amor do Homem deste Século de ameaças permanentes à integridade individual. Por que quando sobre o mundo cair a grande noite do despotismo e da abolição da personalidade, a concepção fascista da existência será a luz dos tempos novos (Salgado, *Hierarchia*, 1932, p. 203) [Grifo da autora].

Salgado deixava claro que “fazer justiça” à Itália fascista era combater o liberalismo no Brasil. É significativo que no texto da *Hierarchia* além de escassas, todas as referências ao comunismo também eram referências ao liberalismo, reforçando a ideia que ambos eram duas faces da mesma moeda – uma visão materialista do indivíduo –, como se lê no trecho abaixo. Nesse momento, o principal inimigo político de Salgado e do grupo que procurava organizar era o liberalismo pois seu objetivo imediato era orientar a conformação de uma hegemonia entre as classes dominantes.

E, enquanto o Socialismo integral ameaça os Indivíduos com a supressão total da liberdade, a Democracia, em nome dessa mesma liberdade, deixa que as forças econômicas indisciplinadas marchem francamente no rumo deste atentado. É sob esse aspecto que devemos encarar o fascismo: como o último reduto da liberdade; arca da Aliança, que levará sobre o dilúvio do mundo contemporâneo, o segredo da constituição do Estado Humano e dos ritmos dos movimentos sociais (Idem).

O impacto da propaganda fascista sobre Plínio também foi significativo pois seu texto reproduziu a narrativa da “Nova Itália” regenerada pelo fascismo, enfatizando especialmente a liderança de Mussolini como uma verdadeira personificação da alma italiana. Salgado o descreve como “gênio criador da política do Futuro”, com uma voz e gestos que “pareciam exprimir uma concepção de vida”. Em outra ocasião, ele escreveu: “Era o homem que viera do seio das multidões com a luz do gênio altino, medium supremo da nacionalidade, profeta das Nações e contemporâneo do Futuro. Esse homem criara na Nova Itália” (Ibid, p. 204). O contato com Mussolini e a propaganda fascista parece ter sido decisivo para a tentativa de construção da liderança em torno de Salgado durante a existência da AIB na medida em que foram reproduzidos os mesmos aspectos narrativos da propaganda italiana.

Por toda a parte um povo contente porque se realizou na grande expressão política de um Estado que integra o Homem na Nação e objetiva a Nação no rumo da felicidade do Homem. [...] Esse povo tinha de criar esse modo de ver e de sentir, de agir e de aspirar, de trabalhar e de realizar, que constitui hoje a fórmula suprema para todas as nações aflitas e para toda a Humanidade angustiada. Eu vi esse povo vibrando em manifestações coletivas e auscutei-o profundamente, [...] e posso afirmar que o renascimento da Itália vem da perfeita consonância entre a índole do seu povo e a fórmula de seu governo (Idem).

Na propaganda integralista, alguns anos mais tarde, a narrativa hiperbólica em torno de um movimento, destinado a cumprir uma grandiosa missão na história, foi transposta para o integralismo, que buscava na experiência da “revolução fascista” uma fonte de legitimidade. Cabe ressaltar que o texto de Salgado seguia uma abordagem espiritualista, abstraindo do conteúdo objetivo do processo histórico. O que ele identificava como a “revolução” na Itália era explicado em termos puramente espirituais: a harmonia entre a “alma nacional” e a forma de governo do Estado. A mudança política apenas refletia a verdadeira revolução interior do povo.¹¹³

Além dos contatos com os estudantes do Caju e com os colaboradores da revista *Hierarchia*, Salgado consolidou uma rede de sociabilidade em São Paulo, após cerca de dois anos de atuação no periódico *A Razão*, no qual publicou mais de 300 textos na coluna “Nota Política”. De acordo com Trindade (2016, p. 116), nesse momento, Salgado conseguiu articular “um grupo disperso de intelectuais e homens de ação em diversas regiões do país. E dessa forma estabelece[u] os fundamentos ideológicos de sua ação política futura, com autonomia face aos revolucionários no poder”.

Em 24 de fevereiro de 1932, na sede do jornal *A Razão*, ocorreu a primeira reunião da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) – o primeiro resultado deste processo de maturação ideológica do integralismo, cujas bases foram lançadas ainda nos anos 1920 com o modernismo, assumindo o caráter fascista nos anos 1930 (Gonçalves, 2012).¹¹⁴ Entre os participantes desse encontro, estavam: Plínio Salgado, Cândido Motta Filho, Ataliba Nogueira, Mário Graciotti, João Leães Sobrinho, Fernando Callage, Sebatião Pagano e outros membros da Faculdade de Direito de São Paulo. Ao longo das demais reuniões da SEP, ficou consolidada a divisão entre os integralistas e os patrionovistas, especialmente em razão do projeto de restauração

¹¹³ Guérin (2021, p. 133) argumenta que a principal distinção entre a conquista do poder pelos socialistas russos e pelos fascistas residiu na sua configuração de classe, ou seja, se “o socialismo revolucionário é o adversário de classe do Estado burguês”, “o fascismo está a serviço da classe que esse Estado representa”. Nesse sentido, na Itália, a ascensão do fascismo ao controle do Estado foi produto, também, do acordo entre industriais, aristocratas e o Exército. “Os magnatas da indústria pesada, os dirigentes da indústria leve e os grandes proprietários rurais concordam, desde o início de 1922, em levar o fascismo ao poder. Os chefes do exército e da política já se aliaram ao fascismo. [...] Em toda a Itália do Norte, as autoridades militares deixam os Camisas Negras ocuparem os edifícios públicos, penetrarem as casernas, apoderarem-se das armas, fraternizarem com a tropa e os oficiais. No dia 29, Mussolini é chamado pelo rei a Roma, e viaja para lá num confortável vagão-leito; é lhe confiada a missão, segundo os usos parlamentares, de “compor o ministério”. Foi somente quando tudo isso acabou que teve início o que se chamou de marcha sobre Roma. Em trens especiais, os 50 mil Camisas Negras são levados à capital e lá desfiliam”. (p. 134-136). Ou seja, os fascistas não tomaram o Estado de assalto; este lhes foi concedido.

¹¹⁴ “A SEP foi resultado de vários outros movimentos que existiram no Brasil em anos anteriores [...]. Essas organizações que caracterizam a ascensão da direita na década de 1930, possuíam vários movimentos de inspiração fascista: a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), a Legião Cearense do Trabalho, Partido Nacional Sindicalista e o movimento neomonárquico Ação Imperial Patrionovista Brasileira” (Gonçalves, Caldeira Neto, 2020, p. 13).

monárquica dos últimos.¹¹⁵ Alguns importantes nomes do integralismo já integravam a SEP, como: Raimundo Padilha, Madeira de Freitas e Rui Arruda.

Nesse momento, logo após a tomada de poder da Aliança Liberal, Gustavo Barroso sofreu uma pequena turbulência em sua vida política pois estava aliado ao grupo de Júlio Prestes.¹¹⁶ Por ordem do Governo Provisório, foi imediatamente destituído da direção do MHN, sendo reconduzido à função em 1932. Ainda em 1932, em outubro, foi fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB) que “resulta da cristalização das ideias radicais de direita no Brasil nos anos 1930 e da convergência dos movimentos precursores que Salgado [buscou] integrar” (Trindade, 2016, p. 134). Já no “Manifesto de Outubro”, primeiro documento oficial da AIB, estava manifestada a proposta de uma “Revolução Integral”, contra os partidos políticos e orientada a partir do respeito ao princípio de autoridade – um projeto autoritário de nação com base no “Estado integral”, que pretendia ser a expressão da própria nacionalidade (Gonçalves, Caldeira Neto, 2020, p. 15).

Ao contrário do fascismo italiano e do nazismo, que surgiram como movimento de massas de maneira orgânica, no Brasil, o integralismo surgiu primeiramente entre um grupo de intelectuais que procurava influenciar as elites dominantes e, buscando reforçar sua posição autoritária, se esforçou no sentido da construção de um movimento de massas. Com a Revolução Constitucionalista em São Paulo, em julho de 1932, a continuidade do Governo Provisório se tornou insustentável – o que representou uma derrota para as Legiões Revolucionárias, contrárias à convocação da Assembleia Constituinte. Em meio aos eventos em São Paulo, a sede do jornal *A Razão* chegou a ser incendiada por um grupo de constitucionalistas pois o jornal era claramente favorável à manutenção da ditadura do Governo Provisório. Nesse contexto, para os intelectuais da SEP, a transformação do movimento de ideias em movimento de massas pareceu ser a única alternativa para manter viva sua influência política. Nos primeiros meses de 1933, Barroso ingressou na AIB e, em novembro deste ano, renunciou à presidência

¹¹⁵ “Com a fundação da AIB e a liderança indiscutível de Plínio Salgado, “tornou-se insuperável a divergência entre patronovistas e plinistas”. As divergências entre a AIPB e a AIB eram muito claras e incapazes de promover uma ligação ampla e total entre os grupos. A separação que se estabeleceu entre esses grupos não quis dizer oposição. Em diversos momentos, os patronovistas brasileiros (que eram em menor número) demonstraram apoio aos integralistas, principalmente no que toca ao discurso em torno da prática social corporativista, dentro de um preceito cristão de ideias oriundas da Action française e do IL” (Gonçalves, 2018, p. 92). Para mais sobre a relação entre a AIB e a AIPB, consultar o primeiro capítulo do livro *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e Brasil (1895-1975)* (Gonçalves, 2018).

¹¹⁶ Apesar da relação com os tenentes ligados a Aliança Liberal, Plínio Salgado escreveu em correspondência datada de outubro de 1930: ““Estou com Júlio, por um dever de dignidade; motivos de coerência doutrinária; pela ordem, pelo Brasil conservador, pelo respeito à autoridade; motivos particulares, minha estima a ele” (Salgado apud Trindade, 2016, p. 112).

da ABL, “sob o pretexto de desentendimentos motivados por suas críticas na imprensa feita contra os ‘imortais’” (Maio, 1992, p. 80).

3.1.1 A disputa ao redor do antissemitismo na Ação Integralista Brasileira

Vasconcellos (1979, p. 17) argumenta que a especificidade do discurso integralista enquanto discurso fascista inserido em uma sociedade de capitalismo periférico foi “a fantasmagoria de uma utopia autonomística em relação às nações capitalistas hegemônicas”. Em outras palavras, a projeção utópica de “converter o país numa região apartada do processo civilizatório ocidental”, sendo que estavam abstraídos desta utopia “os fundamentos concretos da dependência: *relações determinadas de subordinação entre sociedades no contexto do sistema capitalista global*” (Idem) [Grifo da autora]. Assim, o Estado Integral seria o agente desta utopia cujo objetivo confesso era “proteger o Brasil da luta de classes, que [era] vista como ‘intrusão’ forasteira” (Idem).

Ancorado numa interpretação da história do pensamento social brasileiro a partir da teoria da dependência, Vasconcellos procura explicar como o contexto de dependência cultural afetou a dinâmica de apropriação das ideias fascistas no Brasil, conferindo-lhe um significado próprio em relação aos seus congêneres europeus. Dessa maneira, assume-se a existência de uma diferença estrutural entre América Latina e Europa no início do século XX, mas, ao contrário da argumentação proposta por Chasin (1978), esse fato não foi um impeditivo para a emergência de movimentos de inspiração fascista nem no Brasil, nem no Uruguai. Ainda que a formação de Salgado estivesse ancorada em uma ampla bibliografia nacional de base católica conservadora, é inegável a influência dos movimentos e intelectuais europeus na formulação do programa integralista.¹¹⁷ Ademais, o modelo da propaganda fascista foi extensamente reproduzido pela imprensa da AIB como forma de mobilização das massas, como será explorado com mais detalhes no último capítulo.

¹¹⁷ Leandro Pereira Gonçalves argumenta que as principais referências teóricas do integralismo brasileiro foram a *Action Française*, o Integralismo Lusitano e a doutrina social da Igreja Católica, sintetizada na *Rerum Novarum*. “O pensamento de Plínio Salgado nasceu da influência do IL, que é oriundo do maurrasismo, da doutrina social da Igreja, bem como de alguns aspectos da doutrina e prática do fascismo italiano, regime do qual adotou o modelo do partido único e do corporativismo de Estado. Dentro dessas concepções, aliadas ao autodidatismo nacionalista-cristão, além da influência familiar e da necessidade de um discurso de vanguarda, nasceu a AIB” (Gonçalves, 2012, p. 75). “Para identificar a concepção intelectual contida no movimento integralista recorre-se a uma análise do movimento de maior inspiração do líder brasileiro, o IL, influenciado na *Action française*, e à experiência prática do fascismo italiano, embasado na doutrina social da Igreja. Esses movimentos serviram de fundamentação para a construção política de uma organização fascista travestida de nacionalismo cristão” (Ibid, p. 92).

Nesse sentido, a grande questão não gira em torno da possibilidade histórica do surgimento do fascismo no Brasil nos anos 1930, pois a inspiração fascista da AIB é um fato evidente. Mas, partindo da determinação do ser social por seu próprio contexto histórico, refletir sobre como o contexto de dependência estrutural e cultural do Brasil atravessou a apropriação das ideias fascistas aqui.¹¹⁸ Dito de outra maneira: a quais perguntas, historicamente determinadas, os intelectuais brasileiros que se inspiraram no fascismo procuravam responder? E por que o fascismo apareceu como uma solução adequada para tais problemas? É claro que, por ter se desenvolvido em um contexto estruturalmente distinto, o fascismo, aqui, possuiu características particulares – tanto no discurso, quanto em sua ação prática. Estendendo a reflexão para o Uruguai, considerando o fato de ambos os países compartilharem uma formação histórica dependente, cuja modernização se realizou antes da Segunda Guerra Mundial (Bambirra, 2013, p. 63), esta pesquisa sugere que, nestes países, as ideias fascistas se inseriram na vida política e intelectual em meio à disputa pela hegemonia do bloco dominante.

Com argumenta Vasconcellos (1979, p. 18):

A ruptura imaginária dos laços de dependência expressa o estágio evolutivo do pensamento burguês na periferia, ou seja, espelha a contradição de uma burguesia que, embora subordinada economicamente, começa a se apegar à ideologia do “desenvolvimento nacional”, posto que *no reverso da utopia autonomística se insinua, sorrateira, a ilusão disparatada de realizar a acumulação e expansão do capital dentro da própria sociedade brasileira* [Grifo da autora].

A utopia integralista projetava um país que, uma vez isolado dos fenômenos modernos que marcavam a decadência do Ocidente, seria capaz de fundar sua própria modernidade, afirmar sua própria cultura – por isso o apelo tão grande ao folclore no discurso integralista, visto como uma expressão autêntica e orgânica da cultura brasileira. A contradição a qual Vasconcellos se refere era o fato desta utopia autonomística, de um nacionalismo soberano, fundar sua legitimidade enquanto movimento de massas na referência ao fascismo europeu – cujo resultado discursivo foi uma relação de afirmação/negação do último. Entre os intelectuais, a maior contribuição do fascismo foi a ideia da organização totalitária do Estado em bases corporativas, que embasou a teoria do Estado integral. Contudo, no debate entre os intelectuais do integralismo, a referência ao fascismo europeu como a base teórica do movimento foi

¹¹⁸ “Tendo em mira o contexto brasileiro dos anos 30, a emergência de um irracionalismo fascista do tipo camisa-verde não corresponde a um resultado da evolução social. Noutras palavras, se o discurso integralista segue os parâmetros das doutrinas fascistas europeias conclui-se que há no Brasil um nítido descompasso entre ele a estrutura social. Falta a base social fundamental que acompanha a reação fascista e que faz desta um discurso eminentemente contra-conceitual (oposição ao liberalismo e ao marxismo), a saber: a organização política da classe operária. A perspectiva de uma revolução proletária era uma quimera nos anos 30; e nem mesmo havia o “desafio do bolchevismo”, pré-requisito essencial dos movimentos fascistas” (Vasconcellos, 1979, p. 182).

bastante problematizada, de forma que afirmava-se a independência do integralismo em relação ao fascismo apesar de toda possível influência. Ou seja, não se declaravam fascistas propriamente ditos, mas integralistas.

Como movimento de massas, a maior contribuição do fascismo para o integralismo foi o modelo da propaganda política e da organização de massas – toda a organização e estética do integralismo remete imediatamente ao fascismo europeu,¹¹⁹ incluindo a organização de uma milícia com formação militar, cuja ameaça de armamento foi declarada nos momentos de maior radicalismo do movimento.¹²⁰ Embora também nos jornais integralistas se buscasse afirmar a brasilidade do integralismo em relação ao fascismo europeu, a referência era evidente. Em termos estéticos, o integralismo remetia ao fascismo e, portanto, procurava nele a fonte de sua legitimidade enquanto movimento de massas. Assim, como movimento político, o integralismo caminhou sobre esta contradição, tão bem expressada na figura do curupira, personagem do folclore brasileiro que o integralismo assumiu como símbolo.

Ao contrário do Carão, ave nordestina, *Curupira não se desgruda da terra, pé no chão, fincado no meio da floresta tropical: ele é, por isso mesmo, a “alma do Brasil”, é um símbolo, diria Plínio Salgado, superior a D. Quixote. Um mito que caiu muito bem ao ideal xenófobo de uma cultura fechada: índio, sem fendas, hirtó e defensivo, invulnerável à penetração estrangeira, sisudo e compenetrado, vacinado contra a sedução transoceânica e avesso às ideologias exóticas.* Os textos verdeamarelos dão margem a essa interpretação: a “afirmação do homem de nossa terra dar-se-á, em definitivo, quando as cidades cosmopolitas forem invadidas pelo Espírito Nacional. O Curupira, símbolo desse espírito, dorme no fundo das benhas”.¹²¹ *Espie a caminhada nacionalista do Curupira – de dentro para fora, do sertão à cidade. É justamente o antídoto do caranguejismo, que marcou o início da colonização brasileira. No interior, não no litoral habita a “brasilidade”. E essa, aos olhos integralistas, não tem nada a ver com o litoral ou as cidades que, segundo eles, estão infestadas de artificialismo cultural e intelectuais afetados, europocêntricos.* O mar leva à Europa; vem daí a necessidade de pôr fim à “mentalidade litorânea”, que haveria, afinal, de curvar-se quando o curupira botasse camisa verde e entoasse anauê (Vasconcellos, 1979, p. 20-21) [Grifo da autora].

¹¹⁹ “Seguindo os moldes dos movimentos fascistas europeus, o integralismo valorizava os hinos e canções políticas” (Gonçalves, Caldeira Neto, 2020, p. 37). “Os rituais e a simbologia integralista enquadravam o indivíduo no ciclo místico da repetição, fazendo com que o reproduzissem em todos os dias de sua vida. Os Protocolos e Rituais introduziam palavras mágicas, simbolizando essa força por meio das palavras utilizadas nas fórmulas e nos rituais” (Ibid, p. 41). Para um detalhamento da estética integralista, consultar o primeiro capítulo do livro *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo* (Ibid).

¹²⁰ Até 1935, as milícias integralistas operavam legalmente e foram publicadas algumas matérias no jornal integralista *A Offensiva* ameaçando o armamento, como na edição de 31 de maio de 1934, no qual Nogueira Filho escreveu: “Se derem armas a esses homens, um verdadeiro exército, o que acontecerá? Se derem armas aos integralistas, e eles não de possuí-las um dia, acontecerá que o Brasil será transformado numa grande Nação” (Nogueira Filho, *A Offensiva*, nº 3, 31 de maio, capa).

¹²¹ Esse trecho citado por Vasconcellos se refere ao texto de Plínio Salgado, “A Anta e o Curupira”, datado de sua atuação no modernismo VerdeAmarelo.

O discurso do integralismo enquanto movimento de massas reproduzia o discurso fascista ao mesmo tempo em que defendia a necessidade de afirmar a brasilidade contra às imitações estrangeiras. Essa contradição só poderia ser resolvida a partir de uma concepção espiritualista, abstraindo dos conteúdos objetivos e históricos, na construção de uma narrativa sobre a história do Brasil e o atual estágio dos problemas nacionais.

A ideologia curupira simplifica o fenômeno de transplantação cultural; ela vê a “desordem” do país na transferência, em si mesma, de módulos e práticas culturais das nações hegemônicas. O que ela não vê, nem poderia fazê-lo, é o modo pelo qual essa transferência se desenrolou, social e historicamente na periferia, e seu papel no sistema capitalista global (Vasconcellos, 1979, p. 21).

Para Vasconcellos, a hipóstase do espírito foi o traço nuclear do discurso integralismo – a dizer, atribuir uma existência concreta e objetiva ao espírito, uma realidade fictícia e abstrata.¹²² Daí resulta a determinação das relações sociais pelos fatos morais, fazendo desaparecer do discurso o conteúdo material dos processos sociais. O combate ao comunismo/socialismo era equiparável àquele contra o liberalismo/capitalismo na medida em que ambos sujeitavam o espírito à matéria, sendo esta sujeição a base dos problemas modernos. A crítica romântica do integralismo ao capitalismo era direcionada justamente à concepção utilitária da ideologia burguesa que desconsiderava qualquer finalidade transcendental do indivíduo. Os fundamentos históricos do capitalismo – a propriedade privada dos meios de produção e a transformação do trabalho em uma mercadoria – não eram mencionados, a crítica se limitava aos efeitos morais do capitalismo, que eram resultados da cultura moderna liberal, e não ao sistema capitalista propriamente dito. A hipóstase do espírito se manifestava no discurso, portanto, na abstração dos conteúdos históricos e na designação de um significado de base moral aos conceitos.

Um rápido levantamento de seu léxico atesta que o adjetivo “bolchevista” (e outras expressões correlatas) ganha um significado mítico; trata-se mais de um “espírito”, “ethos”, do que uma determinada maneira política de se posicionar na sociedade. Esse procedimento estilístico esvazia, social e politicamente, as expressões materialismo burguês”, “materialismo marxista”, “luta de classes” etc. O capitalismo recebe um tratamento personificador; o signo “bolchevizante”, um tratamento mistificador. [...] Ao investigar as bases psico-sociológicas do nacional socialismo, Wilhelm Reich alude à semântica pervertida de seus jargões. “Quando o místico fala de “bolchevismo”, ele não se refere ao partido político fundado por Lenine. Ele não tem

¹²² “Na própria semântica do termo integralismo avulta a hipóstase do espiritual, pois “considera o universo, o homem, a sociedade e as nações, de um ponto de vista totalitário, isto é, somando todas suas expressões, todas as tendências, fundindo o sentido materialista do fato ao sentido anterior da ideia, subordinando ambos ao ritmo supremo espiritualista e apreendendo o fenômeno social segundo as leis de seus movimentos. Na doutrina integralista como nos fascismos europeus a primazia, ou a antecedência do elemento espiritual, surge antes mesmo da existência objetiva das classes sociais” (Ibid, p. 24).

noção das controvérsias sociológicas que se realizaram no limiar deste século. Comunista, Bolchevista, vermelho etc., converteram-se em slogans reacionários, os quais nada têm a ver com a política, partidos, economia etc. *Estas palavras são tão irracionais como a palavra judeu na boca dos fascistas*” (Vasconcellos, 1979, p. 28).

A hipóstase do espírito, que também fundou o discurso fascista europeu, compartilha com o antissemitismo moderno uma visão moralizante da realidade histórica e a utilização irracional dos conceitos.¹²³ Para o antissemitismo moderno, a decadência moral da modernidade é explicada através da influência nefasta dos judeus, cujo materialismo é uma característica racial, mobilizada contra a civilização cristã. O vazio de conteúdo objetivo do vocabulário integralista era compensado por uma narrativa hiperbólica, que Vasconcellos classifica como “retórica do enchimento” (Ibid, p. 31). Assim, a construção do discurso integralista se baseava em uma narrativa grandiosa na qual abundavam palavras apaixonadas, articuladas, na propaganda, de maneira a causar um efeito psicológico.¹²⁴ O “comunismo”, assim como o “judeu”, não se referia a um movimento político, ou a um povo, mas era uma representação do inimigo – para os fins de propaganda de massas, a figura do “judeu” representava, de fato, a personificação deste inimigo.

Todas as vezes em que se aborda o comunismo, as expressões que indicam animalidade, violência ou aberração, proliferam à vontade. Gustavo Barroso, por exemplo, fala no perigo de se cair nas ‘garras sanguinolentas do comunismo’, essa ‘fera humana’. À maneira beletrista, abusando das perífrases e dos lances metaforizantes escreve: “Amai o Brasil para poderes morrer pelo Brasil, nas grandes lutas que se aproximam, quando às sombras esvoaçantes das bandeiras cor de sangue cantarem, sob a batuta judaica, profanando a nossa pátria, as estrofes da Internacional”¹²⁵ (Ibid, p. 31).

A figura do judeu na propaganda integralista será discutida com mais detalhes no último capítulo, mas, por agora, cabe antecipar que este representou a personificação dos inimigos do integralismo – o materialismo, o cosmopolitismo, o comunismo, o capitalismo internacional, a modernidade, o estrangeiro – em contraposição ao verdadeiro homem brasileiro – o sertanejo, o homem do interior, criado na tradição do folclore brasileiro. Antes desta discussão, é

¹²³ Irracional no sentido de que é impossível explicar através do próprio conceito a realidade à qual ele se refere pois estão abstraídos os conteúdos objetivos. Os termos “comunista”, “socialista”, “marxista”, “bolchevista”, por exemplo, representavam sinônimos pois se referiam a uma certa atitude moral perante a vida, desconsiderando os significados historicamente atribuídos a estes conceitos. Da mesma maneira, o termo “judeu” não contemplava a formação histórica da comunidade judaica em suas contradições, mas representava a personificação da dominação abstrata do capital – como será explorado em mais detalhes no terceiro capítulo. Sobre a característica irracional da corrente de ideias que desembocou no fascismo no século XX, consultar Lukács, 2015; especificamente sobre o integralismo, consultar Vasconcellos, 1979.

¹²⁴ Para uma análise mais detalhada sobre a propaganda política na imprensa integralista, consultar a tese *Imprensa integralista, imprensa militante* (Oliveira, 2009).

¹²⁵ Esse trecho citado por Vasconcellos se refere ao livro de Gustavo Barroso, “A palavra e o pensamento integralista”, de 1935.

necessário, contudo, uma reflexão sobre as disputas em torno do antissemitismo como forma de propaganda política dentro da AIB enquanto organização. Oficialmente, nunca foi incorporado à doutrina integralista, embora esta assimilação tenha ocorrido na prática “em razão da grande receptividade do combate ao judaísmo entre os militantes de base” (Trindade, 2016, p. 242).

De maneira geral, os estudos dedicados ao antissemitismo integralista o consideram como um elemento secundário à doutrina. Oliveira (2009, p. 263) chega a considerar que “a pouca repercussão do antissemitismo entre as bases se devia também por não haver uma grande difusão destas ideias nos periódicos”. Porém, retomando as entrevistas realizadas por Trindade (2016, p. 186) com antigos militantes e dirigentes integralistas, conclui-se que embora o antissemitismo tenha sido “um tema ideológico que divid[iu] os dirigentes nacionais e regionais, [foi] partilhado por quase dois terços dos dirigentes e militantes locais”. Considerando a fraca presença do antissemitismo no Brasil até meados dos anos 1930, é possível supor que grande parte dos militantes de base integralista tenha se familiarizado com o discurso antissemita a partir dos jornais integralistas, ou ao menos que tenha sido constantemente reforçada por estes, daquele. Soma-se a isso o fato de o antissemitismo ter sido o fator menos preponderante entre as motivações que levaram os entrevistados a ingressarem na AIB, ao mesmo tempo em que 73% destes terem respondido “concordar muito” com a afirmação “o espírito judeu é uma ameaça permanente à sociedade”. Além disso, é significativo considerar o impacto duradouro do antissemitismo nos militantes haja vista que as entrevistas de Trindade foram realizadas cerca de 30 anos após a dissolução da AIB.

Contudo, entre a direção nacional da AIB o antissemitismo suscitou algumas controvérsias pois, nos anos 1930, este discurso representava uma referência direta aos fascismos europeus. Para os dirigentes integralistas, era essencial que o movimento afirmasse sua autenticidade como forma de legitimar, entre a intelectualidade dominante brasileira, o integralismo como um pensamento verdadeiramente brasileiro e não a mimesis de uma ideologia europeia, como denunciavam muitos opositores da AIB. Isso porque, como o modernismo trouxe à tona a reflexão sobre a importação da cultura europeia, todo o pensamento social brasileiro deste período girou ao redor da afirmação da cultura em bases nacionais. Pretende-se argumentar que as disputas ao redor do antissemitismo na AIB não remetiam a divergências teóricas entre seus principais intelectuais – pois o discurso integralista era compatível com o discurso antissemita – mas aos efeitos políticos do emprego do antissemitismo como forma de propaganda política, uma vez que este representava uma referência direta ao nazismo.

Em maio de 1936, Salgado publicou na revista *Panorama*, periódico integralista destinado à dita “alta cultura”, o texto “Trechos de uma carta”, no qual declarou: “Não sustentamos preconceitos de raça; pelo contrário, afirmamos ser o povo judeu e a raça brasileira tão superiores como quaisquer outros. Em relação aos judeus, não nutrimos contra essa raça nenhuma prevenção”. Mais especificamente sobre a relação entre o capitalismo internacional e o judaísmo, tese tão defendida por Barroso, o Chefe Nacional escreveu: “Quanto ao capitalismo judeu, na realidade ele não existe como tal. O que se dá é apenas uma coincidência: mais de 60% do agiotarismo internacional está nas mãos dos israelitas. *Isso não quer dizer que sejam eles os responsáveis exclusivos pelas desgraças atuais do mundo*” (Salgado, Trechos de uma carta, *Panorama*, nº 6, junho de 1936, p. 4) [Grifo da autora]. Para alguns historiadores, esse texto evidenciava a posição contrária de Salgado em relação ao antissemitismo, especialmente porque concluiu o artigo criticando os exageros da perseguição nazista e afirmando que “o problema do mundo é ético, não étnico”.

Também nesta revista, em junho de 1936, Reale publicou o texto “Nós e os fascistas da Europa”, no qual procurou desvincular o integralismo do antissemitismo/racismo. Ele escreveu:

Do Hitlerismo podemos tirar algumas lições em matéria de organização política e financeira, mas não sabemos em que nos poderia ser útil a tese de superioridade racial, *tese que consulta uma situação local. [...] O combate ao banqueirismo internacional e aos processos indecorosos dos capitalistas sem pátria, justifica-se no plano moral. E quando a pureza da norma ética está conosco, não se compreende bem qual a necessidade de outras justificações, que podem ser de efeito, mas que certamente são discutíveis* (Reale, Nós e os fascistas da Europa, *Panorama*, nº 6, junho de 1936, p. 16-17) [Grifo da autora].

Aparentemente, as posições de Salgado e Reale em relação ao antissemitismo iam de encontro às de Barroso, que, em meados de 1936, era reconhecido como um dos maiores nomes da divulgação antissemita no Brasil. Contudo, ao atentar para a escolha das palavras em cada um dos textos, percebe-se que compartilham o mesmo vocabulário antissemita dos textos de Barroso, além de não questionarem frontalmente nenhum dos argumentos do último. Salgado, por exemplo, assumia que o “agiotarismo internacional” estava concentrado nas mãos dos judeus – narrativa conspiratória que embasou toda a retórica antissemita de Barroso, particularmente seu livro mais famoso “Brasil, colônia de banqueiros”. Neste mesmo texto, o líder integralista ainda afirmou: “não podemos querer hoje o mal ao judeu, pelo fato de ser o principal detentor de ouro, portanto, principal responsável pela balbúrdia econômico-financeira que atormenta os povos, especialmente os semicoloniais como nós da América do Sul” (Salgado, Trechos de uma carta, *Panorama*, nº 6, junho de 1936, p. 4).

Por outro lado, Reale, além de utilizar expressões tipicamente antissemitas como “banqueirismo internacional” e “capitalistas sem pátria”, legitimava o antissemitismo nazista ao afirmar ser este uma “tese que consulta uma situação local”. No trecho acima, nota-se a tentativa de Reale de distinguir o racismo antissemita e seu conteúdo político propriamente dito. Para o discurso antissemita moderno, os judeus representam personificações do poder do dinheiro, dos bancos, dos juros e do capital financeiro à nível mundial; e devem ser combatidos pois o materialismo é uma característica natural de sua raça. Ao traduzir o antissemitismo para o contexto brasileiro, Barroso procurou enfatizar as motivações político-econômicas em detrimento das raciais – é claro que seus textos estavam recheados de um vocabulário racista e calcado no darwinismo social, mas “os fundamentos da eliminação dos judeus na obra de Barroso são de outra natureza” (Maio, 1992, p. 137). Buscando se defender das acusações de racismo, ele reforçou em seus textos os conteúdos políticos e ideológicos naturais aos judeus que justificavam uma campanha contra sua influência na sociedade – em outras palavras, os judeus precisavam ser combatidos porque espalhavam ideias materialistas contra a civilização cristã, porque controlavam a imprensa, a política e a economia nacional e mundial. O materialismo era entendido como uma característica natural e típica da “raça” judaica, mas uma campanha antijudaica só era necessária porque, enquanto coletividade, os judeus aplicavam esse materialismo em suas atividades diárias, o que supostamente minaria as bases espirituais da nação – sendo que também eram alvo desta campanha todos aqueles que, mesmo não sendo judeus, seguissem o “espírito judaico” (Rago Filho, 1989). Assim, o antissemitismo no Brasil era justificado por Barroso como uma reação natural em defesa da nacionalidade, em bases cristãs, contra o materialismo dos judeus comunistas e os judeus banqueiros internacionais – sendo que os últimos subjugavam o país à condição de colônia financeira através de empréstimos a juros exorbitantes.

Voltando ao texto de Reale, identifica-se, então, a tentativa de justificar logicamente o conteúdo do livro “Brasil, colônia de banqueiros” e, ao mesmo tempo, afastá-lo do racismo antissemita dos nazistas.¹²⁶ Para ele, o combate ao “banqueirismo internacional” e aos “capitalistas sem pátria” empreendido pelo discurso antissemita era moralmente justificável por si só, não sendo necessário, portanto, “outras justificações, que podem ser de efeito, mas que

¹²⁶ Para uma análise detalhada sobre a obra de Miguel Reale, consultar a tese *A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1936-1939)* (Tanagino, 2018); e o artigo *In medio virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale* (Benzaquen, 1988). Sobre o antissemitismo nos escritos de Reale, consultar o capítulo *Miguel Reale e a “questão judaica” na Ação Integralista Brasileira: a função do mito político da “conspiração” na propaganda antiliberal e anticomunista da imprensa integralista (1932-1938)* (Tanagino in Simões, Gonçalves, 2019).

certamente são discutíveis”. Dito de outra forma, o combate ao capitalismo internacional (o conteúdo do discurso) podia ser dissociado do antissemitismo (a forma do discurso).

Cabe destacar que os textos de Salgado e Reale foram publicados na revista *Panorama* – um periódico com características bastante específicas em relação ao conjunto da imprensa integralista. A revista tinha como público-alvo uma elite intelectual com objetivo de consolidar a influência do integralismo como um movimento de ideias para a classe dominante.¹²⁷ Diferente dos jornais integralistas de grande circulação, nos quais imperava um discurso homogêneo e sem espaço para críticas e divergências, a *Panorama* serviu mais como “local de debate cujo propósito era pensar, enquanto uma ‘revista de pesquisas’, os rumos da nação” (Pacheco, 2021, p. 39). Nesse sentido, é significativo notar que as posições mais críticas ao antissemitismo foram divulgadas apenas neste periódico ao passo que em *A Offensiva*, por exemplo, tanto Salgado quanto Reale se utilizaram de um vocabulário fortemente antissemita na construção de seus textos. Com base nisso, conclui-se que a direção nacional na AIB optou pela utilização estratégica do antissemitismo como forma de propaganda considerando seus efeitos na mobilização das massas – como enunciado pelo próprio Reale ao dizer não compreender a necessidade de justificativas que “podem ser de efeito, mas certamente são discutíveis” (Reale, Nós e os fascistas da Europa, *Panorama*, nº 6, junho de 1936, p. 16-17). Discutíveis entre os intelectuais, mas aplicáveis como forma de mistificação das massas.

As posições de Reale e Salgado na *Panorama* ainda podem ser interpretadas a partir da necessidade do integralismo em se dissociar do fascismo europeu – que, na opinião pública, passava a ser cada vez mais atrelado ao antissemitismo nazista – para afirmar sua base nacional. Essa necessidade era ainda mais acentuada quando o discurso integralista se dirigia aos intelectuais haja vista que, desde meados de 1910, a tônica nacionalista do pensamento social brasileiro denunciava a imitação dos modelos estrangeiros como a razão dos problemas nacionais. O título do artigo de Reale, “Nós e os fascistas da Europa”, já deixava antever a defesa do integralismo não como pura mimesis do fascismo europeu, mas que, inspirado na

¹²⁷ “Já a *Panorama* surgiu com a proposta de ser mais do que um mero impresso da AIB voltado para as massas, sendo assim uma aposta bastante diferenciada do movimento: um periódico produzido por intelectuais, integralistas e não integralistas, que buscava ser um dos veículos de fundamentação das ideias do movimento e, contemplar, com um conteúdo altamente teórico, elite intelectual que não era priorizada nos outros periódicos do integralismo, tendo em vista que eram produzidos visando ao militante comum e, assim, apresentavam a teoria integralista de forma ‘simplificada’. [...] Assim, por meio da *Panorama*, buscava-se demonstrar que o integralismo, além de ser um movimento de ação, com suas atividades públicas, seus comícios, suas bandeiras, seus núcleos e camisas verdes era também um movimento de ideias, cuja linha de pensamento, além de sustenta-lo, fornecia consistência intelectual a um projeto confiável de Estado” (Pacheco, 2021, p. 27-28). Para uma análise detalhada da *Panorama*, consultar Pacheco, 2021.

experiência de revolução espiritual e organização do Estado em bases corporativas do fascismo, buscava superá-lo na construção do Estado integral brasileiro.

Nada de extraordinário, por conseguinte, que sejamos brasileiros, nacionalistamente brasileiros, e, ao mesmo tempo, apresentemos valores que se encontram também em movimentos fascistas europeus, como o de Mussolini, de Hitler e Salazar [...] Nós alimentamos os elementos político-sociais brasileiros com a lição da experiência alheia. Desde o início da propaganda, afirmamos nosso propósito de tirar das experiências estrangeiras todo o sumo necessário ao desenvolvimento de nossa Pátria [...] Somos, por assim dizer, mais democratas que os fascistas da Europa (Reale, Nós e os fascistas da Europa, *Panorama*, nº 6, junho de 1936, p. 18).

Nesse sentido, entende-se que o fato de o antissemitismo nunca ter sido oficialmente incorporado à doutrina integralista não se deveu às divergências entre os principais nomes do movimento em relação ao tema, mas à necessidade de distanciamento em relação ao fascismo europeu. A partir de meados dos anos 1930, com a consolidação da aliança entre Itália e Alemanha num contexto de guerra iminente, aliado ao avanço da propaganda nazista na América do Sul, antissemitismo e fascismo se tornaram praticamente sinônimos para a opinião pública; de maneira que a incorporação do antijudaísmo aos estatutos da AIB seria assumir publicamente sua vinculação acrítica ao fascismo. Ao não fazê-lo, se tornou possível ao movimento caminhar sobre essa linha tênue que remete à própria contradição do integralismo enquanto movimento fascista inserido na periferia do capitalismo.

Sequiosos de originalidade, eles não conseguiram [...] apontar um traço de seu discurso que não figurasse nas ideologias congêneres europeias. Daí a aporia em que se debateram o tempo todo: a necessidade de sustentar a autonomia do Sigma e a impossibilidade real em demonstrá-la. Tal contradição não é mero fruto de sua indigência intelectual. Ao contrário, ela tem raízes objetivas na sociedade brasileira [...] [Os liberais] viam com indisfarçável orgulho a importação ideológica, sinal de que o Brasil se modernizava e as elites sintonizavam-se com o que havia de mais ‘avançado’ na Europa. [...] Do ponto de vista ideológico, isso significa que o ‘atraso’ seria eliminado pelo simples desenvolvimento; nunca pela ruptura com os laços de dependência com os países centrais. A partir de 30, começa a predominar a noção de “país subdesenvolvido”. A ênfase, agora, recai sobre a “pobreza atual, a atrofia, o que não falta e não o que sobra”, para falar com Antonio Cândido. Ora, não é à toa que a postura dos camisas-verdes ante a importação ideológica apresenta outra feição. Aquilo que era brio para os liberais, agora vira vergonha, indício de servilismo mental. *Copia-se os módulos políticos e culturais da Europa, mas vocifera-se ao mesmo tempo contra o mimetismo – eis a contradição que atormentou os integralistas* (Vasconcellos, 1979, p. 192-193) [Grifo da autora].

O discurso antissemita de Barroso era uma referência direta ao fascismo europeu, e dentre os principais intelectuais integralistas, ele talvez tenha sido quem menos escondeu a natureza fascista do integralismo, buscando justamente afirmar a brasilidade do integralismo enquanto um movimento fascista, surgido a partir do mesmo impulso; a dizer, a defesa

nacionalista do judaísmo internacional. Em “Integralismo e o mundo”, de 1936, Barroso escreveu argumentando sobre o pertencimento do integralismo, do fascismo e do nazismo a um mesmo grupo de “movimentos idênticos, análogos ou semelhantes”:

Como reação natural ao materialismo e ao internacionalismo dissolvente, em todo o mundo desabrocham e se desenvolvem *movimentos baseados em ideias que se inspiram numa mística nacionalista. São movimentos de síntese que se contrapõem à análise levada ao extremo em todos os domínios e atividades da vida pelo espírito do século XIX, filho da Reforma, da Enciclopédia e da Revolução Francesa.* Variando em cada país, de acordo com suas verdadeiras realidades, ligam-se na base por princípios comuns. Daí as suas semelhanças [...] Ao internacionalismo individualista do século passado, quer permita a hipertrofia do indivíduo isolado ou em grupos com o capitalismo, quer dissolva o indivíduo na massa, deixando-lhe somente os interesses individuais, com o bolchevismo, sucede o universalismo personalista das doutrinas denominadas fascistas, as quais, na essência, respeitam a liberdade e a dignidade da pessoa humana e *se universalizam pelo seu espiritualismo.* [...] a que se atem muitos dos movimentos denominados “fascismos” não é mais do que *uma reação natural contra a dissolução dos grupos naturais das pátrias, ameaçadas de completa destruição e pela desordem* (Barroso, 1936, p. 13-14) [Grifo da autora].

Um dos objetivos declarados de Barroso com o livro era identificar a posição do integralismo entre todos esses movimentos fascistas, ou “nacionalismos modernos”, como também os classifica o autor. Argumentando que a defesa dos princípios básicos da civilização cristã ocidental era a fundamentação de “todos ou quase todos os chamados fascismos”, Barroso identificava o fascismo, o nazismo e o integralismo como frutos do mesmo movimento de reação do “espiritualismo contra o materialismo, do nacionalismo contra o internacionalismo, do idealismo cristão contra o internacionalismo judaico-puritano” (Ibid, p. 17). Para ele, no essencial, os três movimentos eram análogos: “Todos os três condenam as forças ocultas que dominam o Estado, *querem o Corporativismo, mantem o direito da propriedade, afirma a soberania econômica,* adotam a economia de plano, defende a pátria, garantem a família, *detestam a usura* e organizam as hierarquias” (Idem).

Contraditoriamente, a única grande diferença entre os grupos era justamente relativa à sua concepção espiritualista. Se, nas páginas anteriores, a defesa da civilização cristã ocidental era o ponto de encontro de todos os fascismos, agora, Barroso escrevia que o fascismo italiano tinha uma concepção de Estado anti-cristã baseada na “gloriosa tradição do Império Romano”, e que o nazismo era pagão por se basear exclusivamente no critério da pureza da raça ariana. Em contrapartida, o integralismo “Alicerça-se na tradição da unidade da pátria e do espírito de brasilidade. *Combate os judeus porque combate os racismos, os exclusivismos raciais, e os judeus são os mais irredutíveis racistas do mundo*” (Idem) [Grifo da autora]. A distinção entre os três grupos não é argumentada em bases concretas – divergências nos programas e agendas dos movimentos, oposições teóricas etc. – mas tão somente de forma abstrata, colocando em

xeque coisas que o próprio autor afirmara antes. Como ao escrever “As Corporações na Itália e na Alemanha refletem o Estado; no Brasil, produzem o Estado” (Ibid, p. 18), sem qualquer consideração sobre as diferenças reais entre o funcionamento das corporações nestes países fascistas e a proposta de corporativismo integralista.

Barroso finaliza o primeiro capítulo de “Integralismo e o mundo” pontuando que o integralismo se situa em um estágio mais elevado em relação ao fascismo e ao nazismo, mas que os últimos podem se desenvolver e evoluir até o primeiro. Diferente de “Nós e os fascistas da Europa”, de Reale, Barroso não nega a natureza fascista do integralismo – o fascismo não era apenas uma inspiração, mas um movimento cuja razão de existência era a mesma que legitimava o integralismo no Brasil. O integralismo seria, portanto, uma síntese mais elevada do fascismo devido à sua concepção mais espiritualista e cristã. Barroso afirmava a brasilidade do integralismo enquanto fascismo, mesmo fazendo a ressalva que confundi-los era ignorância ou má-fé.

Nos textos de Barroso, seja nos jornais seja nos livros, a referência ao fascismo era mais explícita sobretudo porque, em meados dos anos 1930, o antissemitismo remetia diretamente ao nazismo alemão. Não por acaso o autor enfatizava tanto o fundamento político de sua campanha antijudaica buscando defender o integralismo das acusações de racismo e mimesis do nazismo. Segundo Barroso, os judeus eram os agentes do racismo dado seu isolamento no interior das nações, o que impedia a congregação da comunidade em torno de um nacionalismo orgânico. Dessa maneira, era possível harmonizar, ainda que contraditoriamente, o antissemitismo com a defesa de uma espécie de democracia racial nos moldes integralistas.

A questão judaica não é, como pensa muita gente e como muitos judeus se esforçam por espalhar uma questão religiosa ou racial. É uma questão política. Ninguém combate o judeu porque ele seja de raça semita nem porque siga a religião de Moisés. Mas sim porque ele age politicamente dentro das nações, no sentido de um plano preconcebido e levado por diante através dos tempos. [...] Está definitivamente verificado e provado que a maioria desse bando de criminosos é composta de judeus e que sua inspiração e suprema direção ocultas proveem de judeus. Essa é a questão judaica. [...] O que Hitler pratica nos nossos dias é a repetição do que fez Tibério em Roma e, antes de Tibério e antes de Cristo, o pretor Hisplaus. É a defesa do Estado. É a defesa da Civilização (Barroso, 1935, p. 119-120) [Grifo da autora].

O integralismo completa o sonho das três raças – o sonho das tribos andejas dos tupis em busca duma terra feliz, o sonho de libertação dos escravos arrancados dos sertões longínquos, o sonho de glória e riqueza dos conquistadores e bandeirantes audazes. A bênção jesuíta uniu todos embaixo da mesma cruz. Dos Guarapes ao Aquidaban, o sangue de todos os uniu no mesmo destino. O seu culto é a cruz que juntou as três raças e os três sonhos (Barroso, 1936, p. 18) [Grifo da autora].

Nos jornais integralistas, o discurso antissemita foi largamente utilizado como forma de propaganda política, não apenas por Barroso, mas também por Salgado, Reale, Anor Butler Maciel, Oswaldo Gouvêa e militantes que colaboraram com os jornais do movimento.¹²⁸ Mas, na revista *Panorama*, Pacheco (2021) argumenta um silenciamento ao redor do antissemitismo – para além dos textos de Salgado e Reale já mencionados, não há um aprofundamento no tema. Nem mesmo os textos de Barroso tratam diretamente da questão.¹²⁹ Isso não é despropositado, mas indica uma opção estratégica da direção nacional da AIB em utilizar o discurso antissemita como forma de propaganda política, ao mesmo tempo em que procurava distanciar o antissemitismo da doutrina integralista propriamente dita, isto é, dos debates sobre o corporativismo e a composição do Estado Integral.

Na *Panorama*, em comparação com Salgado e Reale, Barroso foi apresentado mais discretamente – o que servia para confirmar a ideia do antissemitismo como uma tendência menor dentro da AIB, sem respaldo teórico, como consideravam alguns intelectuais do movimento.¹³⁰ Aqui, pretende-se argumentar o inverso. Uma visão de mundo e um vocabulário típico do antissemitismo moderno foram compartilhados por grande parte da intelectualidade integralista; a presença deste discurso nos jornais destinados aos militantes e seu silenciamento nos meios intelectuais do movimento sugere uma escolha consciente da direção nacional que o considerava como uma ótima ferramenta de propaganda, mas perigosa aos interesses do integralismo enquanto um movimento de intelectuais. O “efeito” ao qual se referiu Reale no trecho sobre o antissemitismo na *Panorama* era a mobilização das massas – função que o antissemitismo cumpriu de maneira exemplar nos anos 1930. De fato, o antissemitismo moderno, em razão de sua natureza profundamente irracional e conspiracionista, não possuía embasamento teórico que o justificasse, mas, cientes disso, os intelectuais integralistas o mobilizaram como forma de propaganda – o que demonstra, portanto, uma postura cínica, bastante condizente com a concepção elitista de cultura do integralismo. Essa hipótese é corroborada, ainda, pelas “evidências que comprovam a colaboração entre integralistas e nazistas desde a criação dos primeiros núcleos da AIB no Sul do Brasil, em 1934, e as

¹²⁸ Para mais sobre o antissemitismo na imprensa integralista, consultar Rehem, 2011; Vieira, 2012; Ferreira, 2023.

¹²⁹ Pacheco (2021, p. 92) aponta ainda a presença de um breve comentário sobre “Protocolos dos Sábios de Sião”, publicado por Azevedo Amaral na décima edição da revista.

¹³⁰ Rui de Arruda, um dos intelectuais integralistas que compunha a direção da revista *Panorama*, em entrevista concedida a Hégio Trindade afirmou sobre a influência de Gustavo Barroso dentro da AIB: “Representava uma grande tendência, sim. Mas muito superficial. Como, aliás, já a obra do Barroso é superficial. E para não ficar sem liderança inferior, ele se agarrou nesse esquema antijudaico, para se projetar dentro do movimento. [...] Era o burro do integralismo” (Trindade, 2016, p. 228).

congratulações à vitória de Franco na Espanha, em 1936, saudado como ‘mais um país fascista’” (Rehem, 2018, p. 300).¹³¹

Para concluir o tema, muito se menciona na historiografia do integralismo um episódio de tensão entre Barroso e Salgado que culminou na renúncia dramática do Chefe Nacional em um evento oficial da AIB em meados de 1936. A atitude de Salgado teria sido motivada pela suspeita que Barroso estivesse questionando a autoridade do Chefe em razão de alguns de seus pronunciamentos na imprensa. Nas entrevistas realizadas por Hélió Trindade, muitos militantes relataram esse caso, alegando que, nos bastidores, Barroso, em lágrimas, se desculpou com o Chefe.¹³² A popularidade de Barroso entre os militantes era grande, ainda que a autoridade soberana de Salgado não fosse questionada pela maioria.¹³³ Mas, Salgado estava ciente do poder mobilizador do discurso antissemita – por isso mesmo o utilizou em momentos que exigiam maior radicalismo da militância. É possível imaginar que o Chefe temesse que o crescimento da popularidade de Barroso, cuja figura pública era reconhecidamente associada ao antissemitismo, ameaçasse sua liderança no futuro – o que de fato nunca se realizou.¹³⁴ Assim, especialmente a partir de 1936, há um ofuscamento da figura de Barroso na imprensa integralista e, por consequência, do antissemitismo.¹³⁵ Isso se deveu tanto à necessidade de

¹³¹ Para uma análise sobre a expansão do integralismo no sul do Brasil, consultar Gertz, 1987.

¹³² “No auge do integralismo, Gustavo Barroso iniciou algumas críticas – sutis – aos discursos de Plínio Salgado, com o objetivo de fragilizar a imagem do líder. Em um evento, após discursos, Plínio surpreendeu o público presente dizendo que renunciava à chefia do integralismo. Foi uma grande confusão. Badernas, gritos, ameaças de violência, choros. [...] O chefe foi para os bastidores. Logo em seguida, Gustavo Barroso, com olhos marejados de lágrimas, se retratou, mas o clima não era ameno. Certa rivalidade entre os dois era pública e notória, tanto que a imprensa chegou a noticiar em vários jornais uma possível condenação de fuzilamento de Gustavo Barroso pelo chefe nacional. Esse fato foi desmentido por Plínio Salgado, que culpou os jornais, vendidos a Moscou, de estarem no Brasil para pregar a discórdia” (Gonçalves, Caldeira Neto, 2020, p. 24-25).

¹³³ Em maio de 1937, ocorreu um plebiscito interno para eleger o representante da AIB nas eleições presidenciais que estavam marcadas para o ano seguinte. “Com 846.354 votos, segundo a estatística oficial divulgada na imprensa integralista, Plínio Salgado foi indicado, tendo Gustavo Barroso, em segundo lugar, alcançado 1.397 votos, e Miguel Reale, com outros 164 votos” (Ibid, p. 56).

¹³⁴ Trindade argumenta que apesar de todo o poder formal e da constante afirmação de sua autoridade em toda a ritualística do movimento, Salgado foi um chefe pusilânime. “A única explicação possível, pois, para esse descompasso entre a imagem e a realidade do personagem é que a idealização da primeira fundamenta-se em sua eloquência pessoal, enquanto a segunda exprime a realidade de um chefe hesitante diante de decisões práticas, mostrando-se incapaz de controlar suas tropas. [...] Na realidade, Salgado não era um condutor de homens, mas um chefe conciliador mais por medo de decisões internas do que por temor do impasse, em que ele deveria ter a última palavra” (Trindade, 2016, p. 204). Nas entrevistas, alguns poucos militantes chegaram a relatar a preferência por Barroso justamente por considerarem Salgado como um líder fraco – o que demonstra que a preocupação do Chefe com uma possível disputa pela liderança não era totalmente infundada.

¹³⁵ Na *Panorama*, segundo Pacheco (2021, p. 93), “para além do silenciamento de suas principais ideias, divergentes em relação ao pensamento [de Miguel Reale], e da restrita menção aos seus ‘grandes feitos’ enquanto intelectual integralista, há também um apagamento de sua imagem. [...] Esse é o caso dos bustos, utilizados principalmente, mas não exclusivamente, na seção ‘Mentores da Nacionalidade’, que tinha como objetivo a rememoração de ‘grandes’ figuras da intelectualidade brasileira já falecidas. Essa ilustração da fisionomia dos intelectuais era também utilizada em alguns dos textos assinados por Miguel Reale [...] e Plínio Salgado [...], mas não nos textos cuja autoria pertencia a Gustavo Barroso”. Essa observação corrobora com a hipótese, sustentada

Salgado em afirmar sua autoridade como Chefe Nacional, quanto à necessidade de se afastar das vinculações ao fascismo europeu num contexto global marcado pelo acirramento dos conflitos na Europa em virtude do expansionismo fascista e pela pressão cada vez maior dos Estados Unidos contra a influência do Eixo na América Latina.

3.2 A organização do campo revisionista no Uruguai

Desde o início dos anos 1920, tão logo a vitória de Mussolini na Itália, o fascismo circulava nos meios intelectuais e políticos, e na imprensa uruguaia. Como exposto no capítulo anterior, já nos anos 1910, alguns grupos, sobretudo ligados aos setores católico e ruralista, estavam em contato direto com as ideias que culminaram na gênese do fascismo europeu na década seguinte. O próprio Adolfo Agorio é um exemplo: nesse período, atuou profissionalmente na Europa, onde teve acesso à literatura modernista e sindicalista-revolucionária. Cabe destacar que a divulgação deste conjunto de ideias se intensificou após o freio conservador sofrido pelo batllismo com a derrota nas eleições de 1916 para a Assembleia Constituinte. A partir de então, se iniciou uma fragmentação no interior do Partido Colorado que pressionou o batllismo à conciliação com setores mais conservadores de maneira que fosse possível estabelecer maioria nas votações, especialmente após a divisão do Executivo em duas cadeiras incorporada na Constituição de 1917 – período que Caetano (1992) classifica como república conservadora.

Em meio a fragmentação do Partido Colorado, Pedro Manini Ríos começou a articular um grupo que seria a base para a incorporação das ideias fascistas nos anos seguintes. Em 1915, a fundação da *Federación Rural* abriu caminho para o intercâmbio entre os setores mais radicais da direita do Partido Colorado e do Partido Nacional:¹³⁶ os primeiros presidente e vice-presidente da organização foram Manini Ríos (Colorado) e Luís Alberto Herrera (*Blanco*) e, ao longo dos anos 1920, riveristas e herreristas¹³⁷ alternaram o comando da *Federación*. Nesse

por esta pesquisa, do ofuscamento estratégico de Gustavo Barroso e seu antisemitismo quando o discurso integralista era direcionado aos intelectuais.

¹³⁶ A *Federación* também colaborou para a penetração de setores empresariais nos partidos tradicionais.

¹³⁷ O riverismo se refere a corrente do Partido Colorado fundada por Pedro Manini Ríos, em 1916, cujo objetivo era, em contraposição ao batllismo, recuperar o movimento iniciado por José Fructuoso Rivera y Toscana, primeiro presidente do Estado Oriental do Uruguai e fundador do Partido Colorado. Daí o nome da corrente: *Partido Colorado General Fructuoso Rivera*. Já o herrerismo foi o grupo dominante no interior do Partido Nacional, liderado por Luis Alberto Herrera, que também era presidente do partido. Também foi fortemente contrário ao batllismo, denunciando suas políticas modernizadoras e relações diplomáticas com os Estados Unidos.

contexto, mesmo com o enfraquecimento do grupo de Battle no interior do Partido Colorado,¹³⁸ os setores conservadores reforçaram a propaganda contra o batllismo incorporando muitos elementos do discurso contrarrevolucionário europeu, que, no mesmo momento, se voltava contra as insurreições revolucionárias após o final da guerra na Europa – o biênio vermelho na Itália e a revolução alemã, que estouraram no imediato pós-guerra.¹³⁹ Em 1919, o jornal *La Mañana*, fundado por Manini Ríos, publicou: “Até onde chegam as ideias comunistas do batllismo? É um partido socialista? É um grupo bolchevique? Nos pareceria útil saber porque isso interessa fortemente a todos” (*La Mañana*, 16 de abril de 1919, capa) [Tradução livre].¹⁴⁰

A *Federación Rural* foi um espaço importante para a circulação das ideias fascistas ao longo dos anos 1920. Em 1919, houve uma cisão na organização entre aqueles que defendiam uma atuação política por meio dos partidos tradicionais, aos quais se juntaram Manini Ríos e Herrera; e aqueles que defendiam a fundação de um partido independente, de base conservadora e empresarial. Assim, foi fundada a *Unión Democrática*, que também integrou a rede de divulgação do fascismo no país. Sobre a presença do fascismo nos anos 1920 no Uruguai, ainda cabe uma investigação mais detalhada, iluminando os contornos de sua inserção na vida política.

Sob o impacto da crise de 1929 e inspirados nos governos europeus, setores conservadores e ruralistas apostaram no fascismo como forma de incrementar a representação de seus interesses no Executivo e no Legislativo. Aqui, assim como no Brasil, o corporativismo foi visto como um instrumento de conciliação dos interesses contraditórios dos setores dominantes, especialmente em um momento de crise econômica no qual os fazendeiros foram duramente afetados pela desvalorização da moeda. Não por acaso, o *Partido Agrario* defendia um Estado forte, que estimulasse tanto a produção agrária quanto o desenvolvimento

¹³⁸ Após a derrota na eleição para a Assembleia Constituinte, em 1916, quando o Partido Colorado, não conseguiu estabelecer maioria, o reformismo batllista foi posto em dúvida por vários setores do partido, o que abriu caminho para sua fragmentação. Em 1919, o então presidente colorado, Feliciano Vieira, em desacordo com Battle, fundou a seção Partido Colorado Radical, que passou a exercer maior influência no partido, ainda que o batllismo também tivesse força internamente.

¹³⁹ Cabe destacar que a propaganda contrarrevolucionária nos dois países tem relação direta com o desenvolvimento do fascismo nos anos 1920. Na Itália, as insurreições populares se iniciaram logo após o final da guerra, em meio a um contexto de desemprego e grave crise econômica. Em várias cidades italianas, especialmente Turim e Milão, foram realizadas greves de massa, experiências de autogestão com ocupações de fábricas e coletivização das terras, greves camponesas e organização de guerrilhas e milícias. Na Alemanha, o fim da guerra foi seguido de uma intensa mobilização popular, com a organização de conselhos de trabalhadores inspirados nos soviets russos. Em ambos os casos, a derrota da revolução, em grande medida causada pela política de conciliação dos principais partidos operários com a burguesia, abriu caminho para a radicalização dos grupos fascistas ao isolar os setores mais avançados da esquerda. Para mais sobre, consultar *Gramsci e o biennio rosso (1919-1920): a experiência dos conselhos de fábricas na Itália* (Carvalho, 2017), e *Revolução Alemã* (Loureiro, 2005).

¹⁴⁰ “¿Hasta dónde llegan las ideas comunistas del batllismo? ¿Es un partido socialista? ¿Es un grupo bolsheviquis? Nos parecería útil saberlo porque ello interesa grandemente a todos”.

industrial.¹⁴¹ Segundo Alpini (2022, p. 56), a partir de 1932, iniciou-se uma articulação política que culminou na fundação do *Partido Ruralista*, em 1936, cujo manifesto indicava a necessidade de mais representantes dos interesses ruralistas e agraristas no Parlamento pois a agropecuária era entendida como a verdadeira produtora de riquezas do país. Apesar de defender a representação corporativa, a posição do partido em relação ao fascismo foi ambivalente.

Por outro lado, nos anos finais da década de 1920, os setores batllistas procuraram retomar o programa reformista no Parlamento, pressionando a disputa política com o Executivo – entre 1927 e 1931, a presidência foi ocupada pelo riverista Juan Campisteguy (Colorado). É possível avaliar que este segundo impulso reformista do batllismo foi parcialmente frustrado pela conciliação com os setores conservadores, embora algumas medidas tenham sido aprovadas graças a maioria que conseguiram estabelecer no *Consejo Nacional de Administración* por meio da aliança com os nacionalistas independentes.¹⁴² Mas, este contexto marcou a consolidação da influência conservadora e ruralista na política econômica através do *Comité de Vigilancia Económica*, fundado em 1929 – um comitê permanente que agremiava as entidades patronais e cujo propósito era conter as propostas mais avançadas dos batllistas, bem como a reforma da Constituição.

Paralelamente, a aproximação do riverismo com o fascismo se tornava cada vez mais evidente, especialmente após a viagem de Manini Ríos à Europa, em 1928. Em novembro de 1930, Gabriel Terra (Colorado) foi eleito presidente, assumindo o cargo no ano seguinte. A partir de então, as direitas conservadoras do Partido Colorado passaram a se organizar ao redor de Terra, estabelecendo aliança também os *blancos* conservadores. Desde o início de seu mandato, o presidente se opôs à Constituição de 1917, sobretudo a divisão do Executivo em duas cadeiras, defendendo maior centralização do poder do Estado. Após uma intensa

¹⁴¹ “El PARTIDO AGRARIO propende con todas sus fuerzas a que el Gobierno adquiera tierras aptas para ser cultivadas, para cederlas a vosotros, en condiciones de plazo muy favorables, y a un módico interés de 3 a 3 1/2 por ciento al año [...]” (Podestá apud Alpini, 2022, p. 174). Sobre o estímulo à produção industrial, Miguel Ángel Paez Formoso, também fundador do *Partido Agrario*, escreveu: “Hemos dicho, reeditando los argumentos ya conocidos, que el país necesita industrias; las industrias no pueden surgir sin el capital y sin el crédito y si los que tienen dinero improductivo no lo hacen circular, si el crédito es precario y a términos precisos, la única esperanza es que el Estado tome a su cargo esta nueva tarea [...]” (Paez Formoso apud Ibid, p. 175).

¹⁴² “Este nuevo avansismo arremetió contra los estancieros y el capital extranjero. Entre sus planes, que en parte se concretaron, estaba la creación de una refinería estatal de petróleo, nuevas estatizaciones y el rescate de las tierras fiscales. Además, la agenda reformista incluía una vasta legislación social, a saber, salario mínimo de \$70, jubilaciones para los empleados y obreros de las sociedades anónimas, entre otros proyectos de leyes. De los proyectos se concentraron las siguientes realizaciones: Frigorífico Nacional (1928), la ley de Vialidad e Hidrografía (1928), la monopolización de las comunicaciones telefónicas otorgadas a las Usinas y Teléfonos del Estado (UTE, 1931) y la creación de Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland (1931) que le quitaba el mercado a las compañías estado-unidense (Standard Oil) y anglo-holandesa (Shell Mex), al otórgale el monopolio de refinación del petróleo” (Ibid, p. 11).

articulação entre os setores conservadores dos partidos tradicionais, a Polícia Nacional – comandado por Alfredo Baldomir, cunhado de Terra – e as associações empresariais, Terra liderou um golpe de Estado em 31 de março de 1933 sob a justificativa de barrar o reformismo batllista e controlar a economia política do país frente aos impactos da crise de 1929. Imediatamente foi convocada uma eleição para a *III Convención Nacional Constituyente*, marcada para 25 de junho do mesmo ano.

Apesar da inserção do fascismo nas direitas conservadoras, o corporativismo fascista não foi incorporado na Constituição de 1934¹⁴³ – mesmo Herrera se afastou desta proposta, defendendo que a nova Constituição deveria se basear na “verdade dos fatos, emanados do NOSSO ambiente, de nossa própria condição” (*El Debate* apud Alpini, 2022, p. 177) [Tradução livre].¹⁴⁴ Na imprensa batllista, o corporativismo foi prontamente identificado com o fascismo, enquanto os liberais, denunciavam a proposta de um Estado interventor como alinhada ao batllismo e ao socialismo. Nesse sentido, procurando se distanciar do fascismo e, ao mesmo tempo, dialogar com os diferentes setores conservadores e ruralistas, o jornal terrista *El Pueblo* recusava a representação corporativa no Parlamento mas defendia a incorporação de técnicos e empresários na administração pública – ou seja, um corporativismo moderado era visto como apropriado para “organizar os corpos dirigentes de muitos serviços públicos que podem achar no regime corporativo a melhor solução para o problema técnico da instituição de suas autoridades” (*El Pueblo* apud Idem).¹⁴⁵

É fundamental destacar uma distinção entre os casos brasileiro e uruguaio que parece ter influenciado decisivamente a conformação dos movimentos fascistas nos dois países. No Brasil, a gênese do integralismo remonta o contexto imediatamente após a Revolução de 1930, quando o grupo político de Salgado buscava disputar os rumos deste processo, tendo se desenvolvido como movimento e partido durante o período constitucional do governo Vargas – isto é, quando o grupo político que sustentava sua atuação no período anterior foi derrotado –

¹⁴³ As propostas de um corporativismo integral foram rejeitadas na Constituinte, mas foi aprovada a criação de um *Consejo de la Economía Nacional*, de caráter consultivo e honorário, composto por representantes dos interesses econômicos e profissionais do país. Segundo Alpini (2022, p. 182) “el corporativismo integral fue rechazado por los políticos uruguayos, incluso por aquellos que consideraron a la Italia de Mussolini como un Estado moderno capaz de solucionar la crisis económica de la década de 1930. En la Convención Constituyente que elaboró la Constitución de 1934, que rigió durante la dictadura terrista hasta 1942, además, se rechazó cualquier injerencia de las entidades gremiales en la institucionalidad del Estado. El acuerdo al que se arribó fue la creación de un órgano, el Consejo de la Economía Nacional, con meras facultades consultivas”.

¹⁴⁴ “la verdad de los hechos, emanados de NUESTRO ambiente, de nuestra propia condición”.

¹⁴⁵ “para organizar los cuerpos dirigentes de muchos servicios públicos que pueden hallar en el régimen corporativo la mejor solución al problema técnico de la institución de sus autoridades”.

e, por fim, foi dissolvido como consequência da repressão política do Estado Novo. Ou seja, a relação do integralismo com o governo Vargas se baseou em uma disputa pelo poder.

Logo após a Revolução, com a situação instável do Governo Provisório, a intervenção do grupo político de Salgado se realizou a partir da oposição direta à Aliança Liberal. Com a Revolução Constitucionalista de São Paulo, este grupo foi derrotado pois, apesar do aniquilamento das tropas paulistas pelo governo, a convocação da Assembleia Constituinte se tornou inevitável e, portanto, a transformação do movimento de intelectuais em movimento de massas foi uma aposta no sentido de manter sua influência. Não por acaso, os primeiros anos da AIB marcaram os momentos de maior tensão com o governo Vargas. Após o Levante Comunista de 1935 e sobretudo a partir de 1936, quando o partido passou a disputar as eleições, a AIB foi construindo uma relação mais próxima com o governo, especialmente em meados do golpe, em 1937, quando o integralismo cumpriu um papel fundamental na legitimação do Estado Novo por meio do Plano Cohen.¹⁴⁶ Salgado imaginava que sob uma ditadura de princípios corporativistas e comunistas, o integralismo conquistaria um enorme ganho político, mesmo oficialmente proibido enquanto partido político. Contudo, apesar de Vargas ter incorporado um grande número de intelectuais integralistas e simpatizantes em seu governo, como Miguel Reale e Francisco Campos,¹⁴⁷ Salgado não foi contemplado com nenhum cargo, o que lhe obrigou a polarizar novamente com Vargas, como foi o caso da tentativa de ataque ao presidente em 1938 que resultou no exílio de Salgado até o final do Estado Novo.

Por outro lado, no Uruguai, embora as ideias fascistas já estivessem inseridas nos meios políticos e intelectuais desde os anos 1920 e o corporativismo ter contribuído grandemente para

¹⁴⁶ O Plano Cohen foi um documento falso, atribuído à Internacional Comunista, divulgado em 1937, e mobilizado pelo governo Vargas para justificar a instauração do Estado Novo. “O Plano apresenta, de maneira detalhada, a mobilização dos trabalhadores para a realização de uma greve geral, o incêndio de prédios públicos, a promoção de manifestações populares que terminariam em saque e depredações e até a eliminação física das autoridades civis e militares que se opusessem à insurreição. Apresenta também o planejamento de massacres, incêndios, sequestros, confisco de propriedades privadas, ataques ao clero, apelo à sexualidade” (Dantas, 2014, p. 136). Em 1945, já com a crise do Estado Novo, o general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército em 1937, denunciou a fraude em torno do Plano Cohen, alegando que este fora produzido pelo capitão Olímpio Mourão Filho, então chefe do serviço secreto da AIB. Segundo o relato de Mourão Filho, o documento foi produzido originalmente com a intenção de simular uma insurreição comunista e seria utilizado como parte do treinamento das milícias integralistas. Ainda de acordo com ele, “Góes Monteiro, que havia tido acesso ao documento através do general Álvaro Mariante, havia-se dele apropriado indevidamente” (Idem). Muitas suposições envolvem a produção e divulgação do Plano Cohen, mas cabe destacar dois pontos: independentemente de ter sido produzido ou não com a ciência dos membros do governo Vargas, o documento foi deliberadamente utilizado como justificativa ideológica para o fechamento do regime. Ademais, é significativo o fato de o treinamento das milícias integralistas ter sido baseado num complô anticomunista e antissemita, o que demonstra a aposta da direção nacional da AIB neste discursivo como ferramenta de mobilização de massas. Para mais, consultar o artigo *Palimpsesto antissemita: desconstruindo o Plano Cohen* (Dantas, 2014).

¹⁴⁷ Campos nunca foi filiado a AIB, embora tenha demonstrado publicamente sua simpatia pelo movimento. Em 1930, logo após a Revolução, foi responsável pela criação da Legião Revolucionária de Minas Gerais – na ocasião, seguindo o mesmo grupo político de Salgado.

a conformação da *Federación Rural*, a organização de grupos políticos de inspiração fascista propriamente ditos se realizou apenas depois do golpe de Terra, em 1933, atuando de maneira mais sistemática somente a partir de 1935 – ou seja, quando o governo Terra já havia sido capaz de articular uma hegemonia conservadora entre o bloco dominante, com a incorporação parcial de noções corporativistas na Constituição de 1934. Logo, ao contrário do integralismo que disputou o poder com o governo Vargas, o revisionismo, desde sua origem, esteve atrelado ao governo Terra – e mais do que isso, não conseguiu realizar uma intervenção política desvinculada dos partidos tradicionais. O integralismo nasceu em meio à falência dos tradicionais partidos da Primeira República ao passo que o revisionismo viveu o contexto de consolidação dos partidos Colorado e Nacional como a base do sistema republicano uruguaio. Não por acaso, o riverismo, berço do revisionismo de Agorio, deixou de se apresentar publicamente como um grupo autônomo a partir de 1934; e a própria *Acción Revisionista del Uruguay* foi fundada em agosto de 1937 como uma tendência dentro do Partido Colorado. Nas eleições de 1938, a ARU apoiou a candidatura de Alfredo Baldomir à presidência, confirmando sua íntima vinculação com o Partido Colorado.¹⁴⁸

Sugere-se que a correlação das forças conservadoras, já articuladas ao redor da hegemonia estabelecida pela ditadura Terra, foi um fator fundamental na conformação do revisionismo enquanto grupo político – particularmente a impossibilidade de agrupar as tendências fascistas em uma mesma organização autônoma, como logrou fazer Salgado com a

¹⁴⁸ A edição nº 16 da revista *Corporaciones* foi dedicada aos novos governantes eleitos do Uruguai, o presidente Alfredo Baldomir e seu vice César Charlone, sendo que grande parte dos escritos versam sobre a posição do revisionismo frente às eleições e ao novo governo. Antes das eleições, foi divulgado um panfleto revisionista, posteriormente publicado na *Corporaciones*, confirmando o apoio da ARU à candidatura de Baldomir: “Hemos afirmado que el contingente de los cantones e clubs afiliados a la Accion Revisionista del Uruguay está en el deber de apoyar con sus votos la elección del General Baldomir. Por más profundo y arraigado que sea el sentimiento anti-electoralista del REVISIONISMO, no debe sustraerse a las soluciones de la vida nacional, máxime cuando su intervención no compromete para nada su acción política y cultural del futuro. [...] Por otra parte, si la Accion Revisionista del Uruguay ha adoptado una conducta de intransigencia frente a los problemas que plantea la demagogía, su sistema de lucha no excluye la cooperación ni con los hombres de buena voluntad ni con las opiniones sanas, aunque sean contrarias a su doctrina. Pues bien! Baldomir no tiene pasado político, y en ese sentido es una magnífica esperanza. [...] Nosotros los Revisionistas llamamos hombres jóvenes a los que no tienen ninguna complicidad con el pasado. BALDOMIR ES UNO DE ESOS HOMBRES JOVENES. Nace como el REVISIONISMO, en el campo colorado, y se inclina como nosotros ante al valor de las fuerzas espirituales, vengan de onde vinieren. Además, Baldomir es un hombre de honor que, como nosotros los Revisionistas, odia la inmoralidad y la delincuencia. Votemos, pues, a Baldomir. [...] Quedemos fieles a nuestro lema contra la política corruptora de la dádiva: “NADA PARA NOSOTROS: TODO PARA EL PAÍS” (Dos Documentos Históricos, *Corporaciones*, nº 16, maio de 1938, p. 728-729). Após a eleição de Baldomir, foi lançado outro panfleto: “Ha llegado el momento de lanzar la noticia del triunfo. El General Baldomir se ha impuesto por una mayoría decisiva. Baldomir un fue un hombre propagado por nuestras autoridades. Surgió espontáneamente de la masa de ciudadanos deinteresados que se agrupan desde hace tiempo en torno de esa escuela de cultura y de doctrina que es el “Revisionismo” [...] Con el deber cumplido, volved a nuestro puesto de guardia. Habéis realizado una jornada cuyos frutos los recibirá la nación entera. Pero no estabais solo. A vuestro lado marchaba la legión invisible del Revisionismo, los millares de simpatizantes lejanos a quienes la coacción o el compromiso demagógico les impidió afiliarse ostensiblemente a vuestro movimiento” (Idem).

AIB.¹⁴⁹ O revisionismo uruguaio compreende um campo expandido de movimentos políticos dos anos 1930 de inspiração fascista, projeto de Estado corporativista e discurso antisemita - do qual fizeram parte os movimentos *Acción Nacional*, *Unión Nacional del Uruguay*, *Asociación de la Juventud Patriótica del Uruguay*, *Acción Revisionista*, *Movimiento Revisionista* e *Renovación Nacional*. Esses grupos se organizaram de maneira mais sistemática a partir de 1935 e intensificaram sua atuação após a eclosão da guerra civil na Espanha.¹⁵⁰

Em 1934, Agorio publicou o livro “*Roma y el espíritu del Occidente*”, que marcou sua virada definitiva para o fascismo: assumindo a visão de Oswald Spengler sobre a decadência do Ocidente, o uruguaio concebia a revolução fascista como um ideal ético, moral e espiritual que se contrapunha à cultura materialista moderna. A Itália fascista, mais do que uma simples forma de governo, era vista como um sistema de interpretação espiritual da história no qual as forças morais orientavam o processo econômico – ao contrário das democracias liberais e do comunismo, cuja forma política estava à serviço do dinheiro. Em meio à crise da cultura ocidental, portanto, a liderança autoritária era necessária para realizar a integração entre os valores espirituais, materiais e intelectuais do indivíduo e, sobretudo, da nação: “A autoridade implica a unidade e vice-versa [...] O direito se identifica com a economia e se afirma a tendência da concentração, a autoridade, a unidade, tanto no campo político e jurídico como no econômico, cujos princípios descansam não sobre o indivíduo, mas sobre o grupo” (Agorio, 1934, p. 75) [Tradução livre]. Em contrapartida, seguindo a linha de seus livros anteriores, as massas eram descritas como femininas, irracionais e instintivas, sempre em busca de um espírito superior para coordená-las – o que ele definira em “Ataraxia” como o “culto do rebanho”.

¹⁴⁹ Não apenas os grupos revisionistas não se agruparam em uma única organização política, como também não conseguiram atuar de forma independente ao Partido Colorado. Na ocasião de fundação da *Acción Revisionista*, por exemplo, um dos discursos, feito por Rubens Vila, um membro da juventude nacionalista, foi concluído da seguinte maneira: “Revisionistas, de nuevo y todos a una: VIVA EL DOCTOR TERRA! VIVA EL GLORIOSO PARTIDO COLORADO! VIVA LA ACCION REVISIONISTA DEL URUGUAY.” (Discurso del joven Rubens Vila, *Corporaciones*, n° 13, agosto de 1937, p. 542). Já Teodomiro Varela de Andrade declarou em seu discurso no evento: “Colaboraremos directamente con todos los sectores del Partido de la Defensa; colaboraremos indirectamente con todos los demás partidos de la oposición discutiendo nuestras iniciativas y sus proyectos; porque de la síntesis de esa acción y de ese dinamismo tendrán que salir las nuevas normas y las nuevas bases de nuestra legislación social” (El revisionismo inicia brillantemente su acción política, *Corporaciones*, n° 13, agosto de 1937, p. 539).

¹⁵⁰ A eclosão da guerra na Espanha mobilizou fortemente o cenário político dos países sul-americanos, especialmente os falantes de língua espanhola. De maneira geral, a direita conservadora uruguaia foi favorável ao falangismo – “Luis Alberto de Herrera, junto a correlegionários e a su misma familia, participó asiduamente em las actividades de los nacionalistas españoles, visitó habitualmente la sede de Falange em Montevideo y fue um firme defensor de la Hispanidad” (Mondino in Gerardo, 2023, p. 246). Para mais sobre a presença do falangismo no Uruguai, consultar o capítulo *Falangismo y franquismo em Uruguay: espacios, redes y voceros* (Idem).

Também em 1934, foi publicada a revista *La Palestra*, organizada por Teodomiro Varela de Andrade e Adolfo Agorio como um primeiro movimento organizado de divulgação das suas ideias. No ano anterior, em meio aos debates da Constituinte, Varela de Andrade publicara na imprensa seu projeto de reforma constitucional de base parlamentar e corporativa, intitulado “*Fórmula Salvadorana – Programa Revisionista*” – cuja proposta era a conciliação da organização das forças políticas tradicionais e doutrinárias (partidos) e a organização das forças econômica e jurídica (sindicatos) sob um fim ético superior: a construção do Estado social. Antes de enviar a imprensa, Varela de Andrade remeteu o texto a Adolfo Agorio, que respondeu:

Meu estimado amigo [...] Depois de haver considerado atentamente sua fórmula, assim como seus fundamentos, só posso dizer que você logrou viver com grande intensidade intelectual a corrente de pensamento contemporâneo que por meio do sistema representação corporativa tenta salvar a democracia de uma crise total. Com um sentimento exato da realidade, você não pretende abolir de golpe o regime representativo dos partidos políticos já existente, apesar desta ser a etapa definitiva da democracia funcional, mas trata de equilibrar com influências técnicas da mesma força, a ação parlamentária dos grupos organizados na base do proselitismo eleitoral e da burocracia. Algum tempo depois de conhecer seu projeto, tive a oportunidade de ler no diário “O Globo”, do Rio de Janeiro (número de 10 de janeiro do ano corrente), uma interessante declaração de Abelardo Marinho, caracterizado chefe do movimento corporativo brasileiro, na qual afirma que já existem cinquenta e três corporações classificadas que terão direito à representação na próxima Assembleia Constituinte. De acordo com a inspiração técnica e a experiência da classe intelectual brasileira que redigiu as bases do novo sistema, tampouco os partidos puramente políticos disporão de forças suficientes para afogar na Assembleia os interesses dos representantes das corporações. De maneira que os construtores da nacionalidade brasileira, as várias forças vivas do país, dos interesses industriais, econômicos e profissionais, intervenham de maneira eficaz no trabalho legislativo, dando ao novo Estado um sentido orgânico livre da barbárie ditatorial o da inaptidão demagógica. Você propõe para o Uruguai uma fórmula cheia de compreensão e serenidade, fórmula que abre caminho precisamente nos países onde o eleitoralismo dos profissionais da política semeou estragos mais irreparáveis. Você fala na linguagem do porvir. Ao felicitá-lo por esse interessante ensaio construtivo, renovo a segurança de sua amizade (Agorio, *Corporaciones*, nº 9, novembro de 1936) [Tradução livre].¹⁵¹

¹⁵¹ “Mi estimado amigo [...] Después de haber considerado atentamente su fórmula, así como sus fundamentos, sólo sé decirle que usted ha alcanzado a vivir con gran intensidad intelectual la corriente del pensamiento contemporáneo que por el sistema de representación corporativa, intenta salva a la democracia de una crisis total. Con un sentimiento exacto de la realidad, usted no pretende abolir de golpe el régimen representativo de los partidos política ya existente, aunque esa será la etapa definitiva de la democracia funcional, sino que trata de equilibrar con influencias técnicas de la misma fuerza, la acción parlamentaria de los grupos organizados a base de proselitismo electoral y de burocracia. Algún tiempo después de conocer su proyecto tuve ocasión de leer en el diario “O Globo”, de Río de Janeiro (número del 10 de Enero del corriente año), una interesante declaración de Abelard Marinho, caracterizado jefe del movimiento corporativo brasileño, donde afirma que ya existen cincuenta y tres corporaciones clasificadas que tendrán derecho a representación en la próxima Asamblea Constituyente. De acuerdo con la inspiración técnica y la experiencia de la clase intelectual brasileña que ha redactado las bases del nuevo sistema, tampoco los partidos puramente políticos dispondrán de fuerzas suficientes para ahogar en la asamblea los intereses de los representantes de las corporaciones. De manera que los constructores de la nacionalidad brasileña, las fuerzas vivas del país, de los intereses industriales, económicos y profesionales, intervendrán de manera eficaz en la labor legislativa, dando al nuevo Estado un sentido orgánico libre de la barbarie dictatorial o de la ineptitud demagógica. Usted propone para el Uruguay una fórmula llena de comprensión y serenidad, fórmula que se abre camino precisamente en países don el electoralismo de los profesionales de la

Esta carta ilumina dois pontos importantes. Primeiro, embora ambos fossem integrantes do Partido Colorado, a aproximação entre Agorio e Varela de Andrade parece datar do início dos anos 1930, especialmente após o golpe de Terra, considerando que foi depois desta correspondência que ambos se juntaram na publicação da revista *La Palestra*. Segundo, desde a gênese ideológica do revisionismo, o Brasil sempre foi visto como um modelo próximo no qual os revisionistas poderiam se inspirar. A menção a Abelardo Marinho, liderança da representação classicista na Constituinte de 1934, o demonstra.¹⁵² Também é significativo notar que a proposta de representação corporativa de Varela de Andrade não seguia um corporativismo integral radical tal qual a AIB – ainda que Agorio tenha admitido que a abolição dos partidos políticos era o fim último da “democracia funcional”, a democracia salva pelo corporativismo.

A ditadura Terra foi um terreno fértil para o desenvolvimento do revisionismo haja vista a grande circulação de ideias corporativistas, fascistas e antisemitas neste período. O contato entre Agorio e Varela de Andrade parece marcar o momento inicial deste processo – a partir daí, foram fundados alguns movimentos de inspiração fascistas que tinham em comum a defesa de um Estado corporativista. Segundo Bohoslavsky e Broquetas (2020), em 1935, foi fundada a *Acción Nacional*, cujo periódico oficial foi nomeado *Audacia*. Também neste ano, Agorio foi convidado pela empresa de aviação *Luftschiffbau*, responsável pela construção dos zepelins alemães, e a Confederação Alemã de Imprensa, para viajar à Alemanha, a bordo do Graf Zeppelin, ao lado de outros representantes da imprensa latino-americana, incluindo os jornalistas brasileiros Múcio Carneiro Leão, do *Jornal do Brasil*, Matheus da Fontoura, do *Correio da Noite*, e Leonel Vas de Barros, do *Estado de São Paulo*, que embarcaram em meados de julho daquele ano (O dirigível Graf Zeppelin, *Jornal do Commercio*, nº 234, 4 de julho de 1935, p. 6).

Figura 2 – Graf Zeppelin sobrevoando o Rio de Janeiro em 1930

política ha sembrado estragos más irreparables. Usted habla el lenguaje del provenir. Al felicitarlo por ese interesante ensayo constructivo le renueva la seguridad de su amistad”.

¹⁵² Abelardo Marinho de Albuquerque Andrade foi um médico e político brasileiro, com importante atuação entre os anos 1920 e 1950. Participou ativamente da Revolução de 1930, aliado ao grupo tenentista, quando se aproximou do corporativismo. Na Assembleia Constituinte, foi um dos mais ativos defensores do programa tenentista, apresentando a representação profissional como “o saneamento da mentalidade e dos costumes eleitorais vigentes no Brasil”. Para mais, consultar sua biografia no arquivo CPDOC-FGV; disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abelardo-marinho-de-albuquerque-andrade>.

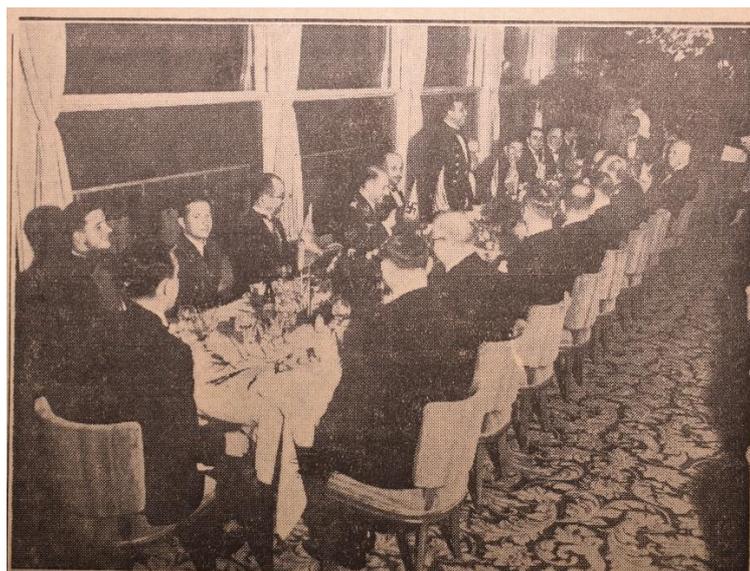


Fonte: Heleal, O dia em que..., *O Globo*, 2020.

Agorio provavelmente foi escolhido para a viagem em virtude de sua íntima relação com a seção uruguaia do Partido Nazista e membros importantes da colônia de imigrantes alemães que simpatizavam tanto com a ditadura alemã quanto com a de Gabriel Terra. Quando Agorio embarcou para Alemanha, o periódico *Deutsche Wacht* [A sentinela alemã], órgão oficial do Partido Nazista no Uruguai, publicou:

A colônia alemã no Uruguai deposita suas esperanças na conhecida clareza de opiniões e no amor à verdade de nosso respeitado anfitrião, com a acostumada defesa da verdade exercida pelo Sr. Agorio, que poderá provavelmente frear a atividade hostil dos poucos inimigos do Terceiro Reich no Uruguai (que, ademais, em 90% não são uruguaios) (apud Camou, 2000, p. 37) [Tradução livre].¹⁵³

Figura 3 – Banquete aos representantes da imprensa sul-americana



¹⁵³ “La colonia alemana en Uruguay deposita sus esperanzas en la conocida claridad de opiniones y el amor a la verdad de nuestro respetado anfitrión, con la acostumbrada defensa de la verdad ejercida por el Ser. Agrio, podrá probablemente frenar la actividad hostigadora de los pocos enemigos del Tercer Reich en Uruguay (que, además, en 90 por ciento no son uruguayos)”.

Fonte: *La Mañana*, n° 6488, 29 de setembro de 1935.

Durante sua estadia na Alemanha, Agorio publicou notas de suas impressões sobre o país em jornais locais, além de ter participado de várias atividades de divulgação do regime nazista, como é possível observar nas fotografias acima.¹⁵⁴ A viagem foi realizada às vésperas do 7° Congresso de Nuremberg cuja temática foi a “libertação” do Tratado de Versalhes, sendo nomeado “Congresso da Liberdade”. Embora tenha ocorrido em setembro, quando Agorio já havia regressado ao Uruguai, o clima de preparação do evento certamente influenciou os escritos de Agorio haja vista que grande parte de seus textos deste período tratam sobre o Tratado de Versalhes, identificando-o, assim como a propaganda nazista, como o grande empecilho à paz europeia. O uruguaio incorporou o discurso do “espaço vital” que vinha sendo utilizado pelos nazistas como justificativa ideológica de seus anseios imperialistas: para ele, o crescimento exponencial da produção alemã legitimava sua expansão para territórios coloniais, e o Tratado de Versalhes, ao desprover a Alemanha de suas colônias, impulsionava a guerra a despeito do mais profundo desejo contrário dos alemães. Assim como a propaganda nazista, Agorio escrevia sobre a disposição da Alemanha em colaborar com os demais países europeus no sentido da paz, sem, contudo, tolerar “qualquer coação exterior, no sentido de alterar o curso do movimento nacional socialista” (Agorio, *La Mañana*, n° 6460, 1 de setembro de 1935, capa) [Tradução livre],¹⁵⁵ fazendo referência ao rearmamento do Exército alemão.

Non somente o governo do Reich deseja a paz. Mas o povo alemão inteiro está convencido de que não é possível, sem uma cooperação internacional amistosa, sair do caos que destrói os fundamentos do mundo atual. Há que se consertar com meios pacíficos as diferenças criadas pelos tratados de pós-guerra e que ainda perturbam a harmonia da Europa. *Mas existem fatores biológicos que conspiram permanentemente contra os absolutos da paz.* [...] Não será possível, pois, deter o formidável crescimento do Reich [...] Isso significaria que, se ante de duas décadas, as nações que detêm as maiores somas de territórios coloniais não se puserem de acordo em favorecer a expansão alemã, devolvendo ao Reich suas antigas possessões africanas, aquela massa gigantesca de milhões de seres começará a golpear as fronteiras e transbordá-las. Por mais que se ame a paz, seria imperdoável ingenuidade supor que uma comunidade pode trabalhar indefinidamente a tão alta pressão sem fazer saltar as muralhas que se opõem ao desenvolvimento das forças naturais que governam a vida. [...] Que o povo alemão deseja com firme vontade a paz é algo que nenhum espírito sincero se atreveria a negar. Mas não pode se deixar de reconhecer que o destino da guerra ou da paz não depende unicamente da Alemanha. *Os fatores invisíveis que decidem a sorte dos grupos humanos escapam a todo controle da inteligência* (Idem) [Tradução livre, grifo da autora].¹⁵⁶

¹⁵⁴ Na edição n° 6460 de *La Mañana* há uma imagem com recortes de jornais alemães (“*Wefteutfrher Beobachter*”, “*Berlin Zageblatt*”, “*Rheinifch Meftfälfche*”) nos quais Agorio teria publicado durante sua estadia na Europa. Segundo consta no jornal, o autor teria publicado em periódicos das cidades de Berlim, Colônia e Dortmund.

¹⁵⁵ “cualquier coacción del exterior, en el sentido de alterar el curso del movimiento nacional socialista”.

¹⁵⁶ “No sólo el gobierno del Reich desea la paz. El pueblo alemán entero se halla convencido de que no es posible, sin una cooperación internacional amistosa, salir del caos que destruye los fundamentos del mundo actual. De ahí

Assim, o discurso de Agorio naturalizava a expansão imperialista: a posse de colônias não era apenas um direito natural da Alemanha, mas também da França, da Inglaterra e das demais potências imperialistas. Justamente com base nisso, ele denuncia as limitações impostas pelo Tratado de Versalhes e aponta o nazismo como a origem do sentido contemporâneo de solidariedade entre os povos da Europa¹⁵⁷ – inspirados pela revolução nazista, os europeus deveriam cooperar no sentido da superação da decadência do Ocidente. Assim, Agorio harmonizava a defesa da civilização ocidental e o nacionalismo nazista: “No entanto, enquanto as defesas do Reich se fortalecem, o grupo de homens responsável pela segurança nacional não abandonou seu propósito de contribuir, por meio de convênios bilaterais, com o ressurgimento do Ocidente” (Agorio, *El camino de la cooperación, La Mañana*, nº 6488, setembro de 1935, capa).¹⁵⁸ O nacionalismo econômico do nazismo era descrito, portanto, apenas como uma etapa histórica de tempo determinado, que antecedia a criação de uma nova ordem internacional a qual seria possível reestabelecer o equilíbrio rompido com o Tratado de Versalhes. Aqui, também se percebe o eco da propaganda nazista, cujo objetivo imediato em meados de 1935 era sustentar a postura inerte da Inglaterra e França frente à ofensiva alemã. Nesse sentido, buscando rebater a imprensa oposicionista que acusava o nazismo de fomentar o conflito europeu, a propaganda nazista representava o Reich como verdadeiro defensor da paz e da civilização ocidental – um eufemismo para a defesa da paz como a aceitação inequívoca do imperialismo alemão.

Quando os povos da Europa se sentirem verdadeiramente solidários de seu destino, se agruparão espontaneamente ao redor dos milenários núcleos de cultura que já em distantes ocasiões regeneraram os órgãos gastados da nossa civilização. Cooperar porque se carece de sentido. Cooperar não é uma fórmula de vontade, mas uma necessidade. Desde o século XVIII, os sintomas da decadência ocidental são evidentes, mas não irremediáveis. [...] *A concepção nacional socialista do Estado se*

que se arreglar con medios pacíficos las diferencias creadas por los tratados de la postguerra y que todavía perturban la armonía de Europa. Pero existen factores biológicos que conspiran permanentemente contra los absolutos de la paz. [...] No será posible, pues, detener el formidable crecimiento del Reich [...] Ello significaría que, si antes de dos décadas, las naciones que detentan la mayor suma de territorios coloniales no se ponen de acuerdo para favorecer la expansión alemana, devolviendo al Reich sus antiguas posesiones africanas, aquella masa gigantesca de millones de seres empezará a golpear las fronteras has desbórdalas. Por más que se ame la paz, sería imperdonable ingenuidad suponer que una comunidad puede trabajar indefinidamente a tan alta presión sin hacer saltar a las murallas que se oponen al desarrollo de las fuerzas naturales que gobiernan la vida. [...] Que el pueblo alemán desea con firme voluntad la paz es algo que ningún espíritu sincero se atrevería a negar. Pero no se podrá menos de reconocer que el destino de la paz o de la guerra no depende únicamente de Alemania. Los factores invisibles que deciden de la suerte de los grupos humanos escapan a todo control de la inteligencia”.

¹⁵⁷ “El sentido de la solidaridad actual entre pueblos de la misma comunidad histórica viene del nacional-socialismo” (Agorio, *El camino de la cooperación, La Mañana*, nº 6488, setembro de 1935, capa).

¹⁵⁸ “No obstante, mientras las defensas del Reich se fortalecen, el grupo de hombres responsables de la seguridad nacional no ha abandonado su propósito de contribuir, por medio de convenios bilaterales, al resurgimiento de Occidente”.

*debate em luta desesperada para impor uma comunidade ocidental cuja hora biológica ainda não chegou, ao mesmo tempo em que realiza esforços gigantescos no sentido de valorizar uma realidade que se constitui em si mesma a retificação do pessimismo profético de Spengler. [...] O espírito de rebeldia da Nova Alemanha nunca teria despertado se o povo não tivesse sentido uma coisa viva frente ao mecanismo glacial de Versailles. Da mesma maneira que a força revolucionária autêntica do nazismo procedeu de um sentimento de vida que se chocava em cada pedaço com a realidade da servidão, igualmente a necessidade de se ajudar surge da inquietude em evitar um novo contrasentido que traga a catástrofe para o Ocidente. Não existe mais que um caminho para sair do caos: a cooperação (Agorio, *La Mañana*, 29 de setembro de 1935, capa) [Tradução livre, grifo da autora].*

Apesar de discreto, o antissemitismo também estava presente nos escritos de Agorio através da retórica conspiracionista, fazendo alusão às forças ocultas que supostamente controlariam o desenvolvimento do processo histórico, como nos trechos destacados das passagens acima. Ademais, o autor partia da concepção orgânica da história de Spengler, para quem a raça constituía o primeiro momento de formação da cultura. Não por acaso, Agorio escreveu em um de seus artigos: “não devemos esquecer que o nacional-socialismo constitui, antes de tudo, um fenômeno racial onde predominam os valores de sangue” (Idem) [Tradução livre].

Após regressar ao Uruguai, Agorio publicou suas impressões sobre a Alemanha no jornal riverista *La Mañana* e, posteriormente, em 1936, reuniu-as em um livro intitulado “*Impresiones de la Nueva Alemania*”. Compareceram à cerimônia de lançamento da obra várias autoridades do Partido Nazista de Montevideo, membros da colônia de imigrantes alemães e o ministro do Terceiro Reich no Uruguai.

Tabela 1 – Textos de Adolfo Agorio sobre a Alemanha publicados em *La Mañana*¹⁵⁹

Data	Edição	Título
1 de setembro de 1935	n° 6460	<i>Los absolutos de la paz</i>
8 de setembro de 1935	n° 6467	<i>La resurrección de los muertos</i>
15 de setembro de 1935	n° 6474	<i>La crisis de recompensas</i>
22 de setembro de 1935	n° 6481	<i>De Hamburgo al Zugspitze</i>
29 de setembro de 1935	n° 6488	<i>El camino de la cooperación</i>
22 de outubro de 1935	n° 6511	<i>La Insurrección de los Payadores</i>

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

O conjunto destes textos demonstra o impacto do nazismo na formação política de Agorio, com várias passagens que se assemelham aos escritos de Plínio Salgado sobre a Itália fascista logo após sua visita ao país, especialmente pela associação do fascismo a um

¹⁵⁹ Os textos elencados na tabela estão disponíveis no arquivo digital Anáforas. Não foi possível o acesso ao livro de Agorio “*Impresiones de la Nueva Alemania*” pois o único exemplar físico do qual se encontrou registro está guardado na biblioteca da Universidade de Stanford, na Califórnia.

renascimento espiritual da nação. Por exemplo, o artigo de Agorio publicado na edição nº 6467 de *La Mañana*, no qual escreveu:

“Aqui estão e aqui ressuscitarão” diz a inscrição do monumento consagrado em Munique aos mortos na grande guerra. *O estrangeiro atribui a essas palavras sentido diverso*. [...] Se a massa, como queria Fichte, não é outra coisa se não uma ferramenta na mão do artista [...], a aparição do homem representativo se impõe como uma necessidade do ritmo histórico, nada mais que para dar sentido a essa multidão que quer afirmar seu próprio gênio. [...] Por conseguinte, não poderia chamar-se com propriedade de “partido” a força política que domina a estrutura do terceiro Reich. *Mais do que uma seita, o nacional-socialismo deveria ser definido como um estado de fé na sobrevivência do espírito alemão*. [...] A conquista do poder, longe de estimular lisonjas à sensualidade da multidão, impulsionou ainda mais sacrifícios. [...] Sem esse desejo solidário e homogêneo de persistência que anima o povo alemão, não poderíamos pensar, sem objeções, nas forças imponderáveis que o terceiro Reich quer voluntariamente interpretar. A ressurreição implica um chamado a unidade espiritual da Alemanha sobre o calor da luta política e das incompatibilidades do sentimento religioso (Agorio, *La resurrección de los muertos, La Mañana*, nº 6467, 8 de setembro de 1935, capa) [Tradução livre, grifo da autora].¹⁶⁰

Os trechos destacados demonstram a compatibilidade de uma concepção orgânica da nação, baseada em valores espirituais, e o antissemitismo moderno. O estrangeiro – judeu – não poderia pertencer à nação pois seus comportamentos, hábitos, costumes, tradições e idioma não correspondiam ao espírito nacional que deveria fundamentar a construção do Estado. Essa foi a base do discurso revisionista na segunda metade dos anos 1930, especialmente nos jornais *Audacia* e *Fragua*. O judeu foi representado como um agente inassimilável cuja forma de vida em si era uma ameaça à nação.

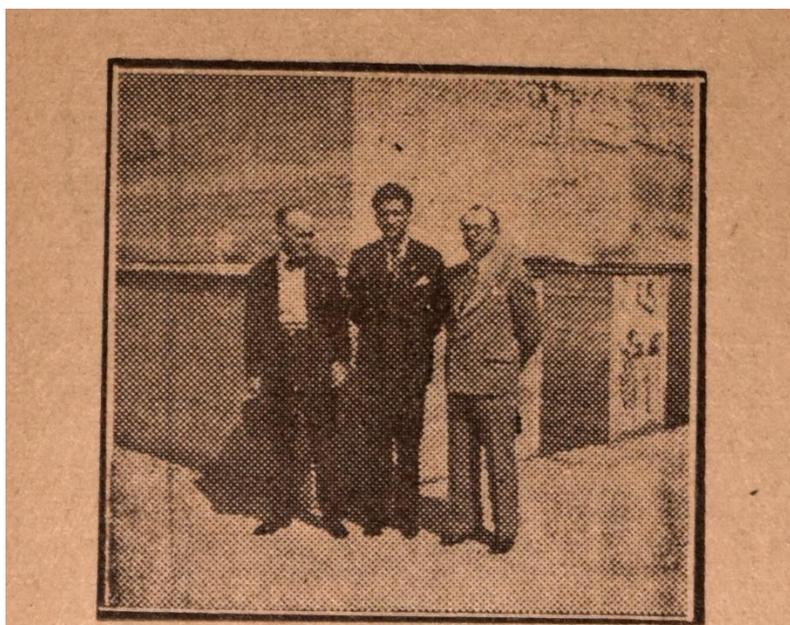
3.3 O encontro do revisionismo com o integralismo na Alemanha

O primeiro contato de Agorio com o integralismo brasileiro parece ter ocorrido durante sua viagem à Alemanha por intermédio dos representantes brasileiros que o acompanharam – em especial Múcio Leão, que já havia publicado sobre a obra de Gustavo Barroso na imprensa

¹⁶⁰ “‘Aquí están y aquí resucitarán’ dice la inscripción del monumento consagrado en Munich a los muertos de la gran guerra. El extranjero atribuye a esas palabras diverso sentido. [...] Si la masa, como la quería Fichte, no es otra cosa que una herramienta en la mano del artista [...], la aparición del hombre representativo se impone como necesidad del ritmo histórico, nada más que para dar un sentido a esa muchedumbre que quiere afirmar su genio propio. [...] Por consiguiente, no podría llamarse con propiedad un ‘partido’ a la fuerza política que domina toda la estructura del tercer Reich. Más que como secta debería definirse al nacionalsocialismo como un estado de fe en la supervivencia del espíritu alemán. [...] La conquista del poder, lejos de estimular halagos a la sensualidad de la muchedumbre, impulsó todavía nuevos sacrificios. [...] Sin ese deseo solidario y homogéneo de persistencia que anima al pueblo alemán no podríamos pensar, sin objeciones, en las fuerzas imponderables que el tercer Reich quiere voluntariamente interpretar. La resurrección implica un llamado a la unidad espiritual de Alemania sobre los ardores de la lucha política y las incompatibilidades del sentimiento religioso”.

brasileira.¹⁶¹ Esta afirmação se sustenta na correspondência enviada por Teodomiro Varela de Andrade a Gustavo Barroso em setembro de 1935, isto é, logo após o retorno de Agorio ao Uruguai. Na carta, Varela de Andrade indica que, ao voltar da Alemanha, Agorio lhe solicitou a leitura do livro “A palavra e o pensamento integralista” (1934), de Barroso, bem como o envio de uma carta ao autor brasileiro, acompanhada do livro de Agorio “*Roma y el espíritu del Occidente*” e edições da revista *La Palestra*.¹⁶² O uruguaio indicou que, até então, não “havia tido o gosto de ler nenhuma de suas obras”, conhecendo Barroso apenas de nome graças a alguns artigos publicados em jornais estrangeiros – o que demonstra não somente a projeção internacional de Barroso, mas também corrobora com a hipótese de que o encontro entre o revisionismo e o integralismo seja datado da viagem de Agorio à Alemanha.

Figura 4 – Adolfo Agorio com jornalistas brasileiros em Munique



Fonte: *La Mañana*, nº 6467, 8 de setembro de 1935.

Não se sabe ao certo a data de envio e recebimento da carta, mas é possível imaginar que ambos tenham ocorrido no mês de agosto de 1935 pois em setembro Barroso publicou a tradução da correspondência na capa do jornal integralista *A Offensiva*, sob o título “O integralismo e a América”. Segundo Varela escreveu na carta, o valor da obra de Barroso residia em sua capacidade de “salvação das classes transviadas pelo materialismo de Carlos Marx, que

¹⁶¹ Em “Os quarenta livros de Gustavo Barroso” – documento disponível no Acervo Documental Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular, no DELFOS/PUC-RS – foi encontrado um comentário de Leão sobre a obra “Mula sem cabeça” (1922), de Barroso.

¹⁶² A carta de Varela de Andrade é o único indício da publicação da revista *La Palestra* encontrado durante a realização desta pesquisa.

com seus ensinamentos poderão modificar seus impulsos de transformação, seus sentimentos e tendência, sempre desassossegados por fatores contraditórios” (Barroso, O integralismo e a América, *A Offensiva*, nº 71, 21 de setembro de 1935, capa). Ele ainda escreveu:

Aqui, entre nós, no Uruguai acontece o que o senhor preceitua em seu livro: “a luta entre a qualidade e a quantidade”. Há dois anos publiquei “Fórmula Salvadora”, com um prefácio de Agorio. Depois, publicamos a revista “La Palestra”. Há mais de ano, o sr. Adolfo Agorio publicou sua obra ‘Roma e o espírito do Ocidente’. Nos primeiros dias de outubro próximo publicaremos nova revista “Corporaciones”, de que eu e o sr. Ernesto Bauzá seremos os principais redatores. Contamos com a publicação de Agorio e outros intelectuais de grande mérito e prestígio. *Apesar da exiguidade do nosso meio, as ideias e tendências corporativas se vão manifestando já, ora em forma de insinuação, ora de infiltração rítmica no fundo de todas as classes sociais e no seio das próprias instituições nacionais.* Temos procurado, em nossos estudos, remontar às origens do Corporativismo, como evidenciará a leitura dos trabalhos que lhe mando. *Temos dado às nossas discussões um caráter o mais científico e filosófico possível, a fim de que penetrem nossas ideias na própria medula das elites doutrinárias* (Idem) [Grifo da autora].

Os trechos destacados remetem ao contexto específico do Uruguai em meados da configuração dos grupos revisionistas, quando as propostas de representação corporativa já haviam sido debatidas e parcialmente incorporadas à Constituição de 1934. Por isso Varela indica que o corporativismo já vinha se manifestando no país “no seio das próprias instituições nacionais” (Idem). É claro que ainda existia um espaço em disputa ao redor do corporativismo, contudo, como argumentado anteriormente, essa disputa se realizava internamente à ditadura Terra – de cujo consenso conservador o revisionismo fazia parte, ainda que com críticas pontuais. Assim, o objetivo de Agorio e Varela era consolidar a influência do corporativismo no bloco dominante e não tanto a organização de um movimento de massas aos moldes do fascismo europeu. Nesse sentido, o integralismo foi visto como uma inspiração ainda mais adequada já que a AIB buscava conciliar o movimento de intelectuais com o movimento de massas.

É bastante significativo que o contato entre Varela de Andrade e Barroso tenha acontecido em meio aos preparativos para o lançamento da revista *Corporaciones*, que ocorreu em novembro de 1935, iniciando, assim, um intercâmbio que determina a influência do integralismo na configuração do revisionismo uruguaio de maneira mais ampla. Isso porque a *Corporaciones* foi o principal espaço de sociabilidade dos intelectuais mais afeitos à ideia de construir um movimento de inspiração fascista no Uruguai. Durante toda sua existência a revista manteve uma característica mais erudita, divulgando longos artigos sobre economia, política, filosofia e ciência, eventualmente publicando textos mais propagandísticos. Nos primeiros números do periódico, Leslie Crawford, fundador da *Asociación de la Juventud Patriótica del*

Uruguay e do *Movimiento Revisionista*, publicou alguns textos, o que demonstra o diálogo entre os diferentes grupos revisionistas e a importância da *Corporaciones* na divulgação das ideias fascistas.¹⁶³ Também nas primeiras edições da revista foram publicados vários textos sobre o integralismo brasileiro, incluindo a tradução completa do “Manifesto de Outubro” – o que possibilita argumentar uma circulação ampla dos textos integralistas entre os grupos revisionistas.

Além destes textos, também é possível imaginar a circulação de outras obras integralistas entre este grupo de intelectuais uruguaios organizados ao redor da *Corporaciones* haja vista que, na carta enviada a Barroso, Varela de Andrade lhe solicitara o envio de outros livros de sua autoria, especialmente “Brasil, colônia de banqueiros”, e também de Plínio Salgado. Algumas obras integralistas, de fato, foram enviadas, assim como os três primeiros números da revista *Panorama*, como consta na seção bibliográfica da *Corporaciones* nº 8, de outubro de 1936.

Ainda na carta enviada a Barroso, Varela de Andrade escreveu:

O Estado Político tradicionalista vai ser substituído pelo Estado Social, cuja verdadeira estrutura jurídica e espiritual se encarna no Estado Corporativo Integral. À 'elite' brasileira, ao Gigante do Norte, desta parte da América está destinada o papel de dínamo verdadeiramente transcendental que determinará com seu impulso criador *um vasto movimento integralista nos demais países do nosso continente*. Verdadeiros símbolos dessa reforma são os bandeirantes a que se refere o Chefe Plínio Salgado com seu Iluminismo redentor e emancipador. Avante, portanto! Nesse impulso criador, os Integralistas do Brasil nos terão como aliados entusiastas e irredutíveis!... Reiterando-lhe minhas sinceras felicitações e contando-me com os que aqui cantam o mesmo hino dos Camisas Verdes, recebo minhas saudações e as transmita a todos quantos combatem com destemor à sombra da Bandeira Azul e Branca do Sigma!... (Barroso, *A Offensiva*, nº 71, 21 de setembro de 1935, Capa-p.8).

O trecho revela como a referência ao integralismo foi um elemento legitimador na construção do campo revisionista – a menção à expansão do movimento integralista não se referia a AIB propriamente dita, mas a grupos, como os revisionistas uruguaios, que também seriam aliados nesse grande movimento de renascimento espiritual do continente. Dessa maneira, Varela de Andrade e Agorio buscaram no integralismo uma fonte de legitimidade para a organização de um movimento de inspiração fascista na América do Sul – ao mesmo tempo em que o identificaram como um exemplo dos caminhos a seguir em sua própria trajetória de afirmação nacional, considerando que, em meados de 1935, de quando data o início da

¹⁶³ Segundo Aldrighi (2000, p. 165), Leslie Crawford e Oscar Merello, fundadores da *Asociación...*, eram “destacados oradores en celebraciones y desfiles patrióticos organizados por la Asociación [...]. En ellos participaban unidades militares y policiales, representantes del Centro Militar, de la Sociedad Criolla, de la Asociación Patriótica Magisterial y grupos de alumnos de instituciones educativas, religiosas o estatales”.

organização do revisionismo uruguaio, o integralismo brasileiro já era um movimento bem estruturado, com grande penetração nacional.¹⁶⁴

3.4 O diálogo entre revisionistas e integralistas

Entre dezembro de 1935 e outubro de 1936, foram publicados doze textos integralistas na revista *Corporaciones*, sendo oito de autoria de Gustavo Barroso, um de Plínio Salgado, um documento oficial da AIB escrito por Salgado, um texto de Agorio e um texto da direção da revista. Após outubro de 1936, não houve mais publicação de artigos de autores integralistas ou sobre o integralismo; também não foram encontradas menções ao integralismo em outros jornais revisionistas – salvo uma matéria do jornal *Audacia*, de março de 1938, que mencionou a juventude integralista; e duas matérias do jornal *Fragua*, de junho e julho de 1938.¹⁶⁵

Em relação à revista *Corporaciones*, cabe mencionar que todos os textos integralistas foram publicados ainda na fase de maturação do periódico, isto é, antes da fundação da *Acción Revisionista del Uuguay*, em agosto de 1937.

Tabela 2 – Textos integralistas publicados na revista *Corporaciones*¹⁶⁶

Edição	Data	Título	Autor
n° 2	Dezembro de 1935	<i>Doctrina Integralista, Concepción del universo y del hombre</i>	Gustavo Barroso
n° 2	Dezembro de 1935	Manifesto de Outubro	Plínio Salgado
n° 3	Janeiro de 1936	<i>El integralismo definido por Gustavo Barroso</i>	Gustavo Barroso
n° 3	Janeiro de 1936	O integralismo de norte a sul	Gustavo Barroso
n° 3	Janeiro de 1936	<i>Párrafos brillantes de su libro “El cuarto Imperio”</i>	Gustavo Barroso
n° 3	Janeiro de 1936	<i>El integralismo brasileño</i>	Gustavo Barroso

¹⁶⁴ Para uma análise sobre a expansão da AIB, consultar o primeiro capítulo do livro *Fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo* (Gonçalves, Caldeira Neto, 2020); sobre o crescimento da AIB especificamente no estado do Rio de Janeiro, consultar Fagundes, 2009. Para uma análise sobre o papel da imprensa na expansão do integralismo, consultar Oliveira, 2009.

¹⁶⁵ As três matérias citadas foram publicadas no Uruguai após a dissolução da AIB no Brasil e apenas mencionam o integralismo brasileiro, não aprofundando a discussão sobre o movimento brasileiro. Ainda assim, é um indício da circulação dos materiais integralistas entre o campo revisionista uruguaio.

¹⁶⁶ Para essa pesquisa, não foi possível o acesso aos primeiros seis números da revista *Corporaciones* devido a um problema técnico do arquivo da Biblioteca Nacional do Uruguai e, portanto, foi necessário um trabalho de mapeamento e coleta de dados sobre estes textos com base em uma pesquisa anterior realizada por Vitor Raoni Marques (2014). A maior parte dos textos integralistas publicados na revista uruguaia consistiam em traduções de trechos de livros já amplamente divulgados no Brasil por meio do aparato de imprensa da AIB, ou artigos publicados na revista integralista *Panorama*, de maneira que foi possível, por meio do cruzamento de informações, realizar algumas reflexões iniciais sobre o diálogo entre integralistas e revisionistas. A pesquisa não tem como objetivo esgotar o debate sobre o tema, mas, consciente de suas limitações, abrir o caminho para uma investigação mais profunda acerca as relações transnacionais entre grupos de inspiração fascista na América do Sul.

n° 3	Janeiro de 1936	<i>Los hombres del Integralismo – Gustavo Barroso</i>	Adolfo Agorio
n° 4	Fevereiro de 1936	<i>Dice Gustavo Barroso</i>	Gustavo Barroso
n° 4	Fevereiro de 1936	<i>Plínio Salgado: “El último Occidente”</i>	Plínio Salgado
n° 8	Outubro de 1936	<i>Integralismo, fascismo y nazismo</i>	Gustavo Barroso
n° 8	Outubro de 1936	<i>Fascismo no Uruguay</i>	Gustavo Barroso
n° 8	Outubro de 1936	<i>Nuestra seccion bibliografica</i>	La Dirección

Fonte: Elaborada pela autora (2025)¹⁶⁷

O primeiro texto de Barroso publicado na revista uruguaia foi um trecho de seu livro “O que o integralista deve saber” (1935), cujo objetivo era apresentar de maneira concisa a doutrina e a prática do integralismo aos militantes da AIB. O artigo se iniciava da seguinte maneira:

O integralismo não é um partido político, nem de modo algum deve ser confundido com qualquer partido político. Os partidos representam os interesses parciais dum grupo de eleitores organizados à sombra dum programa destinado à duração dos mandatos daqueles que elege. O integralismo põe o interesse da Nação acima dos interesses parciais ou partidários e se guia por uma doutrina, não por um programa. [...] O integralismo é uma Ação Social, um Movimento de Renovação Nacional em todos os pontos e em todos os sentidos. Prega uma doutrina de renovação política, econômica, financeira, cultural e oral. Prega essa doutrina, completa-a e a amplifica constantemente com seus estudos, e prepara os homens capazes de executar as medidas dela decorrentes (Barroso, 1935, p. 9-10) [Grifo da autora].

No Brasil, o livro de Barroso foi publicado em 1935, ano em que a AIB se transformou em um partido político segundo as normas do Código Eleitoral brasileiro de 1932 – até então, o integralismo atuava como uma organização civil. Ainda assim, em consonância com o discurso do movimento logo de sua fundação, crítico ao sistema da democracia liberal, era necessário reafirmar a diferença do integralismo com os demais partidos políticos, que denunciava como corrompidos por seus interesses privados. Mesmo sendo oficialmente um partido, “o integralismo não compreende e não quer o Brasil partido, dividido [...] mas compreende e quer o Brasil-Unido, isto é, o Brasil-Integral, com o Estado e a Nação confundidos num todo indissolúvel” (Ibid, p. 10-11). Para os revisionistas esse discurso era bastante conveniente considerando que, nesse momento, buscavam uma atuação mais independente, não se vinculando oficialmente aos partidos tradicionais do Uruguai. Assim, a referência ao integralismo legitimava a crítica dos revisionistas aos partidos, ao mesmo tempo em que legitimava a própria existência da revista como o início de um “movimento de

¹⁶⁷ A tabela foi elaborada pela autora com base nas informações disponíveis na dissertação de Marques (2014) sobre as primeiras edições da revista *Corporaciones*, e na análise dos últimos onze números da revista. Além destes textos, na edição n° 12, há ainda um texto de Menotti del Picchia – que apesar de nunca ter sido oficialmente ligado a AIB, foi um importante colaborador de Salgado no movimento VerdeAmarelo e publicou textos elogiosos ao integralismo na imprensa brasileira – intitulado “*La base Moral*”, retirado da *Panorama*.

renovação nacional” tal qual a AIB. O corporativismo aparecia, então, como o elo político orgânico entre Estado e Nação:

O Estado não deve ser somente o governo, a administração dum país. A nação não deve ser somente a comunidade dos indivíduos unidos pela origem, pela raça, pela língua ou pela religião sob o mesmo regime político. A Nação e o Estado devem integrar-se num corpo só, na mesma associação de interesses e de sentimentos, confundindo-se na mesma associação de interesses e de sentimentos, confundindo-se na mesma identidade e para os mesmos fins. *Na Doutrina Integralista, a Pátria Brasileira deve ser uma síntese do Estado e da Nação, organizada sobre a base corporativa.* A sociedade humana não vale somente pelo que apresenta aos nossos olhos vale muito mais ainda pelo que nela existe e não conseguimos ver, isto é, as forças ocultas do seu Passado e do seu Espírito (Barroso, 1935, p. 10 – 11) [Grifo da autora].

Para os revisionistas, o diálogo com os integralistas parece ter contribuído com uma noção mais bem delimitada do nacionalismo orgânico, vinculado a um projeto político corporativista. A defesa do Estado corporativo se justificava por ser esta a forma de organização política que, supostamente, melhor representava os interesses gerais da nação: o nacionalismo era necessário para unificar os membros da comunidade nacional – que se encontravam dispersos e moralmente desorientados em virtude do materialismo dominante na modernidade – em torno de um mesmo projeto e, assim, construir o Estado em bases corporativas.¹⁶⁸ Em um artigo publicado na edição nº 12 da revista uruguaia, datada de junho de 1937, o nacionalismo corporativo foi definido, em oposição ao liberalismo que isola os indivíduos da comunidade na figura de eleitores, como:

I. – Para o nacionalismo, tenha ou não fé no sentido ultraterreno, e no primeiro caso ainda mais absolutamente, existe um núcleo de verdades e valores absolutos, consagrados pela experiência dos séculos e por cima da decisão de qualquer maioria. Sobre a vontade inconsciente de um eleitorado, para o nacionalismo sempre estará o Bem, a Verdade e a Justiça. [...]
VII. – Crê, finalmente, que a vontade de um povo não é a vontade de um momento, sem antecedentes e sem nada, e afirma a existência de uma vontade histórica dinâmica que vindo de um passado se dirige ao futuro, e que orientando a incerteza e a desorientação de muitos momentos, dá um sentido vigoroso de unidade no sentido das coletividades humanas. Não crê que esse sentido histórico flutue romanticamente no ar, mas é interpretado por autênticas minorias diretoras do pensamento e da ação, que

¹⁶⁸ “Batendo-se pela felicidade do Brasil dentro das linhas de seus grandes destinos, condicionadas pelas suas realidades de toda a ordem, o Integralismo quer que o pensamento dos brasileiros não se divida e enfraqueça na confusão de doutrinas ou programas; quer que se uma e some ao influxo duma mesma doutrina político-social. Porque essa base doutrinária é imprescindível para a construção do ESTADO INTEGRAL BRASILEIRO, ESTADO HEROICO pela sua capacidade de reação e de sacrifício, ESTADO FORTE pela sua coesão, sem fermentos desagregadores dentro de si, no qual, como fator indispensável de independência, se tenha processado a emancipação econômica e, como condição principal da unidade da Nação, tenham desaparecido as fronteiras interestaduais. [...] Urge a transformação completa do Brasil para salvá-lo, novo conceito de vida, novo regime, novo quadro de valores. Essa transformação completa, integral da Sociedade Brasileira fatalmente terá de ser o resultado duma transformação completa, integral da Alma Brasileira no sentido do rigoroso cumprimento de todos os deveres para com a Família, para com a Pátria e para com Deus” (Barroso, 1935, p. 13-15).

substituem a casta inútil do profissionalismo político hoje reinante. *Vontade geral, portanto, expressada por grupos sociais e pelo indivíduo através destes grupos; vontade subordinada aos valores eternos de Verdade e de Justiça, sentido histórico unitário sob a direção das minorias autênticas na adesão livre e entusiasta de todos para a realização de um grande Estado e do bem-estar social e com eles a autêntica cultura e liberdade humana* (*Corporaciones*, nº 12, julho de 1937, p. 489) [Tradução livre, grifos no original].¹⁶⁹

Aqui, a nação aparece como a expressão de valores suprahistóricos, eternos, consolidados pela tradição, sendo que os indivíduos atuam politicamente através dos grupos sociais aos quais pertencem, a dizer, família, municípios e sindicatos. Contrariando o sentido liberal do conceito, a vontade geral é entendida como a expressão dos interesses gerais dos grupos sociais que compõem a nação, subordinada a tais valores eternos que são traduzidos na vida política por intermédio de uma minoria autêntica, uma elite governante. A nação é compreendida, portanto, a partir de uma noção corporativa na qual cada grupo tem um “valor intrínseco, diferente, especial” (Idem) [Tradução livre].¹⁷⁰ Assim, as classes sociais historicamente determinadas eram substituídas por grupos sociais naturais.

Essa concepção nacionalista orgânica justificava o discurso anticospopolita e antissemita como a defesa dos valores nacionais frente à invasão de costumes estrangeiros, calcados no materialismo dominante na cultura europeia do século XIX. Novamente, nesse ponto, o contato com o integralismo parece ter fornecido um exemplo de articulação entre o discurso nacionalista do fascismo e a defesa da tradição cultural local, legitimando o antissemitismo moderno, ainda que sem mencionar a dita questão judaica. Ainda na edição nº 2 da *Corporaciones*, foi publicada a íntegra do “Manifesto de Outubro”, no qual o “nosso nacionalismo” foi definido por Salgado da seguinte forma:

O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso Nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever. E isso não quer dizer má vontade para com as Nações amigas, para com os filhos de outros países, que aqui também

¹⁶⁹ “I. – Para el nacionalismo, tenga o no fe en el sentido ultraterreno, y en el primer caso más absolutamente, existe un núcleo de verdades y valores absolutos, consagrados por la experiencia de los siglos y por encima de la decisión de cualquier mayoría. Sobre la voluntad inconsulta de un electorado, para el Nacionalismo siempre estará el Bien, la Verdad y la Justicia. [...] VII. – Cree finalmente que la voluntad de un pueblo no es la voluntad de un momento, sin antecedentes de una voluntad histórica dinámica que viniendo de un pasado se dirige al futuro, y que orientando la incertidumbre y el extravío de muchos momentos, da un sentido vigoroso de unidad al camino de las colectividades humanas. No cree que este sentido histórico flote románticamente en el aire, sino que es interpretado por auténticas minorías directoras del pensamiento y de la acción, que reemplacen a la casta inútil del profesionalismo político hoy reinante. Voluntad general, pues, expresada por los grupos sociales y por el individuo a través de esos grupos; voluntad subordinada a los valores eternos de la Verdad y de la Justicia, sentido histórico unitario bajo la dirección de minorías auténticas en la adhesión libre y entusiasta de todos para la realización de un gran Estado y del bienestar social y con ellos la auténtica cultura y libertad humana”.

¹⁷⁰ “V. – El Nacionalismo no cree que la voluntad y el sufragio de un médico tenga el mismo valor que el de un obrero, y el de un escritor que el de un peón de estancia. No es que valgan más o menos el Nacionalismo rechaza el principio, sino que ambos tienen un valor intrínseco, diferente, especial”.

trabalham para o engrandecimento da Nação Brasileira e cujos descendentes estão integrados em nossa própria vida de povo. Referimo-nos aos costumes, que estão enraizados, principalmente em nossa burguesia, embevecida por essa civilização que está periclitando na Europa e nos Estados Unidos. Os nossos lares estão impregnados de estrangeirismos: as nossas letras, o nosso modo de encarar a vida, não são mais brasileiros. Os brasileiros das cidades não conhecem os pensadores, os escritores, os poetas nacionais. *Eles se envergonham do caboclo e do negro da nossa terra. Eles adquiriram hábitos cosmopolitas.* [...] Vivem a engrandecer tudo o que é de fora, desprezando todas as iniciativas nacionais. [...] Nós somos contra a influência perniciosa dessa pseudo civilização, que nos quer estandardizar. E somos contra a influência do comunismo, que representa o capitalismo soviético, o imperialismo russo, que pretende reduzir-nos a uma capitania. Levantamo-nos, num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo o que é útil e belo, no caráter e nos costumes brasileiros; para unir todos os brasileiros num só espírito [...] Temos que invocar nossas tradições gloriosas. Temos de nos afirmar como um povo unido e forte, que nada mais poderá dividir (Ibid, p. 21-23) [Grifo da autora].¹⁷¹

A partir de meados dos anos 1930, já sob a ditadura Terra, uma forte campanha antissemita tomou conta da vida política no Uruguai. Durante os governos batllistas, houve grande incentivo à imigração visando incrementar o processo de modernização em andamento. A maior parte dos judeus residentes no Uruguai chegou ao país após 1924, quando os EUA endureceram sua legislação imigratória, resultando no deslocamento de um significativo número de imigrantes para o Brasil, Argentina e Uruguai. Em 1932, Gabriel Terra aprovou uma lei restritiva à imigração que pretendia impedir a entrada de “agitadores sociais” no país – embora não fosse especificamente direcionada aos judeus, ao longo dos anos 1930, a lei dificultou enormemente a entrada e permanência de imigrantes de origem judaica haja vista à amplamente difundida propaganda antissemita, cujo conteúdo central era a associação dos judeus com o comunismo (Feldman, 2001, p. 15).¹⁷²

A eclosão da guerra civil na Espanha polarizou ainda mais a vida política, abrindo espaço para a difusão dos grupos revisionistas de inspiração fascista, além da intensificação da atividade das células nazistas e falangistas no país. Neste contexto, a propaganda do antissemitismo moderno foi amplamente divulgada no Uruguai, não apenas pelos setores revisionistas e nazistas, mas sobretudo por eles, sendo que os primeiros identificavam o judeu como um imigrante urbano por excelência e, portanto, inassimilável ao *criollo*, verdadeiro representante dos valores nacionais (Alpini, 2022, p. 170).

¹⁷¹ O “Manifesto de Outubro” foi escrito por Plínio Salgado, em 1932, e amplamente divulgado no interior da AIB por meio dos jornais e dos escritos de outros intelectuais do movimento. Barroso incluiu a íntegra do documento em seu livro “O que o integralista deve saber” e é provável que tenha sido através deste livro que os revisionistas tomaram conhecimento do *Manifesto*.

¹⁷² Com o golpe, em 1933, a lei passou a ser modificada via decreto. Foi proibida a entrada de imigrantes que não tivessem recursos suficientes para se manter após um ano de residência no país; foi dada à indicação de negar a entrada de doentes mentais, dependentes químicos e epiléticos; e o Poder Executivo poderia expulsar imigrantes já firmados no país a qualquer momento (Feldman, 2001).

Sugere-se que a fundamentação supostamente política (nacionalista) do antissemitismo foi uma importante contribuição de Gustavo Barroso para os revisionistas: apesar de poucos de seus textos publicados na *Corporaciones* tratarem especificamente sobre a dita “questão judaica”, a justificação do antissemitismo com base na defesa dos valores nacionais foi o pano de fundo de todos estes escritos haja vista que esse era o próprio conteúdo de seu discurso nacionalista. Segundo Marques (2014, p. 90), no texto “*El integralismo brasileño*” publicado na edição nº 3 da revista, Barroso “defendeu que nacionalismo não é xenofobia”; também neste número foram publicados alguns trechos do livro de Barroso “O Quarto Império”, no qual o brasileiro descrevia a história humana como o conflito entre o materialismo e o espiritualismo, duas concepções de mundo opostas da qual surgiram “os interesses irreconciliáveis de cristãos e judeus” (Maio, 1992, p. 104).

O século XIX, apogeu do judaísmo, do liberalismo, do capitalismo do pragmatismo e do socialismo marxista, não foi absolutamente inútil, como muitos pensam. Das suas lições e da sua experiência se fará este século. Seu progresso mecânico, material, parecendo servir tão somente à Matéria, em verdade serviu ao Espírito, pois nos seus laboratórios ficou patente a inexistência da Matéria diante da força criadora e plasmadora da Energia. [...] Eis o verdadeiro sentido da “reconstituição essencial”, da “nova revolução cristã”, das “condições muito especiais” de passagem do HOMO TERTIUS ao HOMO QUARTUS, do “movimento de ascetismo”, da “revolução interior ou subjetiva” do Integralismo para produzir a “revolução exterior ou objetiva”. Nesse ponto, dão-se às mãos através dos tempos e dos espaços o “Zend-Avesta”, José de Maistre, d’Eraines, Ferrero e o chefe Plínio Salgado. A exata compreensão desse sentido revolucionário é o que dá ao Integralismo Brasileiro sua superioridade espiritual sobre todos os movimentos semelhantes do mundo (Barroso, 1935, p. 145-148).

Essa argumentação de base espiritualista constituiu o embasamento político do discurso antissemita de Barroso cuja proposta era uma revolução espiritual, e não política. Assim, ele defendia a “organização de uma campanha eminentemente pedagógica, evangelizadora, que [tivesse] condições, através da propaganda e da disseminação concreta de valores espirituais, de tornar as pessoas independentes e consciente, libertando-as do domínio judaico” (Maio, 1992, p. 135). Dito de outra forma, a função do antissemitismo era preparar espiritualmente o novo homem, que, então, supostamente criaria as novas instituições do Estado integral. Dessa maneira, Barroso tentava se esquivar das acusações de racismo e da associação com o nazismo, defendendo não o uso da força imediata, mas dos supremos valores espirituais no combate ao judaísmo. Para o campo revisionista, Barroso foi um grande exemplo da articulação entre o antissemitismo moderno e o nacionalismo orgânico, articulado a um projeto de Estado corporativo que se justificava como a verdadeira expressão do espírito do homem nacional – o sertanejo, para Barroso, o gaúcho, para os revisionistas. O sertanejo (ou o gaúcho) representava

os valores nacionais, cristãos, enquanto o judeu representava o estrangeiro, um outro inassimilável por natureza. O primeiro era do interior, já o último vivia nas cidades, sendo eles mesmos os agentes do cosmopolitismo.

O texto de Barroso “*Integralismo, fascismo y nazismo*”, retirado da obra “O integralismo e o mundo”, publicado na edição nº 4, reforçava novamente a fundamentação espiritual do integralismo, destacando-a como sua característica distintiva em relação aos fascismos europeus. O tema da particularidade do integralismo também foi preponderante no texto de Agorio sobre “os homens do integralismo” – publicado na revista *Corporaciones* em janeiro de 1936, e, no mesmo ano, como prefácio em português do livro “O integralismo e o mundo”. O movimento integralista foi descrito pelo uruguaio como “hostes organizadas para completar a obra dos heróis da Independência, libertando o povo do Ipiranga das oligarquias financeiras do estrangeiro”, sendo Gustavo Barroso “não só uma expressão do pensamento e de fé no destino da América, como *vigoroso sentido crítico que anula todos os ensaios de imitação senil das coisas da Europa*” (Agorio in Barroso, 1936, p. 7) [Grifo da autora]. Agorio também escreveu:

Até agora, o ilustre membro da Academia Brasileira de Letras se empenhou em fazer ressaltar a *autonomia americana do impetuoso movimento dirigido por Plínio Salgado*. O Integralismo, com efeito, move-se em clima histórico próprio. Por isto, está destinado a sobreviver a todas as contingências duma realidade dura, feroz e implacável, que corrói todas as versatilidades das ideias sociais de importação. Evidentemente só existem criaturas grotescas ou trágicas no espírito da escravidão às doutrinas cosmopolitas. Eis por que, numa carta particular que temos à vista, **Gustavo Barroso explica que, se tivesse de procurar um antecedente intelectual ao Integralismo, não o fixaria em Hitler ou em Mussolini e sim em Bolívar. Força criadora destinada a vencer a inércia imortal das massas, mobilizando todos os impulsos históricos para exaltar a própria personalidade contra os modos dissolventes do estrangeiro, o pensamento de Bolívar seria o modelo mais completo para inspirar o Integralismo Libertador. Tal é a ideia que, diante dos exemplos de decadência europeia provocando pelo ódio e pelos egoísmos, traz em si mesma a capacidade de coordenar todos os interesses de comunhão americana.** No Brasil, país de território imenso, com fabulosas riquezas e uma população que mal excede a da França, *a atividade de uma ideia integralista* que conta em Barroso em um dos mais esforçados defensores, *luta para unir numa frente única todas as forças de trabalho*. Desde os estancieiros do Sul aos fazendeiros do Norte, circula a seiva vital, despertando as energias intermédias, invencíveis, ocultas, que criam os destinos das nações. “No fundo da alma de qualquer povo – escreve Barroso – dormem forças ignoradas e infinitas. Quem as souber despertas moverá montanhas. [...] Esperamos que o Integralismo mobilize um milhão de homens para influir com elevação de suas ideias no ressurgimento do Brasil e também na causa da unidade da América (Ibid, p. 7-8) [Grifo da autora].

Os trechos grifados remetem ao artigo de Plínio Salgado publicado na edição nº4 da *Corporaciones*, datada de fevereiro de 1936 – originalmente publicado na revista *Panorama*, em janeiro do mesmo ano. Em “O último ocidente”, Salgado afirmava que o integralismo se baseava na recuperação do sonho de Bolívar, a libertação da América, que havia decaído nas

“ruínas das pequenas repúblicas onde o caudilhismo reagia contra todo o princípio de unidade” (Salgado, *Panorama*, nº 1, janeiro de 1936, p. 4). O chefe integralista apontava que a construção dos Estados nacionais, baseados em um forte de princípio de unidade, era o passo inicial para a libertação definitiva das América, que se encontrava sob o jugo do “imperialismo econômico-financeiro”.

Lutam no teatro da nossa América, as companhias exploradoras de petróleo, lutam pelos interesses mais contraditórios de latifundiários, de industriais, de banqueiros; e, dominando, tudo, o super-capitalismo de Londres e Nova York, governando as moedas de cada um de nossos países, decidindo sobre os próprios destinos políticos das nacionalidades, pesa sobre nós como um permanente pesadelo. Ao mesmo tempo, a mentalidade da América Latina sente-se assoberbada, esmagada por uma cultura que envelhece no Mundo Antigo e, sem nenhum motivo, nós, americanos, carregamos, como Zarathustra, sobre nossos ombros, o cadáver da Europa. E, como a civilização litorânea, ou dos grandes centros populosos, deixou-se infiltrar demasiadamente pelo espírito do Ocidente Europeu, sofremos o sopro da desagregação que traz o cheiro pútrido das batalhas mortas ao céu de um outro hemisfério [...] “Não, Bolívar, teu sonho não foi inútil. Ficou na América, para sempre, como uma indicação de rumos. Hoje, nós o deciframos e começamos aqui, exatamente no Brasil, que foi alheio ao teu movimento, por um capricho singular da História, uma obra que, bem examinada é uma continuação da tua”. Exprimir a alma da América. Tornar essa América livre, realmente livre, como desejou o Libertador, eis o grande ideal que nos arrebatou nos dias presentes (Ibid, p. 5-6) [Grifo da autora].

Contradizendo o próprio discurso sobre uma invasão estrangeira na América, Salgado concluiu o texto defendendo que a região era a mais preparada para enfrentar os grandes dilemas do século XX: “É o Continente virgem e inexplorado.¹⁷³ São as imensidades de florestas, os

¹⁷³ Sobre a utilização de um vocabulário sensual à explicação da realidade nacional pelos integralistas, cabe destacar o argumento de Vasconcellos (1979, p. 133): “Um aspecto interessante do nacionalismo integralista é a tendência em sexualizar o país. Quase todas as vezes em que vem à tona o tema da exaltação da ‘pátria’, ele deixa entrever [...], que se trata de um ser animado, dotado de características humanas. O mais curioso é que tal discurso moralista apresenta, de ponta a ponta, o repúdio aos instintos sexuais, amaldiçoando o tempo todo o sexo, tido como agente principal (ao lado do liberalismo) dos desastros do mundo moderno e um dos fatores responsáveis das revoluções socialistas. Não apenas o combate à sexualidade, mas a linguagem é, ela mesma, de natureza sexual”. Nas palavras de Cassiano Ricardo, colaborador de Salgado no movimento modernista e participante das primeiras reuniões da SEP, “até hoje [...] a alma crioula da terra se vinga do seu desvirginador negaceando sua posse à sua cobiça feita de refinamentos” (apud Idem). Nesse sentido, para o discurso integralista, assim como o fascista, a pátria é o único objeto (abstrato) da libido – em contrapartida, a sensualidade corpórea é totalmente desvalorizada. Novamente nas palavras de Vasconcellos (Ibid, p. 29): “A outra faceta da hipótese do espiritual no discurso integralista é a arraigada atitude moralista. [...] A espiritualização do corpo e do amor constitui a contrapartida do ódio à sexualidade. [...] Viva a mãe, abaixo a mulher! Esse slogan resumiria a ideologia moralista dos camisas verdes. A mulher só tem valor quando realiza sua função procriativa; enquanto ser sexual, ela é abominável, devendo limitar-se à maternidade. A separação entre mãe e mulher equivale à dicotomia repressiva entre ternura e sexualidade. A apologia reacionária da mãe, sua dessacralização, tem como função convertê-la no suporte da família autoritária, a qual é inimaginável sem sua dessexualização e a da criança”. Vasconcellos completa (Ibid, p. 68): “Sua linguagem ascético-heróica não fala nunca de ‘Eros’, tal como Freud emprega esse signo para designar, a fonte de toda a vida’. Ela é ideologicamente, incapaz de designar a libido como energia sexual espalhada por todo o corpo. A ótica funcional do prazer (o corpo enquanto instrumento de trabalho) impede o estatuto do prazer. E isso afeta sua sintaxe, além de condicionar a concepção utilitária da linguagem: avessa ao humor, à brincadeira e ao jogo lúdico com palavras. Na linguagem integralista, a organização das palavras remete à sexualidade genital e, não raro, aberrante. São frequentes expressões como ‘bacanais comunistas’, ‘orgias democráticas’ (Gustavo Barroso); ‘senectudes libidinosas’, ‘puberdades que tresandam podridão’ (Plínio Salgado),

panoramas longamente abandonados, desde as épocas mais remotas. [...] É todo um mundo subconsciente que se conservou adormecido sob as exterioridades políticas e literárias com que nos temos iludido durante mais de um século” (Salgado, *Panorama*, nº 1, janeiro de 1936, p. 8).

Analisando os textos que compuseram o diálogo entre integralistas e revisionistas percebe-se que seu conteúdo girou em torno de um nacionalismo orgânico que fundamentava a “utopia autonomística” do integralismo, nas palavras de Vasconcellos – que, por sua vez, era perfeitamente compatível com a xenofobia e com o antissemitismo moderno, de maneira mais geral. Para Vasconcellos (1979, p. 73-74), a especificidade do discurso integralista enquanto fascismo na periferia do capitalismo foi justamente o “desejo fantasmagórico” de superar a dependência cultural: “o desejo de cortar as amarras com o Ocidente”. O integralismo sustentava um mito narcísico em relação à história brasileira, expandindo-o eventualmente à história da América, como no texto de Salgado, que abomina o distanciamento crítico em relação ao objeto de seu amor: a pátria brasileira, ou o continente americano. Por isso, Salgado argumentava que “O Brasil só fora realmente brasileiro, realmente nacionalista, dentro da Colônia. [...] Pois Portugal estava longe de nós e nos excluía de tal forma de sua vida política e social, que tratávamos de viver uma vida em separado” (Salgado apud *Ibid*, p. 75).¹⁷⁴ E mais: “Sobrevindo a independência e o contato mais amiúde com as nações da Europa, começávamos a copiar, operação que nunca deixaríamos de praticar através de toda a monarquia, e através de quarenta anos de República” (*Idem*). Na base do discurso integralista residia, portanto, a defesa de que o Brasil só conheceu uma maneira própria de ser livre quando estava isolado do mundo. Como argumenta Vasconcellos:

A posição de Plínio Salgado não deixa margem à dúvida: a “alma da nacionalidade” foi conspurcada pela ingerência do europeu. Não fosse essa (com seu saber “artificial” que tanto seduz nossas camadas cultas), o país teria tido outro destino, tudo estaria às mil maravilhas. A partir dessa fantasmagoria, compreende-se o quadro idílico que traça da Colônia: “a vida entre escravos e senhores era, em regra geral, perfeitamente democrática”. [...] *Eis nosso infortúnio: no decurso da história, a cultura alienígena sobrepujara a “ação da terra”. Bons tempos, portanto, aqueles da Colônia, onde o inverso é que dominava.* No dizer de Plínio Salgado, “realizava-se na terra brasileira uma democracia de hábitos, que independia de fórmulas e teorias, de instintos políticos e de expressões formais, cristalizados na letra da lei. O Brasil era realmente independente do ponto de vista dos seus caracteres essenciais”. [...] “Quem ensinava a liberdade não eram os livros, não eram os filósofos. Era a imensidade do sertão. Esse era nosso livro, a nossa cultura” (*Idem*) [Grifo da autora].

entre outras. Quando não envolta na sacramentalização burguesa e patriarcal da monogamia indissolúvel, da procriação etc., a referência ao prazer sexual é marcada de tal modo pela angulação moralista, que ele aparece como sinônimo de aberração, identificando-se com a sexualidade secundária, isto é, reprimida” [Grifo da autora].

¹⁷⁴ Trata-se de um trecho do livro “Psicologia da Revolução” (1935), de Salgado.

Desde os anos 1920, Salgado defendia que a transplantação cultural era a causa da desfiguração de originalidade brasileira: “Aparecendo para o mundo, quando a Europa já era um continente de países perfeitamente montados, tivemos de trazer para cá tudo quanto já estava feito. A formação, pois, da mentalidade nacional, foi realizada, como nos demais países do Novo-Mundo – de fora para dentro” (Salgado apud Vasconcellos, 1979, p. 77).¹⁷⁵ Com base nisso, nos anos 1930, o integralismo se desenvolveu sob o dever de resgatar as origens telúricas da alma brasileira a partir da unidade moral do país sustentada por um Estado totalitário de inspiração fascista. Para harmonizar esse nacionalismo xenófobo à própria imitação dos módulos europeus que a AIB realizava, foi necessário aos integralistas ressaltar constantemente a originalidade do movimento brasileiro em relação aos fascismos da Europa. Por isso Salgado resgatou a memória de Bolívar – para legitimar uma suposta autenticidade americana do integralismo. Também por isso Barroso reforçou, em correspondência particular aos revisionistas, que Bolívar era o antecedente intelectual do integralismo, e não Mussolini ou Hitler. E pelo mesmo motivo Agorio definiu o integralismo como um movimento libertador da América destinado a combater “os modos dissolventes do estrangeiro”.

A última referência ao integralismo brasileiro na *Corporaciones* consta seção bibliográfica da edição nº 8 da revista, acusando o recebimento de exemplares dos três primeiros números da revista *Panorama*, publicados em janeiro, fevereiro e março de 1936. O texto da direção elogia o periódico brasileiro por seu “caráter científico e filosófico que condensa os mais altos valores da cultura carioca” (*Corporaciones*, nº 8, outubro de 1936, p. 52).¹⁷⁶ Foi publicada a tradução em espanhol do texto de apresentação da *Panorama*, original de seu primeiro número, no qual a criação da revista se justificava frente a necessidade de orientar a nacionalidade em um momento de caos social:

“Esta revista aparece numa hora trágica da vida nacional. [...] Na hora da confusão dos espíritos, dos receios, das apreensões torturantes, em que os lineamentos da política brasileira se embaralha [sic], se entrecruzam, se entrecruzam, embaraçando-se em meadas inextricáveis de incoerências e contradições, queremos ser alguma coisa clara, nítida, destacada como um raio de sol que atravessa, nas plúmbeas tempestades, as nuvens pesadas da eletricidade” (*Panorama*, nº 1, janeiro de 1936, p. 1).

Com a publicação deste texto integralista, justificava-se a própria existência da revista uruguaia, cujo número anterior havia afirmado que o periódico estava seguindo uma rota precisa

¹⁷⁵ Trata-se de um trecho do artigo “Literatura e Política”, de Salgado, publicado em 1927.

¹⁷⁶ “Acusamos o recibo de los tres primeros números de esta interesante publicación de carácter científico y filosóficos que condensa los más altos valores de la cultura carioca”. Cabe destacar que a revista *Panorama* era produzida em São Paulo.

tendo surgido justamente em uma hora decisiva: “medicina heroica a infinidade de males que hoje caem sobre a vida da República, nos propomos aprofundar-nos no ambiente nacional ‘fazendo cirurgia de profundidade’, para com elas arrancar pela raiz todos os males de que padecemos” (*Corporaciones*, nº 7, setembro de 1936, p. 2).¹⁷⁷ Ainda na seção bibliográfica, foi publicada a tradução de um parte do texto de Alceu Cordero Fernandez, “As bases filosóficas do pensamento de Einstein”, no qual contestava a teoria da relatividade geral de Einstein. Ao final, havia um pequeno comentário da direção, demonstrando a profunda influência do integralismo no revisionismo, além da convicção que ambos faziam parte de um mesmo movimento de renovação espiritual da América. A direção da *Corporaciones* escreveu: “Tais são os altos conceitos de um sutil e transcendental *revisionismo* com que a juventude Integralista do Brasil inicia esta nova carreira de grandes feitos de um verdadeiro Renascimento de nossa América” (*Corporaciones*, nº 8, outubro de 1936, p. 54) [Grifo da autora].¹⁷⁸

Nesse sentido, entende-se que a seleção de textos integralistas publicados na *Corporaciones* respondia à própria necessidade de afirmação nacionalista dos movimentos de inspiração fascista na América do Sul, de maneira que fosse possível (tentar) harmonizar o discurso fascista ao conteúdo nacional. Considerando que, entre 1935 e 1936, o campo revisionista ainda estava organizando uma ação mais sistemática através de grupos políticos organizados e propaganda em periódicos destinados a um público mais amplo, o contato com os integralistas foi essencial para a configuração de um nacionalismo orgânico tipicamente uruguaio, isto é, um discurso que identificava o *criollo* ou o gaúcho ao verdadeiro homem nacional, em contraposição ao judeu, que representava o estrangeiro. A partir de 1936, os movimentos revisionistas foram fundados quase que sequencialmente: nesse ano surgiu a *Unión Nacional del Uruguay*, cujo periódico era *El Orden*; em agosto de 1937, a *Acción Revisionista del Uruguay*, sendo que a revista *Corporaciones* se transformou no jornal oficial do movimento; também em 1937, a *Asociación de la Juventud Patriótica*, de Leslie Crawford e Oscar Merello, com a revista *Patria*; em janeiro de 1938, Crawford fundou o *Movimiento Revisionista* e, pouco depois, o jornal *Fragua*; e, por fim, em 1940, surgiu o *Renovación Nacional*, com o periódico *Combate*.

Na revista *Corporaciones* é possível encontrar indícios da relação entre os diferentes grupos revisionistas. Crawford publicou alguns artigos nos primeiros números e, em junho de

¹⁷⁷ “Pero...llegamos en la hora precisa; medicina heroica a infinidad de males que hoy se ciernen sobre la vida de la República, nos proponemos ahondar en el ambiente nacional ‘haciendo cirugía de profundidad’, para con ella arrancar de raíz los males que padecemos”.

¹⁷⁸ “Tales son los altos conceptos de un sutil y transcendental revisionismo con que la juventud Integralista del Brasil inicia esta nueva carrera de las grandes gestas de un verdadero Renacimiento en nuestra América”.

1937, foi republicado na revista um texto original do periódico *Patria*, que expunha os princípios da *Asociación da la Juventud Patriótica del Uruguay*. Segundo consta na *Corporaciones*, foram recebidos os dois primeiros números do periódico da *Asociación*, definido como a expressão da “inquietude daqueles que [...] anseiam uma pátria superior por meio da hierarquia dos valores primários” (*Corporaciones*, nº 12, junho de 1937, p. 533) [Tradução livre].¹⁷⁹ Na edição nº 15 da revista, foi publicada uma página do movimento *Acción Nacional*, com alguns recortes de matérias publicadas no jornal *Audacia*, dentre as quais lê-se:

A competência judaica

É em vão que o governo e a imprensa oficialista se fazem de desentendidos. A competência judaica é ruínoza para o comércio e para indústria nacional. Urge tomar medidas defensivas imediatas. Não é possível que o capital israelita prejudique os legítimos interesses da nossa economia. É preciso deter seu avanço imperialista amparado por leis articuladas e pela inércia do Estado liberal (La página de “Acción Nacional”, *Corporaciones*, nº 15, dezembro de 1937, p. 691).¹⁸⁰

Nos jornais *Fragua* e *Audacia*, nos quais o antissemitismo se destaca como um dos principais elementos na construção discursiva, não há referências diretas ao pensamento integralista e a Gustavo Barroso; mas, é possível imaginar a circulação do integralismo no campo revisionista como um todo por intermédio da revista *Corporaciones*, que congrega vários setores conservadores dos partidos tradicionais.

Por outro lado, para os integralistas, o contato com os revisionistas uruguaios também serviu como forma de legitimação da autenticidade americana do movimento brasileiro. Não por acaso, na edição d’*A Offensiva* que Barroso publicou a carta que recebera de Varela de Andrade, ele escreveu o seguinte comentário:

Enquanto a nossa doutrina desperta o entusiasmo e a adesão manifestada publicamente por altos espíritos como La Portelle, Agorio, Varela de Andrade e tantos outros, na Europa e na América, os comunistas impotentes e mentalmente esterilizados continuam a repetir cediços lugares comuns e a virar manivela dos realejos doutrinários do século XIX. [...] *Enquanto eles copiam servilmente as brochuras da mofada propaganda judaico-comunista, de parceria com todos os aventureiros dos guetos, importando todas as ideias que já envelheceram lá fora, os Camisas Verdes criam um ritmo novo de vida, um espírito novo, novas ideias, novas fórmulas, novos pensamentos* e veem tudo isso atravessar mares, terras e fronteiras. *Os comunistas importam pensamentos. Os Camisas Verdes já podem dar pensamentos ao mundo* (Barroso, *A Offensiva*, nº 71, 21 de setembro de 1935, p. 8) [Grifo da autora].

¹⁷⁹ “la inquietud de quienes [...] ansían una patria superiorizada por la jerarquización de los valores primaces”.

¹⁸⁰ “La competencia judía. Es en vano que el gobierno y la prensa oficialista se hagan los desentendidos. La competencia judía es ruínoza para el comercio y la industria nacional. Urge tomar medidas defensivas imediatas. No es posible que el capital israelita perjudique los legítimos intereses de nuestra economía. Es preciso detener su avance imperialista, amparado por leyes articuladas y por la inercia del Estado liberal”

Herdeiro do modernismo conservador dos anos 1920, que trouxe à tona a questão da dependência cultural, o discurso integralista afirmava seu nacionalismo a partir da denúncia da imitação dos módulos estrangeiros pelos liberais e comunistas. Ao mesmo tempo, como movimento político, o integralismo se desenvolveu com base no fascismo europeu, o que resultou em uma contradição que se manteve latente ao longo de toda a existência da AIB: “a apropriação inteiramente glosada do fascismo e seu não reconhecimento por motivos nacionalistas” (Vasconcellos, 1979, p. 196). Daí surge a necessidade de apontar um traço que o distinguisse do fascismo europeu que resulta no tipo de irracionalismo característico do integralismo: “identificada com o Ocidente [...] a razão aparece como sinônimo de afetação intelectual das nossas camadas cultas, presas ao fascínio transoceânico” (Idem).

Ao contrário dos liberais do começo do século, os integralistas jamais perderam de vista o desajuste estrutural entre as formas importadas da Europa e o contexto social – justamente por isso atacavam a imitação das ideias e formas de governo da Europa, supostamente o liberalismo e o comunismo. Contudo, “eles não foram além da aparência do desajuste que caracteriza a sociedade brasileira, tendo dela uma visão hipostasiada de seu ritmo diferente em relação aos países dotados de uma cultura orgânica” (Idem). Em outras palavras, a transplantação cultural era entendida como uma realidade em si mesma e não fruto dos laços históricos de dependência fundados na colonização do Brasil pela Europa. Assim, denunciava-se a impossibilidade de adequação da cultura ocidental (liberal e moderna) ao país e a necessidade de protegê-lo da luta de classes, que, aos olhos integralistas, “se origina num contexto social alienígena e extremamente afetado pelo signo da razão” (Ibid, p. 197).

Para os integralistas, não sem motivo, o “Velho Mundo” europeu representava a Razão, entendida como a práxis que funda a sociedade moderna. A adequação do irracionalismo típico do fascismo europeu realizada pelos “camisas-verdes” não significou a rejeição completa da ideia ocidental de Razão, mas sua funcionalização às forças irracionais características do “Novo Mundo”, geograficamente localizado nas Américas. Nos textos do período modernista é notável a contraposição entre a filosofia ocidental, erigida na Razão formal, e o modo de pensar e viver dos brasileiros, ao mesmo tempo em que se argumenta que a formação da “raça cósmica” americana – um novo tipo de homem – era dependente da aceitação sem preconceitos dos pressupostos da primeira, pois o Brasil seria “o refúgio da humanidade por motivos geográficos e econômicos demasiadamente sabidos” (Manifesto Nhengaçu Verde-Amarelo, 1929 in Telles, 2022, p. 533).¹⁸¹ Ou seja, os pressupostos da filosofia ocidental, da Razão (nomeadamente, a

¹⁸¹ “Na opinião bem fundamentada do sociólogo mexicano Vasconcelos, é entre as bacias do Amazonas e do Prata que sairá a ‘quinta raça’ a ‘raça cósmica’, que realizará a concórdia universal, porque será filha das dores e das

base ideológica que sustentou a expansão do capitalismo), deveriam estar à serviço das forças irracionais típicas do continente americano, o lócus privilegiado onde se realizaria a constituição de uma “raça cósmica”, própria da modernidade (nomeadamente, o desejo do desenvolvimento nacional nos moldes capitalistas).

Ainda que nem sempre expressamente enunciado (e a leitura ideológica de um texto deve se ater mais a sua camada latente do que a sua camada manifesta), *há no discurso integralista um desejo cuja gênese é inimaginável sem o contexto da dependência, a saber: o desejo narcisista de cortar os laços com o Ocidente, de converter o Brasil numa totalidade perversamente auto-suficiente e socialmente indiferente, um esconderijo invulnerável à excitação do dissoluto mundo “moderno”, um país recheado de grandeza, longe da “exótica” luta de classes, à distância e bem protegido das “garras sanguinolentas do comunismo”*. Parafrazeando Freud: um país que beija a si mesmo, eis o ideal narcisista que o Estado totalitário deveria concretizar, segundo os camisas-verdes (Idem) [Grifo da autora].

Essa especificidade do integralismo enquanto discurso fascista inserido na periferia do capitalismo foi compartilhada com os revisionistas uruguaios pois estes também sofriam com o contexto da dependência cultural – não por acaso o conteúdo do diálogo entre os grupos se concentrou na afirmação da natureza americana do movimento de “renascimento espiritual” do qual haviam surgido. Nesse sentido, entende-se que o contato com os integralistas legitimou a organização de um campo político de inspiração fascista, mas autenticamente americano, no Uruguai; assim como, no Brasil, o contato com os revisionistas foi mobilizado como uma prova da originalidade da AIB em relação ao fascismo europeu. Dessa maneira, os integralistas procuravam se legitimar como uma “nova filosofia”, particular das Américas – e não simplesmente como um movimento fascista como os demais.

A “segunda libertação da América” que o integralismo pretendia realizar, reivindicando a herança de Bolívar, representava um projeto continental contra a invasão estrangeira, da Razão, e, por isso, foi mobilizado pelos revisionistas com referência à sua própria autenticidade nacional. Ao se voltar para a América Latina, a AIB projetava para o continente a ideia do nascimento da “quarta humanidade” a partir dos “caldeamentos étnicos que aqui se processam” (Salgado, 1955, p. 47). Do escritor mexicano José de Vasconcelos, Salgado tomou de empréstimo a ideia da formação de uma “raça cósmica” no continente, fundamentando a

esperanças da humanidade. Temos de construir essa grande nação, integrando na Pátria Comum todas as nossas expressões históricas, étnicas, sociais, religiosas e políticas. Pela força centrípeta do elemento tupi. Mas, se o tupi se erigir em filosofia, criará antagonismo, provocará a dissociação, será uma força centrífuga. E o Brasil falhará, pois precipitará acontecimentos. Toda e qualquer sistematização filosófica entre nós será tapuia (destinada a desaparecer assediada por outras tantas doutrinas) porque viverá a vida efêmera das formas ideológicas da antecipação, das fórmulas arbitrárias da inteligência, tendo necessidade de criar uma exegese específica, unilateral e sem a amplitude dos largos e desafogados pensamentos e sentimentos americanos e brasileiros” (Manifesto Nhenhaçu Verde-Amarelo, 1929 in Telles, 2022, p. 533).

unidade dos povos latino-americanos contra a exploração do capitalismo internacional (Gonçalves in Ariño, Sanz, Saz, 2024, p. 44).

A América Latina está destinada a formar uma verdadeira confederação [...] Esse movimento que se iniciou no Brasil, deverá estender-se pelos países sul-americanos. A suspensão de todas as barreiras alfandegárias entre esses povos e o mais íntimo intercâmbio cultural e espiritual devem ser a preocupação imediata dos Estados Integralistas Sul-Americanos. Com essa sólida estrutura econômica e moral, poderemos nós, povos escravizados, erguer a cabeça e solucionar conjuntamente as nossas insolvabilidades, a nossa situação de tributos super-explorados pelo Super-Capitalismo anticristão (Salgado, 1955, p. 49).

Em agosto de 1937, marcando o segundo ano de publicação da *Corporaciones* e a inauguração do *Club Colorado Adolfo Agorio*, foi fundada a *Acción Revisionista del Uruguay*.¹⁸² Nesse momento, as publicações integralistas na revista já haviam cessado há praticamente um ano, ao mesmo tempo em que cresceu o número de autores uruguaios publicados no periódico, assim como passaram a ser publicados textos especificamente sobre a doutrina revisionista. Nesse sentido, entende-se que a partir do final de 1936, o grupo político organizado ao redor da *Corporaciones* passou de uma fase inicial de maturação intelectual para uma fase de desenvolvimento da própria doutrina, buscando se afirmar como um movimento nacional e nacionalista.

O distanciamento em relação ao integralismo brasileiro na revista também pode ter sido influenciado pelo momento político da AIB, e mesmo pela proximidade do governo Terra – ao qual os revisionistas eram aliados – com o governo Vargas. Em meados de 1936, a relação do integralismo com o governo Vargas assumiu uma postura mais conciliatória, mas logo após o golpe do Estado Novo, a AIB deixa de existir como partido político e os herdeiros do integralismo se tornaram inimigos do governo Vargas, com o exílio de Plínio Salgado em 1938. Os revisionistas uruguaios, por outro lado, teceram elogios ao governo Vargas em várias ocasiões, além de estarem ligados politicamente ao Partido Colorado e ao governo Terra, cuja relação diplomática com Vargas era amistosa.

¹⁸² “‘Acción Revisionista del Uruguay’ movimiento de opinión que pretende encontrar la colaboración de todos los hombres de bien en pro de los altos intereses de la República, acaba de realizar u brillante acto partidario con motivo de la inauguración del Club Colorado ‘Adolfo Agorio’ de la 20° Sección, oportunidad que congregara no menos de 600 correligionarios afiliados ya a aquella entidad partidaria, ansiosos de oír la palabra que a modo de nuevo credo ha cruzado el país de un extremo a otro sembrando adeptos por doquiera, inspirados como se hallan los más de nuestros compatriotas en crear una Patria de más en más feliz, respetada por todos, patria sana y fuerte, donde impere el respeto mutuo y la vida se deslize en planos los más igualitarios posibles” (El Revisionismo inicia brillantemente su acción política, *Corporaciones*, nº 13, agosto de 1937, p. 537).

4 ANTISSEMITISMO E PROPAGANDA FASCISTA NO BRASIL E NO URUGUAI

No Brasil e no Uruguai, os anos 1930 foram um período de intensa circulação da propaganda fascista – tanto por meio dos veículos oficiais dos partidos europeus nestes países, quanto, e sobretudo, por meio dos movimentos de inspiração fascista locais, que adaptaram o modelo da propaganda utilizados por seus congêneres europeus aos seus objetivos políticos particulares. Para os integralistas e revisionistas, o antissemitismo se destacou como uma poderosa ferramenta ideológica uma vez que representou uma síntese dos principais mecanismos psicológicos do discurso fascista. Partindo da relação intrínseca entre o antissemitismo e a propaganda fascista, o objetivo deste capítulo é explorar os usos políticos do antissemitismo na imprensa integralista e revisionista, buscando compreender a especificidade do discurso antissemita moderno nestes casos, bem como seu papel no diálogo estabelecido entre os movimentos.

4.1 O antissemitismo moderno e o fascismo

Para Postone (2021, p. 32), “o antissemitismo moderno deve ser entendido em referência ao nazismo como movimento – um movimento que, nos termos de sua autocompreensão, representou uma revolta”. Assim, qualquer tentativa de compreensão do primeiro que não leve em conta a especificidade do Holocausto é incompleta, pois este foi o fim lógico do antissemitismo fascista; da mesma maneira, as conclusões sobre o último que não levam em consideração a particularidade do antissemitismo enquanto forma da ideologia especificamente moderna são parciais. O antissemitismo moderno não foi um fenômeno exclusivamente alemão; ao contrário, sua gênese foi marcada por contribuições diversas da cultura europeia em geral, sobretudo francesas; e ao longo do século XX, este discurso se espalhou largamente pela América Latina, especialmente por meio da propaganda fascista. Seguindo Postone, a enorme dificuldade de explicar a totalidade do antissemitismo moderno (fascista) reside justamente na especificidade qualitativa do Holocausto, isto é, seu sentido de missão ideológica e aparente ausência de objetivo exterior. A “solução final” possuía a aparência de um fim em si mesmo – o extermínio pelo extermínio.

O extermínio dos judeus não parece ter sido um meio para um fim qualquer. Eles não foram exterminados por razões militares ou no decurso de um processo violento de aquisição do território [...] Nem a política nazista em relação aos judeus se assemelhou à sua política relativamente aos poloneses e aos russos, que procurou erradicar aqueles segmentos da população cuja resistência se poderia cristalizar, de modo a explorar o

restante da população mais facilmente como hilotas. Com efeito, os judeus não foram exterminados devido a qualquer objetivo manifesto “extrínseco” [...] Uma explicação funcionalista do Holocausto e uma teoria do antissemitismo como bode expiatório não podem nem mesmo começar a explicar o porquê de, nos últimos anos da guerra, quando o Exército Vermelho estava a ponto de esmagar as forças alemãs, uma proporção significativa de veículos ter sido desviada do apoio logístico e utilizada para transportar os judeus para as câmaras de gás (Postone, 2021, p. 31-32).

Das formas antigas de preconceito antijudaico, o antissemitismo moderno herdou uma visão de mundo fortemente maniqueísta, que atribuía aos judeus um enorme poder – mas, na modernidade, este perigo é visto como real e em curso, em vez de potencial. Ao contrário das formas anteriores, no antissemitismo moderno, o poder atribuído aos judeus é intangível, abstrato e universal. “É considerado como uma forma de poder que não se manifesta diretamente, *mas tem de encontrar outro modo de expressão*. Procura um suporte concreto – político, social ou cultural – mediante o qual pode funcionar” (Ibid, p. 33) [Grifo da autora]. Na imaginação antissemita, os judeus são a força “que está por trás dos fenômenos, mas não é idêntico aos mesmos. A sua fonte é portanto considerada oculta – conspiratória” (Idem). Dito de outra maneira, “os judeus representam uma conspiração internacional extremamente poderosa e intangível” (Ibid, p. 34). O antissemitismo moderno é essencialmente conspiracionista, não por acaso sua forma mais bem acabada no século XX foi a teoria da conspiração do “judaísmo internacional”.

Uma espécie de teoria da conspiração desta natureza começou a ser delineada logo após a Revolução Francesa entre os setores contrarrevolucionários, o que demonstra a íntima relação entre o antissemitismo moderno e o pensamento conservador. Sua origem foi a obra do clérigo francês Augustin Barruel, “Memórias para servir à história do jacobinismo” (1797), que denunciava uma conspiração muito antiga entre judeus e maçons da qual nascera a Revolução Francesa, cujo objetivo último era abolir toda a forma de sociedade tradicional do Antigo Regime. O livro era evidentemente conservador ao identificar todos os aspectos revolucionários da cultura liberal como ameaçadores, antecipando a característica fortemente contrarrevolucionária que o pensamento conservador assumiu após as revoluções de 1848 e, especialmente, na forma da teoria da conspiração.

A seu ver, o mal começara com a Ordem dos Templários na Idade Média, que não havia sido verdadeiramente exterminada em 1314 e que sobrevivera como sociedade secreta empenhada em abolir todas as monarquias, em derrubar o papado, em pregar a liberdade ilimitada a todos os povos e em fundar uma república mundial sob seu controle. Nos séculos que se seguiram, tal sociedade envenenara certo número de monarcas; e no século XVIII conquistara a Ordem dos Maçons, que ficou inteiramente sob seu domínio. Em 1763, criou uma academia literária secreta, da qual participavam Voltaire, Turgot, Condorcet, Diderot e d’Alembert, que realizava reuniões regulares

na casa do Barão d’Holbach; com suas publicações, esse organismo minara toda a moralidade, a verdadeira religião entre os franceses. De 1776, em diante, Condorcet e o abade Sièyes haviam formado uma vasta organização revolucionária de meio milhão de franceses, os jacobinos da revolução. Mas o espírito da conspiração, os verdadeiros chefes da revolução, eram os *Illuminati* bávaros, sob a direção de Adam Weishaupt, “inimigos da raça humana, filhos de Satanás”. A esse punhado de alemães, todos os maçons e os jacobinos da França já deviam cega obediência; e era opinião de Barruel que, a menos que cessasse essa obediência, aquele punhado de alemães logo dominaria o mundo (Cohn, 1969, p. 29-30).

O livro de Barruel repercutiu relativamente pouco entre seus contemporâneos, muito embora a crítica à Revolução Francesa fosse o núcleo central do pensamento conservador nessa época. Essa forma de antissemitismo conspiracionista foi recuperada em meados do século XIX, com a publicação do romance “Coningsby” (1844), de Benjamin Disraeli, que ilustra claramente o caráter oculto e indireto do poder atribuído aos judeus. Um dos capítulos da obra relata o caso do judeu Sidonia, um agente do governo russo em busca de empréstimos internacionais, que por todos os países onde passava encontrava também um judeu a frente do ministério responsável. Concluindo a história da seguinte maneira: “Vê você então meu caro Coningsby, que o mundo é governado por personagens muito diferentes das imaginadas pelos que não estão nos bastidores” (apud Ibid, p. 35). Essa forma de teoria da conspiração envolvendo os judeus, representados como as forças ocultas por trás das grandes transformações do mundo moderno, se espalhou muito rapidamente pela Europa logo após as revoluções de 1848 – que marcam um momento decisivo na luta de classes do continente. Justamente deste contexto data uma virada importante no pensamento conservador, que, doravante, transformou-se em legítimo instrumento de defesa da ordem burguesa.

A burguesia se tornou classe hegemônica nos principais países capitalistas por meio de revoluções liberais contra os privilégios jurídicos da nobreza e do Clero, atuando como classe revolucionária e, assim, representando o interesse geral das classes oprimidas pelo Antigo Regime. Mas, após se consolidar enquanto classe dominante, a burguesia foi “levada à defesa de seus estritos interesses particularistas”. Ou seja, “o protagonismo revolucionário da burguesia cede lugar a um desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições que criou” (Netto, 2011, p. 46). As revoluções populares de 1848 foram um divisor de águas nesse sentido, porém desde 1830 já se delineava uma transformação ideológica, que aproximava cada vez mais a burguesia do pensamento conservador, do qual outrora fora alvo.

O conservadorismo clássico nunca atacou diretamente o modo de produção capitalista, mas a “modernidade” e, sobretudo, o Iluminismo – ou seja, a cultura burguesa. Justamente este traço caracterizou a forma de anticapitalismo romântico nas obras de Edmund Burke, assim como grande parte da tradição conservadora posterior. Dito de outra forma, Burke queria “a

continuidade do desenvolvimento econômico capitalista, sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio, a família, *as corporações*, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada etc)” (Netto, 2011, p. 45) [Grifo da autora].¹⁸³

Imediatamente após a Revolução Francesa, o conservadorismo nasceu como expressão dos interesses das classes privilegiadas do Antigo Regime, tendo em vista um projeto de restauração monárquica. Contudo, a partir de 1815, os próprios intelectuais conservadores tomaram consciência da irreversibilidade das transformações capitalistas, formando uma aliança com a burguesia, agora já classe dominante.¹⁸⁴ Nesse momento, a última renunciou ao seu passado revolucionário para integrar a tradição do pensamento conservador fortemente contrarrevolucionário. Assim, de “instrumento ideal da luta antiburguesa”, o conservadorismo se converteu no “subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado” (Ibid, p. 49-50). Essa aliança transformou o papel social do conservadorismo, assim como sua estrutura teórica.

Nesta passagem, desaparecem do pensamento conservador as demandas restauradoras e o próprio componente anticapitalista se converte numa conceptualização de caráter científico. A atenção dos conservadores se voltará para a construção de um corpo de conhecimentos que, favorecendo a gestão da ordem burguesa (mesmo que, para esta funcionar, haja que promover reformas dentro da ordem), permita controlar e regular suas crises e, assim, superar a ameaça revolucionária. Estes dois fenômenos - crise social e revolução - polarizaram todo o pensamento conservador pós-48: estão na raiz da ciência social que é filha direta do conservadorismo pós-48, a sociologia (Ibid, p. 52)

Em resumo, se a disposição revolucionária da burguesia qualificou o Iluminismo como uma tendência “de esquerda”, como expressão da posição dominante de classe da burguesia, o liberalismo foi uma tendência “de direita”, em oposição aos novos representantes “da esquerda”, os socialistas, anarquistas e comunistas da Europa. O uso das aspas pretende

¹⁸³ Sobre a obra de Burke, Escorsim Netto (2011, p. 44) argumenta: “o que Burke repudia vigorosamente não é o desenvolvimento capitalista como tal, mas 1º a forma da ação política e 2º a destruição de instituições sociais consagradas pela tradição. A forma de ação política repudiada por Burke é a revolução burguesa que mobiliza massas. A instauração de novas instituições segundo uma racionalidade antitradicionalista é rechaçada por Burke. Ou seja: dois dos componentes da cultura moderna é que são renegados pelo autor das *Reflexões*”.

¹⁸⁴ “A função social do pensamento conservador, tal como aparece nos imediatos continuadores de Burke, é inequívoca: o conservadorismo expressa os interesses dos privilegiados do Ancien Régime, a nobreza fundiária e o alto clero. O pensamento conservador exprime, assim, um projeto de restauração que em pouco tempo revela-se inviável: entre 1815 (o *Congresso de Viena*, que consagra a Santa Aliança) e 1830 (a revolução de julho, que derruba, na França, Carlos X, o último Bourbon), o que se manifesta, na Europa Ocidental, é a irreversibilidade das transformações que o desenvolvimento do capitalismo impõe às instituições sociais. As perspectivas restauracionistas, que, até então, parecia viáveis, tornam-se claramente utópicas. [...] O movimento de refuncionalização cultural a que estamos nos referindo decorre, aproximadamente, entre 1830 e 18848 - não é acidente da história que o marco das revoluções democrático-populares (aquelas que o emergente proletariado protagonizou reivindicando para a prática social a efetividade do que vinha inscrito na cultura moderna) seja o divisor de águas a partir do qual a burguesia renuncia à sua herança cultural” (Ibid, p. 46-47).

ressaltar o caráter situacional e relativo dos conceitos direita e esquerda, sendo fundamental atentar ao conteúdo histórico do pensamento considerado “de direita” ou “de esquerda”. O conservadorismo surgiu como uma tendência “de direita” – justamente daí nasceram os referidos termos, pois os representantes do Clero e da nobreza, defensores da antiga ordem monárquica, se sentavam à direita na Assembleia Nacional francesa nas vésperas da Revolução, enquanto os representantes do terceiro estado se sentavam à esquerda. Mas, se a burguesia liberal nasceu “de esquerda”, transformada em classe hegemônica, seu pensamento se transformou “de direita”, em defesa da ordem estabelecida.

O encontro do pensamento burguês com o conservadorismo resultou em formas variadas de expressão. Segundo Lukács (2015, p. 103), após as revoluções de 1848, o pensamento conservador burguês se desenvolveu diversamente ao redor de duas posições: a primeira, descrita acima por Escorsim Netto, caracterizada por uma apologética simples e direta do capitalismo, típica do pensamento liberal do século passado; a outra, o anticapitalismo romântico, cujo discurso apologético era mais complexo, sendo a origem da demagogia fascista dos anos 1930. Baseado em Marx, Lukács identifica a decadência do pensamento burguês a partir de meados do século XIX com a apologia, direta ou indireta, do sistema capitalista. Nas tendências do pensamento burguês mais próximas ao conservadorismo clássico, o aspecto do anticapitalismo romântico se transformou em uma apologia indireta ao capitalismo – Malthus foi o primeiro nesse sentido, mas esta posição ganhou especial destaque no pensamento burguês após as revoluções de 48.¹⁸⁵

Para Lukács, especificamente na Alemanha, o irracionalismo predominante no pensamento burguês “desde a entrada do século XIX, responde pela capitulação cultural em face do fascismo” (Netto, 2011, p. 131).¹⁸⁶ Como forma do pensamento reificado, o

¹⁸⁵ “Malthus não tem interesse em encobrir as contradições da produção burguesa, mas, ao contrário, quer evidenciá-las, por um lado para demonstrar como é necessária a miséria das classes trabalhadoras [...], e, por outro, para demonstrar aos capitalistas que um clero eclesiástico e estatal bem nutrido é indispensável a fim de lhes proporcionar uma demanda adequada” (Marx apud Lukács, 2015, p. 105). Se para o liberal David Ricardo, a apologia do capitalismo se traduzia na defesa do desenvolvimento das forças produtivas humanas como um fim em si mesmo, opondo-se a qualquer classe que impeça tal desenvolvimento; em Malthus, o livre desenvolvimento da sociedade capitalista era afirmado apenas com a condição que a produção burguesa não fosse um momento histórico revolucionário, mas tão somente como “algo que se limite a fornecer uma base material mais vasta e mais cômoda à ‘velha’ sociedade” (Ibid, p. 104).

¹⁸⁶ Por irracionalismo, entende-se “uma simples forma de reação [...] ao desenvolvimento dialético do pensamento humano. Sua história depende, portanto, do desenvolvimento da ciência e da filosofia, a cujas novas colocações reage de tal modo que converte o próprio problema em solução, proclamando a suposta impossibilidade de compreender o mundo. Esta estilização da pretensa insolubilidade do problema como a resposta e ele e a pretensão de que, nesta fuga e neste desvio da solução, nesta evasão ante uma resposta positiva, reside a ‘verdadeira’ consecução da realidade, constitui o traço característico decisivo do irracionalismo” (Lukács, 1968 apud Netto, 2011, p. 132). Para Marcuse (1997, p. 57), enquanto teoria social, o irracionalismo se constituiu como um conceito em relação a um tipo ideal de racionalismo, definido como “uma teoria da sociedade que subordina a práxis por ela exigida à ideia de razão (*ratio*) autônoma, isto é, da faculdade humana de apreender o verdadeiro, o

irracionalismo representou uma apologia indireta ao capitalismo na medida em que afirmava a impossibilidade de compreensão objetiva do mundo e, portanto, de transformá-lo. Na Alemanha, o romantismo se desenvolveu como reação à sugestão do conhecimento científico do Iluminismo, ao mesmo tempo em que representou a cultura própria da revolução burguesa alemã – isto é, um processo de modernização capitalista “precocemente imperialista, sem as bases de uma revolução democrática, com uma burguesia que aceitou o comando dos *junkers*”¹⁸⁷ (Netto, 2011, p. 130). Dito de outra forma, o romantismo alemão representou uma possibilidade de modernização capitalista conservadora.

O romantismo e a reação romântica sonha[vam] também com a conversão da Alemanha em país moderno (e capitalista, coisa então ignorada pela maioria de seus representantes), mas o desejam sem a destruição do feudalismo, sem a eliminação dos vestígios e privilégios feudais. Ou seja, não deseja[vam] uma reconstrução da ordem pré-capitalista, mas um capitalismo política e socialmente reacionário, que “absorva” os restos feudais e os preserve em seu interior (Lukács, 1971 apud Ibid, p. 134).

Paralelamente, os setores mais reacionários do conservadorismo burguês foram os responsáveis pela enorme difusão da teoria da conspiração do judaísmo internacional em meio às revoltas populares na Europa. O agente da polícia secreta da Prússia, Hermann Goedsche, “que era favorecido pelos proprietários de terras conservadores” (Cohn, 1969, p. 37), publicou uma série de romances sensacionalistas baseados na ideia de uma conspiração judaica mundial, sendo “*Biarritz*”, de 1868, o mais famoso. O capítulo intitulado “No Cemitério Judaico de Praga” narra o encontro entre os representantes das doze tribos de Israel e o demônio no qual teria sido traçado “um plano para dividir as grandes propriedades e fazer passar todas as terras para as mãos dos judeus, de modo que os trabalhadores nessa terra se tornem operários dos judeus”, além de “destruir a Igreja Cristã, alimentando o livre pensamento, o ceticismo e o anticlericalismo” (Ibid, p. 38). Esse texto foi a origem do panfleto conhecido como “Discurso do Rabino”, amplamente divulgado na Europa a partir da década de 1880.

O panfleto foi traduzido para o russo, chegando às mãos da polícia secreta czarista, que utilizou-o na defesa do já enfraquecido czar Nicolau II. Com a explosão do Caso Dreyfus, na França, agentes do governo czarista redigiram uma nova versão do panfleto, denominada “Protocolos dos Sábios de Sião” – que passou a ser amplamente divulgada após a Revolução

bom e o justo mediante o pensamento conceitual [...] a própria organização social em seu conjunto precisa se justificar frente ao veredicto do tribunal da razão”. Por outro lado, a teoria irracionalista da sociedade postula dados irracionais que precedem a razão como seu limite de princípio, por exemplo “a natureza”, “o povo”, “o sangue e a terra”. A razão crítica não é completamente negada, mas depende sempre de modo causal, funcional e orgânico às forças racionais que a precedem; portanto, se torna funcional ao irracional, e não crítica.

¹⁸⁷ Os *junkers* eram grandes proprietários de terra e militares de elite que pertenciam à nobreza.

de 1905, na Rússia. A semelhança entre os “Protocolos” e o “Discurso do Rabino”, ambos documentos populares no país, “era considerada prova de que não só eram verdadeiras como também manifestações sucessivas de uma conspiração judaica havia muito formada” (Ibid, p. 42). Após a Revolução Bolchevique, o Exército Branco utilizou extensivamente os “Protocolos” como propaganda contrarrevolucionária; concomitantemente, alguns emigrantes russos levaram a história para a Europa Ocidental, onde também se popularizou. Desde sua aparição, os “Protocolos” foram alvo de críticos que procuraram comprovar sua falsidade, o que, contudo, nunca foi suficiente para deslegitimar sua popularidade. Ao contrário, tais críticas eram apontadas pelos defensores da teoria como as próprias provas de uma conspiração judaica, que tentava, agora, desmoralizar aqueles que denunciavam a verdade.

Todas estas histórias conspiracionistas antissemitas eram muito semelhantes, mesmo porque constituíam versões de uma mesma fonte. Nelas, os judeus representavam as forças ocultas por detrás dos fenômenos típicos da modernidade capitalista. Como o conservadorismo contrarrevolucionário, a conspiração antissemita também rejeitava a cultura moderna, a revolução e o caos social que aparentemente era seu fruto. A diferença residia no fato que o pensamento conservador em geral atribuía a origem desta situação caótica à cultura moderna em si – seus princípios individualistas e materialistas que iam de encontro aos valores tradicionais que, supostamente, garantiam a ordem e coesão social; enquanto, na teoria da conspiração, esta cultura já era obra do judaísmo contra a civilização cristã, sendo os fenômenos da modernidade os meios para a conquista da dominação mundial. Ao longo dos anos 1920, na Europa e Estados Unidos, a narrativa da conspiração antissemita foi ganhando novos traços, personalizando, cada vez mais, na figura do judeu todos as características deletérias da modernidade capitalista.

Nesse momento, nas ciências e literatura, também se proliferaram as teorias bio-historicistas, cujo caráter racista era latente e, muitas vezes, explícito. Estas teorias racistas compartilhavam muitos pressupostos com a teoria da conspiração, especialmente a biologização da história e da vida social. Contudo, o antissemitismo moderno não constituiu uma mera variante do racismo científico, ainda que o primeiro fosse intimamente ligado ao segundo. O que diferencia o antissemitismo moderno do racismo em geral é o grau e, sobretudo, a qualidade do poder atribuído aos judeus: o judaísmo internacional representava uma força cuja ameaça era percebida como real e em andamento. Na teoria da conspiração antissemita, os

judeus personificavam a modernidade em curso e toda a sorte de eventos caóticos futuros.¹⁸⁸

Como descreve Postone (2021, p. 34):

É uma característica do antissemitismo moderno que os judeus sejam considerados a força que se esconde por trás dos antagonistas “aparentes”: capitalismo plutocrata e socialismo. O “Judaísmo Internacional” é, para além disso, percebido como algo que está centrado nas “selvas de asfalto” das megalópoles urbanas emergentes, por trás da “cultura moderna, vulgar e materialista” e, em geral, de todas as forças que contribuem para o declínio dos grupos sociais, valores e instituições tradicionais. *Os judeus representam uma força estrangeira, perigosa e destrutiva que mina a “saúde” social da nação.* O antissemitismo moderno, portanto, é caracterizado não apenas pelo seu conteúdo secular, mas também pelo seu caráter sistemático. *A sua pretensão é a de explicar o mundo - um mundo que se tornou rapidamente demasiado complexo e ameaçador para muitas pessoas* [Grifo da autora].

Essa última frase de Postone constitui um ponto central da argumentação desta dissertação, ligando a gênese do antissemitismo moderno ao fascismo. O anticapitalismo romântico do antissemitismo moderno coincide com àquele do pensamento conservador: seu ataque é direcionado à cultura moderna, aos seus aspectos quantificadores e impessoais, assim como grande parte da tradição anticapitalista romântica em geral.¹⁸⁹ A grande diferença entre ambos era o público a que se dirigiam: desde o princípio, a teoria da conspiração antisemita foi diretamente endereçada às classes populares, com vistas a desviá-las dos movimentos revolucionários (reais ou potenciais), não por acaso os “Protocolos” foram estrategicamente divulgados pelo polícia czarista após a Revolução de 1905. E este objetivo modificou os aspectos discursivos (performáticos) do antissemitismo moderno em relação ao conservadorismo. Mas, com os movimentos populares (em sua imensa variedade de manifestações na Europa), o antissemitismo moderno também compartilhava aspectos do anticapitalismo romântico, como a denúncia da transformação do homem pela máquina e a perda de sua sensibilidade, o caráter corruptor do dinheiro etc. – daí seu apelo às classes populares, para quem o mundo moderno apresentava-se, de fato, como perigoso.

Na realidade, segundo Löwy (1990, p. 35), durante o século XIX o anticapitalismo romântico representou uma verdadeira *Weltanschauung* – palavra alemã que designa uma forma de mentalidade, “uma abrangente visão de mundo, um estilo de pensamento, uma estrutura

¹⁸⁸ “É não apenas o grau, mas também a qualidade do poder atribuído aos judeus que distingue o antissemitismo de outras formas de racismo. Provavelmente, todas as formas de racismo atribuem um poder potencial ao Outro. Esse poder, contudo, é usualmente concreto, material ou sexual. É o poder potencial do oprimido (como reprimido), dos “*Untermenschen*” (“sub-humanos”). O poder atribuído aos judeus é muito maior e é percebido como real e vez de potencial.” (Postone, 2021, p. 33).

¹⁸⁹ Para uma análise sobre o romantismo, consultar *Romantismo e messianismo* (Löwy, 1990).

básica de sentimento” – reativa à Revolução Industrial¹⁹⁰ e as profundas consequências econômicas, sociais e culturais resultantes, que pode ser encontrada ao longo de toda a cultura moderna, desde Burke a Charles Dickens. A característica nuclear dessa visão de mundo era uma “crítica radical à moderna civilização industrial (burguesa) [...] em nome de certos valores sociais e culturais pré-capitalistas” (Ibid, p. 36). Como aponta Löwy (Ibid), esta crítica raramente era sistemática ou apontava para o capitalismo como tal como a origem dos problemas que denunciava, e, por isso, não determina qualquer posição ideológica a priori - podendo ser reacionária ou revolucionária. Entendendo que um dos mecanismos fundamentais da ideologia é “ocultar a origem da divisão social em classes e a luta de classes” (Chauí, 2012, p. 98), sendo “funcional com respeito a alguma relação de dominação social [...] de maneira intrinsecamente não transparente” (Zizek, 1996, p. 14), o anticapitalismo romântico pode ser mais ou menos avançado, do ponto de vista da crítica da ideologia, a depender de sua posição frente à estrutura da sociedade dividida em classes. Uma figura disruptiva nesta tradição romântica foi Georges Sorel, na qual coincidiram tanto aspectos conservadores como revolucionários.

Sorel foi fruto de uma nova inflexão do pensamento conservador da qual se originou o fascismo. O impacto da Primeira Guerra Mundial como desilusão do mundo burguês, como prova do desencantamento do mundo, deu lugar a uma cosmovisão pessimista, marcada pela angústia e violência, sendo a obra de Oswald Spengler, “A decadência do Ocidente (1919-1922)”, seu o marco simbólico. Mas, mesmo antes da guerra, essa tendência pessimista e violenta já vinha tomando forma na Europa. Segundo Sternhell (1995, p. 31), Sorel e os sindicalistas revolucionários italianos. “formaram o verdadeiro núcleo ideológico central do fascismo, provendo-lhe sua estrutura conceitual inicial” [Tradução livre]. O escritor francês iniciou sua carreira política nos movimentos de esquerda, engajando-se no *Bernstein-Debatte* favoravelmente às teses reformistas de Bernstein.¹⁹¹ Em comparação à postura reformista de

¹⁹⁰ Aqui, por Revolução Industrial compreende-se o amplo “processo pelo qual a burguesia se pôs como classe hegemônica do ponto de vista econômico-social”, refere-se, portanto, ao “processo geral de revolução burguesa” na Europa (Netto, 2011, p. 43).

¹⁹¹ Em resumo, o *Bernstein Debatte* consistiu uma série de discussões entre a social-democracia alemã sobre a necessidade de o partido trabalhar no sentido da democratização do Estado e da sociedade alemã através de meios estritamente compatíveis com o sufrágio universal e outros princípios básicos da democracia liberal. Os principais nomes do debate foram Karl Kautsky e Eduard Bernstein. O último “opunha-se frontalmente à ideia de que a sociedade burguesa estivesse à beira de um colapso. De acordo com sua perspectiva evolucionista, a economia capitalista teria desenvolvido inúmeros mecanismos de adaptação que a teria tornado praticamente imune a crises econômicas gerais. [...] Nestes termos, o largo e contraditório processo histórico de expansão industrial atravessado pela Alemanha a partir de meados do século XIX assume, na otimista e problemática análise bernsteiniana, o caráter de processo civilizador, no qual a sociedade dirigir-se-ia progressiva e linearmente no sentido da maior estabilidade, organização e harmonia social” (Andrade, 2007, p. 9). Muito embora Bernstein tenha sofrido dura oposição do SPD, na prática, a social-democracia alemã incorporou sua visão do fatalismo capitalista, marcando

Bernstein, Sorel representou uma postura revolucionária no que se refere à tática de intervenção política – mas, ao mesmo tempo, teoricamente conservadora.¹⁹² Conservadora pois os aspectos mais avançados da teoria marxista – a dizer, a crítica à economia política – foram completamente rejeitados por Sorel. Sua leitura do marxismo era essencialmente demagógica, selecionando elementos e distorcendo conceitos fundamentais, como a própria noção de classe social.¹⁹³ Para o francês, o núcleo do marxismo enquanto movimento social era a promoção da luta de classes,¹⁹⁴ sendo a revolução um meio para a destruição da sociedade civil burguesa, mas cujo pressuposto era a economia de livre mercado.¹⁹⁵

O caso Dreyfuss foi um momento definitivo na trajetória política de Sorel: antes, fora favorável a Dreyfuss, mas, após sua vitória no julgamento, criticou duramente os usos políticos do caso, aproximando-se de Charles Maurras e da *Action Française*.¹⁹⁶ Para ele, a corrupção dos defensores de Dreyfuss, que por meio de sua influência eleitoral buscavam deslegitimar o Exército, o Estado e a Igreja, era uma ameaça à toda estrutura da sociedade francesa. O discurso de Sorel sobre o caso era de natureza conspiracionista mesmo quando a referência ao suposto poder dos judeus não era direta. “Ele fala da ‘corrupção’ e da ‘palhaçada’ dos *Dreyfusards* à medida que eles começam a utilizar seu poder governamental para manipular o processo legal e perseguir o anti-clericalismo no campo da educação” (Wilde, 1986, p. 386) [Tradução livre].

Ele inicia em oposição a Maurras mas, posteriormente, julga os *Dreyfusards* como corruptos; ele associa os *Dreyfusards* com a democracia e julga *essa* como corrupta; ele associa os *Dreyfusards* com os judeus e julga *eles* como corruptos; finalmente, sua

uma profunda contradição entre a teoria e a prática do partido: apesar de ter mantido um vocabulário revolucionário, assumia o prognóstico reformista de Bernstein. Para mais sobre, consultar o artigo “O Bernstein-Debate e a indefinição da ala “ortodoxa” da social-democracia alemã” (Andrade, 2007).

¹⁹² Para uma exposição mais detalhada sobre a influência de Sorel na gênese do fascismo, consultar os três primeiros capítulos de *The birth of fascist ideolog: from cultural rebellion to political revolution* (Sternhell, 1995).

¹⁹³ Sternhell (1995, p. 45) ressalta a inconsistência intelectual de Sorel: “É verdade que, como Maximilien Rubel demonstrou, Sorel leu os escritos de Marx que eram conhecidos à sua época frequentemente de forma aproximativa e seletiva; ele provavelmente não tinha um sólido conhecimento do primeiro livro d’O Capital. Ademais, seu conhecimento de alemão era longe de ser suficiente para lhe permitir estudar os textos no original. Leszek Kolakowski argumenta que Sorel constantemente manipulava arbitrariamente Marx, como em sua definição do conceito de classe. Na verdade, qualquer um que se deu ao trabalho de estudar Marx sabe que a seguinte definição de classe, dada por Sorel em [Material para uma teoria do proletariado], não corresponde com a ideia de Marx: “Uma classe plenamente desenvolvida é, de acordo com Marx, uma coletividade de famílias unidas por tradições, interesses e opiniões políticas, que atingiram um tal ponto de solidariedade que alguém pode atribuir-lhe uma personalidade e tomá-la como as razões e as ações em acordo com suas razões” [Tradução livre].

¹⁹⁴ Para Sorel, “socialismo é... a organização da revolta, e o sindicato com a orientação revolucionária é a coisa mais especificamente socialista” (apud Ibid, p. 47) [Tradução livre].

¹⁹⁵ “Aqui, deve-se ressaltar um aspecto fundamental do pensamento de Sorel: a luta revolucionária depende da economia de mercado; ela é determinada pelo mais absoluto liberalismo econômico. Na prática, o liberalismo econômico é uma condição indispensável da emergência da revolução. Mas, ao mesmo tempo, Sorel defendia a destruição do liberalismo político, cuja desaparecimento ele considerava como uma pré-condição necessária” (Ibid, p. 46) [Tradução livre].

¹⁹⁶ Para uma exposição mais detalhada da relação entre Sorel e Maurras, consultar o artigo *Sorel and the French Right* (Wilde, 1986).

posição é similar à de Maurras. [...] A mudança de posição de Sorel no que se refere ao caso Dreyfus está completa; em 1912, ele sugere que todo o caso foi um enredo estrangeiro organizado de fora em 1897 e desenvolvido na França pelos judeus no poder. Sua preocupação original com um desvio na justiça é substituída pela crítica antissemita inspirada pelo que ele considera ser o efeito prejudicial da vitória Dreyfusard na moralidade da nação francesa (Ibid, p. 365-366) [Tradução livre].

À primeira vista, o antissemitismo moderno e o fascismo (como conjunto de ideias) aparecem como uma revolta contra a modernidade, como sugere George L. Mosse (1999). Contudo, cabe considerar que a produção e o capital industrial, partes constitutivas da modernidade capitalista, nunca foram alvo de ataques dos fascistas e antissemitas. Todas as características marcantes da cultura moderna – autonomia individual, humanismo, historicismo, secularização, dessacralização do mundo, valorização da experiência controlável e universalizante – expressam “as condições sem as quais as próprias mutações técnico-produtivas seriam inviáveis” (Netto, 2011, p. 43). Ou seja, a cultura moderna é essencialmente urbana e industrial. Enquanto discurso e movimento político, nem o fascismo nem o antissemitismo moderno atacavam o capital industrial: suas posições frente à tecnologia moderna, ao contrário, eram afirmativas.¹⁹⁷ O domínio dos meios de comunicação de massa tipicamente modernos pelos grupos fascistas, por exemplo, demonstra isso. Para Postone (2021, p. 37), é possível identificar um padrão nos aspectos afirmados e rejeitados pelo antissemitismo fascista no que se refere à modernidade, que não se reduziu ao caso alemão, sendo que sua compreensão parte da distinção entre “aquilo que o capitalismo moderno realmente é e a forma como ele se manifesta”.

De acordo com a análise de Postone (Ibid, p. 39), o antissemitismo moderno atribuiu ao judeu as mesmas características “da dimensão do valor das formas sociais analisadas por Marx” – nomeadamente, abstração, intangibilidade, universalidade e mobilidade. Portanto, o autor sugere ser necessário compreender o antissemitismo moderno a partir das contradições constituintes do próprio capitalismo por meio da categoria marxiana do “fetiche” – “cuja intenção estratégica era fornecer uma teoria social e histórica do conhecimento alicerçada na diferença entre a essência das relações sociais e suas formas manifestas” (Ibid, p. 37) – a qual está subjacente as categorias de “mercadoria”, “capital” e “dinheiro”.

A essência da mercadoria como relação social universal é o fetiche: “o fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa, e dessa maneira, o de uma ‘objetividade fantasmagórica’ que [...] oculta todo traço de sua essência fundamental: a relação entre os

¹⁹⁷ Para uma análise detalhada da relação entre o fascismo italiano e alemão e o capital industrial, sobretudo os setores da indústria pesada, consultar os capítulos “Os financiadores”, “Política econômica do fascismo” e “Política agrícola do fascismo”, do livro *Fascismo e Grande Capital* (Guérin, 2021).

homens” (Lukács, 2003, p. 194). O fetichismo da mercadoria é uma questão específica do capitalismo moderno, ou seja, particular de um momento histórico no qual a troca mercantil se transformou na forma dominante do metabolismo da sociedade (Ibid, p. 195). Com a expansão do mercado capitalista, o valor gradualmente assumiu a forma de lei e passou a ser considerado a priori na produção das coisas, transformando a mercadoria na relação social universal da sociedade moderna. Doravante, a mercadoria penetrou no conjunto das manifestações vitais da sociedade, remodelando-as à sua própria imagem (Ibid, p. 197).

Apenas nesse contexto a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância decisiva, *tanto para o desenvolvimento objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para a submissão de sua consciência às formas nas quais essa reificação se exprime*, para as tentativas de compreender esse processo ou de se dirigir contra seus efeitos destruidores, para se libertar da servidão da “segunda natureza” que surge desse modo. [...] Desse fato básico e estrutural [o fetiche] é preciso reter sobretudo que, por meio dele, *o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo independente dele e que o domina por leis próprias, que lhes são estranhas*. [...] Subjetivamente, numa economia mercantil desenvolvida, quando a atividade do homem se objetiva em relação a ele, torna-se uma mercadoria que é submetida à objetividade estranha dos homens, de leis sociais e naturais, e deve executar seus movimentos de maneira tão independente dos homens como qualquer bem destinado à satisfação das necessidades que se tornou artigo de consumo (Lukács, 2003, p. 199-200) [Grifo da autora].

Para Marx (2020), a mercadoria não é um simples objeto, mas uma relação social determinada que se expressa sob uma forma objetivada: a relação de trabalho entre os homens na sociedade se expressa na forma mercadoria, o produto do trabalho humano. No capitalismo, o trabalho é tanto a atividade produtiva social (trabalho concreto) quanto a categoria que atua na mediação social entre todas as mercadorias (trabalho abstrato). A troca de mercadorias no mercado depende de um fator capaz de igualar todos os distintos valores de uso disponíveis – esse fator é o valor de troca cuja substância é o trabalho. Mas não o trabalho como atividade produtiva particular e qualitativamente específica, e sim como “dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho abstrato” (Ibid, p. 149). Assim, na sociedade capitalista, tanto o produto como o sujeito do trabalho assumem a forma de uma mercadoria: qualitativamente, a força de trabalho se converte em uma mercadoria como qualquer outra. A mercadoria se transforma em sua própria mediação social: troca-se mercadoria-força de trabalho pela mercadoria-dinheiro, por exemplo.

Ela [a mercadoria] possui, portanto, um “duplo caráter”: valor de uso e valor. *Como objeto, a mercadoria expressa e ao mesmo tempo oculta relações sociais que não possuem qualquer outro modo “independente” de expressão. Esse modo de objetivação das relações sociais constitui a sua alienação*. As relações sociais fundamentais do capitalismo adquirem uma vida própria *quasi-objetiva*. Elas constituem uma “segunda natureza”, um sistema de dominação e compulsão abstratas

que, embora social, é impessoal e “objetivo”. Tais relações não parecem ser de todo sociais, mas naturais. [...] *A noção do fetiche se refere a formas de pensamento baseadas em percepções que permanecem presas às formas de aparência das relações sociais capitalistas* (Postone, 2021, p. 38) [Grifo da autora].

Como resultado do fetiche, “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista *aparece* como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (Marx, 2020, p. 113) [Grifo da autora]. E mais, outro aspecto do fetiche é o fato das relações sociais se apresentarem como uma antinomia entre concreto e abstrato, desconsiderando o caráter histórico e social dos fenômenos. O valor de uso e o valor são categorias antinômicas para o pensamento marxista, mas não universais e fora da história: ambas se referem ao modo de produção da vida social particular do capitalismo. Em outras palavras, para o marxismo, a história não pode ser explicada a partir da contraposição entre o valor de uso e o valor, e as características associadas a cada uma destas dimensões, pois esta contradição já é historicamente específica do capitalismo. Logo, essas categorias são válidas apenas na explicação do tempo histórico do capitalismo.

Enquanto o valor de uso aparece como a dimensão concreta da mercadoria, manifestando-se no próprio corpo-mercadoria; o valor, não sendo uma propriedade intrínseca das mercadorias e sim uma relação social, necessita de uma outra mercadoria na qual possa se expressar. Quando uma mercadoria se transforma no suporte de valor de outra mercadoria, ela perde todas as suas qualidades específicas de valor de uso: o valor de uso se torna a manifestações de seu contrário, o valor” (Ibid, p. 133). O duplo caráter da mercadoria é a fonte da ideologia no que se refere à oposição entre concreto e abstrato – que, na história do pensamento burguês, oscilou entre a hipostasia de um ou de outro. Nos séculos XIX e XX, o pensamento positivista, liberal, se caracterizou pela hipostasia do abstrato – a naturalização do valor enquanto categoria universal existente ao longo de toda a história humana, ignorando, assim, as contingências sociais e históricas que determinaram seu surgimento e expansão como forma dominante das relações sociais. Já o pensamento romântico, hipostasia o concreto e, com isso, permanece preso à antinomia produzida pelas relações sociais alienadas do capitalismo.

As formas de pensamento anticapitalista que continuam presas ao imediatismo dessa antinomia tendem a perceber o capitalismo, e tudo aquilo que é específico dessa formação social, apenas nos termos da manifestação da dimensão abstrata dessa antinomia; assim, por exemplo, o dinheiro é considerado a “raiz de todo o mal”. *A existência da dimensão concreta é então oposta a ele de modo positivo como o “natural” ou ontologicamente humano, que presumivelmente se situa para além da especificidade da sociedade capitalista.* Desse modo, tal como sucede com Proudhon, por exemplo, *o trabalho concreto é compreendido como um momento anticapitalista por oposição à abstração do dinheiro.* Não se compreende o fato de o próprio trabalho

concreto incorporar e ser materialmente formado pelas relações sociais capitalistas (Postone, 2021, p. 40-41) [Grifo da autora].

O antissemitismo moderno, fascista, foi uma forma de pensamento inserida na tradição anticapitalista romântica do pensamento conservador, fundamentalmente marcada pela naturalização (idealização) do trabalho concreto. Para a imaginação antissemita fascista, a produção industrial era compreendida como um processo puramente criativo e material, em separado da dimensão do capital, do dinheiro. O capitalismo era identificado apenas com a esfera da circulação do dinheiro, do valor, enquanto a produção de mercadorias – vista como trabalho concreto – era naturalizada como lei universal ao longo da história humana.

O capital industrial pode, portanto, aparecer como descendente linear do trabalho artesanal “natural”, como estando “enraizado organicamente”, por oposição ao capital financeiro “desenraizado” e “parasitário”. A organização do primeiro aparece relacionada com aquela da guilda; o seu contexto social é apreendido como uma unidade orgânica superior: comunidade [*Gemeinschaft*], povo [*Volk*], raça. O próprio capital – ou aquilo que é entendido como aspecto negativo do capitalismo – é entendido apenas em termos da forma manifesta de sua dimensão abstrata: a finança e o capital que rende juros (Postone, 2021, p. 42).

Como mencionado, antissemitismo fascista pressupõe as teorias bio-historicistas, embora não se confunda totalmente com elas. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, a naturalização do fetiche da mercadoria – a reificação – culminou numa compreensão biológica da própria realidade social.¹⁹⁸ Segundo Marx, o capital não possui uma forma material definitiva, aparecendo em diferentes etapas do processo produtivo seja como mercadoria, seja como dinheiro. Enquanto forma social alienada, o capital constitui o puro processo de valorização do valor, englobando todos os trabalhos individuais como “componentes celulares de um enorme sistema dinâmico e complexo [...] que está direcionado para um fim, nomeadamente, a produção pela produção” (Ibid, p. 41). Em outras palavras, a forma capital das relações sociais assume uma aparência “quasi-orgânica” (Ibid, p. 42).

A economia capitalista é a arte de transformar um dólar em dois e de ordenar todo o resto com esse único fim. Contudo, esse fato bem conhecido não se explica somente pela avidez e pelo desejo de desfrutar. O capitalismo não inventou a avidez, nem a injustiça social, nem a dominação. Em contrapartida, o que constitui sua particularidade histórica é a generalização da forma-mercadoria e, portanto, da dupla natureza das mercadorias e do trabalho, bem como suas consequências. Assim, o

¹⁹⁸ “Toda tentativa de romper as imposições da natureza rompendo a natureza, resulta numa submissão ainda mais profunda às imposições da natureza. Tal foi o rumo tomado pela civilização europeia. A abstração, que é o instrumento do esclarecimento, comporta-se com seus objetos do mesmo modo que o destino, cujo conceito é por ele eliminado, ou seja, ela se comporta como um processo de liquidação. Sob o domínio nivelador do abstracto, que transforma todas as coisas da natureza em algo de reproduzível, e da indústria, para a qual esse domínio abstracto prepara o reproduzível, os próprios liberados acabaram por se transformar naquele “destacamento” que Hegel designou como o resultado do esclarecimento” (Adorno, Horkheimer, 1947, p. 9).

dinheiro já não é o auxiliar da produção de mercadorias; é a produção de mercadorias que se torna um auxiliar para produzir dinheiro. Não se troca uma mercadoria por dinheiro para transformar de novo dinheiro em outra mercadoria (ou seja, para trocar, por intermédio do dinheiro, uma coisa que se possui, mas de que não temos necessidade, por outra que desejamos obter). Em vez disso, compramos, com dinheiro, uma mercadoria para revendermos e com isso obtemos outra soma de dinheiro. Tendo em conta que o dinheiro, diferentemente das mercadorias, é sempre o mesmo, esse processo não tem sentido se a quantidade de dinheiro depois da troca não for maior do que a soma inicialmente aplicada. Portanto, no capitalismo, qualquer transação econômica serve para *umentar* determinado montante de dinheiro. Tal sistema *deve* necessariamente crescer; o aumento não é uma escolha, mas constitui a única verdadeira finalidade do processo. No entanto, não se trata do aumento da produção “real” (das mercadorias). Esta pode ocorrer ou não; o que conta é apenas o aumento do dinheiro (Jappe, 2021, p. 24) [Grifos no original].

O surgimento das teorias orgânicas sobre o Estado e a economia política, o darwinismo social e outras teorias sociológicas raciais a partir de meados do século XIX ilustram a tendência de compreensão da sociedade e do processo histórico em termos biológicos (Idem). Dito de outra maneira, nascidas em meio ao cientificismo dominante na cultura europeia, estas teorias procuravam racionalizar – tornar ciência – os processos de dominação em curso na modernidade capitalista: tanto o isolamento do indivíduo no processo de trabalho e na participação política era explicado nos termos da composição orgânica do Estado, formado por partes hierarquicamente distintas mas cujo funcionamento só se realizava como uma totalidade; quanto os processos neocoloniais eram explicados a partir da diferença biológica entre as raças humanas, as quais correspondiam certas etapas civilizatórias hierarquicamente distintas. Aqui, a realidade social era tida como natural, biológica e, portanto, inevitável; logo, a tentativa de transformar a sociedade era necessariamente destrutiva e artificial.

A viragem para a biologia e o desejo de um regresso às “origens naturais”, combinados com uma afirmação da tecnologia, que aparece em muitas formas no início do século XX, devem ser entendidos como expressões do fetiche antinômico que dá origem à *noção que o concreto é “natural” e que apresenta crescentemente o socialmente “natural” de tal maneira que ele é apreendido em termos biológicos*. A hipostasiação do concreto e a identificação do capital com o abstrato manifestado está na base de uma forma de “anticapitalismo” que procura superar a ordem social existente de um ponto de vista que, na verdade, permanece imanente a esta mesma ordem. [...] *Essa forma de “anticapitalismo” baseia-se, portanto, em um ataque unilateral ao abstrato*. O abstrato e o concreto não são vistos como constituintes de uma antinomia em que a superação real do abstrato – da dimensão do valor – envolve a superação histórica da própria antinomia, assim como cada um dos seus termos. *Ao invés disso, há um ataque unilateral à razão abstrata ou, em outro nível, ao dinheiro e ao capital financeiro*. (Postone, 2021, p. 44-45).

O antissemitismo moderno pressupõe a biologização do processo histórico, como era corrente na tradição intelectual europeia. Sua particularidade foi a biologização do capitalismo, equiparando a dimensão abstrata da dominação capitalista aos judeus – o capital financeiro, o dinheiro, a cidadania formal. A oposição entre concreto (natural) e abstrato (artificial) foi

traduzida na oposição racial entre arianos e judeus. Para a imaginação antissemita fascista, os judeus representavam não somente o dinheiro e o comércio, mas o próprio capitalismo – entendido exclusivamente em sua dimensão abstrata manifesta como “judaísmo internacional”. Assim, os judeus se converteram em “personificações do domínio intangível, destrutivo, imensamente poderoso e internacional do capital como forma social alienada” (Ibid, p. 45). A identificação do “judaísmo internacional” como a força que impulsionava as revoluções sociais e o socialismo também pode ser explicada a partir dessa chave, não por acaso a teoria da conspiração constantemente denunciava que, supostamente, os banqueiros financiavam os processos revolucionários que estouraram ao redor do mundo no século XX. O socialismo era visto como o projeto final dos banqueiros internacionais judeus – a consequência mais destrutiva da modernidade e sua cultura materialista.

O fato dos judeus, e não outros grupos, terem sido alçados a esta posição tem raízes na história e cultura europeia. A modernização e expansão do capitalismo industrial coincidiu com a emancipação política e civil dos judeus na Europa Central, o que resultou no aumento exponencial dos judeus “nas universidades, nas profissões liberais, no jornalismo, nas artes e no comércio de varejo”, ou seja, a presença dos judeus se tornou evidente nas “esferas e profissões que estavam em plena expansão e que eram associadas à nova forma que a sociedade estava tomando” (Ibid, p. 47). Especialmente o fato dos judeus se apresentarem na Europa como uma “nação sem Estado” contribuiu para a associação destes à dimensão abstrata do capitalismo.

Na Europa, contudo, a noção da nação como entidade puramente política, abstraída da substancialidade da sociedade civil, nunca foi plenamente realizada. A nação não era apenas uma entidade política, era igualmente concreta, determinada por uma língua, história, tradições e religião comuns. Nesse sentido, o único grupo na Europa que cumpria a determinação da cidadania como abstração puramente política era o dos judeus, no seguimento de sua emancipação política. Eles eram cidadãos alemães ou franceses, mas não eram realmente alemães ou franceses. Eles pertenciam à nação abstratamente, mas raramente em concreto. Eles eram, para além disso, cidadãos na maioria dos países europeus. A qualidade de abstração, característica não apenas da dimensão do valor no seu imediatismo, mas também mediatamente do Estado e leis burgueses, tornou-se intimamente associada aos judeus. [...] Os judeus eram desenraizados, internacionais e abstratos. (Postone, 2021, p. 47-48).

Essa posição romântica em relação à modernidade é perfeitamente ilustrada na figura de Henry Ford cujo ataque aos banqueiros judeus internacionais era perfeitamente conciliável com a produção industrial, monopolista, em larga escala.¹⁹⁹ Ford não apenas foi responsável

¹⁹⁹ Henry Ford foi um empresário estadunidense, fundador da *Ford Motor Company* e pioneiro na aplicação da linha de montagem na produção em massa de automóveis. Em 1920, Ford publicou o livro “O judeu internacional:

pela popularização do antissemitismo moderno nas Américas, como também adaptou a teoria da conspiração à realidade estadunidense, sendo um dos autores mais citados pelos antissemitas integralistas e revisionistas.

4.2 A especificidade do antissemitismo moderno na América do Sul

Na América do Sul, o antissemitismo moderno se difundiu em um contexto bastante distinto, marcado pela posição de dependência em relação ao imperialismo europeu e estadunidense, resultando na atribuição de um significado particular. As primeiras apropriações do antissemitismo moderno no Brasil e Uruguai possuíam caráter reflexo, importadas especialmente da França, e não corresponderam a momentos de crescimento significativo da comunidade judaica nos países. No Uruguai, os pioneiros na divulgação do antissemitismo foram os jornais ligados à Igreja Católica, ainda em meados do século XIX, cuja influência se reduzia progressivamente com o processo de secularização do Estado, iniciado de maneira bastante precoce em relação ao Brasil. O discurso da direita contrarrevolucionária francesa presente nestes periódicos buscava explicar a modernização como a predominância do materialismo em detrimento do espiritualismo, dissolvendo as bases espirituais (naturais) da humanidade e, por isso, tendente ao caos social, típico da modernidade.

Já no início do século XX, no Brasil e no Uruguai, não apenas a modernização se intensificou, mas também os processos migratórios com destino a ambos os países – as Américas no geral se tornaram um destino privilegiado de inúmeras correntes migratórias saídas de diferentes partes do globo. Por outro lado, a xenofobia – direcionada particularmente aos judeus e etnias não europeias – cresceu imensamente em toda a América, impondo inclusive barreiras jurídicas à imigração em vários países. No Brasil e no Uruguai, a década de 1930 foi um período especialmente favorável à divulgação do antissemitismo moderno, ecoando sobretudo o discurso da direita contrarrevolucionária francesa. Neste contexto, Gustavo Barroso se destacou como grande referência do antissemitismo no Brasil, com alguma projeção no continente, graças à sua renomada carreira de escritor antes da militância integralista.²⁰⁰ Contudo, a análise de sua obra antissemita, que coincide com o período em que atuou na AIB,

o primeiro problema do mundo” no jornal *The Dearborn Independent*, dirigido pelo secretário particular de Ford, Ernest G. Liebold.

²⁰⁰ A análise de fontes desta pesquisa verificou a publicação de textos de Gustavo Barroso não apenas no Uruguai, como também em alguns periódicos de Buenos Aires. Em “O integralismo e o mundo”, Barroso relata sua relação pessoal com o francês Victor de La Fortelle, a quem identifica como “uma das mais impressionantes figuras da geração nova nas letras francesas” (Barroso, 1936, p. 209). Neste livro, Barroso indica a publicação de alguns de seus textos na França e na Alemanha.

revela a falta de originalidade de seus escritos, reproduzindo constantemente os mesmos jargões e referenciando repetidamente os mesmos autores.

Grande parte das obras de Barroso publicadas durante sua militância na AIB foram amplamente analisadas, embora alguns de seus livros ainda mereçam atenção por parte da historiografia.²⁰¹ Em relação ao conjunto de sua produção intelectual, os escritos integralistas se destacam pelo caráter panfletário e ausência de reflexão teórica robusta apesar da retórica erudita e da referência constante a importantes nomes da tradição do pensamento ocidental. Segundo Vieira (2012, p. 85), “os textos de Barroso [eram] repletos de ordens e não de reflexões, com uma alta capacidade de persuasão”. Isto é, os escritos integralistas de Barroso eram mais propagandísticos e menos teóricos: os mesmos jargões e denúncias antisemitas se repetem ao longo de diversos livros datados deste período na forma de uma narrativa conspiratória e totalizante, conformando uma verdadeira performance discursiva, e não uma reflexão intelectual propriamente dita.

Em “O integralismo e o mundo”, por exemplo, a ascensão dos movimentos fascistas em diferentes países era entendida como uma reação (natural) ao materialismo e racismo judaico, ignorando por completo as particularidades nacionais e oferecendo uma explicação conspiracionista à realidade histórica. Do Brasil ao Iraque, o fascismo era racionalizado universalmente como a defesa nacionalista em face à ameaça judaico-comunista, que, em todos os casos, buscava destruir os valores tradicionais da sociedade cristã – sendo justamente a defesa de uma revolução espiritual o ponto de encontro de todos os movimentos fascistas. Nas palavras de Barroso (1936, p. 13-14):

Como reação natural ao materialismo e ao internacionalismo dissolvente, em todo o mundo desabrocham e se desenvolvem movimentos baseados em ideias que se inspiram numa mística nacionalista. São movimentos de síntese que se contrapõem à análise levada ao extremo em todos os domínios e atividades da vida pelo espírito do século XIX, filho da Reforma, da Enciclopédia e da Revolução Francesa. [...] Ao internacionalismo individualista do século passado, quer permita e hipertrofia do indivíduo isolado ou em grupos com o capitalismo, quer dissolva o indivíduo na massa, deixando-lhe somente os interesses individuais, com o bolchevismo, sucede o universalismo personalista das doutrinas denominadas fascistas, as quais, na essência, respeitam a liberdade e a dignidade da pessoa humana e se universalizam pelo seu espiritualismo [Grifo da autora].

Ao longo do livro, são encontradas explicações simplistas e equivocadas sobre os movimentos que compõem a família dos “nacionalismos modernos” – como sugere o próprio

²⁰¹ Sobre a produção de Gustavo Barroso durante sua militância integralista, consultar Rago Filho, 1989; Maio, 1991; Cytrynowicz, 1992; Costa, 2009; Vieira, 2012. Algumas obras integralistas de Barroso ainda são pouco analisadas, como “Integralismo e Catolicismo” (1937), “Judaísmo, Maçonaria e Comunismo” (1937), “Comunismo, Cristianismo e Corporativismo” (1938) e “A Maçonaria, seita judaica” (1938).

autor para classificação do fenômeno fascista –, inúmeras frases de efeito, repetição excessiva de informações, referências descontextualizadas, além de erros de datação, corroborando com a análise de Vieira acerca do caráter propagandístico dos livros integralistas de Barroso. Estas características também são encontradas em “Brasil, colônia de banqueiros”, sobretudo o argumento de autoridade por meio do qual o autor buscava legitimar sua obra através da referência a importantes intelectuais europeus, como Martinho Lutero, Schiller, Hegel, Schopenhauer, Kant, Sismondi e Fichte. Barroso apresentava citações antissemitas destes autores de maneira instrumentalizada buscando reforçar a narrativa de uma conspiração judaica há muito formada, desconsiderando qualquer análise aprofundada de suas obras e tampouco o contexto histórico nos quais estavam inseridas – resultando em um profundo anacronismo, como se os autores do século XV buscassem responder as mesmas perguntas que os do século XX. Para além da referência a estes intelectuais ocidentais, Barroso também cita muitos famosos autores antissemitas cujas obras reproduziam a teoria da conspiração do “judaísmo internacional”, como Benjamin d’Israeli, Calixto Wolski,²⁰² León de Poncis,²⁰³ Joseph de Maistre, Gottfried Feder²⁰⁴ e Joseph Goebbels.

A obra “Brasil, colônia de banqueiros” merece atenção nesta pesquisa pois representa a síntese entre o antissemitismo moderno e a utopia autonomística projetada pela AIB, além de ter sido indicada nominalmente pelos revisionistas uruguaios como um escrito de grande interesse. Para Vasconcellos (1979, p. 51), o integralismo tentou “conciliar o ataque à hegemonia cultural exercida pelos países centrais com o mimetismo das ideologias hegemônicas europeias” através de uma dialética do amor/ódio em relação ao fascismo europeu, na qual se cristalizou o desejo de romper definitivamente “com a reprodução dos simulacros europeus” (Ibid, p. 53). Assim, a utopia autonomística correspondia à “tentativa imaginária de romper com a subordinação do país às nações capitalistas hegemônicas no momento histórico em que, do ponto de vista das relações internacionais, o imperialismo inglês

²⁰² Autor polonês, publicou o livro “A Rússia Judaica”, em 1887.

²⁰³ Aristocrata e jornalista francês, tornou-se reconhecido por suas obras antissemitas e antimaçônicas. Seu livro mais famoso, “As forças secretas da Revolução”, foi publicado em 1928. Também foi autor das obras “*La Franc-maçonneria, puissance oculte*” [Maçonaria: força oculta], “*Les Juifs, maîtres du monde*” [Os judeus: mestres do mundo], “*Société des Nations, super État maçonnique*” [Liga nas Nações: super Estado maçônico], “*Le Plan Communiste d’insurrection armée*” [O plano comunista para insurreição armada], entre outros.

²⁰⁴ Engenheiro alemão e um dos principais nomes do Partido Nazista, responsável por fundar grande parte da doutrina partidária. Em 1919 publicou a obra “O Manifesto para a abolição da escravidão dos juros sobre o dinheiro” e, no mesmo ano, ao lado de Anton Drexler, Dietrich Eckart e Karl Harrer, fundou o Partido dos Trabalhadores Alemães (DAP). Também em 1919, Hitler se juntou ao partido. Em fevereiro de 1920, o partido foi renomeado para Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP).

cede lugar ao imperialismo americano, e a hegemonia oligárquica entra em colapso, subordinando-se, a partir de 30, aos interesses da acumulação industrial” (Ibid, p. 58).

Ainda de acordo com Vasconcellos (Ibid, p. 64), o irracionalismo foi um traço marcante do nacionalismo integralista pois ele “deixa antever a impossibilidade de conhecer o ‘homem brasileiro’ através da razão”. Partindo desta explicação, sugere-se que a narrativa conspiratória do antissemitismo moderno, marcada pela retórica totalizante e irracional, era perfeitamente compatível com a projeção utópica do integralismo pois a denúncia de uma conspiração do “judaísmo internacional” que colonizava o Brasil por meio dos empréstimos bancários permitiu a conformação de uma espécie de anti-imperialismo romântico que, contudo, naturalizava os laços de dependência. O integralismo não entendia uma relação de continuidade histórica entre a colonização europeia e a situação de dependência do Brasil no início do século XX. Apesar de Barroso reproduzir o conteúdo da teoria da conspiração antissemita, em sua obra ela assume um significado particular haja vista o contexto do capitalismo dependente que marcou sua apropriação. Nesse sentido, se na Alemanha o antissemitismo se fundiu com o “romantismo de aço” de Goebbels como reflexo das pretensões imperialistas de um país de capitalismo tardio,²⁰⁵ no Brasil, “o integralismo não tinha pretensões imperialistas e se encolhia diante dessas transformações sociais e econômicas, temendo o esfacelamento da sociedade tradicional” (Lima, 2013, p. 219). Comparando o antissemitismo nazista e integralista, Lima (Ibid) argumenta:

A crítica integralista a liberais e marxistas se baseia justamente no argumento de que eles estariam catalisando esse esfacelamento da sociedade tradicional. Barroso denuncia a “marcha avassaladora” do capital que, em sua ação destrutiva, atentava “contra os princípios fundamentais da civilização cristã, como sejam o princípio da família e o princípio da nação”. *Essa diferença tão importante expressa a própria composição original destes movimentos.* Enquanto o NSDAP reuniu elementos marginalizados da sociedade alemã na República de Weimar, a AIB era formada por intelectuais (juristas, jornalistas, etc.) que já gozavam de renome e prestígio na Primeira República. *Os segundos se viam diante do esfacelamento de uma ordem que os privilegiava, ao passo que os primeiros encaravam o declínio de um status quo dos quais nunca haviam se beneficiado.* Não é à toa que Barroso lamenta tanto os efeitos perversos do capitalismo e do comunismo sobre a família, a religião e a pequena propriedade, ao passo que Feder elogia as virtudes industriais alemãs e reconhece a importância da grande propriedade, dos trustes e dos cartéis [Grifo da autora].

²⁰⁵ “Enquanto Barroso empreendia uma ‘crítica romântica’ ao capitalismo [...], o discurso nacional-socialista era alimentado pelo ‘romantismo de aço’ [...] de Joseph Goebbels, que, longe de propor a fuga para o campo, exortava os alemães a lançarem-se corajosamente ao futuro e encarar de frente os problemas trazidos pela modernidade. Esse romantismo, segundo Goebbels, era mais dinâmico e ativo do que o “bucolismo *volksisch*” do romantismo tradicional. Fiel a esse ‘romantismo de aço’ e ao caráter agressivo da política externa nacional-socialista, Feder defende a industrialização e reclama o direito da Alemanha de se expandir territorialmente” (Lima, 2013, p. 220).

Como epígrafe da obra “Brasil, colônia de banqueiros”, Barroso apresenta uma citação de León de Poncins que revela a visão de mundo maniqueísta típica do antissemitismo moderno, estruturada a partir da hipostasia do espírito: “Trotski e Rotschild marcam a amplitude das oscilações do espírito judaico; estes dois extremos abrangem toda a sociedade; toda a civilização do século XX”. Aqui, os judeus constituem personificações da modernidade capitalista, sendo responsabilizados “pelas crises econômicas e identificados com o espectro de reestruturação e desarticulação sociais que resultam de uma rápida industrialização” (Postone, 2021, p. 35), o que inclui os processos revolucionários que estouraram no início do século passado. Contudo, como antecipa o título, o conteúdo do livro está centrado na denúncia da dominação do Brasil pelos banqueiros estrangeiros, especialmente ingleses e judeus, através dos juros acumulados de diferentes empréstimos concedidos desde a Independência. Barroso escreveu:

Livres de Portugal em 1822, não nos libertamos da metrópole comercial inglesa senão lá para 1834, pois até essa data duram os efeitos do tratado preferencial. E passamos a um jugo pior: fomos transformados em colônia da casa bancária judaica Rotschild, em colônia do supercapitalismo internacional, que não tem pátria e como que obedece a leis secretas de aniquilamento de todos os povos. [...] Tivemos, antigamente, o imperialismo militar, das nações fortes, que reduziavam países livres a condições de escravidão. Em seguida, tivemos o imperialismo das nações econômicas, que conquistavam mercados para seus produtos. Foi dentro desse imperialismo complexo; dentro da luta econômica de povos contra povos que germinou um novo imperialismo, inimigo de todos os povos. [...] O capitalismo organizado segundo a rota que lhe traçou Karl Marx, torna-se inimigo do próprio capital. Essa escravização se opera através dos “favores” dos empréstimos, pois o primeiro passo para tornar um governo escravo é torna-lo devedor. Quando essa potestade internacional pretende reduzir um povo às condições de escravo, o que ela faz naturalmente não é mandar exércitos: manda banqueiros (Barroso, 1936, p. 7-9).

O texto de Barroso denuncia um fenômeno verdadeiro, o imperialismo, cujos efeitos sobre o Brasil se tornaram especialmente evidentes a partir dos anos 1920 com a intensificação da modernização capitalista no país financiada por empréstimos europeus.²⁰⁶ Porém, partindo de uma abordagem irracionalista típica do fascismo e do antissemitismo moderno, o autor atribui a origem deste fenômeno não às relações sociais historicamente determinadas entre as nações hegemônicas e periféricas na dinâmica do capitalismo global em sua fase imperialista, mas ao espírito judaico que domina os banqueiros internacionais. Além disso, Barroso

²⁰⁶ “Os empréstimos estrangeiros, comuns no Império e cada vez mais frequentes ao longo da República Oligárquica, não cessaram na década de 1930. Enquanto manobrava para renegociar a dívida externa brasileira, Vargas contraía novos empréstimos com casas de crédito no exterior. O capital inglês dominava as ferrovias, portos companhias elétricas e o setor bancário. Também era importante a participação dos capitais norte-americano, francês e alemão, especialmente no setor de transporte aéreo (LEVINE, 1980: 54, 55, 71, 72). Eis, portanto, a colônia de banqueiros que inspirou o autor a escrever Brasil, Colônia de Banqueiros em 1934, no qual o tema do capital financeiro foi mais amplamente abordado” (Lima, 2017, p. 72).

considera os políticos liberais culpados dessa interferência estrangeira não devido a suas escolhas políticas, mas pelo fato de renunciarem ao interesse nacional em face de seus interesses particulares. Toda a explicação, portanto, se sustenta em uma condenação moral, relativa ao espírito – e não em uma análise racional sobre a história político-econômica brasileira. O que coincide com a proposta de revolução espiritual do integralismo.

Nesse sentido, voltando a argumentação de Lima, se o antissemitismo nazista foi ofensivo, isto é, mobilizado em favor do expansionismo alemão a partir da ideia do espaço vital; o antissemitismo integralista foi mobilizado na defesa abstrata do Brasil contra a interferência estrangeira. Abstrata pois, como mencionado, estavam elididos desta explicação os conteúdos históricos – as relações historicamente determinadas eram reduzidas a manifestações de um espírito cuja existência estava para além da história. Apesar das eloquentes denúncias contra o “capitalismo internacional”, para Barroso, “a economia política não passa de um epifenômeno das motivações econômicas, e as classes sociais são concebidas enquanto estado de espírito” (Vasconcellos, 1979, p. 35). Assim, o “capitalismo internacional” não se refere a um modo de produção historicamente específico, mas a um problema de ordem moral típico da “raça” judaica. Logo, sua superação não depende de uma transformação política radical, mas de uma revolução espiritual a partir da qual os brasileiros se tornariam conscientes da dominação judaica e defenderiam os valores nacionais frente ao “materialismo judaico”, que se apresentava tanto na forma dos banqueiros, quanto dos comunistas.²⁰⁷

A proposta de uma revolução espiritual tem como pano de fundo o conflito entre materialismo e espiritualismo, perceptível desde os primórdios da humanidade. Assim sendo, esta revolução vem no bojo do combate às forças materiais que, já na Idade Média, seriam corporificadas pelos judeus. Este inimigo oculto que se infiltraria nos indivíduos, manipulando-os sem que eles percebam, só poderia ser combatido por uma revolução profunda. Por conseguinte, o que importa para Barroso não é a conquista imediata do poder, ou a destruição, pela violência, dos indivíduos ou grupos. Em vez disso, sua preocupação maior consiste na organização de uma campanha eminentemente pedagógica, evangelizadora, que tenha condições, através da

²⁰⁷ No último capítulo de “Brasil, colônia de banqueiros”, intitulado “O condor prisioneiro”, Barroso (1936, p. 148) faz uma metáfora entre a prisão de um condor e a situação do Brasil: “O condor poderoso, mas aprisionado, era o Brasil, e os urubus livres e gozadores, os políticos que o venderam e os banqueiros que o compraram”. A figura de linguagem revela o caráter espiritual da revolução integralista proposta pelo autor na obra. Cabia aos camisas-verdes serem exemplo de uma atitude nacionalista de maneira que a população brasileira como um todo pudesse se libertar do domínio do “judaísmo internacional”. Ele escreveu: “Brasil, Brasil, meu querido Brasil, não te concentres mais, como o condor prisioneiro, na tua grande dor! A tua concentração e o teu desprezo eles chamam de preguiça, de inércia, de jecatutismo. Estás sendo caluniado. Vamos, acorda do marasmo do teu desespero, distende as asas possantes e soberbas, amola o bico anavahlante, desembainha as lâminas das garras formidáveis! Eia! prepara-te para o combate aos urubus traiçoeiros e nefandos! [...] Então, ó grande e infeliz Condor Prisioneiro, com um grito triunfal que espantará todos os urubus em todas as carniças do planeta, tu desfraldarás o pálio magnífico das grandes asas que Deus te deu para os grandes voos e subirás para as alturas azuis do espaço. E a vasta sombra das tuas asas passeará vitoriosa sobre o mapa das nações!” (Ibid, p. 149).

propaganda e da disseminação concreta de valores espirituais, de tornar as pessoas independentes e conscientes, libertando-as do domínio judaico (Maio, 1991, p. 135).

A ideia de uma nova independência do Brasil perpassa todo o livro “Brasil, colônia de banqueiros”, e também estruturou o conteúdo do diálogo entre integralistas e revisionistas, como argumentado no segundo capítulo. A proposta de uma “segunda libertação da América”, a continuidade da obra de Bolívar, como queria Plínio Salgado, correspondia a denúncia da dominação do “capitalismo internacional” sobre o Brasil a partir de uma conspiração, como já expressava o “Manifesto de Outubro” – documento fundador da AIB e, não por acaso, publicado na íntegra na revista *Corporaciones* logo em sua segunda edição. Nesse sentido, na obra de Barroso, a utopia autonomística do integralismo assume a forma de uma denúncia abstrata do “capitalismo internacional” que remete ao problema fundamental do “judaísmo internacional”: o antissemitismo era necessário na afirmação da cultura nacional pois o judeu era a própria personificação do mundo ocidental estrangeiro que corrompia os valores fundamentais da terra.²⁰⁸

4.3 A propaganda fascista e a teoria da conspiração do “judaísmo internacional”

A teoria da conspiração do “judaísmo internacional” foi a epítome do modelo da propaganda fascista, ou seja, na primeira estavam contidos os aspectos fundamentais da última. Segundo Adorno (2015, p. 141), a natureza da propaganda fascista é, antes de tudo, psicológica e “intrinsecamente não teórica”. Seu conteúdo pouco se refere ao programa fascista propriamente dito, mesmo porque a natureza totalitária do fascismo era contraditória com uma doutrina estritamente delimitada. O próprio Mussolini admitia que “se o fascismo não deseja morrer ou, pior ainda, cometer suicídio, é preciso agora formular uma doutrina. No entanto isso não deve e não pode ser uma túnica de Nesso²⁰⁹ colada em nós por toda a eternidade, pois o

²⁰⁸ Segundo Vasconcellos (1979, p. 88), “a xenofobia verdeamarela é inseparável do pressuposto de promover uma cultura nacional autônoma, cujo significado ideológico tornar-se-ia mais visível com o discurso integralista a partir de 1932”. Ou seja, já nos anos 1920, a corrente modernista que desembocou no integralismo, defendia a afirmação da cultura nacional a partir da aversão ao mundo estrangeiro – ainda não necessariamente judeu. Isso demonstra a correspondência entre o integralismo e o antissemitismo de maneira que não se pode compreender o último como uma tendência isolada no interior da AIB, mas uma possibilidade lógica no interior do próprio pensamento integralista. Da mesma forma que o antissemitismo moderno foi a finalidade lógica do fascismo, como argumenta Postone (2021).

²⁰⁹ Segundo a mitologia grega, Nesso foi um centauro que, certa vez, violentou Dejanira, esposa do herói Hércules – que o matou a flechadas após o abuso. Antes de morrer, Nesso fingiu arrependimento e sugeriu que Dejanira guardasse um pouco de seu sangue pois ele seria capaz de fazer Hércules amá-la para sempre. “Anos mais tarde ela precisou testar a eficácia do remédio. [...] Dejanira logo lhe [Hércules] enviou uma túnica banhada no sangue de Nesso. O herói gostou do presente e, apenas o vestiu, atívou o veneno contido no filtro. O tecido se inflamou em contato com a pele dele, e um fogo ardente começou a lhe consumir a carne. O sofrimento era intolerável.

amanhã é misterioso e imprevisível” (2019, p. 39) [Grifo da autora]. No caso do integralismo e do revisionismo, embora houvesse uma delimitação mais precisa de seus programas políticos, seus materiais de divulgação expunham apenas uma pequena parcela da doutrina.²¹⁰

A análise do material da propaganda fascista também conduz a uma abordagem psicológica, especialmente porque “o totalitarismo considera as massas não como seres humanos autodeterminados que decidem racionalmente seu próprio destino e que devem, portanto, ser tratados como sujeitos racionais, mas sim que ele os trata como meros objetos de medidas administrativas, ensinados acima de tudo, a se autoanular e a obedecer ordens” (Adorno, 2015, p. 142).²¹¹ O objetivo da propaganda fascista é exatamente transformar os militantes em “multidões tendentes à ação violenta sem nenhum fim político sensato” (Ibid, p. 154), enxergando-os como exclusivamente guiados por seus impulsos mais primitivos. Não por acaso, os teóricos que deram origem ao fascismo como um conjunto de ideias enfatizavam a necessidade dos mitos e imagens na mobilização das massas, o papel da violência na criação do sublime e a glorificação do sentido de dever e sacrifício.²¹² O futurismo italiano do entreguerras, por exemplo, posteriormente incorporado como estética fascista, louvava a violência e guerra.²¹³ Segundo Sternhell (1995, p. 31), “do ponto de vista fascista, a guerra provou largamente a validade das ideias de Sorel, Michels, Pareto e Le Bon: as massas se moviam sob o impulso dos mitos, imagens e sentimentos. Elas desejavam obedecer, e a democracia era uma mera ilusão” [Tradução livre]. Nesse sentido, seguindo Finchelstein (2022,

Héracles tentou arrancar a roupa. Em vão: ela aderira à sua pele, que, assim, também se descolava” (Pouzadoux, 2001, p. 200).

²¹⁰ Segundo Oliveira (2009, p. 268) “o conteúdo difundido através da imprensa da AIB representava apenas uma parte daquilo que os intelectuais produziam teoricamente. Percebemos, ao comparar as fontes de forma preliminar que apenas as questões mais gerais eram destinadas ao grande público e as divergências eram subtraídas. Também verificamos que apenas a parte que denominamos de “definição” – vinculada principalmente ao período inicial (1933-1934), na qual ainda não haviam aparecido as diferenças relativas ao ponto de vista dos autores – era transmitida aos militantes”.

²¹¹ Reich também propõe o estudo da psicologia de massas do fascismo, entendendo que o fascismo representa uma “atitude emocional básica do homem oprimido da civilização autoritária da máquina, com sua maneira mística e mecanicista de encarar a vida. É o caráter mecanicista e a mística do homem moderno que cria os partidos fascistas, e não vice versa” (Reich, 1988, p. 11).

²¹² “For fascists, power and violence are essentially present in the mythical as they incarnate its aspirations and assumptions. They represent the dynamism of life, a life that is authentic and effervescent. In the view of fascism, mythology stands in opposition to a decadent form of reason. In fascism, all that is based on intuition represents authenticity. All that is politically legitimate has roots in collective desires and is not mediated by reason” (Finchelstein, 2022, p. 4).

²¹³ “7) Não há mais beleza senão na luta. Nada de obra-prima sem um caráter agressivo. [...] 9) Nós queremos glorificar a guerra – única higiene do mundo – o militarismo, o patriotismo, o gesto destrutor dos anarquistas, as belas ideias que matam e o menosprezo à mulher” (Manifesto Futurista in Telles, 2022, p. 166-172).

p. 1) entende-se que a partir do surgimento do fascismo, houve uma fusão entre mito e propaganda.²¹⁴

A análise da propaganda fascista com base na psicanálise não significa desprezar seu conteúdo objetivo, mas compreendê-lo a partir de seus usos políticos: mais do que descrever o conteúdo da propaganda, pretende-se entender de que maneira ele foi articulado e com quais objetivos. Cabe esclarecer que uma abordagem psicológica para leitura da propaganda não significa reduzir o fascismo a um problema de natureza psicológica. Como argumenta Adorno (2015, p. 186): “Disposições psicológicas, na verdade, não causam o fascismo; em vez disso, o fascismo define uma área psicológica que pode ser explorada de forma bem-sucedida pelas forças que o promovem por razões de interesse próprio completamente não psicológicas”. Em suma, enquanto movimento político, o fascismo estava intimamente ligado às contradições do desenvolvimento capitalista em sua fase imperialista: de origem plebeia, foi rapidamente cooptado pela grande burguesia que, temendo uma rebelião generalizada das massas proletárias, buscou reorientar o sentimento anticapitalista próprio do fascismo na direção dos seus interesses de classe. Nas palavras de Guérin (2021, p. 92), toda a arte do fascismo consistiu em “transmutar o anticapitalismo das massas em nacionalismo” e, depois, em antisemitismo. Para isso, a psicologia das massas foi aplicada como método de propaganda das classes dominantes contra a própria racionalidade das massas.²¹⁵ Nas palavras de Reich (1988, p. 12), como um movimento apoiado pelas massas, o fascismo consiste no “amalgama de sentimentos de revolta e ideias sociais reacionária”, de forma que “a revolta fascista tem sempre origem na transformação de uma emoção revolucionária em ilusão, pelo medo da verdade”.

O próprio material estudado indica uma abordagem psicológica, pois está concebido em termos mais psicológicos do que objetivos. *Almeja convencer as pessoas manipulando seus mecanismos inconscientes, e não apresentando ideias e argumentos.* Não apenas a técnica oratória dos demagogos fascistas é de natureza

²¹⁴ “With the birth of fascism, myth became one and the same with propaganda. Demonstration was replaced with fabrication. The sacred took the place of the secular”.

²¹⁵ “A psicologia das massas foi apropriada por seus líderes e transformada em um meio de dominação. Ela não se expressa diretamente através de movimentos de massa. Este fenômeno não é inteiramente novo, pois foi prenunciado por todos os movimentos contrarrevolucionários da história. Longe de ser a fonte do fascismo, a psicologia se tornou um elemento entre outros no interior de um sistema superposto cuja totalidade é demanda contra o potencial de resistência das massas – a própria racionalidade das massas. O conteúdo da teoria de Freud [...] aponta na direção do que poderia ser chamado de apropriação da psicologia das massas pelos opressores. [...] Quando os líderes se tornam conscientes da psicologia das massas e a tomam em suas próprias mãos, ela deixa de existir em certo sentido. Essa potencialidade está contida no construto básico da psicanálise, na medida em que, para Freud, o conceito de psicologia é essencialmente negativo. Ele definiu o âmbito da psicologia pela supremacia do inconsciente e postula que o isso deve se tornar eu. A emancipação do homem em relação às leis heterônomas do seu inconsciente seria equivalente à abolição de sua ‘psicologia’. O fascismo impele a essa abolição no sentido oposto, por meio da perpetuação da dependência em vez da realização do potencial da liberdade, através da expropriação do inconsciente pelo controle social, em vez de tornar os sujeitos conscientes de seu inconsciente” (Adorno, 2015, p.186-187).

astuciosamente ilógica e psicoemocional; mais do que isso: programas políticos positivos, postulados, ou quaisquer ideias políticas concretas desempenham um papel menor quando comparados aos estímulos psicológicos direcionados à audiência. É através destes estímulos e de outras informações, e menos das plataformas confusas e vagas dos discursos, que podemos identifica-los como fascistas (Adorno, 2015, p. 138) [Grifo da autora].

Adorno toma de empréstimo os questionamentos de Freud acerca da psicologia das massas e aplica-os à análise da propaganda fascista. Mais do que a descrição do comportamento das massas modernas, ambos buscavam os mecanismos psicológicos que impeliam o indivíduo a ingressarem na massa e, uma vez em seu interior, agirem de forma a anular suas características individuais. Dito de outra forma, ambos desejavam responder por que “os seres humanos modernos retornam a padrões de comportamento que contradizem flagrantemente seu próprio nível racional e o presente estágio da civilização esclarecida”²¹⁶ (Adorno, 2015, p. 159).

Para Freud, a psicologia das massas está ligada a um tipo de sofrimento psíquico característico da modernidade que, “por razões socioeconômicas, testemunha o declínio do indivíduo e seu conseqüente enfraquecimento” (Adorno, 2015, p. 157). A crise psicológica do sujeito moderno, portanto, é a base para a compreensão de sua “disposição para ceder inquestionavelmente às poderosas instâncias coletivas” (Idem). Na contramão de seus contemporâneos, Freud identificou o líder como o princípio unificador da massa, integrando todos os membros através de um vínculo de natureza libidinal. Contudo, essa “relação amorosa” deve sempre permanecer inconsciente – não-transparente para os membros da massa – de maneira que se torna necessário uma mediação entre o líder e os seguidores. No caso da propaganda nazista, Adorno argumenta:

O conceito de amor foi transferido para a noção abstrata de Alemanha e raramente mencionada sem o epíteto de “fanático”, através do qual até mesmo este amor obteve um círculo de hostilidade e agressividade contra aqueles que estão fora dele. Um dos princípios básicos da liderança fascista é manter a energia libidinal primária em um nível inconsciente, de modo a desviar suas manifestações de forma adequada a fins políticos. Quanto menos uma ideia objetiva, tal como a salvação religiosa, desempenha um papel na formação das massas, e quanto mais a manipulação o das massas se torna o único fim, tanto mais o amor completamente não inibido precisa ser recalçado e transformado em obediência (Ibid, p. 163).

²¹⁶ O conceito de Esclarecimento em Adorno e Horkheimer (1947) se refere a todo o pensamento científico da modernidade que se desenvolveu como legitimação ideológica da dominação da natureza pelo capitalismo – a racionalidade instrumental. Embora a ciência moderna tenha como pretensão o conhecimento totalitário do mundo a partir da quantificação e da previsibilidade, “exatamente como o pensamento mítico, o esclarecimento agiria como uma espécie de mecanismo de defesa narcísico ante a angústia do homem frente ao desconhecido. Portanto, seria em si mesmo uma ilusão”. Para mais, consultar o livro *Dialética do Esclarecimento* (Adorno, Horkheimer, 1947) e o artigo *O conceito de esclarecimento em Horkheimer, Adorno e Freud: apontamentos para um debate* (Souza, 2011).

Assim, entende-se que os indivíduos integram as massas ativamente, e não por mera sugestionabilidade ou graças ao impulso gregário típico dos seres humanos, como sugere Le Bon.²¹⁷ Em certo sentido, os indivíduos escolhem integrar as massas; mas esta é uma escolha, muitas vezes, inconsciente. Para Freud, a origem psíquica da psicologia das massas é a dinâmica da horda primitiva – sua hipótese acerca dos primórdios da formação dos grupos sociais humanos em família.²¹⁸ Neste contexto primordial, o pai representava o líder do grupo, responsável pela organização dos demais em face ao mundo desconhecido que se apresentava como ameaçador; a partir desta organização, mesmo demandando uma autoridade e violência ilimitada, o pai se tornou o ideal do grupo, que domina o “eu” dos demais membros do grupo em lugar do “ideal do eu”.²¹⁹ Em outras palavras, o pai primitivo se tornou a referência em torno da qual se desenvolveu a civilização. Com base nisso, Adorno argumenta que a técnica da propaganda fascista segue um padrão libidinal autoritário cujo intuito é despertar esta herança arcaica do sujeito que, nos primórdios da civilização, fora absolutamente submissa ao pai; por essa razão, a autoridade, a liderança e a hierarquia são elementos tão fundamentais dos movimentos fascistas.

Isso na verdade define a natureza e o conteúdo da propaganda fascista. Ela é psicológica por causa de seus objetivos irracionais e autoritários, que não podem ser alcançados por meio de convicções racionais, mas somente através do despertar habilidoso de “uma parte da herança arcaica do sujeito”. A agitação fascista está centrada na ideia do líder, não importando se ele realmente lidera ou é apenas mandatário de interesses de grupos, porque somente a imagem psicológica do líder é apta a reanimar a ideia do pai primitivo, onipotente e ameaçador. Essa é a raiz última da, de outro modo enigmática, personalização da propaganda fascista, sua incessante reiteração de nomes e de supostos grandes homens, em vez da discussão de causas objetivas. A formação do imaginário de uma figura paterna onipotente e não

²¹⁷ Consultar *Psicologia das multidões* (Le Bon, 2019).

²¹⁸ “Em 1912, adotei a hipótese de Charles Darwin de que a forma primordial da sociedade foi a de uma horda humana governada soberanamente por um macho forte. Tentei demonstrar que os destino dessa horda deixaram traços indestrutíveis na história hereditária humana; em especial, que o desenvolvimento do totemismo, que abrange os primórdios da religião, da moralidade e da estrutura social, se relaciona com a morte violenta do chefe e a transformação da horda paterna numa comunidade de irmãos. [...] Dessa maneira, a massa nos parece uma revivescência da horda primordial. Assim como o homem primitivo está virtualmente conservado em cada indivíduo, da mesma forma a horda primordial pode se restabelecer a partir de uma multidão qualquer; até o ponto em que a formação das massas domina habitualmente os seres humanos, reconhecemos nela a continuação da horda primordial” (Freud, 2016, p. 129, 131)

²¹⁹ “Assim, o caráter sinistro e compulsório da formação das massas, que se mostra em seus fenômenos sugestivos, provavelmente pode ser atribuído com razão à sua proveniência da horda primordial. O líder da assa continua sendo o temido pai primordial, a massa ainda quer ser dominada por uma força irrestrita, anseia pela autoridade num grau extremo, tem, segundo a expressão de Le Bon, sede de submissão. O pai primordial é o ideal da assa, que domina o eu em lugar do ideal do eu” (Freud, 2009, p. 139). Segundo Lacan, na obra freudiana, o eu ideal refere-se a uma instância imaginária, uma projeção idealizada do eu em relação ao Outro. Para que essa idealização se constitua, o Ideal do eu opera como a referência a partir da qual o sujeito se posiciona no universo simbólico, sendo que, na infância, esse papel é ocupado pelos pais. Dito de outra maneira, o Ideal do eu se constitui a partir da introjeção de uma lei externa que orienta a projeção do eu ideal. Para mais, consultar Lewkovitch, Grimberg, 2016.

controlada, transcendendo em muito o pai individual e, assim, apta a ser engrandecida em um “eu do grupo” é a única via para promulgar a “atitude passivamente masoquista [...] a que alguém deverá se render”, uma atitude tanto mais requerida quanto mais seu comportamento político se torna irreconciliável com seus próprios interesses racionais como pessoa privada, bem como com aqueles do grupo ou classe à qual ele atualmente pertence (Adorno, 2015, p. 165-166).

A identificação do seguidor com o líder é o processo fundamental da propaganda fascista, que corresponde aos impulsos narcísicos característicos dos sujeitos modernos, cuja crise psíquica se fundamenta na tensão entre uma “instância do eu racional, fortemente desenvolvida e autoconservadora, e o contínuo fracasso em satisfazer as demandas de seu próprio eu” (Ibid, p. 169), ou seja, do conflito entre princípio de prazer e princípio de realidade, particularmente irreconciliável na sociedade moderna industrial.²²⁰ Nesse sentido, a identificação com o líder corresponde a “transferência parcial da libido narcísica para o objeto”, de maneira que o seguidor se enxerga à semelhança do líder como um engrandecimento de si próprio: “ao fazer do líder seu ideal, ele ama a si mesmo, por assim dizer, mas se livra das manchas de frustração e mal-estar que desfiguram a imagem de seu próprio eu empírico” (Idem). Por outro lado, para permitir essa identificação, o líder deve aparecer simultaneamente como uma forte autoridade e um homem simples, como foi típico dos agitadores fascistas.²²¹ No caso do integralismo, Plínio Salgado representou justamente este papel do “pequeno grande homem”, como será explorado mais adiante.

Se, nas massas fascistas, por um lado a libido narcísica positiva é totalmente investida no líder (e suas mediações, como a pátria e a raça), o ódio também é direcionado necessariamente a um elemento externo, que opera como “força integradora negativa” (Ibid, p. 176). Assim, se estabelece uma dinâmica *in-group/out-group* na qual os “de dentro” do grupo se identificam mutuamente a partir da identificação com o líder e se toleram mutuamente, a despeito de possíveis diferenças, na medida em que direcionam toda a afetividade negativa para os “de fora” do grupo. A propaganda fascista reforça essa dinâmica sugerindo continuamente a superioridade de seus seguidores em virtude de seu pertencimento ao grupo, fornecendo-lhe, assim, uma imensa gratificação psicológica. Para o fascismo, o critério definidor do pertencimento ao grupo era tão arbitrário quanto nação, entendida em termos de uma comunidade racial e espiritual. Em contrapartida, a definição dos “de fora” era igualmente

²²⁰ Para uma análise mais aprofundada, consultar a obra *Eros e Civilização*, de Herbert Marcuse.

²²¹ “Em prol daquelas partes da libido narcísica do seguidor que não foram investidas na imagem do líder, pois permanecem ligadas ao eu do próprio seguidor, o super-homem precisa ainda refletir o seguidor e aparecer como sua “ampliação”. Consequentemente, um dos dispositivos básicos da propaganda fascista personalizada é o conceito de “pequeno grande homem”, uma pessoa que sugere tanto onipotência, quanto a ideia de que é apenas mais um do povo [...]. A imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor em se submeter à autoridade e ser ele mesmo a autoridade” (Adorno, 2015, p. 172).

arbitrária e, em virtude do discurso organicista típico do fascismo, eram representados como agentes estranhos (estrangeiros) ao corpo uniforme da nacionalidade – exóticos, infamiliars, parasitas, vermes, animais inferiores, como anunciava a propaganda.

A propaganda fascista em geral segue um padrão rigidamente delimitado cuja forma sistemática, totalizante e repetitiva se aproxima da narrativa conspiratória do “judaísmo internacional”. Por isso, argumenta-se que a última representou uma certa síntese dos dispositivos discursivos e psicológicos da primeira. Como sugere Postone, no antissemitismo moderno, a realidade histórica é entendida em termos biológicos a partir da oposição entre judeus e arianos: os primeiros representam os “de fora” do grupo, contra quem os últimos se unem como os “de dentro”, os membros legítimos da nação. A nação (formada a partir de critérios raciais) opera, aqui, como a representação que realiza a mediação entre o líder e os “de dentro” do grupo, mantendo inconsciente o vínculo libidinal dos seguidores em relação ao líder. No antissemitismo moderno, os judeus são representados como personificações de uma força imensamente poderosa e que, por isso, demanda uma força contrária igualmente forte. Dentro do grupo, a violência contra os “de fora” se traduz em profunda submissão ao líder autoritário: os integrantes da massa são compelidos a abandonar quaisquer traços de individualidade para se tornarem elementos qualitativamente iguais no interior da massa.

Nesse ponto, a propaganda exerce ainda um papel fundamental pois sua forma narrativa dramática aliada a ausência de conteúdo racional propriamente dito não exige do seguidor qualquer exercício reflexivo mais elaborado: a propaganda se encarrega de continuamente reforçar aquilo que ele já sabe por meio de uma lógica discursiva que substitui a relação racional entre premissas e inferências pela associação de ideias por semelhança de palavras. Por exemplo, para a imaginação antissemita, o fato de alguns líderes comunistas serem judeus é associado ao fato de alguns banqueiros serem judeus; e daí, deriva a conclusão de que o comunismo e o capitalismo financeiro estão à serviço do judaísmo. Essa estrutura narrativa da conspiração não foi alterada substancialmente ao longo das décadas – todos os novos eventos da modernidade eram explicados a partir desta conclusão prévia e só poderiam comprovar a existência de uma conspiração. Do ponto de vista lógico, a propaganda fascista e o antissemitismo moderno seguem o padrão de uma “irracionalidade aplicada”, isto é, um tipo de psicotécnica remanescente do efeito calculado” (Adorno, 2015, p. 143). Assim, o seguidor “não tem que construir exatamente um pensamento, pois pode abandonar-se passivamente a uma corrente de palavras na qual mergulha” (Idem). Por isso, o domínio da oratória é um recurso fundamental das lideranças fascistas.

A forma narrativa da teoria da conspiração do “judaísmo internacional” era semelhante ao gênero de ficção – não surpreende que alguns dos primeiros folhetos de divulgação do antissemitismo moderno tenham sido romances. O judeu, como representado na propaganda fascista, não corresponde a um oponente real, mas tão somente a um imaginário meticolosa e sistematicamente construído. Para a propaganda fascista, o judeu é uma representação estereotipada para a qual se direciona todo o desprezo dos integrantes da massa. E como narrativa ficcional conspiratória, o antissemitismo moderno não permite refutação, sendo, assim, perfeitamente conciliável com a submissão à autoridade típica do fascismo. A conspiração era verdadeira pois quem a divulgava era o líder e este não poderia ser questionado.

Aqui, entende-se a propaganda fascista como um modelo construído pelos ideólogos do fascismo europeu da década de 1930, especialmente os nazistas, que foi amplamente exportado para grande parte do mundo ocidental a partir de meados do século XX, e que se reproduziu não apenas na forma da propaganda do fascismo italiano ou do nazismo, mas sobretudo por meio dos grupos de inspiração fascista locais, que pretenderam adequar este modelo às suas particularidades nacionais.

4.4 A propaganda fascista no Brasil e no Uruguai

Com a ascensão ao poder do fascismo na Europa, a propaganda fascista dos regimes italiano e alemão foi amplamente divulgada nos países ocidentais. Mussolini e Hitler estavam cientes da urgência em criar alianças internacionais estratégicas em um contexto de guerra iminente, especialmente na América Latina, onde a influência crescente dos Estados Unidos ameaçava a possibilidade de expansão dos acordos comerciais italianos e alemães. Nos anos 1920 e 1930, as diplomacias brasileira e uruguaia assumiram uma postura amistosa em relação aos países fascistas, possibilitando um ambiente favorável à circulação das ideias fascistas em ambos os países – inicialmente por meio das comunidades de imigrantes. Desde 1922, o regime italiano se preocupou em difundir a propaganda fascista entre italianos residentes fora do país: no Brasil, houve a distribuição de livros e realização de conferências sobre a Itália fascista, além do financiamento de viagens de alguns jornalistas brasileiros ao país (Bertonha, 2023). No Uruguai, em 1923, foi criado o *Fascio* local, com a intensificação da propaganda a partir de 1925 (Bresciano, 2023, p. 235).

Na década de 1930, com a tomada de poder dos nazistas na Alemanha, em ambos os países, a divulgação da propaganda fascista sofreu um incremento considerável. A política cultural italiana se tornou mais ofensiva, com a exportação em larga escala de artigos,

fotografias e outros materiais de propaganda da “Nova Itália”, inclusive para os grupos de inspiração fascistas locais, como foi o caso da AIB. A Alemanha investiu pesadamente na promoção do nazismo nas comunidades de imigrantes nas Américas, buscando orientar suas organizações e órgãos de imprensa, fomentando a imagem de uma grandiosa potência mundial moderna. Um exemplo flagrante disso foram as várias viagens de zepelim entre Europa e as Américas, financiadas pelo governo alemão e amplamente documentadas e divulgadas ao redor do mundo como forma de propaganda.²²² Jornalistas e figuras públicas de toda a América foram convidados pelo regime nazista a viajar a bordo dos zepelins em visitas à Alemanha, cujo objetivo propagandístico era evidente. Não por acaso, em 1935, quando Agorio tomou parte em uma destas expedições, a estadia no país europeu ocorreu durante os preparativos para o Congresso de Nuremberg daquele ano, considerado um dos maiores eventos de propaganda da Alemanha nazista.

Figura 5 – Zepelim Hindenburg sobrevoando Nova Iorque em 1937



²²² Desde o final dos anos 1920, o governo alemão investiu pesadamente na indústria aeronáutica. O estreitamento dos laços com países sul-americanos culminou no financiamento, por parte do governo da Alemanha, da construção de um aeroporto no Rio de Janeiro em 1930, possibilitando as rotas comerciais aéreas entre Europa e América do Sul. Após a ascensão do nazismo ao poder, as viagens de zepelim se tornaram sobretudo em um meio de propaganda, com a realização de diversas rotas transatlânticas, vastamente documentadas e divulgadas na imprensa internacional. Em 1937, o dirigível *LZ 129 Hindenburg* sofreu um acidente quando estava prestes a pousar em Nova Jersey (EUA), findando a era das viagens de zepelim.

Fonte: Grossman, Ganz, Russel (The History Press, 2017)

Contudo, no Brasil e no Uruguai, os principais divulgadores da propaganda fascista foram os grupos de inspiração fascista locais, que empregaram este modelo de propaganda aos seus próprios movimentos, adaptando-o conforme suas necessidades particulares. Nos jornais integralistas e revisionistas, havia divulgação do fascismo italiano e do nazismo, assim como de outros movimentos fascistas ao redor do mundo, mas o que caracterizou a imprensa destes movimentos como fascista foi o emprego dos dispositivos retóricos que caracterizaram a propaganda do fascismo europeu. Em relação ao antissemitismo, estes grupos também foram os responsáveis pela promoção da teoria da conspiração do “judaísmo internacional”, conciliando-a com as características próprias de seus movimentos. Isto é, articularam a denúncia desta dita conspiração à defesa da nacionalidade.

4.4.1 A imprensa integralista

A imprensa foi um instrumental fundamental para a expansão do integralismo. Na juventude, Plínio Salgado apostou na divulgação de seus escritos em diferentes periódicos, buscando conquistar alguma influência entre as elites intelectuais paulista e carioca. Com a fundação da AIB, a imprensa se converteu no meio primordial de divulgação da doutrina, empregando largamente os mecanismos típicos da propaganda fascista para tal. Segundo Salgado, cabia aos jornais “educar” as massas incultas através da doutrina integralista. Se no começo de sua carreira política, os jornais foram um meio de sociabilidade intelectual, após a fundação da AIB, se transformaram em veículo doutrinário por excelência, com o discurso estruturado nos moldes da propaganda fascista – com exceção da revista *Panorama*, considerada de alta cultura e destinada aos intelectuais, filiados ou não a AIB.²²³ Logo, a imprensa foi o meio essencial da propaganda integralista, muito embora toda a ritualística do movimento tenha cumprido um importante papel propagandístico.²²⁴

²²³ “Já a *Panorama* surgiu com a proposta de ser mais que um mero impresso da AIB voltado para as massas, sendo assim uma aposta bastante diferenciada do movimento: um periódico produzido por intelectuais integralistas e não integralistas, que buscava ser um dos veículos de fundamentação das ideias do movimento, e contemplar, com um conteúdo altamente teórico, a elite intelectual que não era priorizada nos outros periódicos do integralismo, tendo em vista que eram produzidos visando ao militante comum e, assim, apresentavam a teoria integralista de forma ‘simplificada’” (Pacheco, 2021, p. 28). A natureza da revista, recebendo contribuições de autores que não pertenciam a AIB, a diferenciou do conjunto da imprensa integralista: não significa dizer que elementos de propaganda fascista não estavam presentes na *Panorama*, mas sua estrutura discursiva não foi elaborada sob este molde, como nos periódicos destinados aos militantes. Para uma análise completa da revista *Panorama*, consultar Pacheco, 2021.

²²⁴ Como argumenta Zizek (1996, p. 18) em relação ao caráter ideológico da ritualística: “Quando Althusser repete, seguindo Pascal, ‘Aja como se acreditasse, reze, ajoelhe-se, e você acreditará, a fê chegará por si’, ele delineia um

O primeiro jornal integralista, intitulado *O Integralista*, foi lançado ainda em 1932, cerca de um mês após a fundação do movimento, organizado pelos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, fortemente influenciados por Salgado após a Revolução de 1930 (Oliveira, 2009, p. 149).²²⁵ É notável que já no primeiro número do periódico se expressava a dualidade em relação ao fascismo europeu que marcou não apenas a imprensa integralista, mas o discurso do movimento como um todo, como argumentado nos capítulos anteriores. Ao mesmo tempo que a afirmação da natureza fascista do integralismo era sua fonte de legitimidade, enquanto movimento nacionalista averso à importação das ideias estrangeiras (como alegava ser), era imperativo buscar suas raízes nacionais e, assim, inevitavelmente se afastar do fascismo. Isso fica claro no discurso de Miguel Reale publicado nesta edição do jornal: o autor apresentava o integralismo como herdeiro das lições fascistas, mas não propriamente fascista (Idem).

O primeiro jornal integralista de circulação nacional foi *O Monitor Integralista*, lançado em dezembro de 1933 como uma espécie de diário oficial do movimento, com objetivo de divulgar os atos oficiais e a estruturação interna da AIB, cuja distribuição era obrigatória em todas as sedes integralistas, assim como a leitura por todos os militantes também o era. Segundo o regimento interno, não era um periódico doutrinário, sendo responsável pela publicação apenas de “atos, notas e notícias oficiais e, em nenhuma hipótese, artigos mesmo de doutrina ou estudos” (*Monitor Integralista*, nº 6, primeira quinzena de maio de 1934, p. 8); mas, como veículo de exposição do aparato simbólico integralista, um de seus objetivos era garantir a coerência das manifestações do movimento e, por isso, cumpriu uma função doutrinária, materializando em sua forma e conteúdo o princípio de autoridade que ordenava a AIB.

Assim como a maioria dos jornais integralistas, o principal elemento da propaganda fascista presente no *Monitor* foi a exaltação da figura de Salgado como Chefe Nacional, justamente com intuito de garantir a uniformidade do integralismo.²²⁶ Nos jornais regionais e

complexo mecanismo reflexo de fundação ‘autopoietica’ retroativa que excede em muito a afirmação reducionista da dependência da crença interna em relação ao comportamento externo. Ou seja, a lógica implícita dessa argumentação é: ajoelhe-se e você acreditará que se ajoelhou por conta de sua fé – isto é, o fato de você seguir o ritual é uma expressão/efeito de sua crença íntima; ao ser executado, o ritual “externo” gera sua própria base ideológica”.

²²⁵ *O Integralista* durou toda a existência da AIB, embora não tenha sido publicado regularmente: ao todo foram publicadas apenas dez edições, sendo a última datada de 1937. O subtítulo do jornal era “Órgão da Ação Integralista Universitária de S. Paulo” (Oliveira, 2009, p. 149-150).

²²⁶ “Um dos elementos mais explícitos quando se analisa a imprensa integralista é o protagonismo de Plínio Salgado como centro da construção ideológica. Isto não se deu num sentido figurado, mas literal. A imagem do ‘Chefe Nacional’ estava sempre em destaque nas capas de jornais e revistas da AIB, de modo a construir o culto à sua figura como líder, Chefe do movimento, de uma ‘grande família nacional’ e ‘salvador’ [...] A repetição constante da imagem de Plínio Salgado tinha a função de garantir a sua aceitação por parte dos membros da AIB, além de manter a unidade em torno do ‘Chefe Nacional’. Da mesma forma, era difundida a ideia de que Plínio

locais, em sua enorme variedade, a regra era a extrema valorização da posição de autoridade de Salgado, o que se explica pelo fato da identificação com o líder ser o mecanismo psicológico que transforma a libido em vínculo entre o líder e seus seguidores (Adorno, 2015, p. 166). A idealização de Salgado, sistematicamente enfatizando sua autoridade suprema e a obediência inequívoca dos militantes, pretendia promover exatamente a identificação, como demonstram os exemplos abaixo.

Figura 6 – Capa do jornal *O Aço Verde* (nº 11), de São Paulo (SP)

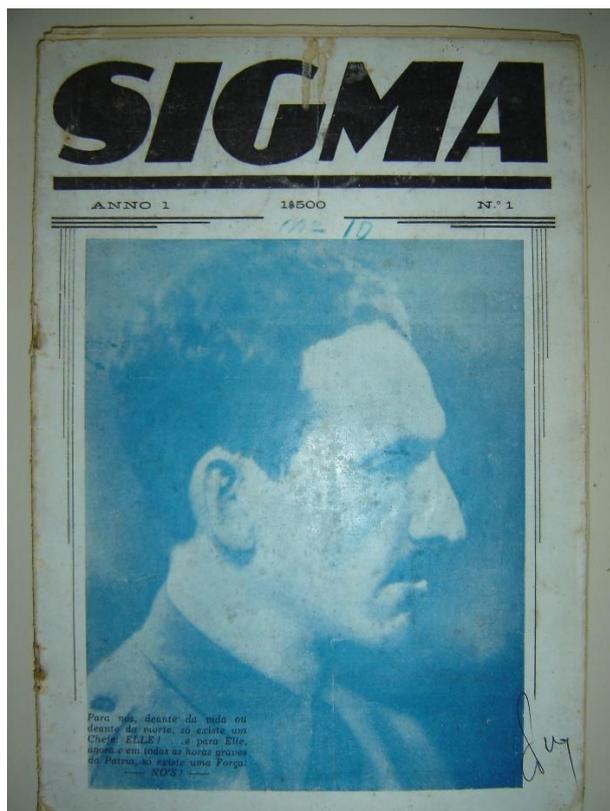


Fonte: Laboratório de História Política e Social (UFJF)²²⁷

Figura 7 – Capa da revista *Sigma* (nº 1), de Niterói (RJ)

Salgado e o integralismo eram indissociáveis. [...] O único intelectual amplamente difundido e com repetição é Plínio Salgado. Isto denota claramente a estratégia de que Salgado era o centro discursivo e nenhum outro membro poderia fazer frente a ele. Ele era o líder que conectava todos pela sua figura de “Chefe Nacional”, que também pode ser entendida como uma espécie de pai de um projeto nacional, de uma grande família, responsável por todos e todas no movimento” (Oliveira, Nascimento, 2021, p. 303).

²²⁷ Todos os jornais integralistas utilizados para esta pesquisa estão guardados no Acervo Documental Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular (DELFO/PUC-RS) ou no Fundo Plínio Salgado do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (SP). Esses documentos foram digitalizados e depositados no banco de dados do Laboratório de História Política e Social (UFJF) – por meio do qual foram consultados durante a presente investigação.



Fonte: Laboratório de História Política e Social (UFJF)

Figura 8 – Capa do jornal *Província da Guanabara* (nº 5), do Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: Laboratório de História Política e Social (UFJF)

Figura 9 – Capa do jornal *A Razão* (nº 5), de Curitiba (PR)



Fonte: Laboratório de História Política e Social (UFJF)

Figura 10 – Capa do jornal *Anauê!* (nº 4), de Belo Horizonte (MG)



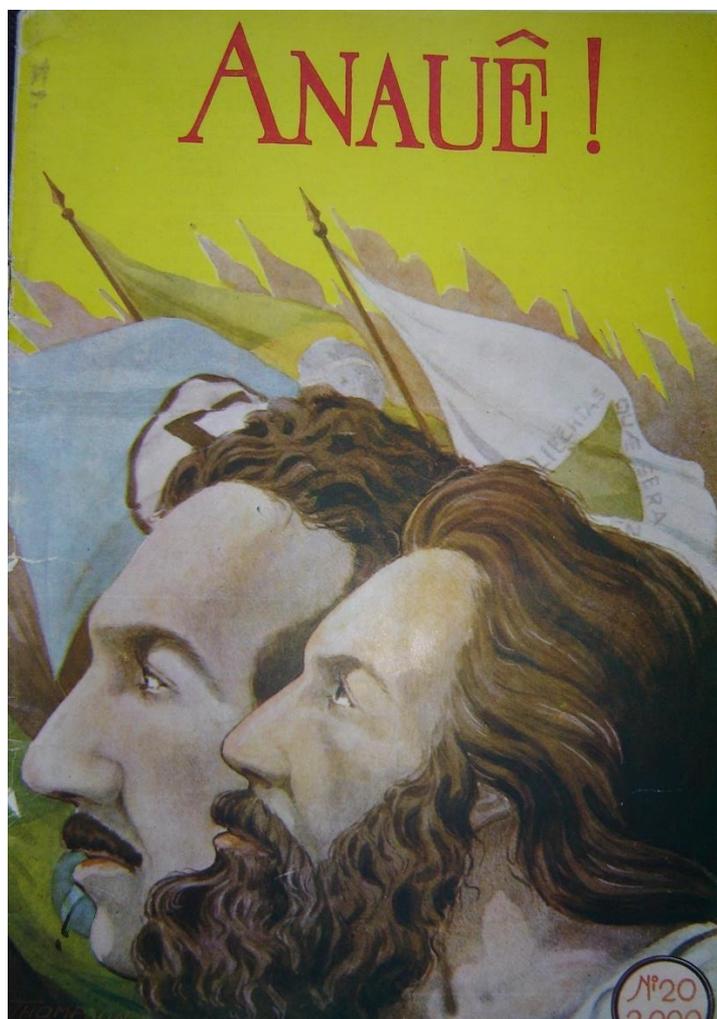
Fonte: Laboratório de História Política e Social (UFJF)

A utilização de imagens de Salgado em postura firme logo na capa destes cinco periódicos ilustra uma ferramenta muito comum na imprensa integralista. Também era comum a referência a Salgado em alusão a outras figuras de autoridade idealizadas pelo movimento, como nos exemplos a seguir, que remetem a Tiradentes: uma das manchetes identifica Salgado como a própria reencarnação de Tiradentes, considerado o “protomártir da emancipação nacional”.²²⁸ Nas sedes integralistas, era obrigatório que fosse pendurada uma foto de Salgado no fundo da sala, para a qual eram direcionadas todas as saudações, juramentos e hinos. Além desta, a única imagem permitida pelos “Protocolos e rituais” nas sedes era a de Cristo crucificado, representando o sacrifício por um ideal superior (Gonçalves, Caldeira Neto, 2020,

²²⁸ Neste exemplo, a referência a Tiradentes servia ainda como ferramenta de afirmação da originalidade nacional do integralismo em relação ao fascismo europeu – como também foi o caso da referência a Bolívar no contexto do diálogo entre os integralistas e os revisionistas.

p. 35).²²⁹ Ou seja, buscou-se reforçar a figura de autoridade da Salgado por associação a outros nomes que, no imaginário social, cumpriram uma função paterna.

Figura 11 – Capa da revista *Anauê!* (nº 20), de circulação nacional



Fonte: Oliveira (2009, p. 182)

Figura 12 – Capa do *Jornal de Polícia*, do Rio de Janeiro (RJ)²³⁰

²²⁹ Os “Protocolos e rituais” foram publicados no Monitor Integralista em abril de 1937. Tratava-se de um manual indicando vários elementos do movimento, como juramentos, rituais, saudações, uso de uniformes, disposição das sedes, deveres dos militantes etc.

²³⁰ De acordo com Oliveira (2009, p. 179), não se sabe se *Jornal de Polícia* veiculou, desde sua fundação, as ideias integralistas. Em sua pesquisa, Oliveira teve acesso apenas às edições publicadas em 1937: todas voltadas à promoção das atividades e doutrina do integralismo.



Fonte: Oliveira (2009, p. 179)

De acordo com Oliveira e Nascimento (2021, p. 295), a construção ideológica da figura de Salgado centralizava “(i) a estrutura patriarcal da sociedade brasileira, (ii) o imaginário cristão e católico e (iii) o ‘messianismo’ vinculado à lógica de ‘salvador’ da pátria”, isto é, “a imagem do redentor messiânico, imagem que possuía grande apelo na sociedade brasileira nas primeiras décadas da República”. Como movimento, a AIB projetou essa imagem paternalista de Salgado com objetivo de unificar as tendências internas ao movimento, além de atrair novos militantes a partir da identificação contraditória com essa figura autoritária.

O fato de Salgado exercer uma função paterna em relação ao conjunto dos militantes integralistas, como sugere Adorno (2015) em relação às lideranças fascistas, é perfeitamente ilustrado na particularidade da saudação “Anauê” quando dirigida a sua pessoa. O integralismo se apropriou da palavra tupi “Anauê”, que significa “Você é meu parente”, utilizando-a como “forma de respeito às categorias hierarquizadas” do movimento (Ibid, 2020, p. 17). Quando referida a Salgado, a saudação deveria ser pronunciada três vezes, deixando claro que, sim, todos eram iguais, mas havia um cuja igualdade era superior: o pai, o chefe, Plínio Salgado.²³¹ Toda a ritualística integralista tinha o objetivo de “educar” o corpo do militante, condicioná-lo, no sentido da integração à massa fascista e, logo, à obediência ao líder. Como propõe Simões (2009, p. 115), “o corpo educado reflete as intenções do movimento de se fazer parecer uno e harmônico em suas atitudes”.

²³¹ Pelos estatutos da AIB, “todo o integralista deve assinar uma declaração, em que jura estar de pleno acordo com a doutrina e estrutura da AIB, sendo submetido a todas as deliberações de sua ‘Chefia’, quer diretamente, quer através de valores hierárquicos” (Ferreira, Silva, 2024, p. 214).

Em *A Offensiva*, principal jornal de circulação nacional da AIB, a exaltação da figura de Salgado cumpriu uma função ainda mais fundamental, haja vista que este era o periódico mais acessível a todos os militantes. Sua leitura era obrigatória para todos os integralistas, que também eram responsáveis pela distribuição em todos os locais onde houvesse assinantes (Simões, 2009, p. 36). *A Offensiva* foi o jornal que melhor desempenhou a função pedagógica da imprensa defendida por Salgado, promovendo um conjunto simbólico aos militantes que delimitava estritamente suas possibilidades de “de se comportar, de vestir, de falar, de calar, de andar, de casar, de morrer, de se embelezar, de amar, de odiar..., ou seja, um modo muito próprio e uno de ser integralista” (Ibid, p. 180). Os mecanismos de propaganda utilizados no periódico tinham por objetivo reduzir a diversidade dos militantes à massa integralista, não por acaso a maioria das imagens que ilustravam grupos integralistas eram intencionalmente posicionadas de forma a transmitir homogeneidade: todos vestindo suas camisas-verdes, minimizando “todos os indícios de individualidade” (Ibid, p. 93).

A preocupação com a afirmação da autoridade de Salgado em *A Offensiva* se estendia aos mínimos detalhes. Até a edição nº 54, ele mesmo exerceu a direção do periódico e, doravante, quem passou a desempenhar a função foi Madeira de Freitas. Nos primeiros números, o nome de Salgado aparecia na capa como diretor, mas a partir do nº 55, aparece como orientador, demonstrando que a liderança suprema do conteúdo publicado no jornal ainda era sua responsabilidade. Salgado também possuía uma coluna fixa na capa do jornal, contribuindo para reforçar, aos leitores, sua imagem de autoridade “devido à constância do seu nome” (Oliveira, 2009, p. 155). A figura autoritária de Salgado pretendia ser o ponto de coerência entre a massa integralista: como argumenta Freud (2016, p. 118), o que mantinha os militantes unidos de maneira harmônica era o fato de terem colocado “um único e mesmo objeto no lugar de seus ideais do eu e [...], por conseguinte, se identificaram uns com os outros em seus eus”.

Outro elemento fundamental da propaganda fascista que estruturou o discurso de *A Offensiva*, bem como da imprensa integralista de maneira geral, foi o que Adorno (2015, p. 143) denominou como um fluxo organizado de ideias. Isto é, em vez de buscar convencer os leitores por meio de argumentos lógicos, “a relação entre premissas e inferências é substituída por vínculos de ideias baseadas em mera similaridade, frequentemente através de associação, ao empregar a mesma palavra característica em duas proposições que são logicamente bastante desconexas”. Ao leitor não é oferecida a possibilidade de formular criticamente seu próprio pensamento, mergulhando passivamente em uma corrente de palavras vazias. Esse mecanismo retórico, destituindo os conceitos de seus conteúdos objetivos e históricos, contribui para a

construção de inimigos fantasmas: a propaganda fascista “constrói um *imaginário* do judeu ou do comunista, separa-o em pedaços sem prestar muita atenção a como esse imaginário se relaciona com a realidade” (Adorno, 2015, p. 143).

Em oposição ao imaginário criado do inimigo, constrói-se um imaginário próprio. Novamente, opera um mecanismo psicológico pois as pulsões destrutivas são direcionadas exclusivamente aos “de fora” da massa fascista, fortalecendo os vínculos emocionais entre os militantes: “a concentração de hostilidade sobre o *out-group* elimina a intolerância do próprio grupo” (Ibid, p. 177). Na primeira edição de *A Offensiva*, as palavras de ordem que estamparam a capa do jornal foram: “O imperialismo vermelho de Moscou estraçalha a bandeira da pátria brasileira, enquanto a burguesia se preocupa com a política mesquinha dos partidos. Mas, alerta em todo o território da Nação, os ‘camisas verdes’ defendem o Pavilhão Nacional, porque eles constituem hoje a grande força organizada da nossa consciência de povo” (*A Offensiva*, nº 1, 17 de maio de 1934). Como identifica Oliveira (2009, p. 302), nesta edição, todos os principais artigos do jornal seguem a mesma fórmula: a oposição ao comunismo e ao liberalismo é a própria afirmação do integralismo.

As palavras de ordem que eram posicionadas acima do cabeçalho de todas as edições de *A Offensiva* ilustram os procedimentos retóricos da propaganda fascista, seja por meio da oposição aos inimigos imaginários, seja por meio da exaltação do movimento mas sem defini-lo positiva e objetivamente. “A glorificação da ação, de algo que está acontecendo, simultaneamente oblitera e substitui o propósito do assim chamado movimento” (Adorno, 2015, p. 140). Como o caso da edição nº 15 cujas palavras de ordem indicavam a marcha do integralismo rumo à revolução: “As inúmeras e repetidas concentrações dos ‘camisas-verdes’ em todas as províncias, demonstram que somos hoje a única força nacional organizada. No norte, no centro e no sul somos a mesma ideia, a mesma disciplina, a mesma organização miliciana, preparando-se para a revolução” (*A Offensiva*, nº 15, 23 de agosto de 1934). Essa revolução era, sobretudo, interior, espiritual. Nas palavras de Salgado:

Não nos levantamos contra uma classe. Levantamo-nos contra uma civilização. Nós somos o sentido de síntese do século XX, lutando contra o sentido de análise do século XIX. Nós somos a afirmação do Espírito Imortal contra os entraves que nos oferece o determinismo burguês, que é a filosofia de encomenda dos opressores do mundo. Nós somos o valor da Ideia contra os excessos de subordinação à natureza dos fisiocratas e dos clássicos da economia liberal, que determinam quase sempre por se tornarem anti-naturais (Salgado, *A Offensiva*, nº 8, 5 de julho de 1934, capa).

Outro exemplo da articulação destes dois mecanismos da propaganda fascista, particularmente interessante para esta pesquisa, foi a matéria “O integralismo e a América”, de

Gustavo Barroso, publicada na edição nº 71 do jornal, que consistia justamente na tradução da carta enviada a Barroso pelo uruguaio Teodomiro Varela de Andrade, na qual o último se referia ao integralismo como um “verdadeiro dínamo transcendental”. Ao final, o autor integralista buscou novamente reforçar a projeção do integralismo legitimando-a em oposição aos comunistas judeus. Nas palavras de Barroso:

Enquanto nossa doutrina desperta o entusiasmo e adesão manifestada publicamente por altos espíritos [...] os comunistas impotentes e mentalmente esterilizados continuam a repetir cediços lugares comuns e a virar a manivela dos realejos doutrinários do século XIX. [...] Enquanto eles copiam servilmente as brochuras mofadas da propaganda judaico-comunista, de parceria com todos os aventureiros, guetos, importando ideias que já envelheceram lá fora, os Camisas Verdes criam um ritmo novo da vida, um espírito novo, novas ideias, novas fórmulas, novos pensamentos e veem tudo isso atravessar mares, terras e fronteiras. (Barroso, *A Offensiva*, nº 71, 21 de setembro de 1935, capa).

O discurso de Barroso reforçava uma imagem grandiosa do integralismo: um movimento produtor de novas ideias, ao contrário dos comunistas, importadores da propaganda judaica. Mas ele não definia positivamente essas ideias, em que se diferenciavam do comunismo, nem porque eram mais adequadas à realidade brasileira. Tampouco o restante da matéria levava a essa definição. O espírito de sacrifício em prol de uma ideia era constantemente exaltado, mas pouco se falava acerca desta ideia. A erudição do discurso, o que Vasconcellos (1979, p. 31) chama de “retórica do enchimento, calcada nos rodeios enfáticos” cuja figura estilística era a hipérbole, era a expressão da “pobreza teórica” que o integralismo oferecia aos militantes. Como demonstra o seguinte pronunciamento de Barroso, posteriormente publicado no livro “A palavra e o pensamento integralista” (1935, p. 37): “Amai o Brasil para poderes morrer pelo Brasil, nas grandes lutas que se aproximam, quando às sombras esvoaçantes das bandeiras cor de sangue se cantarem, sob a batuta judaica, profanando a nossa pátria, as estrofes da Internacional”.

Os mecanismos retóricos da propaganda fascista eram ainda mais evidentes nos conteúdos explicitamente antissemitas haja vista que a teoria da conspiração do “judaísmo internacional” representou a epítome deste modelo de propaganda. Segundo Oliveira (2009, p. 263), o antissemitismo repercutiu pouco entre os militantes integralistas devido ao reduzido espaço destinada a ele na imprensa do movimento. Essa hipótese parece equivocada quando confrontada com as entrevistas realizadas por Trindade (2016, p. 242) com antigos militantes e dirigentes da AIB. Embora o antissemitismo tenha sido o fator menos determinante para o engajamento dos entrevistados no integralismo, 73% destes mesmos entrevistados responderam “concordar muito” com a afirmação “o espírito judeu é uma ameaça permanente à sociedade”.

Assim, Trindade conclui que apesar do antissemitismo ter sido “um tema ideológico que divid[iu] os dirigentes nacionais e regionais, [foi] partilhado por quase dois terços dos dirigentes e militantes locais” (Ibid, p. 186).

Com base nesses dados, ganha corpo a hipótese da influência decisiva do integralismo na virada antissemita dos militantes de base. Se, para eles, antes de ingressar na AIB as convicções antissemitas eram ausentes ou muito fracas (insuficientes para mobilizá-los no sentido da luta política), após a militância integralista, haviam internalizado o cerne da propaganda antissemita conspiratória. É bastante provável que grande parte destes militantes tenha se familiarizado com o discurso antissemita por meio dos periódicos integralistas; ou, ao menos, que tenham sido constantemente reforçados do primeiro pelos últimos. Ainda mais significativo é o fato de décadas após a extinção da AIB, quando as entrevistas foram realizadas por Trindade, os antigos militantes ainda se apresentarem favoravelmente ao discurso conspiracionista, o que demonstra o profundo impacto psicológico da propaganda fascista.

Ao contrário do que sugere Oliveira, a divulgação do antissemitismo na imprensa integralista foi bastante significativa, sendo mais ou menos acentuada a depender da conjuntura histórica local. De acordo com Rehem (2011), houve uma grande circulação da propaganda antissemita na imprensa integralista baiana – tanto nos periódicos oficialmente ligados a SNI-AIB, quanto nos independentes sob direção de militantes ou simpatizantes integralistas, como foi o caso de *O Imparcial* e *Diário de Notícias*. Esse fato demonstra a aprovação dos dirigentes nacionais em relação à divulgação do antissemitismo nos periódicos integralistas visto que todos os jornais oficiais do movimento sofriam censura prévia, coordenada por Salgado e Reale. Por outro lado, revela uma reprodução orgânica do discurso antissemita no interior da AIB pois mesmo nos jornais independentes do projeto de unidade doutrinária que guiava a imprensa integralista, o antissemitismo era um elemento presente na propaganda doutrinária.

Em geral, a reprodução do antissemitismo nos periódicos locais e regionais corrobora a hipótese de certa organicidade na circulação deste discurso entre a militância de base. Segundo Vieira (2012), no jornal gaúcho *O Integralista*, dirigido por Anor Butler Maciel, a maior parte das matérias de natureza antissemita foram assinadas por integralistas locais.²³² Ainda de acordo com o autor, o periódico foi um veículo de divulgação do antissemitismo desde sua segunda edição, datada do início de 1934, identificando, ao longo de seus setenta e três exemplares, a

²³² Segundo Vieira (2012, p. 136), os militantes que contribuíram foram: Francisco Matoso, Ismael Soares, Otaviano Cabral, Altamirando Requião, Luiz Maranhão, Leães Sobrinho, Francisco Palazzo, Erny Rich, Mathias de Bittencourt, Pierre Clementi, Hugo Loudeiro Lima, Oscar Andrade, Amílcar Silveira, Pedro Barbosa, Paulo Eleutherio, Osmario Leite, Ferdinando Martino Filho, Viriato Corrêa, Clóvis Bezerra Falcão, Andriano Braga, Afrânio Salgado Lages, Emílio O. Kaminski, Mário Ferreira de Medeiros e Esperidião Xavier Azambuja.

média de uma referência antissemita por edição, e uma matéria de conteúdo antissemita a cada quatro edições. Por si só, é uma média considerável, mas cabe uma reavaliação metodológica uma vez que entende-se não ser possível a distinção entre referência e conteúdo antissemita, como propõe Vieira.

Como argumentado anteriormente, o antissemitismo moderno se constituiu por seu conteúdo e sua forma: a representação dos judeus como a força oculta por trás dos fenômenos aparentes e contraditórios da modernidade pressupõe uma narrativa conspiratória, na qual as palavras são destituídas de seus significados objetivos concretos (a base material que sustenta os conceitos enquanto uma abstração compartilhada) e organizadas de tal maneira que produzem um efeito irracional na audiência, a mistificação das massas, como sugerem Adorno e Horkheimer (1947). O modelo da propaganda fascista pressupõe o antissemitismo moderno: a descrição dos judeus coincidia com a descrição dos comunistas. Ambos eram considerados materialistas, cosmopolitas, estrangeiros, corruptos, agentes da prostituição e ameaças à alma nacional. Ambos eram envoltos em um mesmo vocabulário mistificador. Nos livros de Barroso, não havia distinção entre antissemitismo e integralismo: o último era a reação de defesa natural e legítima à exploração dos judeus banqueiros e comunistas. Assim como também coincidem antissemitismo e anticomunismo, pois os judeus eram os agentes do comunismo internacional.

Isso significa que mesmo em matérias nas quais a referência aos judeus não estava explícita, levando em consideração a recorrência da conspiração antissemita nos jornais integralistas, bem como o fato da transmissão do antissemitismo em nada se diferenciar do anticomunismo, os leitores, por associações dos conteúdos da própria imprensa, poderiam chegar a determinadas conclusões segundo a imaginação antissemita. Se várias matérias anteriores, já reforçaram a associação entre os judeus e os comunistas, uma matéria sobre os comunistas e a guerra poderia ser facilmente interpretada pelas lentes do antissemitismo moderno: os comunistas são judeus, os comunistas querem a guerra, logo, os judeus são comunistas e querem a guerra. Esta associação formal fomentada pela natureza mistificadora da propaganda fascista corresponde ainda ao mecanismo psicológico da insinuação, característico deste modelo de propaganda. Isto é, o emprego intencional de um determinado vocabulário previamente delimitado que tem por objetivo revelar aos leitores algo que eles já conhecem e estão de acordo, fortalecendo a coesão entre a massa de militantes.²³³

²³³ Nas palavras de Adorno (2015, p. 149-150): “Uma das características intrínsecas do ritual fascista é a insinuação, que apenas algumas vezes é seguida pela revelação concreta dos fatos aludidos. [...] Por exemplo: o agitador diz “aquelas forças sombrias, e vocês sabem quem eu tenho em mente”, e a audiência compreende de uma vez que suas observações são direcionadas contra os judeus. Os ouvintes são assim tratados como um *in-group* que já sabe tudo o que o orador deseja lhes contar e que concorda com ele antes de qualquer explicação. A

Outro jornal local explicitamente antissemita foi *Século XX*, do Rio de Janeiro, dirigido conjuntamente por Oswaldo Gouvêa e Jaime de Oliveira, sob orientação direta de Gustavo Barroso. O periódico circulou na cidade carioca entre janeiro de 1935 e 1937, com matérias fortemente antissemitas assinadas por militantes locais (Vieira, 2012).²³⁴ Os jornais sob direção de intelectuais abertamente antissemitas – como o caso de Maciel e Oswaldo Gouvêa – naturalmente eram mais tendentes à divulgação deste conteúdo, mas o antissemitismo não foi de maneira alguma exclusividade desses.

A presença do antissemitismo nos periódicos de circulação nacional é ainda mais reveladora da intencionalidade política da propaganda antissemita na imprensa integralista. Apesar de eventuais divergências referentes ao conteúdo antissemita radical, a direção nacional da AIB aprovou de maneira geral a utilização do antissemitismo como forma de propaganda – provavelmente pois estava ciente do efeito particularmente mobilizador do antissemitismo na década de 1930. No Monitor Integralista, o vocabulário antissemita é revelador da relação imanente entre antissemitismo e integralismo, sobretudo porque, aos olhos do movimento, este não era um jornal doutrinário. Portanto, o vocabulário antissemita, aqui, demonstra a coincidência entre este e o próprio vocabulário integralista. No Monitor, como proposições daquilo que o “integralismo quer” estavam:

- c) UNIDADE INTEGRAL DO BRASIL, centralização política e descentralização administrativa, mantida a autonomia dos municípios [...] (*e NÃO 21 Pátrias diferentes, onde as oligarquias plutocráticas e vorazes começam a inocular no coração dos brasileiros o vírus do separatismo*).
- d) CONTROLE DA ECONOMIA NACIONAL, pelo Governo, evitando que o agiotarismo depaupere as forças da produção [...]; que o capitalismo internacional os escravize, cada vez mais, ao judeus de Londres e Nova York (*e NÃO transferindo, como faz o Estado Liberal Democrático, a soberania econômica da Nação ao capitalismo burguês, permitindo a orgia dos “trust”, “cartéis”, “monopólios”, espoliações de toda a sorte através dos juros onerosos, dos jogos de praça, das manobras com as quais o capitalismo atenta contra o princípio da propriedade*). [...]
- l) FISCALIZAÇÃO DIRETA DO ESTADO sobre o cinema, o teatro, a imprensa, o rádio, todos os veículos do pensamento que estão hoje atentando contra a liberdade, forçando o povo a submeter-se aos caprichos de capitalistas judeus, de burgueses sórdidos, de espírito anárquico, de agentes de Moscou. [...] arrancar o Brasil do cativeiro de Hollywood (*Monitor Integralista*, nº 5, segunda quinzena de fevereiro de 1934, capa) [Grifo da autora].

concordância de sentimento e opinião entre locutor e ouvinte, acima mencionada, é estabelecida por insinuação, que serve como confirmação da identidade básica entre líder e seguidores.

²³⁴ Vieira (2012) apenas encontrou nos arquivos de fontes integralistas uma edição deste periódico, o que impossibilitou uma análise mais sistemática do conteúdo. Mas, somente por esta edição, é possível determinar o caráter fortemente antissemita do periódico, especialmente considerando sua direção e orientação.

Os trechos destacados constituem o cerne daquilo que, pouco depois, se transformou na argumentação de Barroso em “Brasil, colônia de banqueiros” (1936), evidenciando que o autor não representou uma tendência isolada no interior da AIB. Ao contrário, foi no próprio movimento que Barroso ganhou a fama de antissemita. Desde o “Manifesto de Outubro”, o integralismo abriu espaço internamente para o desenvolvimento de correntes antissemitas graças a natureza conspiratória do próprio documento. No momento de fundação da AIB ainda não havia uma referência explícita aos judeus como agentes da conspiração, mas toda a narrativa conspiratória já estava montada e perfeitamente adaptada ao imaginário integralista. Como constava no documento inaugural do movimento:

VI. O que pensamos das conspirações e da politicagem de grupos e facções: *Declaramo-nos inimigos de todas as conspirações, de todas as tramas, conjurações, conchavos de bastidores, confabulações secretas, sedições.* A nossa campanha é cultural, moral, educacional, social, às claras, em campo raso, de peito aberto, de cabeça erguida. Quem se bate por princípios não precisa combinar coisa alguma nas trevas. Quem marcha em nome das ideias nítidas, definidas, não precisa de máscaras. *A nossa Pátria está miseravelmente lacerada de conspiratas.* Políticos e governos tratam de interesses imediatos, por isso é que conspiram. Nós pregamos a lealdade, a franqueza, a opinião a descoberto, a luta no campo das ideias. As confabulações dos políticos estão desfibrando o caráter do povo brasileiro. Civis e militares giram em torno de pessoas, por falta de nitidez de programas. Todos os seus programas são os mesmos e esses homens estão separados por motivos de interesses pessoais e de grupos. *Por isso, uns tramam contra os outros. E, enquanto isso, o comunismo trama contra todos.* Nós pregamos a franqueza e a coragem mental. Somos pelo Brasil Unido, pela Família, pela Propriedade, pela organização e representação legítima das classes; pela moral religiosa; pela participação direta dos intelectuais no governo da República; pela abolição dos Estados dentro do Estado; por uma política benéfica do Brasil na América do Sul; *por uma campanha nacionalista contra a influência dos países imperialistas, e, sem tréguas, contra o comunismo russo.* Nós somos a Revolução em marcha. Mas a revolução com ideias. Por isso, franca, leal e corajosa (Manifesto de Outubro, 1932) [Grifo da autora].

Dois anos mais tarde, numa conjuntura de expansão da AIB como movimento popular, os judeus aparecem como os protagonistas desta conspiração maléfica contra o Brasil nas palavras do próprio Chefe Nacional. Em outubro de 1934, Salgado publicou em *A Offensiva* um trecho de seu discurso no velório do militante integralista Jayme Oliveira, que falecera vítima de um confronto entre integralistas e comunistas em São Paulo.

Declarei solenemente, a guerra ao judaísmo organizado. É o judeu o autor de tudo. Tive conhecimento, por intermédio de um companheiro de alta projeção social, que um genro do industrial Klabin esteve metido nos *preparativos do massacre contra nós premeditado.* Um morador do bairro do Bom Retiro veio participar-me que todos os judeus daquele bairro estiveram na Praça da Sé, tomando parte na agressão aos nossos companheiros. O jornalista judeu Brasil Gerson preparou “A Platéia”, o espírito dos agressores. No boletim que distribuíram os comunistas convidando seus asseclas para chacinar os “camisas-verdes”, várias organizações judaicas assinaram, entre elas uma Liga contra Preconceito de Raça. [...] *Fomos agora atacados, dentro de S. Paulo, por uma horda de assassinos, manobrados por intelectuais covardes e judeus.* Lituanos,

polacos e russos, todos semitas, estão contra nós, empunhando armas assassinas contra brasileiros (Salgado, *A Offensiva*, nº 22, 11 de outubro de 1934, capa – p. 2) [Grifo da autora].

O discurso de Salgado é particularmente revelador dos usos políticos do antissemitismo pois, para além dos clássicos jargões antissemitas, o autor estabelece uma relação direta e explícita entre os acontecimentos da realidade brasileira e a suposta conspiração judaica. A tese conspiracionista parecia ser comprovada pelo conflito entre integralistas e comunistas, apresentado como deliberada e secretamente planejado por judeus comunistas. Outro exemplo desse mesmo recurso narrativo foi o artigo de Salgado, publicado em janeiro de 1935, alertando para uma conspiração em torno da Lei de Segurança Nacional.

Essa lei parece feita de encomenda pelo capitalismo internacional e tenho motivos fundados para supor que tal se tenha dado, não só pelas ameaças que temos recebido desde a publicação do livro de Gustavo Barroso, “Brasil, colônia de banqueiros”, como pelas informações secretas que nos vieram, em outubro do ano passado, acerca da reunião de agentes estrangeiros, em que se teria concertado destruir o Integralismo de maneira maquiavélica. [...] Se, em consequência dessa lei, verificar-se a menor restrição à liberdade de propaganda pacífica do Integralismo, à escola de educação moral e cívica e suas milícias, [...] ter-se-á confirmado a nossa suposição baseada em fortes indícios, de que essa lei [...] outra coisa não foi do que uma manobra talmúdica, concertada no fundo das sociedades secretas, entre as quais a Bluchenschaft, que opera em São Paulo, para sufocar o anseio de liberdade de nossa pátria (A Offensiva, nº 38, 31 d e janeiro de 1935, Capa) [Grifo da autora].

Aqui, a tese conspiracionista demonstra toda sua força sendo capaz de explicar até mesmo o que ainda não aconteceu. Os eventos da vida política brasileira foram narrados de forma a corroborar com a interpretação de uma conspiração contra o Brasil, sendo eles mesmos a comprovação da conspiração. As reações contrárias ao integralismo foram apresentadas como as provas da veracidade da conspiração antissemita – afinal, tais reações só poderiam ser motivadas pelo desejo de manter em segredo o conteúdo revelado pelo antissemitismo. Essa matéria ainda é ilustrativa da insinuação típica da propaganda fascista: não revela nada que os leitores já não soubessem, a existência de uma conspiração contra o Brasil e os defensores da nação, os integralistas. Em vários outros textos para a imprensa, Salgado fez uso da narrativa antissemita como forma de propaganda do integralismo, como quando apontou que o objetivo dos cursos de formação promovidos pela AIB era arrancar “a massa popular dos erros com que a envenenam aqueles que recebem dinheiro do judaísmo internacional para preparar o operário brasileiro à escravidão do soviét” (Salgado, *A Offensiva*, nº 39, 7 de fevereiro de 1935, p. 5). Seguindo a mesma linha, Miguel Reale publicou conteúdos antissemitas na imprensa e mesmo em seus livros de divulgação do integralismo, como “ABC do Integralismo” (1935), no qual denunciou claramente o papel da “imprensa semita” na construção de um “ambiente de simpatia

em torno da experiência soviética” (Reale, 1935, p. 101).²³⁵ A presença do antissemitismo, seja na forma seja no conteúdo, nos textos de divulgação de Salgado e Reale – comparativamente à sua ausência nos textos considerados de “alta cultura” dos mesmos autores, apresentados no capítulo anterior – revela a intencionalidade do uso político desta narrativa conspiratória como forma de propaganda integralista. Neste discurso, a legitimidade do integralismo provinha do fato deste ser uma reação natural ao contexto caótico da década de 1930, fruto de uma conspiração, que ameaçava as bases da nacionalidade. Por outro lado, a ideia de uma conspiração ganhava força como explicação da realidade, não apenas por seu caráter totalizante e sistemático, mas também porque os integralistas eram os únicos a denunciá-la como tal e, portanto, realmente deveriam existir forças poderosas garantindo que ela permanecesse em segredo.

Em 1935, houve uma ampliação significativa da divulgação antissemita nos jornais integralistas, especialmente em meados da Intentona Comunista. Em maio deste ano, foi lançada a coluna “Judaísmo Internacional” no jornal *A Offensiva*, assinada por Gustavo Barroso, sob o pseudônimo João do Norte. Ao todo, a coluna foi publicada em 19 edições entre maio de 1935 e março de 1936, normalmente na segunda ou terceira página e, na maior parte das vezes, integrando o caderno “Momento Internacional”, dedicado ao noticiário internacional – o que reforçava a ideia de uma conspiração mundial. Assim como outros jornais da época, *A Offensiva* se servia das notícias internacionais divulgadas por agências estrangeiras no Brasil: a italiana *Stefani*, e a alemã *Transocean*. Segundo Paschoaleto (2011), a maior parte das fotografias dos líderes e movimentos fascistas europeus publicadas no jornal integralista foram recebidas por via aérea, por intermédio da empresa alemã *Condor-Lufthansa*, a mesma que convidou Agorio para visitar a Alemanha, também em 1935. O contato entre integralistas e revisionistas estava inserido neste contexto de grande profusão da propaganda fascista na América do Sul, vinculada à expansão dos interesses imperialistas dos países fascistas.

Tabela 3 – Textos publicados na coluna “Judaísmo Internacional”

EDIÇÃO	DATA	TÍTULO	PÁGINA
Nº 52	11 de maio de 1935	Os judeus e a guerra	p. 3
Nº 53	18 de maio de 1935	Sem título	p. 11
Nº 54	25 de maio de 1935	A autenticidade dos “Protocollos dos Sábios de Sião” – O grande processo de Berna	p. 3

²³⁵ Para uma visão mais aprofundada do antissemitismo nas obras de Miguel Reale, consultar o capítulo *Miguel Reale e a “questão judaica” na Ação Integralista Brasileira: a fundação do mito político da “conspiração” na propaganda antiliberal e anticomunista da imprensa integralista (1923-1938)* (Tanagino in Simões, Gonçalves, 2019).

Nº 55	1 de junho de 1935	Os arautos da Revolução Vermelha	p. 2
Nº 56	8 de junho de 1935	As reuniões cabalistas do cemitério de Praga	p. 3
Nº 58	15 de junho de 1935	Os judeus e a Revolução Alemã	p. 3
Nº 58 ²³⁶	22 de junho de 1935	O poder oculto de Israel	p. 3
Nº 60	6 de julho de 1935	Um ramalhete de citações em honra de Israel	p. 3
Nº 61	13 de julho de 1935	O judeu e o avestruz	p. 3
Nº 62	20 de julho de 1935	Gato escondido com rabo de fora	p. 2
Nº 63	27 de julho de 1935	O judaísmo e os destinos da França	p. 3
Nº 69	7 de setembro de 1935	A infiltração marxista	p. 3
Nº 70	14 de setembro de 1935	A tragédia do café	p. 3
Nº 71	21 de setembro de 1935	Amos latente e patentes	p. 3
Nº 72	28 de setembro de 1935	O anti-semitismo no mundo	p. 3
Nº 73	5 de outubro de 1935	O processo de Berna	p. 3
Nº 79	16 de novembro de 1935	A confissão de um judeu	p. 3
Nº 80	23 de novembro de 1935	Confissões de vários judeus	p. 3
Nº 81	30 de novembro de 1935	Judaísmo-Maçonaria-Communismo	p. 3
Nº 92	30 de janeiro de 1936	O nosso anti-semitismo	p. 2
Nº 98	6 de fevereiro de 1936	A Inglaterra na mão dos judeus	p. 2
Nº 101	9 de fevereiro de 1936	O anti-semitismo na Argentina	p. 10
Nº 107	16 de fevereiro de 1936	Ataque e defesa	p. 10
Nº 113	23 de fevereiro de 1936	As três internacionais	p. 10
Nº 118	1 de março de 1936	A política internacional judaica	p. 10
Nº 124	8 de março de 1936	De Bello Judaico...	p. 10
Nº 142	29 de março de 1936	O ouro de Moscou	p. 10

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Como antecipava o título, o núcleo duro da coluna “Judaísmo Internacional” foi a teoria da conspiração, sendo, portanto, reveladora dos aspectos mais típicos da propaganda fascista. Em geral, os textos de Barroso reproduziam os clássicos jargões da conspiração do “judaísmo internacional”, frequentemente se referenciando a Henry Ford, Leon de Poncins, Disraeli etc. Essa característica era fundamental pois “a constante reiteração e a escassez de ideias são ingredientes indispensáveis de toda a técnica” da propaganda fascista (Adorno, 2015, p. 155). O conteúdo do antissemitismo moderno era sistematicamente repetitivo, sendo a autorreferência sua regra. Todas as novas informações adicionadas à totalidade da teoria da conspiração seguiam um rígido padrão: “uma unidade estrutural, com uma concepção comum total, seja ela inconsciente ou consciente, que determina cada palavra dita” (Idem).

Esse aspecto sistemático e totalizante do antissemitismo moderno é perfeitamente ilustrado por uma nota de Barroso publicada na coluna, na edição nº 118, no qual ele justificou um erro na edição nº 113 – último número em que a coluna havia sido publicada – que atribuíra

²³⁶ Nas edições consultadas para essa pesquisa, presentes no acervo digital do Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da UFJF, há dois exemplares com datas e conteúdos distintos que foram publicados como nº 58. Pelas datas, supõe-se que foi um erro na impressão da edição nº 59 do jornal, que foi gravada como nº 58.

a autoria da coluna “Judaísmo Internacional” a Ricardo Aguiar. Em sua nota, Barroso confirmou que escrevera o artigo, ressaltando ser ele, “o inimigo número 1 dos judeus” (A política internacional judaica, *A Offensiva*, n.º 118, 1 de março de 1936, p. 10), o fundador e único redator da coluna. Sobre o erro da edição anterior, o autor escreveu: “trata-se dum ato de judaísmo... ou erro de paginação” (Idem). Partindo de um viés de confirmação, todas as informações que remetiam à dita conspiração, mesmo que muito indiretamente, eram mobilizadas como provas de sua existência.

Isso também fica bastante evidente em uma notícia publicada na edição n.º 81 de *A Offensiva*, que reproduzia um conteúdo postando originalmente no jornal *O Sigma*, de Aracajú. Consta na notícia que um militante integralista encontrou por acaso um documento que revelava “até que ponto os nossos governos se deixam [ilegível] pelas poderosas companhias estrangeiras e trusts estrangeiros” (Brasil, Colonia de Banqueiros!, *A Offensiva*, n.º 81, 30 de novembro de 1935, p. 2). O documento em questão se referia ao encaminhamento da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Pernambuco para as repartições arrecadoras do Estado que “providenciem no sentido de fazer cessar, até ulterior deliberação, qualquer procedimento fiscal contra as companhias de gasolina, por infração do regulamento de vendas mercantis” (Idem). A partir daí, o texto induz os leitores a confirmação da existência da conspiração, reforçando a imagem do integralismo como única força contrária a essa dominação:

Viu o leitor? Depois, quando os “camisas-verdes” proclamam essas verdades ainda há que diga que eles servem ao capitalismo! Ainda há quem diga que eles são imperialistas! E enquanto se combate traiçoeiramente o Integralismo, acusando-o de imperialismo, os agentes da “Royal Dutch” e da “Standard” vão sugando tranquilamente as energias e as forças do grande povo brasileiro. É preciso que o povo desperte. E o despertar de um povo é sem dúvida o começo de uma marcha gloriosa. Nesse dia o Brasil conhecerá o que é independência econômica! (Idem).

Segundo Liebel (2017, p. 52), a teoria da conspiração tem por objetivo criar uma ansiedade paranoica, justificando, assim, a necessidade de lutar contra os supostos inimigos: “O medo e a constante ameaça (real ou imaginária), proclama que os inimigos devem ser combatidos incessantemente, e que toda oportunidade para desmascará-los deve ser aproveitada”. Nesse contexto, a liderança fascista, calcada na representação de um “pequeno grande homem” provoca um misto de empatia e projeção por parte dos seguidores que se identificam com o líder na tentativa (inconsciente) de engrandecimento pessoal: “Aqueles seres diminutos, com medo e retraídos por conta do inimigo, se engrandecem no embalo da retórica de seu líder” (Ibid, p. 53).

Arelado à divulgação da teoria da conspiração, na coluna, Barroso se esforçou no sentido de legitimar o antissemitismo como uma reação natural dos movimentos nacionalistas em cada país contra a modernidade e o materialismo dissolvente das tradições nacionais. Consequentemente, se tornou constante, nestes escritos, a referência ao nazismo enquanto um movimento do qual emanava a legitimidade do próprio integralismo – ambos eram vistos como reações naturais a um mesmo processo de defesa nacional contra o “judaísmo internacional”. Na edição nº 107, de fevereiro de 1936, Barroso publicou um texto sobre o envolvimento dos judeus no Levante Comunista, ocorrido em novembro de 1935, em sua coluna n’*A Offensiva*. Após afirmar que Prestes era “simplesmente um instrumento do judaísmo comunista, que quer nos devorar com a implantação desse soviet que engaste a linda pérola brasileira no colar das repúblicas judaicas” e que a salvação do Brasil depende do combate heroico ao judaísmo, Barroso escreveu uma longa consideração sobre o antissemitismo na Alemanha que mobilizava a radicalidade nazista em prol da defesa da campanha antijudaica no Brasil.

A fim de defender-se de verdade do carneiro judaico, a Alemanha de Hitler considera hoje em dia os judeus, mesmo quando nascidos no seu território, como estrangeiros e duma raça que se não mistura com a do país. Assim, o judeu não pode se casar com alemã nem ter relações sexuais com alemães maiores de 45 anos de idade. As infrações a esses dispositivos legais são punidas com multas e trabalhos forçados. [...] Qualquer nacional-socialista que for visto publicamente em companhia dum judeu será excluído do partido. Os judeus estão proibidos de arvorar a bandeira alemã, mas podem arvorar a bandeira judaica. [...] Em resposta a essas medidas de defesa, o judaísmo internacional mobilizou formidável campanha contra o Reich, boicotando seus produtos e procurando manter ao ridículo o racismo germânico, de modo a desviar habilmente a atenção do racismo judaico, que eles praticam desde os mais recuados tempos e que Moisés e Esdras lhe impuseram. [...] Como há de Hitler defender-se desse racismo dentro da Alemanha, senão combatendo-o com as suas próprias armas? [...] *Vimos neste artigo, pela ação do judaísmo e por trás do comunismo de Luís Carlos Prestes, como ele ataca uma nação para destruí-la. Vimos também como uma nação se defende, no exemplo destemeroso que o Reich está dando ao mundo.* Neste século, tudo se decidirá – ou o judaísmo esmagará os povos ou os povos esmagarão o judaísmo (Ataque e defesa, *A Offensiva*, nº 107, 16 de fevereiro de 1936, p. 10) [Grifo da autora].

Em outro texto sobre o Levante Comunista, publicado algumas semanas antes, Barroso escreveu:

Depois de haver levado o mundo, exercendo sua ação através do capitalismo internacional, que floresceu com o individualismo liberal, seu clima propicio, criou o judeu contra a civilização cristã, à sombra do marxismo-judaico e da maçonaria judaizada, a máquina de guerra social do comunismo. Ainda agora, quando do surto comunista de fins de novembro do ano passado, a política evidenciou concretamente os manejos judaicos. Foram presos inúmeros judeus da sociedade Braz-cor, todos agitadores comunistas. Foi agarrado com a boca na botija o judeu Henry Berger, corifeu de Luiz Carlos Prestes delegado dos judeus da URSS para governar o Brasil, a mais linda pérola a ser engastada no colar das Repúblicas Soviéticas... (O nosso anti-semitismo, *A Offensiva*, nº 92, 30 de janeiro de 1936, p. 2).

Na propaganda integralista, o Levante foi apontado como mais uma prova da conspiração judaica de dominação mundial – uma prova que, acima de todas as outras, demonstrava a força imensamente poderosa do judaísmo, que já se manifestava nos eventos da vida política brasileira. Os momentos imediatamente anterior e posterior à insurreição comunista marcam o período de maior divulgação do antissemitismo n’*A Offensiva*. A partir de abril de 1936 foi interrompida a publicação da coluna “Judaísmo Internacional” e Gustavo Barroso ficou seis meses proibido de publicar no periódico devido à uma punição interna motivada pela desobediência de Barroso em relação ao conteúdo publicado na imprensa integralista.

Segundo consta no periódico carioca *Diário da Noite*, em 13 de abril de 1936, Barroso enviara um artigo intitulado “A sinagoga paulista” para avaliação do diretor d’*A Offensiva*, Madeira de Freitas, que, por sua vez, recusou a publicação em virtude de seu “caráter violentíssimo”; a despeito disso, Barroso teria publicado o artigo semanas depois do jornal *Século XX*. Tratava-se de uma acusação dos “empresários paulistas de origem judaica pelo envolvimento numa suposta ‘negociata’, que na verdade seria uma ‘isenção de impostos para entrada em nosso país dos maquinismos da Companhia Nitro-Química, isenção que foi concedida de acordo com a decisão do Conselho Federal do Comércio Exterior” (Maio, 1991, p. 95). Um dos nomes acusados por Barroso era Horácio Lafer, empresário e parlamentar de origem judaica que mantinha boas relações com Plínio Salgado (Idem). Com isso, Alfredo Egydio de Souza Aranha, banqueiro e empresário da elite paulista aliado a AIB, interferiu, sugerindo a Plínio Salgado que “não era útil ao partido continuar publicando os escritos do sr. Gustavo Barroso” (Se o integralismo vencer, será fuzilado o sr. Gustavo Barroso!, *Diário da Noite*, nº 2.593, 13 de abril de 1936, capa).

O cancelamento da coluna e a punição de Barroso denotam o momento de maior tensão entre os dois principais nomes do integralismo. Mas, essa tensão pouco tinha a ver com a concordância ou discordância do Chefe Nacional em relação ao conteúdo antissemita, tendo sido realmente motivada por uma disputa ao redor da liderança do movimento. Barroso ganhou enorme projeção dentro da AIB em razão de seu marcante discurso antissemita, sobretudo considerando o poder de mobilização de massas do antissemitismo neste contexto. Rui Arruda chegou a afirmar que o radicalismo de Barroso estava vinculado ao seu desejo de projeção no movimento (Trindade, 2016, p. 228). Portanto, não é difícil imaginar que Salgado temesse a expansão da influência de Barroso no movimento e tenha se utilizado deste momento para

enfraquecê-la, ao mesmo tempo em que reforçava sua liderança.²³⁷ Além disso, o caráter violentíssimo que Madeira de Freitas atribuiu ao texto de Barroso que culminou na punição deve ser entendido em referência à gravidade das acusações feitas a importantes figuras financiadores do integralismo e não ao conteúdo antissemita propriamente dito. Isso porque não apenas Madeira de Freitas foi o responsável por introduzir os “Protocolos dos Sábios de Sião” a Gustavo Barroso, como também, na função de diretor d’*A Offensiva*, já havia autorizado a publicação de vários textos antissemitas tão ou mais violentos.

Para além das questões internas, a conjuntura política também influenciou a direção nacional da AIB a limitar o conteúdo antissemita publicado na imprensa do movimento. O ano de 1936 marcou um recrudescimento da institucionalização da AIB, processo que se iniciara no ano anterior, com a transformação em partido político e extinção das milícias. Porém, dado o cenário político altamente polarizado, com frequentes conflitos entre integralistas e opositor, o discurso manteve o tom radical, capaz de mobilizar os militantes a irem às ruas demonstrar a força do partido. Nesse momento, o antissemitismo foi estrategicamente utilizado na imprensa integralista de modo geral, apontando inclusive para uma reprodução orgânica deste discurso dentro do partido. A partir de 1936, com o fracasso do Levante e a perseguição intensa do governo Vargas às principais lideranças comunistas, aliado as intenções eleitorais da AIB, o antissemitismo perdeu espaço como ferramenta doutrinária. Somado a tudo isso, com a expansão do nazismo, o discurso antissemita foi crescentemente associado ao fascismo europeu – o que não convinha a AIB dada sua afirmação nacionalista.

Durante os meses da punição, Barroso foi mencionado em algumas poucas matérias em *A Offensiva*, sendo que foram negados os boatos sobre uma cisão no movimento, identificados como parte de uma campanha contra o integralismo. Quando o autor voltou a publicar no jornal integralista, o antissemitismo não foi negligenciado, mas houve uma expressiva moderação em comparação à radicalidade do período anterior. Doravante, a teoria da conspiração antissemita apareceu como acessório nos escritos de Barroso para a imprensa – muito embora Barroso tenha continuado a publicar livros abertamente antissemitas pelo menos até 1938.

4.4.2 A imprensa revisionista

Denomina-se como imprensa revisionista um conjunto diverso de periódicos ligados aos movimentos revisionistas uruguaios dos anos 1930, dos quais se destacam os jornais *Audacia*

²³⁷ Nas entrevistas realizadas por Trindade, alguns antigos militantes declaram a preferência pela liderança de Barroso, considerado um homem mais decidido e enérgico.

e *Fragua*, e a revista *Corporaciones*. Os dois primeiros se caracterizaram como jornais de propaganda, destinados a um amplo público; já a última foi um periódico mais teórico, que circulou entre um grupo de intelectuais e ruralistas. A revista *Corporaciones*, cujo subtítulo era *Revista de Ciencias Económicas, Políticas y Sociales*, foi um dos primeiros veículos revisionistas, fundada em 1935 por Adolfo Agorio, Teodomiro Varela de Andrade e Ernesto Bauzá – logo após iniciado o contato com os integralistas. Era publicada em frequência mensal e a assinatura adiantada custava dois pesos (antigos) uruguaios²³⁸ – houve alguns meses em que a revista não foi publicada, sobretudo os iniciais do ano de 1937.

Em relação à imprensa integralista, é possível estabelecer um paralelo entre as revistas *Corporaciones* e a *Panorama*, ambas de perfil mais intelectualizado, com extensos artigos e pouco material de propaganda propriamente dito em suas páginas – não por acaso, no contexto do diálogo entre os grupos integralista e revisionista, o primeiro enviou as três primeiras edições da *Panorama* ao último. Na revista uruguaia, eram publicados artigos políticos, mas também muitos textos técnicos sobre agropecuária – prevenção de pragas na criação de gado, cuidados com as criações de ovelhas, coelhos, porcos e aves, orientações para a vinicultura etc. –, sobre a indústria de laticínios e os frigoríficos, o que demonstra a circulação do periódico entre um grupo de ruralistas, além da intenção da direção da revista em integrar esse público em sua zona de influência política.²³⁹ Também eram publicados artigos exaltando o valor social da medicina e dos bons costumes sanitários, frequentemente divulgado campanhas contra a sarna e outras doenças de pele.²⁴⁰

Na edição nº 7, na contracapa, a direção indicava sobre o periódico: “A revista para a cidade e o campo; a revista que leem com gosto todos os que amam a boa leitura. O homem do Estado, o comerciante, o fazendeiro, o agricultor, o intelectual, o industrial, o professor, o político, o militar, o profissional, etc..., todos encontrarão na “*Corporaciones*” um tema de atualidade e palpitante interesse” (*Corporaciones*, nº 7, outubro de 1936, contracapa) [Tradução

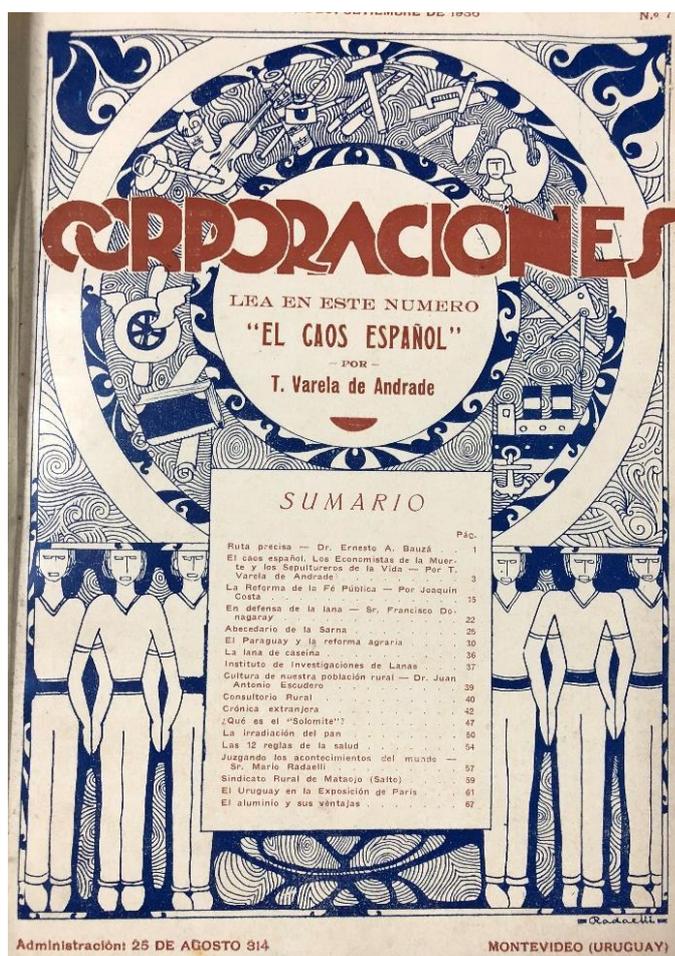
²³⁸ Em 1840, foi criado o primeiro sistema monetário do Uruguai cuja moeda era o real. Em 1862, entrou em circulação uma primeira versão do Peso, o que facilitou transações financeiras locais. Em 1896, foi criado o Peso (antigo) Uruguaio com o intuito de uniformizar e estabilizar a moeda nacional. Em 1975, o governo uruguaio introduziu o Nuevo Peso como parte de um amplo plano de estabilização econômica. E, finalmente, em 1993, o Nuevo Peso foi substituído pelo atual Peso Uruguaio (UYU).

²³⁹ Alguns textos da revista dialogavam com o periódico *La Campaña*, ligado ao Partido Ruralista.

²⁴⁰ Nos periódicos integralistas também eram comuns campanhas sanitárias e a coluna “Conselhos de Hygiene” foi uma das poucas constantes ao longo de toda existência do jornal. Ademais, a cultura física e os esportes eram entendidos “como uma higienização do corpo, uma forma de torná-lo mais ato e digno dos valores integralistas” (Simões, 2009, p. 133).

livre].²⁴¹ Essa frase ilustrava o projeto político defendido pela revista: a união de todas as forças produtivas nacionais sob um Estado corporativo. Assim como também o fazia a identidade visual da revista: em todas as edições, a ilustração da capa apresentava diferentes instrumentos profissionais no interior de um círculo que, por sua vez, era sustentado por figuras humanas idênticas. A proposta era representar a harmonia entre as diferentes atividades profissionais organizadas em corporações próprias mas baseadas em um princípio comum – a nação.

Figura 13 - Capa da edição nº 7 da revista *Corporaciones*



Fonte: Acervo do Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da UFJF²⁴²

Já no cabeçalho da primeira página de todas as edições, abaixo do nome da revista, os mesmos instrumentos profissionais da capa eram representados, agora, em uma sequência

²⁴¹ “La revista para la ciudad y la campaña; la revista que leen con gusto todos los que aman la buena lectura. El hombre de Estado, el comerciante, el ganadero, el agricultor, el intelectual, el industrial, el maestro, el político, el militar, el profesional, etc... todos hallarán en “Corporaciones” un tema de actualidad y palpitante interés”.

²⁴² Todos os jornais revisionistas utilizados nesta pesquisa estão guardados na *Biblioteca Nacional del Uruguay*, em Montevideo. Esses documentos foram digitalizados e depositados no banco de dados do Laboratório de História Política e Social (UFJF) – por meio do qual foram consultados durante a presente investigação.

linear, sendo que cada um ocupava um espaço próprio, delimitado por uma linha divisória – o que reflete a noção de corporações profissionais organizadas de forma isolada, cujo ponto de contato era o fato de compartilharem uma concepção de nação em bases corporativas.

Figura 14 – Primeira página da edição nº 7 da revista *Corporaciones*



Fonte: Acervo do Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da UFJF

Apesar de seu perfil teórico, também eram publicados alguns quadros em destaque, com frases que buscavam sintetizar o conteúdo programático da revista, cumprindo uma função doutrinária mais explícita na medida em que eram textos mais diretos e de fácil assimilação, diferentemente dos demais textos do periódico, que, por vezes, se estendiam em várias páginas. Como na edição nº 8, na qual se lê:

Dois pontos básicos que aparecem na cristalização deste são propósito: o primeiro toca ao referente a formação dos “novos maestros”, animados deste espírito de sacrificio que ansiamos ver neles, enamorados de um novo ideal, que a tocha em mão pregue pelos campos e cidades o verbo redentor que proclamamos. O segundo se refere aos programas da escola primária, que é preciso renovar integralmente, do princípio ao fim, adaptando-o às realidades que ao mundo e seus filhos depara a pós-guerra (*Corporaciones*, nº 8, outubro de 1936, p. 54) [Tradução livre].²⁴³

Também foram publicados alguns textos de fascistas europeus ou sobre o fascismo europeu na revista, com caráter mais propagandístico, valorizando a figura de Hitler e Mussolini

²⁴³ “Dos puntos básicos aparecen en la cristalización de este sano propósito: el primero toca lo referente a la formación de los ‘nuevos maestros’, animados de este espíritu de sacrificio que ansiamos ver en ellos, enamorados del nuevo ideal, que antorcha en mano prediquen por campos y ciudades el verbo redentor que proclamamos. El segundo se refiere a los programas de la escuela primaria, que es preciso renovar íntegramente, del principio al fin, adaptándolo a las realidades que al mundo y a sus hijos depara la post-guerra”.

como orientadores de um renascimento espiritual nacional, além de muitos artigos sobre a guerra na Espanha, considerada como um momento decisivo para a história moderna. Cabe destacar que o antissemitismo não foi sistematicamente divulgado pelo periódico, muito embora os pressupostos do antissemitismo moderno fossem compartilhados pelos editores da revista. Mas, havia alguns textos explicitamente antissemitas, como uma tradução de Goebbels, publicada na edição nº 7 da revista, no qual a afirmação do nazismo estava baseada na contraposição ao bolchevismo, que era, por excelência, parte da conspiração do judaísmo internacional.

O bolchevismo parte conscientemente da revolução de todos os povos e leva em si uma tendência agressiva, internacional. O nacional-socialismo, pelo contrário, se limita a Alemanha e nem como ideia, nem como prática, é um artigo de exportação. O bolchevismo nega a religião por princípio [...] O nacional-socialismo, pelo contrário, com sua tolerância e respeito às confissões, propugna um idealismo crente e transcendental que, naturalmente, surge da alma da raça de um povo. Enquanto o nacional-socialismo inicia uma nova concepção e uma nova forma de cultura europeia, o bolchevismo é um desafio da infra-humanidade internacional dirigida pelos judeus contra a cultura em si. [...] o bolchevismo supõe o aniquilamento de todas as instituições econômicas, sociais, política, culturais e civilizadas do Ocidente em favor de uma casta de conjurados internacionais, desenraizados e nômades que encontraram no judeu sua representação (Goebbels, *El comunismo sin careta, Corporaciones*, nº 7, setembro de 1936, p. 42) [Tradução livre].²⁴⁴

Sugere-se que através da circulação da revista *Corporaciones* o integralismo se tornou conhecido entre o campo revisionista – é possível imaginar que obras integralistas enviadas ao Uruguai tenham sido compartilhadas entre esses grupos, o que possibilitaria o contato destes com o integralismo para além da revista. Nos jornais *Fragua* e *Audacia*, o modelo da propaganda antissemita era muito semelhante aos escritos de Barroso – tanto seus livros, quanto os textos para a imprensa integralista, sobretudo aqueles da coluna “Judaísmo Internacional”. Apesar disso, em ambos não havia referência ao integralismo, salvo a edição nº 4 de *Fragua*, datada de 6 de julho de 1938, que pretendia desmascarar as mentiras que um deputado argentino judeu havia divulgado sobre as pretensões imperialistas do integralismo para a América do Sul. É notável que a única menção ao integralismo esteja em um texto antissemita no qual a atuação dos judeus estaria previamente orientada no sentido de criar inimizades entre os países sul-americanos. O texto foi concluído da seguinte maneira:

²⁴⁴ “El bolchevismo parte conscientemente de la revolución de todos los pueblos y lleva en sí una tendencia agresiva, internacional. El nacionalsocialismo, por el contrario, se limita a Alemania y, ni como idea, ni como práctica es artículo de exportación. El bolchevismo niega la religión por principio [...] El nacionalsocialismo, por el contrario, con su tolerancia respecto a las confesiones, propugna un idealismo creyente y transcendental que, naturalmente, surge del alma de la raza en un pueblo. Mientras que el nacionalsocialismo inicia una nueva concepción y una nueva forma de cultura europea, el bolchevismo es el reto de la infrahumanidad internacional dirigida por los judíos contra la cultura en sí”.

O mais lamentável de tudo é que conhecendo como conhecemos os métodos de propaganda que têm os judeus à sua disposição a essa horas nos últimos confins do Universo se terá a notícia das sensacionais revelações do deputado “argentino” com o qual este ilustre componente da raça predileta cumpriu com um dos preceitos claramente delineados nos Protocolos dos Sábios de Sião: *O avanço guerreiro entre todos os povos e impedir por todos os meios o bom entendimento dos mesmos* (“Fragua” destruye la gran mentira del judío Dickman, *Fragua*, nº 4, 6 de julho de 1938, capa) [Tradução livre] [Grifos no original].²⁴⁵

Segundo Bohoslavsky e Broquetas (2020), o jornal *Audacia*, ligado ao movimento *Accion Nacional*, foi fundado em maio de 1936 e publicado até agosto de 1940, circulando em frequência quinzenal. Já o periódico *Fragua* foi fundado em maio de 1938, ligado ao *Movimiento Revisionista*, também circulando em frequência quinzenal. A referência ao integralismo neste último data de um momento no qual a AIB já não mais existia, o que inclusive pode explicar a ausência de outras menções nos periódicos.²⁴⁶ O que cabe destacar é articulação da teoria da conspiração do “judaísmo internacional” à defesa do integralismo, atrelada à uma concepção mais geral e orgânica sobre a América. Ambos os periódicos compartilhavam com a revista *Corporaciones* uma concepção nacionalista orgânica, baseada nos valores da tradição hispânica e *criolla*, identificando o judeu como o estrangeiro por excelência, o imigrante, morador de Montevideu cujo modo de vida cosmopolita era uma ameaça aos valores nacionais do homem do campo.²⁴⁷

Comparativamente, os jornais revisionistas possuíam características distintas da imprensa integralista, em decorrência do próprio estado de organização destes movimentos e suas ambições dentro do cenário político nacional. Como abordado no capítulo anterior, o integralismo surgiu no Brasil em meio a uma disputa com o governo Vargas, cuja tensão se refletiu na imprensa do movimento diferentemente ao longo de suas várias fases. Já no Uruguai,

²⁴⁵ “Lo lamentable de todo es que conociendo como conocemos los métodos de propaganda que tienen a sus disposición los judíos a estas horas en los últimos confines del Universo se tendrá noticias de las sensacionales revelaciones del diputado “argentino” con lo cual este ilustra componente de la raza predilecta habra cumplido con uno de los preceptos claramente delineados en los Protocolos de los Sabios de Sion: *El avanzamiento guerrero entre los pueblos e impedir por todos los medios el buen entendimiento entre los mismos*”.

²⁴⁶ Após a dissolução da AIB em 1937 em função da proibição dos partidos políticos pelo Estado Novo varguista, tensões entre o grupo de Plínio Salgado e o governo foram crescentes, considerando que o primeiro foi absorvido apenas parcialmente no aparato do Estado Novo. Em 1938, um grupo de dirigentes e militantes integralistas organizou uma tentativa de golpe militar que, contudo, foi duramente reprimida pelo governo. Milhares de integralistas foram presos o que resultou na desarticulação definitiva do integralismo como um movimento político de massas. Em 1939, Salgado se exilou em Portugal, onde, no ano seguinte, tentou, sem sucesso, reorganizar o integralismo no Brasil. Plínio permaneceu em Portugal até o final da Segunda Guerra Mundial (Gonçalves, 2012, p. 281).

²⁴⁷ “Todos – conservadores y derecha radical – compartían un mismo argumento: el individualismo urbano de Montevideo, de espaldas al campo, albergada en su anonimato a los enemigos de la nación: los judíos” (Alpini, 2011, p. 36).

os jornais revisionistas surgiram após o golpe de Estado de Gabriel Terra, que foi apoiado pelo grupo político que deu origem ao revisionismo. Nesse sentido, não havia tensão entre o governo Terra e os revisionistas; ao contrário, o primeiro era visto como a defesa necessária contra os batllistas avançados e os comunistas. Tanto Gabriel Terra, quanto Alfredo Baldomir – cunhado de Terra que o sucedeu na presidência – eram exaltados nas páginas dos jornais revisionistas, incluindo a revista *Corporaciones*, que não poucas vezes, publicou fotografias destes líderes, bem como reproduziu trechos do jornal terrista *El Pueblo*.

Contudo, em nenhum destes jornais revisionistas foi estabelecido um culto a uma liderança, como ocorreu na imprensa integralista. Segundo os relatos dos autores revisionistas, Adolfo Agorio possuía o perfil de uma liderança carismática adequada aos moldes fascistas – um dos elementos que Agorio mais ressaltou em toda sua obra foi a importância de uma liderança autoritária capaz de guiar as massas. No evento de fundação da *Acción Revisionista*, os discursos enfatizaram o potencial dinâmica do pensamento de Agorio – “que já é por si só todo um programa de ação e concórdia política, mas também um verdadeiro expoente de redención económica y cultural” (El revisionismo inicia brillantemente su accion política, *Corporaciones*, nº 13, agosto de 1937) [Tradução livre],²⁴⁸ segundo Teodomiro Varela de Andrade. Porém, Agorio nunca se tornou uma liderança carismática autoritária como foi o caso de Salgado no Brasil. Esse fato estava mais relacionado à composição e articulação dos revisionistas com o bloco dominante – que já assumira Terra como a figura de liderança autoritária – do que com uma genialidade particular de Salgado, embora sua qualidade como orador tenha exercido um papel inegável na popularidade do integralismo.

A *Acción Revisionista* já foi fundada integrada ao Partido Colorado, o que certamente condicionou a radicalidade do discurso de inspiração fascista. No momento da sucessão presidencial, em 1938, embora com nuances, os movimentos revisionistas apoiaram Baldomir, candidato formado nos quadros próprios da ditadura Terra. Já no caso da AIB, embora tenha havido momentos de maior colaboração com o governo Vargas, a exposição desta aliança nos jornais nunca pretendeu substituir a figura de Salgado como liderança suprema do movimento: a exaltação do presidente aparecia sempre atrelada à exaltação do próprio integralismo, demonstrando que o apoio ao primeiro só era dado pois este estava de acordo com o segundo.

Sobre a ausência de uma liderança autoritária nos movimentos revisionistas, em comparação com o caso integralista, há ainda uma consideração. No Brasil, o paternalismo foi uma característica marcante da cultura política republicana, especialmente durante a Primeira

²⁴⁸ “que ya por sí solo es todo un programa de acción y de concordia política, sino todo un verdadero expoente de redención económica y cultural”.

República, quando o poder das oligarquias locais se expressava no mandonismo dos coronéis.²⁴⁹ Já no Uruguai, o período anterior à organização dos movimentos revisionistas foi marcado pela intenção do governo batllista em consolidar a imagem do Estado republicano moderno em oposição ao caudilhismo do século XIX. Assim, uma hipótese é que a valorização da imagem do líder fascista nos movimentos revisionistas estivesse associada à penetração do paternalismo no imaginário social uruguaio.²⁵⁰

Como argumentado, a imagem do líder é fundamental ao funcionamento da propaganda fascista pois é a partir dela que os militantes se identificam mutuamente, formando uma massa minimamente coesa. No caso do revisionismo, ausência de uma liderança forte, que evoca a imagem do pai primitivo, exigiu o fortalecimento da retórica negativa destinada a um elemento externo, de maneira que o ódio aos “de fora” servisse como mecanismo unificador, suscitando “vínculos emocionais semelhantes ao da afetividade positiva” (Adorno, 2015, p. 176). Como coloca Freud:

Nas antipatias e aversões francas por estranhos próximos podemos reconhecer a expressão de um amor-próprio, de um narcisismo que aspira por sua autoafirmação e se comporta como se a existência de uma divergência em relação a seus desenvolvimentos individuais implicasse uma crítica a tais desenvolvimentos e um desafio a transformá-los. [...] Mas toda essa intolerância desaparece, momentânea ou permanentemente, por meio da formação de massas e na massa. Enquanto a formação de massas persiste ou até onde ela alcança, os indivíduos se comportam como se fossem uniformes, toleram a singularidade do outro, equiparam-se a ele e não tem qualquer sentimento de aversão por ele. [...] O amor-próprio encontra um limite apenas no amor ao alheio, no amor a objetos (Freud, 2016, p. 95).

Isso explica o apelo muito mais sistemático do revisionismo ao antissemitismo moderno: o ódio de vários indivíduos direcionado a um mesmo objeto era uma alternativa para a unidade deste grupo “de dentro”. Nesse caso, a identificação era mais negativa do que positiva: ser revisionista era ser contrário ao judaísmo – aspecto particularmente evidente em *Fragua*. Isso não significa dizer que a aposta no antissemitismo como mecanismo de unificação foi totalmente consciente nos termos da psicologia de massas freudiana: ou seja, percebendo que não havia um líder carismático, os revisionistas apostaram no antissemitismo. Talvez não tenha sido uma relação direta e consciente. Mas o poder de mobilização das massas do

²⁴⁹ Para uma análise detalhada sobre o coronelismo na Primeira República, consultar *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* (Leal, 2012).

²⁵⁰ “El primer rasgo de modernidad de su [batllismo] praxis política fue la defensa de la necesidad de reforzar la actividad permanente de los partidos políticos, mediante una red organizativa fuertemente institucionalizada y con el soporte popular dos llamados ‘clubes seccionales’. Frente a las viejas redes caudillescas y las prácticas oligárquicas de la ‘política de notables’ de los doctores, la constitución por el batllismo – ya hacia finales del siglo XIX – de estos clubes seccionales constituyó en verdad una fuerte innovación en varios planos” (Caetano, 2021, p. 227).

antissemitismo moderno era conhecido – não apenas porque Agorio viajou à Alemanha em um contexto de profusão do antissemitismo como propaganda política, mas também dado o contato com os integralistas por intermédio de Barroso, cujo momento de maior divulgação na imprensa da AIB foi paralelo ao diálogo com os revisionistas – e, dada a conjuntura particular do Uruguai, essa foi uma aposta dos revisionistas no que se refere à propaganda.

Como explica Adorno (2015, p. 178-179):

Esta é a linha perseguida pelo “truque de unidade” padrão dos agitadores. Eles enfatizam que são diferentes de quem está de fora do grupo, mas minimizam tais diferenças dentro de seu próprio grupo e tendem a nivelar as qualidades distintivas entre eles mesmos, com exceção da hierárquica. [...] Dado que os membros do *in-group* supostamente “conseguiram identificar-se reciprocamente através de um amor semelhante pelo mesmo objeto” (MPIA, p. 134), não podem admitir esse desprezo um pelo outro. Assim, ele é expresso por um investimento afetivo completamente negativo nesses animais inferiores, é mesclado com o código contra o *out-group* e projetado sobre este último. Na realidade, um dos dispositivos favoritos dos agitadores fascistas [...] é o de comparar *out-groups*, todos estrangeiros e particularmente refugiados e judeus, a animais inferiores e vermes [Grifo da autora].

Em *Fragua e Audacia*, o vocabulário empregado na descrição dos judeus como estrangeiros no Uruguai era composto pelos termos: parasitas, invasores, exóticos, pragas, câncer, agentes de decomposição e morte. Nas páginas dos periódicos, eram comuns quadros em destaque com frases de efeito antissemitas que reforçavam essa associação, como na edição nº5 de *Fragua*: “Os judeus são para as nações igual os micróbios para os corpos vivos; agentes de decomposição e morte” (*Fragua*, nº 5, 20 de julho de 1938).²⁵¹ Ou na edição nº 9 de *Fragua*, na qual foi publicado em negrito: “O câncer que consome o comércio uruguaio é a competição desleal do comércio e ambulância judeu. O câncer é fatal quando não se opera a tempo!” (*Fragua*, nº 9, 11 de outubro de 1938, p. 3).²⁵² Assim, pretendia-se enfatizar o abismo que supostamente separava os judeus dos verdadeiros elementos nacionais da cultura uruguaia, de tradição hispânica.

O antissemitismo moderno foi um dos principais elementos discursivos mobilizados nos escritos sobre a guerra na Espanha em *Fragua e Audacia*. Os republicanos catalães eram denunciados como agentes do comunismo e judaísmo internacional que buscava destruir os valores tradicionais hispânicos – valores estes compartilhados pelos revisionistas como centrais na definição da identidade nacional uruguaia. Na charge abaixo, por exemplo, um ser animalesco, que pretende representar o judeu comunista da Frente Popular, está prestes a comer

²⁵¹ “Los judíos son para las naciones igual que los microbios para los cuerpos vivientes: agentes de descomposición e muerte”.

²⁵² “El cancer que consume al comercio uruguayo es la competencia desleal del comercio y ambulancia judío. ¡El cancer es fatal cuando no se opera a tiempo!”.

um frango, que pretende representar a religião, corroborando com a teoria da conspiração de um plano mundial do “judaísmo” contra a civilização cristã.

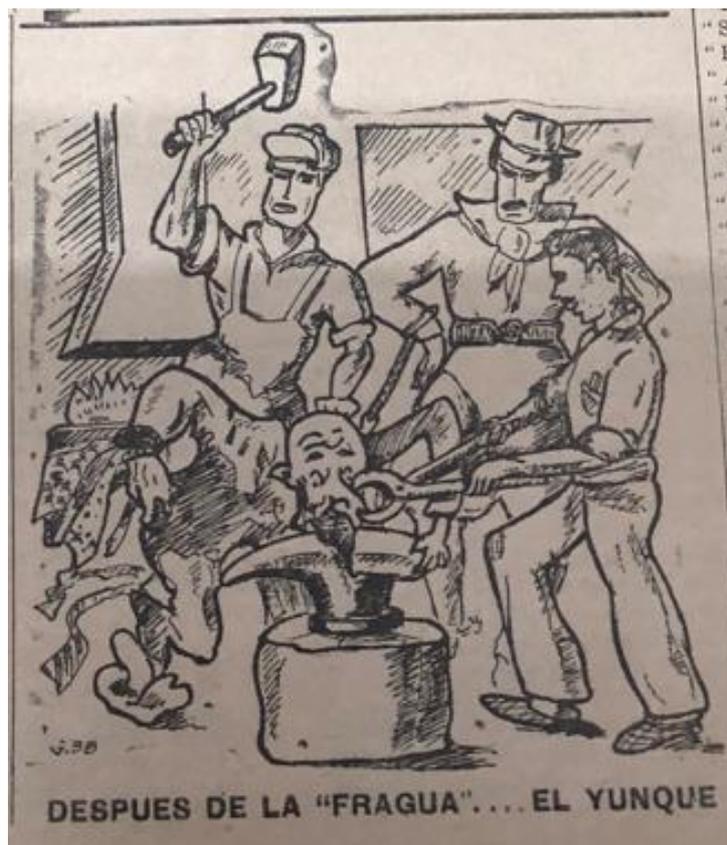
Figura 15 – Charge publicada na edição nº 9 do jornal *Fragua*



Fonte: Acervo do Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da UFJF

A estereotipia das charges publicadas em *Fragua* cumpriram a função de um mecanismo psicológico da propaganda, pretendendo demonstrar visualmente os judeus como absolutamente inassimiláveis e exóticos em relação ao gaúcho, verdadeiro uruguaio. A estereotipia é um dos aspectos mais marcantes da propaganda fascista (Adorno, 2015, p. 147), especialmente ressaltada na dicotomia entre “amigos” e “inimigos”. A representação dos judeus dando ênfase em suas características físicas de maneira repulsiva, como no exemplo abaixo, era uma das maneiras da propaganda fascista de buscar direcionar a libido negativa dos leitores/militantes em direção aos judeus, de maneira que pudessem identificar-se entre si como verdadeiros uruguaios, contra os “de fora” do grupo. O contraste entre os judeus e os gaúchos, considerados os verdadeiros representantes da alma nacional, era constantemente ressaltado, sugerindo “que o seguidor, simplesmente por pertencer ao *in-group*, é melhor, superior e mais puro que aqueles que são excluídos” (2015, p. 177).

Figura 16 – Imagem na capa da edição nº 5 do jornal *Fragua*



Fonte: Acervo do Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da UFJF

A legenda da charge acima pode ser traduzida para o português como: “Depois da forja... a bigorna”, fazendo referência ao ofício dos ferreiros que são capazes de modelar o ferro, um material altamente resistente. Para modificar sua forma são necessários conhecimentos e ferramentas especializadas, além de altas temperaturas. Na charge, o objeto modelado pelos ferreiros é justamente a representação de um judeu, debruçado sobre uma bigorna, cujo nariz está prestes a ser pinçado por um dos ferreiros. Ao lado dos ferreiros, supervisionando seu trabalho, encontra-se um homem vestido com tradicionais roupas de gaúcho. A mensagem da imagem e da legenda é clara: os judeus eram elementos exóticos, fisicamente diferentes dos gaúchos uruguaios, altamente resistentes à assimilação, somente sendo domados com “la fragua”. Na legenda, a palavra está entre aspas justamente para destacar a ambiguidade do enunciado: a forja dos judeus é o próprio movimento revisionista, não à toa, o nome do jornal era *Fragua*, em referência ao “caldeirão em que se caldeiam os metais para a forjá-los, avivando o fogo mediante uma corrente horizontal de ar” (RAE).

O ódio aos judeus, narrado em estilo repulsivo, foi a própria definição do revisionismo divulgado em *Fragua*: sua missão era denunciar o complô judeu comunista que se infiltrava em toda a cultura uruguiaia. E por isso, o subtítulo do jornal era “*La verdad al servicio de la nación*”. A principal denúncia do jornal era a invasão do Uruguai pelos imigrantes judeus, considerados

não apenas com agitadores sociais (comunistas/socialistas/batllistas), mas também como comerciantes ilegais e praticantes da usura, o que supostamente prejudicava a economia nacional. Ao longo da existência do jornal, foram publicadas diversas colunas em destaque cujo objetivo era reforçar essa ideia central por meio de estatísticas ou discursos proferidos por judeus,²⁵³ como as listadas no quadro abaixo. Assim, as denúncias da conspiração judaica se convertiam em verdades irrefutáveis pois tanto os dados estatísticos aparentemente a provavam, quanto os próprios judeus a admitiam.

Tabela 4 – Colunas antissemitas do jornal *Fragua* frequentemente publicadas

“Israel en marcha”	“El peligro en numeros”	“Autoconfesiones judaicas”	“Rayos de luz del Talmud”	“La realidad en cifras”
n° 3	n° 4	n° 2	n° 4	n° 11
n° 4	n° 5	n° 4	n° 5	n° 12
n° 5	n° 6	n° 6	n° 6	n° 13
n° 8	n° 8	n° 8	n° 7	n° 14
n° 9	n° 9		n° 10	n° 15
n° 11	n° 10		n° 13	
n° 12	n° 11			
n° 14	n° 12			
	n° 13			
	n° 14			
	n° 16			

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Figura 17 – Coluna “El peligro en numeros” na edição n° 9, do jornal *Fragua*

²⁵³ Cabe notar que na coluna “Judaísmo Internacional” Barroso também publicou matérias com essa característica, nomeadamente “Um ramalhete de citações em honra de Israel” (n° 60, 6 de julho de 1935), “A confissão de um judeu” (n° 79, 16 de novembro de 1935) e “Confissões de vários judeus” (n° 80, 23 de novembro de 1935).

EL PELIGRO EN NUMEROS	
— 0 —	
VIDRIERIAS	
Total:	25
Judías	18
Porcentaje de judíos en el ramo:	72 o o
Porcentaje judío en la población:	3 1 4 o o

Fonte: Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da UFJF

Conteúdos como esse foram comuns tanto em *Fragua* quanto em *Audacia* – embora no primeiro de forma mais sistemática do que no segundo. O objetivo destas publicações era desumanizar os judeus, transformando-os em representações descoladas da realidade e de sua especificidade qualitativa. Desse modo, pretendia-se “revelar os judeus como aquilo que ‘realmente são’ – sombras, cifras, abstrações numéricas” (Postone, 2021, p. 49). Essa tática de propaganda antissemita foi largamente utilizada na Alemanha, antecedendo o projeto de extermínio nazista.

Na edição nº 4, a coluna “*Autoconfesiones Judaicas*” publicou um trecho do livro “Sexo e Caráter”, do autor vienense Otto Weininger, em que ele escreveu: “Não há nobreza judaica, e isso chama tão mais atenção, já que precisamente a raça judaica não se mescla com as outras no transcurso dos vários milênios...” (Fragua, nº 4, 6 de julho de 1938, p. 2) [Tradução livre].²⁵⁴ O intuito do jornal era demonstrar como até mesmos os judeus confessavam em seus discursos a existência de uma conspiração mundial contra a civilização cristã – no exemplo acima, pretendia-se provar a recusa planejada dos judeus à assimilação, um ponto central do imaginário do jornal. A seleção dos textos publicados na coluna era absolutamente arbitrária, não fornecendo nenhum contexto sobre o autor ou a obra citada. Por exemplo Weininger foi apresentado como um autor judeu, sendo que, embora tenha nascido em família judaica, se converteu ao protestantismo em 1903, mesmo ano em que publicou “Sexo e Caráter” – obra na

²⁵⁴ “No hay nobleza judía, y esto llama tanto más la atención, ya que precisamente la raza judía no se mezcla con otras en el transcurso de varios milenios”.

qual procurou provar a inferioridade moral e a deficiência de caráter dos judeus e das mulheres.²⁵⁵

Tanto em *Fragua* quanto em *Audacia*, o vocabulário antissemita era compartilhado com o anticomunismo, de maneira que um reforçava o outro. Ambos enfatizavam constantemente o perigo da ameaça comunista na América que se encaixava perfeitamente com a denúncia da invasão do Uruguai pelos imigrantes judeus que passavam a dominar os meios de comunicação, o comércio e a política. Nos jornais revisionistas, a propaganda anticomunista assumiu também a forma da crítica à democracia liberal, isso porque era comum defenderem a ideia que, após a ascensão do fascismo, os comunistas haveriam alterado sua estratégia política para uma defesa cínica da democracia, se apresentando como os verdadeiros defensores das leis e da ordem. Isso se dava porque na propaganda revisionista, a associação entre o comunismo e o batllismo – cuja tradição política estava fortemente baseada na defesa de valores republicanos e democráticos – era o ponto de partida do discurso, mesmo que a comprovação desta relação nunca tenha sido plenamente fundamentada.

Na América, [o comunismo] trabalha mediante a conhecida tática de incitar um comportamento hostil nas massas trabalhadoras e indígenas, e amparado na escassa coesão dos países que como os do Rio da Prata não tem uma tradição milenária de costumes arraigados devido à sua falta de unidade racial e sua imigração heterogênea (El peligro comunista, *Fragua*, nº 4, 6 julho de 1938, p. 4) [Tradução livre].²⁵⁶

Com base nisso, estabeleceram-se algumas polêmicas com outros jornais uruguaios, acusados de “paladinos do racismo judaico” (*Fragua*, nº 2, 1 de junho de 1938, p. 4) [Tradução livre]²⁵⁷. Sobretudo os periódicos *El Día* e *El Plata* foram acusados de estarem a serviço dos interesses judaicos no Uruguai por denunciarem como racista o conteúdo dos jornais revisionistas. Nesses casos, assim como Gustavo Barroso, os revisionistas se defendiam por meio da inversão narrativa, ou seja, os próprios judeus eram acusados de racismo, pois pretendiam impor ao mundo cristão seus costumes materialistas e modernos através da imprensa, das universidades, dos governos, dos bancos etc. O suposto racismo judaico ainda era justificado a partir da manutenção de costumes tradicionais entre as comunidades de imigrantes judeus, que, na propaganda revisionista, era denunciado como prova da recusa à

²⁵⁵ A obra de Weininger foi tanto apropriada quanto criticada pelos nazistas alemães. Para uma análise sobre, consultar o capítulo *Weininger and nazi ideology* (Hyams in Harrowitz, Hyams, 1995).

²⁵⁶ “En América trabaja mediante la táctica conocida de soliviantación de las masas obreras e indígenas, y amparado en la escasa cohesión de los países que como los del Río de la Plata no tienen una tradición milenaria y costumbres arraigados debido a su falta de unidad racial y su inmigración heterogénea”.

²⁵⁷ “‘El Plata’ paladín de racismo judaico”.

assimilação aos valores nacionais, criando “estados dentro de Estados”. A teoria da conspiração era mobilizada, portanto, como prova maior do caráter racista dos judeus.

Por outro lado, o antissemitismo também serviu como elemento discursivo para uma crítica romântica ao imperialismo estadunidense. Com a iminência da guerra, os Estados Unidos intensificaram a pressão política e cultural sobre os países da América do Sul sob o discurso do pan-americanismo – a defesa de que os países americanos deveriam se aliar frente à guerra europeia e a expansão do fascismo. Para os revisionistas, seguindo a denúncia de Henry Ford, a cultura estadunidense estava dominada pelos interesses judaicos e, portanto, de valores materialistas. A crescente influência do país no Uruguai era identificada, assim, como parte da conspiração judaica para dominação mundial; e não como resultado do processo de desenvolvimento dos EUA em uma potência imperialista no século XX.

Com o início da guerra, em 1939, as organizações nazi-fascistas e os grupos simpatizantes locais passaram a ser monitorados pelo governo de Alfredo Baldomir – embora os revisionistas tenham apoiado sua candidatura, as relações diplomáticas entre Uruguai e Estados Unidos foram determinantes para a decadência política dos grupos aliados aos países do Eixo, especialmente com o avanço da ofensiva nazista na Europa.²⁵⁸ Mesmo com as tentativas de moderação do discurso, o revisionismo perdeu sua influência política após terem sido descobertas evidências que comprovavam o financiamento do partido nazista ao grupo de Adolfo Agorio.²⁵⁹ Os antigos aliados no Partido Colorado (riverismo) seguiram a tendência da transição democrática e Pedro Manini Ríos, apesar das simpatias com o fascismo nos anos anteriores, cumpriu um importante papel, como representante do Uruguai nas conferências da

²⁵⁸ “Si bien que se adoptaron algunas medidas contra otras organizaciones antidemocráticas, el grueso de los procedimientos llevados a cabo tuvo por objetivo las actividades de los nazis y sus simpatizantes. Se procedió al arresto de varias personas y se concretaron numeroso allanamiento, incautándose material de propaganda, descubriéndose un poco creíble plan de conquista del Uruguay por los nazis, popularmente conocido como “Plan Fuhrmann”. De los ocho agentes nazis detenidos en setiembre de 1940, solo tres de ellos permanecían en la cárcel en mayo de 1945: Arnulf Fuhrmann, Otto Klein y Adolfo Dutine, que habían recibido penas de entre diez y trece años de prisión. Los restantes habían sido liberados a partir de abril de 1944” (Ayaçaguer in Broquetas, Caetano, 2023, p. 297).

²⁵⁹ “En el marco de este clima fuertemente antinazi también resultaron afectados dos integrantes de la extrema derecha del Partido Colorado: Adolfo Agorio y el diputado Alejandro Kayel. [...] Agorio, si bien no llegó a ser arrestado, resultó públicamente involucrado al declarar uno de los indagados que la organización nacional-socialista le pagaba para escribir artículos de propaganda” (Idem).

Sociedade das Nações, para o rompimento definitivo das relações com as potências do Eixo.²⁶⁰ A partir de 1940 não foram mais publicados jornais revisionistas.²⁶¹

4.5 Considerações sobre o antissemitismo moderno no contexto do capitalismo dependente

Se, de acordo com Postone (2021), o antissemitismo moderno representou uma forma de crítica romântica ao capitalismo, a apropriação deste discurso no Brasil e no Uruguai, sociedades fundamentalmente marcadas pela dependência em relação ao capitalismo central, representou uma crítica romântica aos efeitos da dependência sob a dominação imperialista – que fundamentou a projeção de uma utopia americana pretensamente aversa aos valores da cultura moderna ocidental, materializados na figura do judeu. Para o antissemitismo moderno, os judeus representam personificações do domínio abstrato do capital em sua fase imperialista, na qual as relações sociais assumem cada vez mais uma forma fetichizada e, portanto, impessoal. Na América do Sul, a dominação do capital imperialista se manifestava na dependência econômica, política e cultural do continente às potências capitalistas hegemônicas.

No Brasil e no Uruguai, os grupos de inspiração fascista reproduziram o mesmo discurso antissemita europeu e estadunidense – o qual identificava o judeu com “todas as características da dimensão do valor das formas sociais analisadas por Marx” (Postone, 2021, p. 39), isto é, abstração, intangibilidade, universalidade e mobilidade. Por essa razão, o antissemitismo moderno se estruturou a partir de uma narrativa conspiratória: sendo representante do valor o judeu assume a forma de uma entidade impessoal e totalitária que governa os rumos da história nos bastidores. Assim, identificando o judeu como materialização do valor, o discurso antissemita criticava “tantos aspectos da ‘Modernidade’”, ao mesmo tempo em que era “omisso, ou até favorável, no que se refere ao capital industrial e à tecnologia moderna” (Idem).

Como efeito da universalização da mercadoria e do fetiche que lhe é intrínseco, o duplo caráter da mercadoria – o fato de ser valor de uso e valor – é exteriorizado materialmente na forma do dinheiro.

²⁶⁰ “Uno de los acontecimientos más llamativos de ese proceso fue la resolución adoptada por la Convención del partido riverista – liderado por Pedro Manini Ríos – renunciando a presentar sus propios candidatos y sumando sus fuerzas a la candidatura baldomirista. [...] Fue él quien sugirió a Baldomir las designación de Alberto Guani como ministro de Relaciones Exteriores, argumentando que su vasta experiencia en la diplomacia europea resultaría muy útil para afrontar el amenazante escenario internacional” (Ayaçaguer in Broquetas, Caetano, 2023, p. 299).

²⁶¹ Para uma análise mais detalhada da atuação dos grupos de direita no Uruguai a partir de 1939, consultar o capítulo *Las derechas durante la Segunda Guerra Mundial* (Ayaçaguer in Broquetas, Caetano, 2023).

Embora a mercadoria seja uma forma social que expressa tanto o valor como o valor de uso, o efeito dessa exteriorização é que a mercadoria aparece apenas como a sua dimensão do valor de uso, como algo puramente material e “corpóreo”. *O dinheiro, por outro lado, aparece como o único repositório do valor; como a manifestação do puramente abstrato, e não como a forma manifesta exteriorizada da dimensão de valor da própria mercadoria.* A forma das relações sociais materializadas específicas do capitalismo aparece neste nível de análise como a oposição entre o dinheiro (como abstrato) e a natureza “corpórea” (Postone, 2021, p. 39) [Grifo da autora].

O antissemitismo moderno é uma forma do discurso reificado particular do capitalismo moderno que, partindo na biologização do capitalismo, identifica o judeu com os elementos impessoais e universais do capital, assim como as consequências da expansão do capital; ao passo que identifica a nação com os elementos concretos da produção e reprodução da existência material. Nesse sentido, o trabalho concreto (a atividade concreta da produção industrial) era entendido como continuidade das características naturais da nação – essa, por sua vez, constituída por uma raça, geografia, história e tradições comuns; ao contrário das nações modernas cuja cidadania era determinada a partir de critérios puramente formais. “A questão é que, nessa forma de ‘anticapitalismo’ fetichizado, tanto o sangue quanto a máquina são vistos como os contraprinípios concretos do abstrato” (Ibid, p. 43).

De acordo com essa interpretação, os judeus foram identificados não apenas com o dinheiro, com a esfera da circulação, mas com o próprio capitalismo. Todavia, em virtude da sua forma fetichizada, o capitalismo não parecia incluir a indústria e a tecnologia. O capitalismo aparecia apenas como a sua dimensão abstrata manifestada que, por sua vez, era responsabilizada pelas vastas mudanças sociais e culturais concretas associadas ao rápido desenvolvimento do capitalismo industrial moderno. [...] Certas formas de descontentamento anticapitalista foram direcionadas contra a dimensão abstrata manifesta do capital personificada na forma dos judeus, não em virtude de os judeus serem conscientemente identificados com a dimensão do valor, mas porque, dada a antinomia entre as dimensões abstrata e concreta, era dessa maneira que o capitalismo aparecia. A revolta “anticapitalista” foi, conseqüentemente, também uma revolta contra os judeus. A superação do capitalismo e de seus efeitos sociais negativos foi associada à superação dos judeus (Ibid, p. 45-46).

O antissemitismo moderno representou uma crítica romântica ao capitalismo na medida em que permaneceu preso ao imediatismo da antinomia concreto/abstrato – o primeiro exteriorizado na figura da nação, e o segundo, na do judeu. O objetivo do antissemitismo fascista, portanto, era “libertar o concreto do abstrato” (Ibid, p. 49) como forma de expandir a produção capitalista nacional – a teoria nazista do “espaço vital”, por exemplo, justificava a anexação de territórios por parte da Alemanha a partir do crescimento produtivo do país, que era entendido como a própria expansão do povo alemão e da raça ariana. No Brasil e no

Uruguai, a forma do discurso permaneceu a mesma, mas o conteúdo distinto.²⁶² Adaptado a um contexto de capitalismo dependente, o antissemitismo moderno sul-americano era defensivo justamente pois a libertar o concreto do abstrato, aqui, significava abstratamente a libertação da América do Ocidente – do capitalismo internacional.

Em Feder, ideólogo nazista, o povo alemão (*Volk*), com suas tradições rurais, provincianas e artesanais, era enaltecido como o alicerce nacionalista contra a servidão dos juros.²⁶³ Assim, o capital industrial era positivamente identificado com a nação; ao passo que o capital financeiro era isolado como parasitário e personificado na figura do judeu. Nos escritos de Gustavo Barroso os judeus eram os agentes do capital financeiro que escravizava o Brasil por meio de empréstimos. Assim, o autor denunciava o fato de o trabalho concreto – representado pelo sertanejo, do interior – ser subordinado a uma entidade estrangeira impessoal – para ele, o “judaísmo internacional”.

No nosso país, regado pelo suor dos Jecas infelizes, todos os produtos do solo têm seguido a mesma pauta de ascensão e descida, manobrados do fundo do mistério social pela Raça Deicida, que governa o ouro. A borracha atingiu os preços elevados que enlouqueceram os paroáras, para depois cair nas profundas [sic] do abismo. O café se alteou a um ponto que não houve fazendeiro que não fizesse loucuras, para chegar ao estado de miséria atual, servindo para engordar o estrangeiro, o intermediário e o especulador em detrimento daquele que o arranca com seu trabalho da terra roxa de S. Paulo (Barroso, 1935, p. 68).

O aspecto romântico deste discurso pretensamente crítico reside no fato de nunca apontar para o capitalismo propriamente dito como origem dos problemas que denuncia – além do termo carecer de uma definição objetiva e clara, o “capitalismo internacional” já é entendido como produto da conspiração do “judaísmo internacional”, sendo, portanto, apenas um efeito e não a causa. Além disso, há uma referência idealizada e saudosista em relação a formas de organização social que antecederam o capitalismo moderno, especialmente a Europa no auge da Idade Média, quando, para Barroso, se realizou a “síntese medieval”: uma “estrutura totalizadora, integrada, dirigida pelo espírito, no qual a economia era baseada na ética e a riqueza e o poder existiam apenas como delegações divinas” (Maio, 1991, p. 116). Ou seja, por meio da abstração dos conteúdos históricos, o autor integralista criava uma narrativa mítica na

²⁶² “Tanto a visão de Barroso como a nazista concebem a modernidade como uma criação judaica onde predomina a alienação do homem, sua desespirtualização, a acumulação desenfreada, a ausência de princípios éticos, a exacerbção dos conflitos” (Maio 1991, p. 129).

²⁶³ Marcelo Alves Lima (2017, p. 70) argumenta que Feder era herdeiro do modernismo reacionário alemão, empenhado em “mesclar uma robusta modernidade com uma postura positiva frente ao progresso, associando ambos a sonhos do passado e fomentado uma interpretação da interioridade alemã com a tecnologia moderna”. Assim, entendia a modernidade “enquanto a produção em massa de prédios e colônias, mas ele buscou restaurar as relações tradicionais de pessoas, serviços públicos e pequenos negócios dentro de comunidades” (Idem).

qual a revolução integral “inspirando-se fundamentalmente na civilização cristã medieval, seria a realização plena do fim da história, o freio derradeiro às ameaças à constituição do totalitarismo integralista” (Ibid, p. 129).

Nesse sentido, o discurso antissemita de Gustavo Barroso era perfeitamente correspondente à projeção integralista de uma utopia autonomística. As características atribuídas ao judeu por Barroso são as mesmas que o discurso integralista como um todo atribuía ao “Super-Capitalismo anticristão” (Salgado, 1955, p. 49) e ao dito comunismo internacional. Não por acaso, nos textos em que Salgado e Reale aponta críticas à forma antissemita do discurso de Gustavo Barroso, ambos reforçaram a defesa do combate ao dito capitalismo internacional. O Chefe-Nacional escreveu:

Não sustentamos preconceitos de raça; pelo contrário, afirmamos ser o povo e a raça brasileira tão superiores como quaisquer outros. Em relação ao judeu, não nutrimos contra essa raça nenhuma prevenção. [...] Quanto ao capitalismo judeu, na realidade, ele não existe como tal. O que se dá é apenas uma coincidência: mais de 60% do agiotarismo internacional está nas mãos dos israelitas. Isso não quer dizer que sejam eles os responsáveis exclusivos pelas desgraças atuais do mundo. [...] não podemos querer hoje mal ao judeu, pelo fato de ser o principal detentor de ouro, portanto principal responsável pela balbúrdia econômico-financeira que atormenta os povos, especialmente os semicoloniais como nós da América do Sul. O judeu-capitalista é igual a um cristão-capitalista: sinais de uma época de democracia-liberal. Ambos não terão mais razão de ser porque a humanidade se libertará da escravidão dos juros e do latrocínio do jogo das Bolsas e das manobras banqueiristas (Salgado, Trechos de uma carta, *Panorama*, nº 4-5, abril e maio de 1936, p. 4-5).

Já Reale, após afirmar não compreender a aplicabilidade da tese nazista da “superioridade racial”, justificou:

Nós, brasileiros, devemos nos libertar do jugo do capitalismo internacional, sem que para isso abandonemos os princípios éticos para descambarmos até os preconceitos racistas. A moral não permite que se distinga entre o agiota judeu e o agiota que se diz cristão; entre o açambarcador que frequenta a Cúria e o que frequenta a Sinagoga. O combate ao banqueirismo internacional e aos processos indecorosos dos capitalistas sem pátria, justifica-se no plano moral (Reale, Nós e os fascistas da Europa, *Panorama*, nº 6, junho de 1936, p. 17).

O discurso de Barroso e outros autores integralistas e antissemitas personalizava no judeu todos os efeitos da dominação imperialista moderna – desde o endividamento do país até a decadência da cultura nacional face à divulgação em larga escala da cultura hegemônica através dos meios de comunicação tipicamente modernos.²⁶⁴ Porém, apesar de não declarar

²⁶⁴ Na esteira de Henry Ford e Gustavo Barroso, Oswaldo Gouvêa, autor integralista, se tornou conhecido na AIB por seus escritos sobre o suposto domínio dos judeus no mundo do cinema e das artes em geral. Em 1935, publicou o livro “Os judeus no cinema”; além de ter publicado vários artigos sobre o assunto em *A Offensiva*. De acordo com Gouvêa, o desenvolvimento do cinema, especialmente em Hollywood, correspondia a decadência moral de

abertamente o antissemitismo, a utopia autonomística do integralismo se baseava justamente na defesa do país contra o estrangeiro que o dominava por meio do materialismo antinacional. Por isso, Salgado justificava o fato de o integralismo não sustentar “preconceitos de raça” afirmando que “desejamos vê-la [a raça judaica] em pé de igualdade com as demais raças, isto é, misturando-se, pelo casamento, com os cristãos” (Salgado, Trechos de uma carta, *Panorama*, nº 4-5, abril e maio de 1936, p. 4). Nas palavras de Salgado, a incorporação dos judeus à sociedade brasileira integralista dependia de sua assimilação ao cristianismo – considerado como uma religião verdadeiramente nacional e espiritualista. Caso contrário, os judeus permaneceriam como estrangeiros.

A diferença entre os discursos antissemita de Salgado e Barroso, portanto, era sutil. O último não hesitava em apelar à figura do judeu como representação ideológica de todos os inimigos do integralismo (e da própria nação), sendo que, para ele, a assimilação dos judeus era impossível pois estes eram intrinsecamente anticristãos;²⁶⁵ ao passo que o primeiro foi mais cauteloso no uso do discurso antissemita como propaganda política, admitindo a possibilidade da integração dos judeus à comunidade nacional por meio da assimilação aos valores cristãos. Nos anos iniciais da AIB, que marcam seu período de maior radicalidade, Salgado várias vezes proferiu discursos e publicou textos explicitamente antissemitas na imprensa integralista. Contudo, com o avanço do nazismo, na opinião pública brasileira, o antissemitismo passou a ser identificado cada vez mais como uma referência direta ao movimento alemão, o que não interessava ao integralismo, que afirmava o caráter nacional de sua doutrina diante das importações estrangeiras. A partir de então, Salgado limitou o emprego do antissemitismo não apenas em suas próprias obras, como também no jornal *A Offensiva*, que, até 1936, contava com a publicação constante da coluna “Judaísmo Internacional”, de Barroso.²⁶⁶

seu conteúdo, cada vez mais perigoso e imoral, sendo que os judeus eram os grandes orquestradores deste projeto. Gouvêa criticava também a inércia dos artistas brasileiros que permitiram o domínio do cinema estrangeiro no Brasil.

²⁶⁵ O modelo de revolução integralista de Barroso estava “centrado em conteúdos ideológicos e políticos, e não raciais. É um modelo baseado na fé e nas instituições, que são passíveis de serem alteradas. A revolução espiritual, que criaria o homem novo, também seria a base para a fundação de novas instituições. Só que os judeus, ao recusarem o convite à diluição sugerida pela totalização absoluta barrosiana, impediriam a realização da mesma, impondo, assim, a necessidade da eufemística ‘solução final’” (Maio, 1991, p. 138).

²⁶⁶ Acerca do emprego do antissemitismo nos escritos de Salgado, cabe mencionar um desenho elaborada por ele em 1961 no qual está retratado um feitiçeiro, vestindo um chapéu com a estrela de Davi, em frente a um caldeirão estampado “Câmara Federal”, do qual sei uma fumaça que se transforma em imagens fantasmagóricas. Cada fantasma representaria um problema do Brasil - poder financeiro internacional, as forças capitalistas existentes no Brasil, a presença comunista no país e o grande empresariado (Gonçalves, 2010, p. 547). Muito embora o desenho tenha sido feito anos após a dissolução da AIB, é um registro interessante que permite problematizar a utilização estratégica do antissemitismo por Plínio Salgado em momentos de maior radicalização política, como também era o caso em 1961, ano marcado pela Campanha da Legalidade no Brasil, que garantiu a posse de João Goulart como presidente do Brasil após uma tentativa de golpe por parte dos setores conservadores.

Nos jornais revisionistas uruguaios, especialmente *Fragua* e *Audacia*, o judeu representava os mesmos inimigos da propaganda integralista: o estrangeiro cujos costumes e tradições eram inassimiláveis em razão de sua natureza materialista, os agentes do capitalismo internacional, que dominavam os meios de comunicação, promovendo a decadência da cultura nacional, os banqueiros e comerciantes, que coordenavam ações ilegais para garantirem seus monopólios, e os agentes do comunismo internacional, que divulgavam doutrinas estrangeiras para promover o caos e a discórdia entre as classes e os países vizinhos da América do Sul. Contra ele, se levantava o gaúcho *criollo*, defensor do verdadeiro espírito nacional – o campo, o regionalismo, o paternalismo e o cristianismo. Para os antissemitas integralistas e revisionistas, o judeu representava uma mesma figura.

Povo asiático do deserto, desenraizado, nômade, insociável e exclusivista, os judeus seriam vistos também como uma nação dentro de outra nação. Só aparentemente se submetem às leis, costumes e interesses dos respectivos estados nacionais. Apegados a coisas materiais, incapazes de abstrair pela falta de espiritualidade mas ao mesmo tempo unidos pelas leis férreas do *Talmud* e por uma estrutura política ancestral baseada na *Kehilá*, o plano judaico se guiaria pela preservação dos judeus e pelo enfraquecimento e dissolução dos outros povos (Maio, 1991, p. 118).

Tanto no discurso integralista, quanto no revisionista, o antissemitismo assumiu um caráter defensivo: o combate aos judeus era justificado como uma defesa natural e nacionalista contra o poder imensurável do judaísmo internacional cujo plano de dominação mundial já estaria em andamento. Com isso, pretendia-se também dissociar o antissemitismo do racismo nazista, enfatizando o caráter político e espiritual da campanha antijudaica. Barroso escreveu em *A Offensiva*:

A vaga do antissemitismo que se desencadeia pelo mundo inteiro absolutamente não deve ser considerada como resultado duma excitação reacionária ou despropositada, porque, em verdade, o que ela é é uma reação instintiva contra a ação nefasta de Israel, o parasita que se quer tornar através do capitalismo e do comunismo, donos dos destinos do mundo. [...] Entre nós, o antissemitismo não pode provir dum sentimento racista, porque o brasileiro é eminentemente contrário a quaisquer racismos; porém, desse sentido exatamente anti-racista. O que traz o mundo nos sobressaltos contínuos atuais, minado pelo revolucionarismo e pelo terrorismo, é justamente o racismo judaico. O judeu não se mistura com outros povos, mantém através dos séculos a pureza de sua raça e, dentro das outras nações, alicerçado nesse racismo, conserva a sua nacionalidade, feito um Estado dentro do Estado. Não podemos admitir que estrangeiros inteiramente à parte da vida nacional, estratificados em “colônias israelitas”, influam nos destinos da nacionalidade, perturbando a marcha política, o ritmo da economia e a própria ordem pública. Dominando a imprensa e as organizações de propaganda, sugestionando e sugerindo quando não podem dar ordens, intervindo na vida financeira, no comércio e na indústria, não se nacionalizam e não se identificam com os interesses nacionais, cuidando somente dos deles (Barroso, O nosso anti-semitismo, *A Offensiva*, nº 92, 30 de janeiro de 1936, p. 2).

Essa narrativa ressoava no jornal *Audacia*, que publicou, em 1937, sobre o movimento *Accion Nacional*:

“ACCION NACIONAL” inspira sua ação e sua doutrina nos valores mais puro da Latinidade. “ACCION NACIONAL” é uma reação racista e nacionalista contra dois séculos de estrangeirismos [...] Mas nos calunia ou nos ignora quem diga de nós que movidos pelo ódio e pelo fanatismo pregamos a violência contra o estrangeiro. Não somos “boxers” nem chauvinistas. Não cremos que nossa raça será eleita por Deus para imperar sobre o mundo inteiro. Por cima das fronteiras e das raças, mas sem jamais borrá-las, reconhecemos a unidade suprema do gênero humano, unidade de origem, de essência e de destino. Nosso racismo não é prepotente nem avassalador; sabe manter-se dentro dos justos limites que a lei natural delimita. [...] Felicitamos a chegada dos estrangeiros a fecundar nossas terras virgens, a ninguém negamos morada contra as inclemências da vida, nem pão para saciar a fome. Mas não pretendam semear o ódio e rancor entre quem os brindam com generosa hospitalidade, nem comprar suas consciências em troca de um mísero punhado de moedas. Nossas portas devem estar abertas para todos, mas não para os bárbaros vermelhos, nem para os hipócritas fenícios que tentam arrasar nossos templos, destruir nossos lugares, pisotear nossas leis [...] e pisar em nossas veneráveis tradições. Não odiamos nem desejamos mal a ninguém, nem mesmo aos que nos afligem ou nos enfrentam. Com os marxistas e os judeus, não fazemos exceções. Antes de judeus ou comunistas, são para nós, seres humanos e em cada um deles vemos o próximo a que nos foi ordenado amar como a nós mesmos. Mas a caridade tem hierarquias. [...] A caridade não exclui nem contradiz a legítima defesa; pelo contrário, a fundamenta e justifica. [...] Quem assim não compreenda, no conceito de seus compatriotas, deve ser tido por inconsciente ou covarde. Quando não por traidor; que são muitos os vendidos ao Internacionalismo Vermelho e ao Imperialismo Judaico (Racismo, *Audacia*, nº 22, 1º quinzena de junho de 1937, p. 6) [Tradução livre].²⁶⁷

E também no jornal *Fragua*, que publicou no ano seguinte:

Consta bem claro e legível nas primeiras afirmações feitas em nosso primeiro número que: “Somos antiracistas e por isso somos anti-judeus”, pois o judeu é o único racista 100 por 100 que conhece a história do mundo – o judeu é o único que não apenas prega em sua religião a ideia da super raça, da raça eleita, como é também a única religião que prega o ódio racial, contendo o idioma judeu em seu vocabulário termos desprezíveis e depreciativos para qualquer ser humano que não seja judeu. “El Plata”

²⁶⁷ “ACCION NACIONAL” inspira su acción y su doctrina en los valores más puros de la Latinidad. “ACCION NACIONAL” es reacción racista y nacionalista contra dos siglos de extranjerismo [...] Mas nos calumnia o nos ignora quien diga de nosotros que movidos por el odio y el fanatismo predicamos la violencia contra el extranjero. No somos “boxers” ni chauvinistas. No creemos que nuestra raza sea elegida por Dios para imperar sobre el mundo entero. Por encima de las fronteras y de las razas, pero sin jamás borrarlas, reconocemos la unidad suprema del género humano, unidad de origen, de esencia y de destino. Nuestro racismo no es prepotente ni avasallador; sabe mantenerse de los justos límites que la ley natura le asigna. [...] En buena hora que lleguen los extranjeros a fecundar nuestras tierras vírgenes, que a nadie le negamos albergue contra las inclemencias de la vida, ni pan para saciar su hambre. Mas no pretendan sembrar el odio y rancor entre quienes les brindan generosa hospitalidad, ni comprar sus consciencias a cambio de un mísero montón de monedas. Nuestras puertas deben de estar abiertas para todos, mas no para los bárbaros rojos, ni para los hipócritas fenicios que intentan arrasar nuestros templos, destruir nuestros hogares, pisotear nuestras leyes [...] y hollar nuestras venerables tradiciones. A nadie odiamos ni le deseamos mal, ni aún al que nos agravia o nos afrenta. Con los marxistas y judíos, no hacemos excepciones. Antes que judíos y comunistas son para nosotros seres humanos, y en cada uno de ellos vemos un prójimo al que se nos mandó amar como a nosotros mismos. Pero la caridad tiene jerarquias. [...] La caridad no excluye ni contradice la legítima defensa; por el contrario, la fundamenta y justifica. [...] Quien así no lo entienda, en el concepto de sus compatriotas ha de ser tenido por inconsciente o por covarde. Cuando no por traidor; que son muchos los vendidos al Internacionalismo Rojo y al Imperialismo Judaico”.

[jornal uruguaio] convertido em protetor deste racismo milenário do povo judeu, confirma a necessidade de nossa campanha antijudaica, pois observamos que diários como esse, que acreditávamos estar incondicionalmente a serviço da pátria, estão a serviço da ideia racial judaica. Combatemos os judeus porque devido ao seu racismo, jamais se assimilaram nem se assimilam a pátria alguma e constituem nas nações onde põem sua planta um estado dentro do Estado, com suas esquerdas e direitas, avançados e conservadores, mas com um só objetivo: “a super raça judia...” (Sagitario, “El Plata” paladin del racismo judaico, *Fragua*, nº 2, 1 de junho de 1938, p. 4) [Tradução livre].²⁶⁸

Essa inversão – que acusa os judeus de serem os propagadores do racismo – corresponde ao caráter defensivo do antissemitismo moderno no Brasil e no Uruguai, cujo discurso afirmava defender o país da invasão estrangeira, que se manifestava tanto pela agitação comunista quanto pela servidão ao capitalismo internacional. O cerne do conteúdo do diálogo entre integralistas e revisionistas foi justamente esse: a defesa da América contra o estrangeiro a partir de um projeto de libertação do continente. Neste diálogo, o antissemitismo não se manifestou tão explicitamente, embora a visão de mundo que sustentou seu conteúdo fosse aquela típica do antissemitismo moderno. Isso explica porque Adolfo Agorio atribuiu ao integralismo o papel de “completar a obra dos heróis da Independência, libertando o povo do Ipiranga das oligarquias financeiras do estrangeiro” ao mesmo tempo em que enfatizava a “autonomia americana do impetuoso movimento dirigido por Plínio Salgado” (Agorio in Barroso, 1936, p. 7-8). Nesse sentido, sem nunca apontar para a dependência estrutural da América do Sul como a origem dos problemas que denuncia, o conteúdo do diálogo entre integralistas e revisionistas se centrou na pseudo-crítica aos efeitos da dependência, recorrendo à figura do judeu como representação ideológica da modernidade capitalista, particularmente como forma de propaganda política.

²⁶⁸ “Consta bien claro y legible de las afirmaciones hechas en nuestro primer número que: “Somos antirracistas por ello somos anti judíos”, pues el judíos es el único racista 100 por 100 que conoce la historia del mundo – es el judío el único que no solo predica en su religión la idea de super raza, de la raza elegida, sino que es asimismo la única religión que predica el odio racial, conteniendo el idioma judío exclusivamente términos en su vocabulario despectivos o denigrantes para cualquier ser humano que no sea judío. ‘El Plata’ convertido en protector de este racismo milenario del pueblo judío, confirma la necesidad de nuestra campaña anti judía. Combatimos a los judíos por que a causa de su racismo jamás se asimilaron ni si asimilan a patria alguna y constituyen en las naciones donde ponen su planta un estado dentro del Estado, con sus derechas y izquierdas, avanzados y conservadores, pero un solo lema y un solo objetivo: ‘la super raza judía...’”.

5 CONCLUSÃO

O início do século XX marcou a modernização do Brasil e do Uruguai – processo que correspondeu à adequação das formas econômicas e políticas do país ao novo modelo de acumulação de capital, a dizer, o imperialismo. Mesmo formalmente independentes, as duas nações permaneceram presas aos laços de dependência em relação às potências capitalistas hegemônicas. A dominação imperialista se realiza através da exportação do capital excedente no centro capitalista para a periferia na forma de empréstimos; nas primeiras décadas do século passado, esses investimentos financiaram, parcialmente, a modernização capitalista no Brasil e no Uruguai. Com a ascensão da burguesia urbana, foi necessária a reorganização do bloco dominante de maneira que fossem conciliados os interesses das oligarquias rurais e da burguesia emergente – a cooperação antagônica, como classifica Marini (2013). Em meio a esse contexto, em ambos os países, as ideias que deram corpo ao fascismo nos anos 1930, incluindo o antissemitismo, foram incorporadas pelos setores conservadores como discurso contra a modernidade, entendida como a cultura ocidental, urbana e industrial – identificada com o domínio do materialismo em detrimento do espiritualismo. Essas ideias influenciaram a formação intelectual de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Adolfo Agorio, cujos primeiros escritos já apresentavam a defesa de um nacionalismo orgânico em oposição à cultura moderna emergente em seus países, representada como produto na importação de ideias estrangeiras.

Nos anos 1920, especialmente no Brasil mas também no Uruguai, o desenvolvimento do modernismo trouxe à tona a questão da dependência estrutural por meio da denúncia do descompasso entre as formas importadas (artísticas, políticas e filosóficas) e o conteúdo nacional. No Brasil, esse fenômeno foi explicado diversamente pelas distintas correntes modernistas: enquanto a Antropofagia denunciava a cultura bacharelesca da Primeira República como a continuidade da dominação colonialista, e, assim, evocava a construção de uma cultura brasileira que se opusesse a esta tradição dominante, valorizando especialmente a herança indígena e africana; o Verde-Amarelo partia de uma idealização da história brasileira, na qual o indígena, apesar da colonização, sobrevivera na alma de todos os brasileiros, sendo necessário evocá-lo no combate aos estrangeirismos. Desta última corrente, surgiu o núcleo ideológico do nacionalismo orgânico que embasou o desenvolvimento do integralismo nos anos 1930, a dizer, a noção espiritualista da cultura que resulta na resignação frente à dominação colonialista. Não por acaso uma das últimas frases de seu manifesto foi: “Aceitamos todas as instituições conservadoras, pois é dentro delas mesmo que faremos a inevitável renovação do Brasil, como

o fez, através de quatro séculos, a alma da nossa gente, através de todas as expressões históricas” (Manifesto Nhegaçu Verde-Amarelo in Telles, 2022, p. 532).

Em 1930, Plínio Salgado visitou a Itália fascista, ficando profundamente impressionado com a exaltação nacionalista e a organização corporativa do Estado. Quando regressou ao Brasil, logo após a Revolução de 1930, Salgado direcionou sua ação política à elite paulista e carioca, buscando disputar a influência no bloco dominante contrariamente ao liberalismo, com base na proposta de um Estado corporativo. Com a Revolução Constitucionalista de 1932 e a impossibilidade de manutenção do Governo Provisório, o grupo político de Salgado lançou o “Manifesto de Outubro”, documento inaugural da Ação Integralista Brasileira, buscando suporte político e legitimidade na mobilização de massas.

Em 1935, após uma longa maturação intelectual alinhada aos setores mais conservadores da política uruguaia, Adolfo Agorio foi convidado pelo governo nazista para uma visita à Alemanha, ao lado de outros representantes da imprensa latino-americana, dentre os quais estavam os jornalistas brasileiros Múcio Carneiro Leão, Matheus da Fontoura e Leonel Vas de Barroso. Por intermédio destes jornalistas, Agorio tomou conhecimento da obra “A palavra e o pensamento integralista”, de Gustavo Barroso. Ao regressar ao Uruguai, Agorio sugeriu a leitura do livro integralista a Teodomiro Varela de Andrade, seu companheiro na edição da revista *La Palestra* antes da viagem, solicitando ainda o envio de uma correspondência a Barroso pedindo outros materiais integralistas. Assim, em meados de 1935, iniciou-se um intenso intercâmbio entre estes intelectuais: foram enviadas várias obras integralistas para o Uruguai, assim como três edições da revista *Panorama*. Esse momento marcou a organização do campo revisionista, de inspiração fascista, e profundamente influenciado pelo integralismo brasileiro – que foi visto pelos uruguaios como um caso bem-sucedido de movimento fascista na América do Sul e que, portanto, havia sido capaz de equalizar (ao menos aparentemente) as contradições entre o discurso fascista e o nacionalismo orgânico local, afirmando sua originalidade frente às importações estrangeiras. Após a troca de correspondências, foi lançada a revista *Corporaciones*, em cujos oito primeiros números foram publicados vários textos integralistas, sobretudo de autoria de Gustavo Barroso.

Analisando o conteúdo destes textos, e da carta enviada por Varela de Andrade, conclui-se que a utopia autonomística integralista foi articulada a um projeto de segunda libertação das Américas, reivindicando o legado de Bolívar em detrimento do fascista. Nesse sentido, para os revisionistas, o diálogo foi fundamental no sentido de iluminar as tentativas possíveis de harmonização do discurso de tipo fascista com o nacionalismo orgânico essencialmente xenofóbico. Por outro lado, para os integralistas, o diálogo foi apresentado, na imprensa do

movimento, como a prova da autonomia americana da AIB – cuja relação de amor/ódio com o fascismo foi a principal contradição sobre a qual o movimento caminhou.

A presença predominante dos escritos de Barroso nesse diálogo revela a importância do antissemitismo moderno na estruturação da visão de mundo dos grupos fascistas. O antissemitismo de Gustavo Barroso era perfeitamente compatível com a denúncia da invasão do Brasil pelo estrangeiro, do “capitalismo internacional” e do “comunismo internacional”, que fundamentaram a doutrina integralista. Por isso, quando Plínio Salgado e Miguel Reale publicaram textos criticando a forma antissemita dos textos de Barroso, fizeram questão de enfatizar que isso não significava abandonar a denúncia do “super-capitalismo anti-cristão” ou dos “capitalistas sem pátria”. Apesar disso, em vários outros escritos, especialmente nos jornais integralistas de ampla circulação, o antissemitismo foi mobilizado como ferramenta ideológica por Salgado e Reale, o que aponta para um uso estratégico do antissemitismo pela direção da AIB, que passou a limitar o conteúdo antissemita na imprensa a partir de 1936 uma vez que este era uma referência direta ao nazismo. Nesse sentido, conclui-se que a AIB nunca restringiu a circulação interna do antissemitismo, o que resultou na reprodução orgânica deste discurso por parte dos militantes – que, mesmo após 30 anos, declararam concordância com a conspiração do “judaísmo internacional” nas entrevistas realizadas por Hélió Trindade (2016, p. 187).

Tanto para os integralistas quanto para os revisionistas, o modelo da propaganda fascista foi uma das principais contribuições dos fascismos europeus, tendo sido largamente empregado na imprensa de ambos os movimentos. No caso revisionista, o predomínio do antissemitismo na propaganda estava ligado à ausência da figura do líder autoritário, que, na propaganda fascista, assume uma função paterna, sendo responsável pela coesão e unidade da massa de militantes. Assim, o recurso à teoria da conspiração do “judaísmo internacional” cumpriu uma função muito mais importante, sendo praticamente o único vínculo através do qual os militantes poderiam se identificar mutuamente. Por si só, isso não explica o porquê, no Uruguai, o revisionismo nunca chegou a se estabelecer como um movimento de massas. Também é necessário levar em consideração a conjuntura política do Uruguai, que, em meados de 1935, de quando data o início da organização do revisionismo, já havia estabelecido uma hegemonia conservadora ao redor da ditadura Terra. No Brasil, por outro lado, o integralismo buscou disputar forças com o governo Vargas, especialmente logo após a Revolução de 1930, o que lhe conferiu legitimidade como movimento de massas com pretensões revolucionárias. A partir de 1935, a AIB se aproximou mais de Vargas sobretudo em função do forte anticomunismo propagandeado pelo governo após o Levante Comunista, o que abriu a possibilidade de uma

aliança política mais estreita entre ambos. Para os integralistas, porém, isso significou o enfraquecimento como movimento de massas, não por acaso, a militância se dissipou consideravelmente após a transformação do partido em Associação Brasileira de Cultura (ABC), em novembro de 1937.

A partir do diálogo entre os grupos integralista e revisionista também é possível elaborar algumas considerações sobre a especificidade do antissemitismo moderno sul-americano. Considerando que, na Europa, o discurso antissemita fascista representou uma revolta contra a dominação abstrata do capital, resultando em uma crítica romântica do capitalismo que personificou na figura do judeu as dimensões abstratas da modernidade capitalista; no Brasil e no Uruguai, a tradução deste discurso significou uma crítica romântica ao imperialismo, sendo que tanto o “banqueirismo internacional” quanto o “comunismo” eram identificados como consequência da dominação estrangeira no Brasil – que, por sua vez, era consequência do plano de dominação do “judaísmo internacional”.

Nesse sentido, o argumento central desta pesquisa é que, na América do Sul, o fascismo se desenvolveu enquanto um fenômeno transnacional específico – aqui, o integralismo, apesar de ter conquistado espaço como movimento de massas, nasceu da organização de um grupo de intelectuais, assim como o revisionismo, que, contudo, não avançou como movimento de massas. Esse fato aponta para a dependência ideológica da cultura sul-americana, marcada pela falta de homologia entre as formas importadas da Europa e a estrutura social local. Na Europa, o fascismo nasceu como movimento de massas e daí vinha seu discurso pretensamente revolucionário: do sentimento de revolta daqueles que compunham a base social do fascismo italiano e do nazismo. A arte da propaganda fascista foi transformar essa revolta popular contra a miséria causada pelo capitalismo numa arma à serviço do aprofundamento do capitalismo. Aqui, essa “revolução fascista” foi reproduzida, nas palavras de Schwarz (2000, p. 29) “em sentido impróprio” pois nasceu entre intelectuais que buscavam disputar a hegemonia entre liberais e conservadores. E, mais importante, aqui, o fascismo estava à serviço do capitalismo imperialista também “em sentido impróprio”, ou seja, como forma de legitimação da posição periférica da América do Sul na divisão internacional do trabalho, a despeito da fraseologia grandiloquente acerca da libertação do continente.

REFERÊNCIAS

FONTES PERIÓDICAS

- A Offensiva**, Rio de Janeiro, nº 1, 14 de maio de 1934.
- _____, Rio de Janeiro, nº 3, 31 de maio de 1934.
- _____, Rio de Janeiro, nº 8, 5 de julho de 1934.
- _____, Rio de Janeiro, nº 15, 23 de agosto de 1934.
- _____, Rio de Janeiro, nº 22, 11 de outubro de 1934.
- _____, Rio de Janeiro, nº 38, 31 de janeiro de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 39, 7 de fevereiro de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 52, 11 de maio de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 53, 18 de maio de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 54, 25 de maio de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 55, 1 de junho de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 56, 8 de junho de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 58, 22 de junho de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 60, 6 de julho de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 62, 20 de julho de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 63, 27 de julho de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 69, 7 de setembro de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 70, 14 de setembro de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 71, 21 de setembro de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 72, 28 de setembro de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 73, 5 de outubro de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 79, 16 de novembro de 1935.
- _____, Rio de Janeiro, nº 80, 23 de novembro de 1935.

_____, Rio de Janeiro, n° 81, 30 de novembro de 1935.

_____, Rio de Janeiro, n° 92, 30 de janeiro de 1936.

_____, Rio de Janeiro, n° 98, 6 de fevereiro de 1936.

_____, Rio de Janeiro, n° 101, 9 de fevereiro de 1936.

_____, Rio de Janeiro, n° 107, 16 de fevereiro de 1936.

_____, Rio de Janeiro, n° 113, 23 de fevereiro de 1936.

_____, Rio de Janeiro, n° 118 1 de março de 1936.

_____, Rio de Janeiro, n° 124, 8 de março de 1936.

_____, Rio de Janeiro, n° 142, 29 de março de 1936.

_____, Rio de Janeiro, n° 364, 15 de dezembro de 1936.

A Razão, Curitiba, n° 5, 31 de maio de 1935.

AGORIO, Adolfo. Para “El Terruño”. **El Terruño**, Montevideo, n° XII, junho de 1918.

Anauê!, Belo Horizonte, n° 4, julho de 1934.

Anauê!, Rio de Janeiro, n° 20, outubro de 1937.

Audacia, Montevideo, n° 7, 23 de maio de 1936.

_____, Montevideo, n° 8, primeira quinzena de junho de 1936.

_____, Montevideo, n° *, segunda quinzena de agosto de 1936.

_____, Montevideo, n° *, *, 1936.

_____, Montevideo, n° 22, primeira quinzena de junho de 1937.

_____, Montevideo, n° 23, segunda quinzena de junho de 1937.

_____, Montevideo, n° 28, março de 1938.

_____, Montevideo, n° *, *, 1938.

_____, Montevideo, n° *, *, 1938.

Corporaciones, Montevideo, n° 7, setembro de 1936.

_____, Montevideo, n° 8, outubro de 1936.

_____, Montevideo, n° 9, novembro de 1936.

_____, Montevideo, n° 10, dezembro de 1936.

_____, Montevideo, n° 11, abril de 1937.

_____, Montevideo, n° 12, junho de 1937.

_____, Montevideo, n° 13, agosto de 1937.

_____, Montevideo, n° 14, setembro de 1937.

_____, Montevideo, n° 15, dezembro de 1937.

_____, Montevideo, n° 16, maio de 1938.

Fragua, Montevideo, n° 2, 1 de junho de 1938.

_____, Montevideo, n° 3, 15 de junho de 1938.

_____, Montevideo, n° 4, 6 de julho de 1938.

_____, Montevideo, n° 5, 20 de julho de 1938.

_____, Montevideo, n° 6, 10 de agosto de 1938.

_____, Montevideo, n° 7, 25 de agosto de 1938.

_____, Montevideo, n° 8, 15 de setembro de 1938.

_____, Montevideo, n° 9, 11 de outubro de 1938.

_____, Montevideo, n° 10, 8 de novembro de 1938.

_____, Montevideo, n° 11, 27 de novembro de 1938.

_____, Montevideo, n° 12, 19 de dezembro de 1938.

_____, Montevideo, n° 13, 15 de janeiro de 1939.

_____, Montevideo, n° 14, 15 de fevereiro de 1938.

_____, Montevideo, n° 15, 21 de junho de 1938.

_____, Montevideo, n° 16, 18 de maio de 1938.

_____, Montevideo, n° 17, 4 de julho de 1938.

_____, Montevideo, n° 18, 15 de março de 1940.

_____, Montevideo, n° 19, outubro de 1939.

La Mañana, Montevideo, n° 6460, 1 de setembro de 1935.

_____, Montevideo, n° 6474, 15 de setembro de 1935.

_____, Montevideo, n° 6481, 22 de setembro de 1935.

_____, Montevideo, n° 6488, 29 de setembro de 1935.

_____, Montevideo, n° 6511, 22 de outubro de 1935.

Monitor Integralista, São Paulo, n° 5, segunda quinzena de fevereiro de 1934.

_____, São Paulo, n° 6, ° 6, primeira quinzena de maio de 1934.

O Aço Verde, São Paulo, n° 11, 17 de agosto de 1935.

O DIRIGÍVEL Graf Zeppelin, **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n° 234, 4 de julho de 1935, p. 6.

Panorama, São Paulo, n° 1, janeiro de 1936.

_____, São Paulo, n° 4-5, abril e maio de 1936.

_____, São Paulo, n° 6, junho de 1936.

Província de Guanabara, Rio de Janeiro, n° 5, 13 de junho de 1937.

SALGADO, Plínio. Como eu vi o fascismo. **Hierarchia**, Rio de Janeiro, n° 5, março e abril de 1932, p. 202-204.

Sigma, Niterói, n° 1, 15 de setembro de 1937.

OUTRAS FONTES

AGORIO, Adolfo. **La Fragua**. Apuntes de la guerra europea. Montevideo: Claudio García (editor), La Bolsa de los Libros, 1915.

AGORIO, Adolfo. **Fuerza y Derecho**. Aspectos morales de la gran guerra. Montevideo: Cláudio García (editor), 1916.

AGORIO, Adolfo. **La sombra de Europa**. Transformación de los sentimientos y de las ideas. Montevideo: Claudio García (editor), La Bolsa de los Libros, 1917.

AGORIO, Adolfo. **Ataraxia**. Madrid, 1923.

AGORIO, Adolfo. **Bajo la mirada de Lenin**. Buenos Aires: Editorial Pax, 1925.

AGORIO, Adolfo. **Respuesta a Marinetti**. (Traducción), 1926. Disponível em: <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/41618>.

AGORIO, Adolfo. **Roma y el espíritu de Occidente**. Montevideo: A. Monteverde y Cia, 1934.

AGORIO, Adolfo. Os homens do integralismo. In.: BARROSO, Gustavo. **O integralismo e o mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

BARROSO, Gustavo. **A palavra e o pensamento integralista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

BARROSO, Gustavo. **O Quarto Império**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1935.

BARROSO, Gustavo. **O que o integralista deve saber**. 2º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

BARROSO, Gustavo. **Brasil, colônia de banqueiros** (História dos empréstimos de 1824 a 1934). 5º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

BARROSO, Gustavo. **O integralismo e o mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

Manifesto de 7 de Outubro de 1932. **Integralismo**. Disponível em: <https://integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/>.

Os quarenta livros de Gustavo Barroso (DELFOFOS/PUC-RS, Acervo Documental Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular).

REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935.

SALGADO, Plínio. **A quarta humanidade**. 5º edição. São Paulo: GRD, 1955.

SALGADO, Plínio. **Nosso Brasil**. 4º edição. São Paulo: Voz do Oeste, 1981.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor. **Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. 1947. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/adorno/index.htm>.

ADROVER, Fernando. Antisemitismo y xenofobia en los años 30. In.: BROQUETAS, Magdalena; CAETANO, Gerardo (orgs.). **Historia de los conservadores y las derechas en Uruguay**. De la contrarrevolución a la Segunda Guerra Mundial. 4º edição. Montevideo: Editorial Banda Oriental, 2023, p. 259-273.

ALDRIGHI, Clara. La ideología antisemita en Uruguay. Su contexto católico y conservador (1870-1940). In.: ALDRIGHI, Clara (org.). **Antisemitismo en Uruguay**: Raíces, discursos, imágenes (1870-1940). Montevideo: Ediciones Trilce, 2000, p. 129-224.

ALMEIDA, Daniela Moraes de. **Similaridades e divergências**: as relações entre a Ação Integralista Brasileira, a Legión Cívica Argentina e outros movimentos nacionalistas argentinos durante a década de 1930. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

ALPINI, Alfredo. **La derecha política en Uruguay en la era del fascismo (1930-1940)**. Montevideo: Ciencia Política, Facultad de Derecho, Universidad de la República, 2015.

ALPINI, Alfredo. Fascismo, corporativismo y la derecha política en el Uruguay (1928-1940). **Locus**: Revista de História, v. 28, n. 2, 2022, p. 167-184.

ANDRADE, Joana El-Jaick. Bernstein-Debatte e a indefinição da ala “ortodoxo” da socialdemocracia alemã. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, vol. 11, n. 2, Dezembro, 2007, p. 7 - 28.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **In medio virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.

ATAHIDES, Rafael. O fascismo genérico e o Integralismo: uma análise da Ação Integralista Brasileira à luz de recentes teorias do fascismo. **Diálogos**, Maringá, vol. 15, n° 3, set-dez, 2014, p. 1305-1333.

AYÇAGUER, Ana María Rodríguez. Las derechas durante la Segunda Guerra Mundial. In.: BROQUETAS, Magdalena; CAETANO, Gerardo (orgs.). **Historia de los conservadores y las derechas en Uruguay**. De la contrarrevolución a la Segunda Guerra Mundial. 4° edição. Montevideo: Editorial Banda Oriental, 2023, p. 293-307.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2° edição. Florianópolis: Insular, 2013.

BARREIRA, Marcos. Marx, Postone e a questão judaica. In.: POSTONE, Moishe. **Antissemitismo e nacional-socialismo**: escritos sobre a questão judaica. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

BEIRED, José Luís Bendicho. Os intelectuais e a direita autoritária no Brasil. **Estudios sociales**, n° 33, segundo semestre de 2007

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. São Paulo: Alameda, 2020.

BÉRTOLA, Luis. **Ensayos de Historia Económica**: Uruguay en la región y el mundo. Montevideo: Ediciones Trilce, 2000.

BERTONHA, João Fábio. **O integralismo e sua história**: memória, fontes, historiografia. Salvador: Editora Pontocom, 2016.

BERTONHA, João Fábio; ATHAIDES, Rafael. **O nazismo e as comunidades alemãs no exterior**: o caso da América Latina. História, historiografia e guia de referências bibliográficas (1932-2020). Maringá: Edições Diálogos, 2021.

BERTONHA, João Fábio. A política cultural da Itália fascista no Brasil: o soft power de uma potência média em terras brasileiras (1922-1940). **Modernidade Latina**. Os italianos e os Centros do Modernismo Latino-Americano. São Paulo, 2023: Museu de Arte Contemporânea. Disponível em: <http://www.mac.usp.br/mac/conteudo/academico/publicacoes/anais/modernidade/conteudo.html>.

BERTONHA, João Fábio. **O integralismo e o mundo**: comparações, percepções e diálogos transnacionais. Maringá: Edições Diálogos, 2024.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; BROQUETAS, Magdalena. Local and global connections of Argentinian, Uruguayan and Chilean fascists in the thirties and early forties. IN.: GALIMI, Valeria; GORI, Annarita. **Intellectuals in the Latin Space during the Era of Fascism: Crossing Borders**. London, New York: Routledge, Taylor and Francis Group, 2020, p. 171-194.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 36ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 1999.

BRESCIANO, Juan Andrés. La colectividad ítalo-uruguaya y el fascismo. Producción discursiva y medios de prensa durante el período. In.: BROQUETAS, Magdalena; CAETANO, Gerardo (orgs.). **Historia de los conservadores y las derechas en Uruguay**. De la contrarrevolución a la Segunda Guerra Mundial. 4ª edição. Montevideo: Editorial Banda Oriental, 2023, p. 229-243.

CAETANO, Gerardo. Las resonancias del primer fascismo en el Uruguay (1922-1929/30). **Revista de la Biblioteca Nacional**, nº 25, 1 de dezembro de 1987, Montevideo, p. 101-137.

CAETANO, Gerardo. **La Republica Conservadora (1916-1929)**: El “alto” a las reformas. Tomo 1. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1992.

CAETANO, Gerardo. Ciudadanía y Nación En El Uruguay Del Centenario (1910-1930). La Forja de Una Cultura Estadista. **Iberoamericana**, v. 10, n. 39, 2010, p. 161–75.

CAETANO, Gerardo. **El liberalismo conservador**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2021.

CAETANO, Gerardo. El “impulso republicano” del Uruguay del 900. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 47, nº 73, janeiro – abril de 2021, p. 217 – 250.

CAETANO, Gerardo. El primer herrerismo. Liberalismo conservador, realismo internacional y ruralismo (1873-1925). **Prismas**, nº 1, vol. 25, Buenos Aires, 2021, p. 48 - 70.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 9ª edição revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. **Revista de Economia**, Brasília (DF), v. 13, n. 3, set/dez 2012, p. 897 - 916.

CAMOU, María Magdalena. **Resonancia del nacional-socialismo en el Uruguay, 1933-1938**. Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias (Departamento de Historia Americana). Montevidéo, 1988.

CAMOU, María Magdalena. Influencia y presencia del nazismo en el Uruguay. In.: BROQUETAS, Magdalena; CAETANO, Gerardo (orgs.). **Historia de los conservadores y las derechas en Uruguay**. De la contrarrevolución a la Segunda Guerra Mundial. 4º edición. Montevideo: Editorial Banda Oriental, 2023, p. 275-291.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Modernismo Latino-Americano e construção de identidades através da pintura. **Revista de História**, nº 153, 2005, p. 251 – 282.

CARRETA, José A. Médicos e a revolta da vacina. **Revista Teoria e Pesquisa**, São Carlos, UFSCAR, v. 18, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/issue/view/65>.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. **O saneador do Brasil: saúde pública, política e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939)**. Orientador: Robert Wegner. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019.

CARVALHO, Keila Lúcio de. Gramsci e o biennio rosso (1919-1920): a experiência dos conselhos de fábricas na Itália. **O social em questão**, PUC – Rio de Janeiro, nº 39, setembro-dezembro de 2017.

CASTELO, Rodrigo; BRETTAS, Tatiana; ROCAMORA, Guilherme. A “revolução burguesa” no Brasil da perspectiva da teoria marxista da dependência. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146 (3), São Paulo, p. 1-20.

CAZETTA, Felipe A. Chales Maurras e o surgimento do integralismo lusitano: teorias e apropriações doutrinárias. **Revista Cantareira**, n. 17, 5 de fevereiro de 2019, p. 40-56.

CEPÊDA, Vera Alves. Contexto Político e Crítica à Democracia Liberal: A Proposta de Representação Classista Na Constituinte de 1934. **Revista Perspectivas**, São Paulo, vol. 35, 2009.

CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In.: CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. 2º edição. Algs: DIFEL, 2002, p. 29 - 67.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado** – forma de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne (orgs.). **Histórias das Ideias Políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Silva C. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2º edição. São Paulo: Brasiliense, 2012.

COHN, Norman. **A conspiração mundial dos judeus**: mito ou realidade. São Paulo: Editora Ibrasa, 1969.

COSTA, Luiz Mário Ferreira. **Maçonaria e antimaçonaria**: uma análise da “História secreta do Brasil” de Gustavo Barroso. Orientador: Alexandre Mansur Barata. 2009. Dissertação (Mestrado) Departamento de História - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora, 2009.

COSTA, Luiz Mário Ferreira. **Os “intelectuais-heróis” e as mitologias políticas contemporâneas**: a história transnacional da produção intelectual de Alfredo Pimenta, Gustavo Barroso, Plínio Salgado e Rolão Preto. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

CRUZ, Natália dos Reis. **O integralismo e a questão racial**. A intolerância como princípio. Orientadora: Márcia Motta. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

CRUZ, Natália dos Reis. A imigração judaica no Brasil e o anti-semitismo no discurso das elites. **Política & Sociedade**, v. 8, n° 15, outubro de 2009, p. 225 – 250.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2019.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930**. Orientador: Ulysses Telles Guariba Netto. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

DANTAS, Elynaldo Gonçalves. Palimpsesto antissemita: desconstruindo o Plano Cohen. **Escritas**, v. 6, n° 1, 2014, p. 126 – 143.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 8° edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FELDMAN, Miguel. El antisemitismo en Uruguay en los años treinta. In.: ALDRGHI, Clara (org.). **Antissemitismo en Uruguay**: Raíces, discursos, imágenes (1870-1940). Montevideo: Ediciones Trilce, 2000, p. 9-30.

FERNANDÉZ, Tomás; TAMARO, Elena. Biografía de Guillermo Valencia. **Biografías y Vidas**. La enciclopedia biográfica en línea. Barcelona, Espanha, 2004. Disponível em: https://www.biografiasyvidas.com/biografia/v/valencia_guillermo.htm. [Data de acesso: 30 de dez].

FERRERAS, Norberto O. Facundo no Sertão: Gustavo Barroso e o cangaceirismo. **Histórias & Perspectivas**, n° 29, jul/dez, 2003, Uberlândia, p. 159-176.

FERREIRA, Ana Júlia Corrêa. O discurso antissemita na Ação Integralista Brasileira. **Manduarisawa** – Revista discente do curso de história da UFAM, v. 7, n° 1, 2023, p. 113 – 139.

FERREIRA, Ana Júlia Corrêa; SILVA, Larissa Frazão. Propaganda e imaginário social na imprensa integralista: os casos de *A Offensiva* e *Monitor Integralista*. **História e Cultura**, v. 13, n° 1, agosto de 2024.

FINCHELSTEIN, Federico. **Transatlantic Fascism**: ideology, violence and the sacred in Argentina and Italy, 1919-1945. Durham: Duke University Press, 2010.

FINCHELSTEIN, Federico. **Fascist Mythologies**: the history and politics of unreason in Borges, Freud, and Schmitt. New York: Columbia University Press, 2022.

FRANK, André Gunder. **El desarrollo del subdesarrollo**: un ensayo autobiográfico. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.

FREIRE, Camila de Sousa. Terra do Sol: a identidade regional cearense em Gustavo Barroso. **Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias**. 6º Seminário Fluminense de Pós-Graduandos em História; 5º Jornada do Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde. Disponível em: https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570040691_A_RQUIVO_afde2943176c34a288be87732b8d936e.pdf.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**, volume 12. Introdução ao narcisismo, Ensaio de metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

FROMM, Erich. **Conceito marxista do Homem**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

GALIMI, Valeria; GORI, Annarita (orgs). **Intellectuals in the Latin Space during the Era of Fascism**: Crossing Borders. Londres, Nova Iorque: Routledge, Taylor & Francis Group, 2020.

GANZ, Cheryl; GROSSMAN, Dan; RUSSEL, Patrick. Zeppelin Hindenburg, transatlantic workhouse. The History Press, maio de 2017. Disponível em: <https://thehistorypress.co.uk/article/zeppelin-hindenburg-transatlantic-workhorse/>. [Data de acesso: 22/01/2025].

GARCIA, Sheila do Nascimento. **Revista Careta**: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2015.

GERTZ, René E. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GIANNATTASIO, Valerio. Vínculos diplomáticos entre la Italia de Mussolini y Uruguay. In.: BROQUETAS, Magdalena; CAETANO, Gerardo (orgs.). **Historia de los conservadores y las derechas en Uruguay**. De la contrarrevolución a la Segunda Guerra Mundial. 4ª edição. Montevideo: Editorial Banda Oriental, 2023, p. 213-227.

GÓES, Luciano. A “tradução” do paradigma etiológico de criminologia no Brasil: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da perspectiva margem-centro. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 2015.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Un ensayo bibliográfico sobre el integralismo brasileño. *Ayer*, n° 105, 2017, v. 1, p. 241 - 256, 2017.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado**: um católico integralista entre Portugal e Brasil (1895-1975). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista, volume 3. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Brazilian Integralist Action and Latin America: Fascist Projects and Transnational Circularities. In.: MORANT, Toni; SANZ, Julián; SAZ, Ismael (orgs.). **The right and the nation**: transnational perspectives. Routledge Studies in Fascism and the Far Right. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2024, p. 37 – 57.

GONÇALVES, Leandro Pereira; GRECCO, Gabriela Lima (orgs.). **Fascismos ibero-americanos**. Madrid: Alianza Editorial, 2022.

GOMES, Rafael Nascimento. **A inserção internacional do Uruguai de Gabriel Terra (1931-1938)**. 2013. Monografia (Graduação em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

GOMES, Rafael Nascimento. **As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai durante o Estado Novo (1937-1945)**: aproximação, vigilância e consolidação. 2021. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

GUÉRIN, Daniel. **Fascismo e grande capital**. Campinas: Editora Unicamp.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

GRIFFIN, Roger. **The Nature of Fascism**. Nova York, London: Routledge, 1993.

GRIFFIN, Roger. Decentering Comparative Fascist Studies. **Fascism: Journal of Comparative Fascist Studies**, vol. 4, n° 2, 2015, p. 103-118.

GRIFFIN, Roger. **Fascism**: an introduction to Comparative Fascist Studies. Cambridge: Polity Press, 2018.

HARROWITZ, Nancy A.; HYAMS, Barbara (orgs.). **Jews & Gender**. Responses to Otto Weininger. Filadélfia: Temple University Press, 1995.

HELEAL FILHO, William O dia em que os cariocas ocuparam as ruas para ver a chegada do dirigível Graf Zeppelin, há 90 anos. **O Globo**, Blog do Acervo, 22 de maio de 2020. Disponível

em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/como-os-cariocas-viraram-noite-nasruas-para-ver-chegada-do-dirigivel-graf-zeppelin-ha-90-anos.html>. [Data de acesso: 14/03/2024].

HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JAPPE, Anselm. **A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição**. São Paulo: Elefante, 2021.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, n° 57, Janeiro, 2005, p. 27-38.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In.: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Edições Loyola, IUPERJ, 2006, p. 9-38.

KELLER, Vilma. Verbete, MARINHO, Abelardo. FGV-CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abelardo-marinho-de-albuquerque-andrade>. [Data de acesso: 29/11/2024].

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LENIN, Vladimir Ilitich. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. 3ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

LEWKOVITCH, Andréa Di Pietro; GRIMBERG, Angélica Bastos de Freitas Rachid. A atualidade dos conceitos freudianos de eu ideal, Ideal do eu e supereu. **Estudo e Pesquisas em Psicologia**, v. 16, n. 4, 2016, Rio de Janeiro, p. 1189-1198.

LIEBEL, Vinícius. Uma fachada pelas costas: paranoia e Teoria da Conspiração entre conservadores no refluxo das Greves de 1917 na Alemanha. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n° 76, 2017, São Paulo, p. 45-71.

LIMA, Marcelo Alves de Paula Lima. Da “servidão dos juro” à “colônia de banqueiros”: uma análise dos escritos de Gottfried Feder e Gustavo Barroso. **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**, v. 5, n.3, setembro/dezembro de 2013, Belo Horizonte, p. 202-225.

LIMA, Marcelo Alves de Paula Lima. **Em guarda contra as altas finanças**: o pensamento de Gottfried Feder e Gustavo Barroso em perspectiva comparada (1919-1939). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LOUREIRO, Isabel. **A Revolução Alemã, 1918-1923**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

LÖWY, Michel. **Romantismo e messianismo**: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

LUKÁCS, György. Marx e o problema da decadência ideológica. In.: VEDDA, Miguel; COSTA, Gilmaisa; ALCÂNTARA, Norma (orgs.). **Anuário Lukács 2015**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015, p. 97-152.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MADER, Maria Elisa. Civilização e barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. **História Unisinos**, vol. 12, n° 3, setembro-dezembro, 2008, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, p. 263-270.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild, nem Trotsky**: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

MALIN, Mauro. Verbete, Campos, Francisco. Atlas Histórico do Brasil. FGV-CPDOC. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/1005>. [Data de acesso: 04/12/2024].

MARCUSE, Hebert. **O homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.

MARCUSE, Herbert. O combate ao liberalismo na concepção totalitária do Estado. In.: MARCUSE, Herbert. **Cultura e sociedade**. Volume 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 47-87.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Rui Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

MARQUES, Víctor Raoni de Assis. **Solidariedade ou distanciamento**: as relações entre o Integralismo e o revisionismo uruguaio. Orientador: João Fábio Bertonha. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pró-Posições**, v. 22, n. 3, Campinas, set./dez. 2011, p. 131-148.

MARX, Karl. Prefácio a “uma contribuição à crítica da economia política”. In.: FROMM, Erich. **Conceito marxista do Homem**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 187-188.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro I, o processo de produção do capital. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro III, o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONDINO, Cecilia Pérez. Falangismo y franquismo en Uruguay: espacios, redes y voceros. In.: BROQUETAS, Magdalena; CAETANO, Gerardo (orgs.). **Historia de los conservadores y las derechas en Uruguay**. De la contrarrevolución a la Segunda Guerra Mundial. 4ª edição. Montevideo: Editorial Banda Oriental, 2023, p. 245-257.

MONTEIRO, Marcio Lauria. Revolução Russa e o revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da “tese da continuidade” entre bolchevismo e stalinismo. In.: CALIL, Gilberto Grassi; MELLO, Demian Bezerra de; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de (orgs.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência Editora.

MORAES, María Inés. La fragua del ruralismo conservador. In.: BROQUETAS, Magdalena; CAETANO, Gerardo (orgs.). **Historia de los conservadores y las derechas en Uruguay**. De la contrarrevolución a la Segunda Guerra Mundial. 4ª edição. Montevideo: Editorial Banda Oriental, 2023, p. 119-131.

MORANT, Toni; SANZ, Julián; SAZ, Ismael (orgs.). **The right and the nation**: transnational perspectives. Routledge Studies in Fascism and the Far Right. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**, nº 138, 1998, p. 93 - 105.

MUSSOLINI, Benito. A doutrina. In.: TROTSKI, Leon. **Fascismo**: o que é e como combatê-lo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. (resenha) MAGALHÃES, Aline Montenegro. Culto da casa da saudade: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. **Trajetos Revista de História da UFC**, nº 11, vol. 6, 2008, Ceará, p. 167 - 169.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)**. Orientador: Sandra Maria Lubisco Brancato. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de; NASCIMENTO, Michelle Vasconcelos Oliveira do. “O Esperado”: a construção da imagem messiânica de Plínio Salgado, como chefe da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). **Locus: Revista de História**, vol. 27, nº 2, 2021, p. 288 – 306.

PACHECO, Gabriela Santi. **Panorama e o projeto integralista**: uma análise da revista intelectual. Orientador: Leandro Pereira Gonçalves. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021

PACHECO, Gabriela Santi. Corporativismo no Brasil: relações do integralismo com o governo Vargas e o Estado Novo. **Manduarisawa** – Revista discente do curso de história da UFAM, v. 7, nº 1, 2023, p. 55 – 72.

PASCHOALETO, Murilo Antonio. **O integralismo e o mundo**: uma análise das percepções internacionais do integralismo a partir do jornal A Offensiva (1934-1938). 2012. Orientação: João Fábio Bertonha. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. Notas sobre *Dialética da dependência*, de Ruy Mauro Marini. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146 (3), 2023, São Paulo, p. 1 – 20.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo**: todos os passos de um conceito. São Paulo, Editora 34, 2003.

PINTO, António Costa. **A América Latina na Era do Fascismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

POSTONE, Moishe. **Antissemitismo e nacional-socialismo**: escritos sobre a questão judaica. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

POUZADOUX, Claude. **Contos e lendas da mitologia grega**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRADO, Antonio Arnoni. **Itinerário de uma falsa vanguarda**: os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo. São Paulo: Ed. 34, 2010.

RAGO FILHO, Antonio. **A Crítica Romântica à Miséria Brasileira**: O Integralismo de Gustavo Barroso. 1989. Orientador: Estefânia Knotz Canguçu Fraga. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

RIBEIRO, Renato Ferreira. Por uma revolução conservadora: o centro acadêmico de estudos jurídicos e o fascismo no contexto da revolução de 1930. **Sociologia & Antropologia**, v. 13, n. 2, Rio de Janeiro, 2023.

REHEM, David Costa. “**As forças secretas da Revolução**”: anti-semitismo verde-oliva na Bahia (1933-1937). Orientador: Iraneidson Costa. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. 2º edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1988.

ROSAVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. São Paulo, **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 30, 1995, p. 9-22.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: formas literárias e processo social nos inícios dos romances brasileiros. 5º edição. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SCHONS, Victor Henrique. De Pedro a Plínio: a concepção de Estado Integral de Plínio Salgado e a Doutrina Social da Igreja Católica. **Manduarisawa** – Revista discente do curso de história da UFAM, v. 7, nº 1, 2023, p. 73 – 87.

SEABRA, Raphaela Lana. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta tradição. **Sociedade e Estado**, v. 34, nº 1, janeiro – abril de 2019, p. 261 – 283.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. 9º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SIMÕES, Renata Duarte. **A Educação do Corpo no Jornal A Offensiva (1932- 1938)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução: Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, 2017, p. 358-399.

SOUZA, Maurício Rodrigues de. O conceito de esclarecimento em Horkheimer, Adorno e Freud: apontamentos para um debate. *Psicologia & Sociedade*, 23 (3), dezembro de 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/3jmh59yQVTWQczMcZVHmRGG/?lang=pt>.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As idéias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, nº 11, vol. 6, jan/jun, 2012, Dourados, p. 1-23

STERHNELL, Zeev. National Socialism and Antisemitism: The Case of Maurice Barrès. **Journal of Contemporary History**, v. 8, n. 4, outubro de 1973, p. 47-66.

STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia (orgs.). **The Birth of Fascist Ideology**: from cultural rebellion to political revolution. Princeton: Princeton University Press, 1995.

TANAGINO, Pedro Ivo. **A síntese integral**: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. Miguel Reale e a “questão judaica” na Ação Integralista Brasileira: a função do mito político da conspiração na propaganda antiliberal e anticomunista da imprensa integralista (1932-1938). In.: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). **Entre tipos e recortes**: Histórias da imprensa integralista, vol. 3. Rio de Janeiro: Autografia, 2019, p. 61 – 92.

TELLES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**. 21^o edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2022.

TRINDADE, Héliogio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década 1930. 3^o edição. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2016.

TROTSKI, Leon. **Fascismo**: o que é e como combatê-lo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Ideologia Curupira**: análise do discurso integralista. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

VELASQUEZ, Muza Clara. Verbete, O tico-tico. **FGV CPDOC**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tico-tico-o>. [Data de acesso: 14 de março de 2024].

VERBETE, O Malho. **FGV CPDOC**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/malho-o>. [Data de acesso: 14 de março de 2024].

VIEIRA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo Barroso**: o antissemitismo na Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WATERS, Roger. The Thin Ice. In.: PINK FLOYD, **The Wall**. [S.l.]: Harvest/Columbia, 1979. Faixa 2.

WEBER, Eugen. Nationalism, socialism, and national-socialism in France. **French Historical Studies**, vol. 2, n^o 3, Spring, 1962, Duke University Press, p. 273-307.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILDE, Lawrence. Sorel and the French right. **History of Political Thought**, v. 7, n^o 2, 1986, p. 361-374.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In.: ZIZEK, Slavoj (orgs.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 7-38.